UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DANILO MANOEL FARIAS DA SILVA

SOCIOANÁLISE DA PERCEPÇÃO: AS LUTAS DE CLASSIFICAÇÃO NA MUDANÇA DA ESTRUTURA SOCIAL DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Recife
2024

DANILO MANOEL FARIAS DA SILVA

SOCIOANÁLISE DA PERCEPÇÃO: AS LUTAS DE CLASSIFICAÇÃO NA MUDANÇA DA ESTRUTURA SOCIAL DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.
Área de concentração: Mudança Social
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Moura Peters

Recife
2024

Catalogação na Fonte
Bibliotecário: Rodriggo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S586s Silva, Danilo Manoel Farias da.
Socioanálise da percepção : as lutas de classificação na mudança da estrutura social do Brasil contemporâneo / Danilo Manoel Farias da Silva. – 2024.
321 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientador : Gabriel Moura Peters.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2024.

Inclui referências, apêndice e anexos.

1. Sociologia. 2. Classes sociais. 3. Mobilidade social. 4. Bourdieu, Pierre, 1930-2002. 5. Percepção. 6. Brasil. I. Peters, Gabriel Moura (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2024-049)

DANILO MANOEL FARIAS DA SILVA

SOCIOANÁLISE DA PERCEPÇÃO: AS LUTAS DE CLASSIFICAÇÃO NA MUDANÇA DA ESTRUTURA SOCIAL DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.
Área de Concentração: Mudança Social

Aprovada em: 29/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

_____

Prof. Dr. Gabriel Moura Peters (Presidente/Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

_____

Prof. Dr. Artur Fragoso de Albuquerque Perrusi (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

_____

Prof. Dr. Sidartha Sória e Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

_____

Prof. Dr. Thiago Panica Pontes (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Participação via videoconferência

_____

Profa. Dra. Ana Rodrigues Cavalcanti Alves (Examinadora Externa)
Universidade Federal da Bahia

A Rafaela Souza, meu axioma.

AGRADECIMENTOS

A construção de uma tese, assim como de qualquer coisa da vida, só é possível através das trocas de conhecimentos e afetos entre as pessoas. Tive a sorte de me deparar com muitas pessoas generosas na vida, pessoas que se mantiveram atentas e gentis mesmo diante da pandemia de Covid-19. Agradeço a todos que contribuíram com a minha jornada que culminou na escrita desta tese. Ao meu orientador Gabriel Peters, parceiro de estudos sociológicos existenciais, que com sua sensibilidade e olhar aguçado, tornaram esse percurso rico e divertido, só posso expressar minha profunda gratidão. Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, que me acolheu tão bem. A todos os professores do programa, com quem eu aprendi muito, Artur Perrusi, que acompanho e admiro as suas aulas desde a minha graduação, onde fui ser ouvinte delas, mesmo sendo de outra universidade. A professora Eliane Veras, que marcou muito o meu modo de encarar a sociologia, com as aulas de Florestan Fernandes. O professor Francisco Jatobá que sempre me desafiou a enveredar pelo caminho quantitativo. A professora Maria Eduarda Rocha , que é uma grande inspiração no campo bourdieusiano. Ao professor Sidartha Sória, com quem tive diálogos sempre inspiradores sobre a sociologia e o ser sociólogo. Agradeço a todos os funcionários do PPGS, especialmente a Karine Mendes e Mônica Malafaia, que sempre foram muito atenciosas em todo o percurso.

Não poderia deixar de mencionar os meus professores da graduação (UFRPE), que fizeram eu me apaixonar pelas Ciências Sociais e mostrar suas infinitas possibilidades de articulações dos conhecimentos: Roseana Borges, que sempre me estimulou e expandiu a minha percepção da realidade; Ronaldo Maia (*in memoriam*) parceiro de risadas e de filosofias do mundo visível e invisível; a Fábio Andrade, só segui esse caminho acadêmico graças a você, gratidão professor. A minha orientadora de Pibic da Fundaj, Cibele Rodrigues, quem me ensinou os primeiros passos do artesanato sociológico da pesquisa científica. Vocês foram essenciais na minha trajetória, por isso a minha eterna gratidão. Assim como a minha orientadora do mestrado da UNICAMP, Gilda Gouvêa.

Agradeço a Jessé Souza, pele oportunidade de ser Bolsista da pesquisa "Radiografia do Brasil Moderno", durante a sua presidência no Ipea, que foi o meu ponto de partida desta tese, e, aos coordenadores dessa pesquisa Roberto Dutra, Brand Arenari e Ricardo Visser. Aos meus companheiros de pesquisa, Rodrigo Assis, também parceiro de estudos bourdieusianos desde a graduação, e a professora Ana Rodrigues, com quem discuti muito sobre os trânsfugas de classe.

E a Luciane Batista, do Traço Freudiano Veredas Lacanianas Escola de Psicanálise. Agradeço a CAPES, pela bolsa que garantiu as condições materiais de realização deste doutorado.

Sou muito grato a minha família, em especial a minha mãe Marta Nery, ao meu pai Manoel Silva e a minha tia Nona – Maria dos Prazeres, por serem a minha base e sempre me apoiarem, além de ensinado a ser resiliente perante a vida. Agradeço a Bernardo e tia Ilse pelo carinho de sempre. E a Rogério Júnior e tia Bel agradeço por todo apoio. Aos meus amigos por toda a torcida e compreensão pelos momentos de ausência, destaco Caio Ayres e Eduardo Carvalho. Gratidão a Master terapeuta, Ariana Borges, por todas as vibrações positivas.

Um agradecimento especial a Rafaela Souza, minha companheira e principal interlocutora do projeto. Com você ao meu lado tudo fica mais divertido e feliz.

Agradeço a todos os entrevistados que se colocaram à disposição de compartilhar comigo um pouco das suas histórias de vida. A todos os meus ancestrais e Orixás.

Gratidão a todos que me ajudaram a construir esta tese.

não há ciência senão do oculto, então a ciência da sociedade é, por si, crítica (...): o oculto é, neste caso, um segredo bem guardado, mesmo que quando ninguém tem a missão de guardá-lo, pois ele contribui para a reprodução de uma ordem social baseada no acobertamento dos mecanismos mais eficazes da sua reprodução, e, portanto, serve aos interesses daqueles que têm um grande interesse na manutenção da ordem (Bourdieu e Passeron, 1970).

Então levanta e anda
Vai, levanta e anda
Mas eu sei que vai
Que o sonho te traz coisas que te faz prosseguir
Então levanta e anda
Vai, levanta e anda
Somos maior
Nos basta só
Sonhar, seguir
Então levanta e anda
Vai, levanta e anda (Emicida)

RESUMO

Na evolução da estrutura social brasileira, a mobilidade social é de curta distância, enquanto as desigualdades sociais e raciais são de longa duração, formando um padrão de manutenção das desigualdades entre os grupos e classes sociais enquanto principal traço estrutural do país. Em uma perspectiva relacional, a mobilidade social histórica não altera a distância relativa entre as classes e grupos socais, mas opera um efeito de translação. No entanto, entre 2003 e 2011, principalmente, se forma um novo padrão de mobilidade social, que surge a partir de uma confluência entre fatores políticos (políticas públicas do Estado) e econômicos (reestruturação produtiva do capital) que afetam sobretudo a base da pirâmide social, gerando além de impactos na redução das desigualdades sociais, um movimento ascensional na estrutura de classe social do Brasil. Essas mudanças na estrutura social levaram a "lutas de classificação" pela sua explicação e compreensão. A classificação, segundo Bourdieu, consiste em uma dimensão frequentemente esquecida da luta de classes, uma luta simbólica pela formação da percepção que não só constata, mas cria realidades (*poder simbólico*), entrando a verdade do mundo social em um jogo de lutas políticas para modificar os esquemas de percepção -o controle do visível e a manutenção simbólica do invisível-, o que chamamos aqui, em um diálogo de Bourdieu com o marxismo e a psicanálise, de socioanálise da percepção. Desse modo, esta tese de doutorado visa analisar as mudanças na estrutura social brasileira das últimas décadas, que ocasionaram a mobilidade social das classes e frações de classes oriundas da pobreza, estruturando "grupos intermediárias" entre a ampla maioria da população e a classe média. Foi um fenômeno de emergência de uma nova classe na estrutura social brasileira, que veio acompanhado da redução das desigualdades sociais e econômicas que nas últimas três décadas permaneciam quase inalteradas. Nesse âmago, a tese ora proposta pretende analisar essa mudança da estrutura social brasileira a partir de uma sociologia de reconstrução histórica, como defende Florestan Fernandes (para revelar o dinamismo das estruturas em ebulição e atingir o fundo da realidade), articulada com os dados quantitativos acerca das mudanças recentes da estrutura social brasileira e de uma pesquisa qualitativa acerca da dinâmica contemporânea das classes sociais, a "Radiografia do Brasil Moderno", onde participei como pesquisador de campo, no âmbito do Ipea. Objetivando, com isso, as mudanças e permanências sociais que ocorreram nas frações ascensionais dos trânsfugas de classe batalhadores (*efeito de histerese* em relação à posição de classe social de origem) e os efeitos políticos da sua luta simbólica de classificação.

Palavras-chave: classe social; mobilidade social; Bourdieu; percepção; Brasil

ABSTRACT

In the evolution of the Brazilian social structure, social mobility is short term, while social and racial inequalities are long term, forming a pattern of maintaining inequalities between social groups and classes as the country's main structural feature. From a relational perspective, historical social mobility does not alter the relative distance between social classes and groups, but rather has a translational effect. However, between 2003 and 2011, in particular, a new pattern of social mobility emerged, based on a confluence of political (state public policies) and economic (capital's productive restructuring) factors that mainly affected the base of the social pyramid, generating not only an impact on reducing social inequalities, but also an upward movement in Brazil's social class structure. These changes in the social structure have led to "classification struggles" to explain and understand them. Classification, according to Bourdieu, consists of an often forgotten dimension of the class struggle, a symbolic struggle for the formation of perception that not only verifies, but creates realities (symbolic power), with the truth of the social world entering into a game of political struggles to modify the schemes of perception - the control of the visible and the symbolic maintenance of the invisible - what we call here, in Bourdieu's dialogue with Marxism and psychoanalysis, the socio-analysis of perception. In this way, this doctoral thesis aims to analyze the changes in the Brazilian social structure in recent decades, which have led to the social mobility of classes and fractions of classes from poverty, structuring "intermediate groups" between the vast majority of the population and the middle class. It was a phenomenon of the emergence of a new class in the Brazilian social structure, which was accompanied by a reduction in social and economic inequalities that had remained almost unchanged over the last three decades. In this context, the thesis proposed here aims to analyze this change in the Brazilian social structure from the point of view of a sociology of historical reconstruction, as Florestan Fernandes advocates (to reveal the dynamism of boiling structures and get to the bottom of reality), combined with quantitative data on recent changes in the Brazilian social structure and qualitative research on the contemporary dynamics of social classes, the "Radiography of Modern Brazil", in which I participated as a field researcher, within the scope of Ipea. The aim is to analyze the social changes and continuities that have occurred in the upward fractions of the battling class transfuges (hysteresis effect in relation to the social class position of origin) and the political effects of their symbolic struggle for classification.

Keywords: social class; social mobility; Bourdieu; perception; Brazil.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – AFC–Análise Fatorial de Correspondência para os repertórios de acesso a empregos.....29
GRÁFICO 2 – Faixas do IVS – Índice de Vulnerabilidade Social 126
GRÁFICO 3 - IVS na Região Nordeste (2010).....127
GRÁFICO 4 - Relação entre a fração recebida pelo 1% mais rico e renda *per capita* em 29 países, 2010 142
GRÁFICO 5 – Brasil: evolução real do salário-mínimo e da renda *per capita* nacional.....150
GRÁFICO 6 – Índice de Gini.....164
GRÁFICO 7 - Bem-Estar Social, R$. 165
GRÁFICO 8 – IVS: Índice de Vulnerabilidade Social (2000 – 2010).....171
GRÁFICO 9- Distribuição dos municípios nas faixas de vulnerabilidade social(2000-2010).172
GRÁFICO 10 - Projeções de classe: Classe C - % 190
GRÁFICO 11 - Espaço da autoconfiança produtiva e das modalidades de individualismo.....233
GRÁFICO 12 - Espaço da autoconfiança produtiva e dos estilos de vida 238

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Nó Borromeu 57

FIGURA 2 – Atos de percepção e apreciação 68

FIGURA 3 - “Esquema L. 77

FIGURA 4- A pirâmide e o Losango: “A Classe C já é maioria”: 192

FIGURA 5: Localização dos campi das universidades federais (2002 e 2010) 247

FIGURA 6 - Grafo do Desejo 254

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Categorias de Classe Social (Radiografia do Brasil Moderno) 30

TABELA 2– Posições de Classe destituídas e demais categorias (indivíduo e família como unidade de análise). 119

TABELA 3- Indicadores selecionados das posições de classe destituídas e demais categorias (família como unidade de análise).....121

TABELA 4- Posições de classe destituídas e demais categorias dentro das regiões (família como unidade de análise) 125

TABELA 5- Posições de classe destituídas e demais categorias dentro dos grupos de gênero/cor (indivíduo como unidade de análise).....127

TABELA 6 - Média da renda da ocupação principal por sexo, segundo cor/raça(1996-2007).129

TABELA 7 - Proporção de pessoas por cor/raça, segundo sexo, nos décimos de renda mais rico e mais pobre (1996-2007).....131

TABELA 8 - Frações populares com o menor volume de rendimentos econômicos declarado nas últimas três décadas 170

TABELA 9 - Mudança de Estratificação Familiar Entre 2002 e 2015..... 174

TABELA10 - Estratificação da população brasileira em faixas de renda, 2009 189

TABELA 11 - Novo critério de estratificação social da SAE-PR 198

TABELA12 – Média e Faixa de Anos de Estudo por Composição Sócio-ocupacional (EGP) no Brasil (2002-2009) 208

TABELA 13 - Taxas de frequência à educação superior da população de 18 a 24 anos, segundo a cor/etnia (2010) 260

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16

1.1 A TRAMA SOCIOHISTÓRICA 18

1.2 AS LUTAS DE CLASSIFICAÇÃO 22

1.3 A RADIOGRAFIA DO BRASIL MODERNO 25

2 A TEORIA DAS CLASSES SOCIAIS DE PIERRE BOURDIEU 36

2.1 OBJETIVISMO, SUBJETIVISMO E SOCIOLOGIA DA PRÁTICA 40

2.2 CAMPO, CAPITAL, HABITUS E PRÁTICAS 42

2.3 A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS 43

3 UMA SOCIOANÁLISE DAS CLASSES SOCIAIS: BOURDIEU EM DIÁLOGO COM A PSICANÁLISE E O MARXISMO 48

3.1 O SIMBÓLICO E O MATERIAL DAS CLASSES E DAS CLASSIFICAÇÕES 52

3.2 REAL, IMAGINÁRIO E SIMBÓLICO 57

3.3 "VISÃO" E DOMINAÇÃO 63

3.4 *O ESPAÇO DOS POSSÍVEIS* *67*

3.5 O OBJETO A DE BOURDIEU: DO MAIS-VALOR AO MAIS-GOZAR 76

3.6 A OCULTAÇÃO DAS DESIGUALDADES 84

3.7 LUTAS SIMBÓLICAS 86

3.8 A SOCIOLOGIA COMO ESPORTE DE COMBATE 97

4 A DESTITUIÇÃO DAS MAIORIAS 106

4.1 AS POSIÇÕES DESTITUÍDAS 119

4.2 DESIGUALDADES DE CLASSE E DE RAÇA 128

4.3 UM CASO EXEMPLAR - "TRABALHAR E SOBREVIVER" 133

5 A ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA 139

5.1 A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA OU À FORÇA DE INÉRCIA 143

5.2 A DUALIDADE NA UNIDADE E A UNIDADE NA DUALIDADE: MOBILIDADE E DESIGUALDADE SOCIAL 153

5.3 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL.....157

5.4 A MUDANÇA DA ESTRUTURA SOCIAL.....160

5.5 A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CLASSE SOCIAL?.....173

5.6 A POSIÇÃO DE PARMÊNIDES OU ONDE NADA MUDA..... 181

6 LUTAS DE CLASSE E DE CLASSIFICAÇÃO NA MUDANÇA DA ESTRUTURA SOCIAL..... 185

6.1 A "NOVA CLASSE MÉDIA" OU A CLASSE "C" 187

6.2 A CLASSIFICAÇÃO OFICIAL..... 197

6.3 A CLASSIFICAÇÃO DO TOPO DA ESTRUTURA SOCIAL 200

6.4 A NEGAÇÃO DA NEGAÇÃO..... 202

6.5 A LUTA DE CLASSES E DE CLASSIFICAÇÃO NA TRANSIÇÃO LULA-DILMA.214

7 A REESTRUTURAÇÃO DO HABITUS DE CLASSE DOS BATALHADORES...223

7.1 A HISTERESE POSICIONAL..... 224

7.2 BATALHADORES PRECÁRIOS 227

7.3 BATALHADORES EMPREENDEDORES..... 231

7.4 BATALHADORES "HEDONISTAS" 236

8 BATALHADORES CULTURAIS 242

8.1 A POLÍTICA SOCIAL COMO OBJETO DE TRANSIÇÃO SOCIAL E PSÍQUICA... 251

8.2 OS FILHOS DE BATALHADORES: CLASSE, RAÇA E HABITUS INTERSECCIONAL.....258

9 "PERSISTÊNCIA E TEIMOSIA".....268

9.1 CHOQUE BIOGRÁFICO 270

9.2 A DECISÃO DO QUE ESTUDAR..... 270

9.3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS, TRAJETÓRIAS E TENTATIVAS..... 271

9.4 O "CORRE" DA UNIVERSIDADE 272

9.5 BARREIRAS E BATALHA CULTURAL..... 273

9.6 RELAÇÕES RACIAIS 278

9.7 UM RESUMO DA TRAJETÓRIA DE UMA TRÂNSFUGA DE CLASSE BATALHADORACULTURAL.....281

9.8 MUDANÇAS DE VIDA..... 283

10 CONCLUSÃO 286

REFERÊNCIAS 291

APÊNDICE A - ESCALAS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS..... 310

ANEXO A - MAPA REGIONALIZADO DAS ENTREVISTAS 313

ANEXO B- QUESTIONÁRIO DE PESQUISA 314

1 INTRODUÇÃO

Platão (1973) no diálogo socrático de "Crátilo" aborda sobre justeza dos nomes, das nomenclaturas e classificações. Podendo ser esse o mais antigo debate acerca das lutas de classificação. Ao indagar de onde provém os primeiros elementos para a construção do conhecimento, Sócrates instiga um embate entre Crátilo e Hermógenes, na relação entre o nome e a coisa: seria o nome naturalmente determinado à coisa ? Ou a nomeação é arbitrária a coisa (da ordem da cultura)? Crátilo defende a primeira posição, Hermógenes a segunda, já Sócrates vê " passar-se nas cidades os mesmos objetos com nomes diferentes".

Para Platão o nome é o resultado sonoro de uma produção vocal que imita a coisa imitada, indicando quem imita por meio da voz. Havendo, com isso, uma desnaturalidade do nome: "Sócrates – Nesta luta entre os nomes, em que uns se apresentam como semelhantes a verdade, e outros afirmam a mesma coisa de si próprios, que critérios adotaremos e a quem devemos recorrer ?" (Platão, 1973.p.191). Por isso, a classificação precisaria de uma "lei justa", para estabelecer os critérios da verdade das imagens, já que todo nome é uma *poiesis originária,* que estabelece entre os nomes e os significados uma trama.

Não é possível identificar o nome com a coisa, e nem os separar completamente, já que, para dar nome as coisas, é preciso conhecê-las, mas, para conhecê-las é necessário dar-lhes nomes. Essa dialética negativa, esse impasse, só é resolvido cientificamente muito tempo depois, com Ferdinand Saussure, contemporâneo de Marx e Freud, que também revolucionou o pensamento moderno, a partir da ciência do signo, a linguística, dando respostas acerca da nomeação/classificação dentro do campo da linguagem e não da metafisica de outrora. Com isso, a linguística como ciência só é possível distinguindo os *fenômenos* da *coisa em si* (Saussure, 2006). Nessa distinção, a palavra, ou melhor, o "signo linguístico", tem ao mesmo tempo uma natureza vocal e uma natureza psíquica, ou seja, a unidade linguística é uma coisa dupla, constituída da união de dois termos em nosso cérebro: o significado e o significante.

O ato de nomear une um conceito (o significado), a uma imagem acústica na nossa mente (o significante – representação psíquica), a partir de uma regra coletiva do grupo/ comunidade linguística. Desse modo, a imagem acústica não é o som material, uma coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos, sendo essa representação afetada diretamente pelas regras do grupo social, uma "carta forçada", como fala Saussure (Ibid). O arbitrário do signo, desse modo, realiza na classificação o ideal do procedimento semiológico, um vínculo que une o nome e a

coisa, a objetividade e a subjetividade, o mundo e a mente, o significado e o significante, o material e o virtual, o social e o psíquico, a dimensão exterior falada, com as representações dos falantes. Por isso, a virada linguística é tão cara para a sociologia contemporânea.

É nesta dimensão simbólica da linguagem que se constitui a relação da representação dos agentes com a coisa nomeada. As regras da linguagem, esse símbolo contraído pelo grupo social, estruturam a cognição enquanto regime de percepção e ação. Um insight saussuriano, enquanto resposta a metafísica de Platão e da filosofia, que também foi percebido por Pierre Bourdieu (1989; 2008) na relação entre as *classes e as classificações.* Sendo essa regra simbólico definida pelos grupos sociais, que formam as suas categorias de representação da nossa mente (*esquemas avaliativos de percepção*), bem com como as estruturas da ação (*esquemas práticos de ação*) do "habitus de classe" enquanto esquema gerativo da prática.

Em uma relação (de força) dentro do jogo simbólico das classes sociais, que formam as percepções dominantes acerca do mundo social (que são as percepções das classes sociais dominantes), construindo a visão sobre o próprio mundo social na sua nomeação: "o fato de que as oposições semicodificadas, veiculadas pela linguagem, encontram-se, com valores bastante semelhantes, na origem da visão dominante do mundo social, em todas as formações sociais divididas em classes" (Bourdieu, 2008.p.437), são condicionamentos diferenciados e diferenciadores das classes, que formam julgamentos, veredictos, classificações, chamadas à ordem , onde "a ordem social de inscreve progressivamente nos cérebros" (Ibid.p.438). A formação do significado do mundo social, definido pela luta de classes, ordena os significantes das representações dos agentes nesse mundo.

Desse modo, todo ato de nomear, ou seja, de classificar, é também um ato de inscrever uma realidade simbólica que se sobrepõe na realidade social, duplicando virtualmente a mesma na nossa mente (em nossos significantes), influenciando, com isso, a percepção acerca do mundo, na formação de um significado da ordem social aceita como comum. Nesse sentido, a classificação não é apenas um arbitrário da cultura, como fala Platão, mas cria a própria cultura, constitui a ordem social, ou a percepção que temos dela. O simbólico condiciona a percepção dos corpos, um arbitrário cultural das percepções/visões de mundo que dão sentido a cognoscibilidade a própria ordem social desse mundo. Temos, nesse caso, uma dupla dimensão da cultura, como consenso e como poder. Nessa, as estruturas materiais ficam desconhecidas (ocultamento da luta de classes enquanto definição do significado), nas relações que elas têm com as estruturas mentais (formação das categorias de percepção dos grupos – alto e baixo; dominantes e dominados; o cru e o cozido; o belo e o vulgar, dentre outros).

Nessa compreensão, Bourdieu articula Marx (luta social de forma oculta, sem a consciência de classe dos grupos), com Weber (classe social e status enquanto posições diferenciais no espaço social) e Durkheim (representações coletivas e definição do que é durável na sociedade, o simbólico), onde as lutas de classe também viram lutas de classificação que constituem a ordem social, a sua percepção e aceitação inscritas no corpo. Ou seja, o simbólico se estabelece na mediação entre as estruturas materiais e as estruturas mentais, das classes e grupos sociais em disputa na sociedade. A trama simbólica das palavras adentra em uma trama social e histórica. No caso da realidade pesquisada, na trama da construção da realidade social brasileira.

1.1 A TRAMA SOCIOHISTÓRICA

Do ponto de vista sociohistórico, a evolução da estrutura social brasileira não está atrelada à mudança da desigualdade social, mas, ao seu aprofundamento, principalmente nos momentos de fechamento democrático[1]. De todo modo, ao longo da História nacional temos mobilidade social, no entanto acompanhada simultaneamente de muita desigualdade social (Ribeiro, 2000). Uma mobilidade social de "curta distância", acompanhada de uma desigualdade social de "longa duração". A estrutura social do Brasil é extremamente desigual, mesmo passando por muitas mudanças sociais. Essas tenderam a favorecer quem já estava no topo da sociedade – as classes dominantes –, não a ampla maioria da população. Se estruturando, com isso, um padrão de "desigualdade" e "concentração no topo" da estrutura de classes andando juntos como traço estrutural da sociedade brasileira. São raros os momentos de "abertura do espaço social" acompanhado da redução das desigualdades. Na grande maioria dos casos de mobilidade social estrutural, são mais frequentes os arranjos sistêmicos da

[1] A história da desigualdade está relacionada aos grandes ciclos políticos do país no último século: "há três períodos de clara elevação da desigualdade, sendo dois deles correspondentes à instauração das duas ditaduras vividas pelo país no século XX: a fração do centésimo mais rico aumentou durante o Estado Novo (1937–1945), principalmente durante a 2ª Guerra Mundial, e após o golpe militar de 1964. O terceiro período coincidiu com outro momento dramático: a crise econômica e política dos anos 1980 (...). Em contrapartida, houve um período longo de queda da desigualdade durante o interregno democrático de 1945 a 1964, com particular intensidade logo após o fim do Estado Novo e da 2ªGuerra e na segunda metade dos anos 1950, época marcada pela presidência de Juscelino Kubitschek (1956–1961). Além disso, houve também um recuo mais tímido da concentração no 1% mais rico em meados dos anos 1970, quando o país vivia os últimos anos do dito "milagre econômico". Uma nova queda significativa ocorreu em algum momento entre 1987 e meados dos anos 1990" (Souza, 2016.p.223)

mudança da *estrutura ocupacional*, o que gera um deslocamento das ocupações devido à reestruturação da esfera produtiva, mas sem estar acompanhada da redução das desigualdades socais, regionais e históricas– isto é, de uma canalização redistributiva para os mais pobres, para os excluídos da sociedade-.

No entanto, no período recente do "lulismo" (Singer, 2012; 2018), há uma evolução na estrutura social do país, um novo padrão de mobilidade socioestrutural, que surge a partir de uma confluência de fatores políticos (políticas públicas do Estado) e econômicos (reestruturação produtiva do capital) que afetam sobretudo a base da pirâmide social, a massa, os mais pobres, gerando impactos diretos na redução das desigualdades sociais e um movimento na estrutura de classe social do país (Ipea,2012; Pochmann, 2010; 2015; Souza, 2010; Ribeiro, 2017; Quadros, 2008; 2010).

Vemos na História recente um padrão de mobilidade social que atinge prioritariamente os mais pobres, a base, promovendo "uma mobilidade social ascendente muito expressiva nos estratos inferiores da população" (Quadros, 2010.p.3). Com esse impacto na base da estrutura social, emerge uma nova classe social em ascensão, uma "classe intermediária" entre a massa (a ampla maioria da população) e as classes médias. E, junto dessa ascensão socioestrutural, vemos também uma luta pela classificação dessa "nova classe social", disputada por economistas, cientistas sociais, meios de comunicação e Governo Federal. A mobilidade social dos mais pobres vem junto de uma luta em torno da sua classificação, assim como da explicação e compreensão das condições de possibilidade da sua emergência: "lutas das classificações, individuais ou coletivas, que visam transformar as categorias de apercepção e apreciação do mundo social e, por conseguinte, o mundo social, constituem uma dimensão esquecida da luta de classes" (Bourdieu, 2008.p.447). A estrutura social se torna um "lugar de luta entre pontos de vista" (Bourdieu, 2014.p.61), uma luta de classes e de classificação onde "a luta de classes não é apenas a greve sindical, ou a revolução sangrenta. Ela é, antes de tudo, o exercício silencioso da exploração construída e consentida socialmente, inclusive abordagens "científicas" que se constroem a partir do senso comum ao invés de criticá-lo" (Souza, 2013.p.62).

Nesse âmbito, vemos que as "lutas de classes são lutas sobre o princípio de classificação dominante" (Bourdieu, 1977.p.77). Quando as classes são objetivadas do ponto de vista de categorias socioprofissionais ou ocupação, divididas em classes "A, B, C, D e E", por exemplo, essas pesquisas servem para apreender, com uma previsibilidade máxima, as condutas de consumo desses respectivos agrupamentos de indivíduos e/ou uma mobilidade/imobilidade

desses respectivos grupos. É uma sociologia que toma a ordem social como um dado estatístico objetivo que deve ser apreendido. Por outro lado, quando um pesquisador marxista analisa a realidade social a partir da relação entre *burgueses e proletários*, por trás dessa análise ele objetiva apreender o conflito social no seu objeto de pesquisa: a dominação, a luta e a desigualdade entre as classes. É uma sociologia da "crítica da ordem", que busca a apreensão dos desequilíbrios que permeiam uma realidade histórica concreta. O mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos (Aristóteles, 2000), pode ser percebido a partir de diferentes princípios de visão e de divisão. As classes sociais podem ser apreendidas por diferentes princípios de classificação da realidade social, estando esses princípios de classificação envolvidos na luta de classes. As operações de pesquisa são atos de constituição da realidade: elas não só descrevem a realidade social, mas a constroem, formam o senso comum, influenciam a opinião pública e a percepção dos agentes, deixando algumas coisas visíveis e escondendo outras, que ficam invisíveis. Quanto ao visível e o invisível no mundo social: "um está para o outro, assim como o avesso está para o direto" (Merleau-Ponty, [1964] 2003.p.147).

A invisibilidade e a materialidade social se interpenetram nessa luta de classes e de classificações. A materialidade é invisibilizada: a "*existência material*, o materialismo significa que a realidade que vejo nunca é 'inteira' – não porque grande parte dela me escapa, mas porque ela contém uma mancha, um ponto obscuro, que indica minha inclusão nela" (Zizek, 2008.p.32). O invisível habita o visível, "ele está por detrás do visível", como afirma Merleau-Ponty (Ibid.p.209), mas não temos consciência da sua existência, ele é supra-consciente, oculto, pois geralmente recalca (torna inconsciente/invisível) alguma verdade que perturba a sociedade (Marx, [1867], 2011.p.174) e o nosso psiquismo (Lacan, 1998) e, por isso o seu ocultamento ("fetichização"). Se algo se mantém invisível à nossa percepção, é porque é algo traumático. Para Lacan (Ibid), o encontro com o real é sempre traumático, por isso a necessidade de tirá-lo da percepção. "Só pode haver algo escondido na dimensão da verdade" (Ibidem).

A verdade do mundo social se torna, assim, um jogo de lutas para modificar os esquemas de percepção e apreciação, fazendo com que certas coisas sejam vistas e outras fiquem ocultas. Na socioanálise da percepção, a representação do mundo social (ou seja, a classificação) entra na luta de classes, na disputa de forças econômicas e simbólicas entre dominantes e dominados que estruturam princípios cognitivos fundamentais da percepção. Essa luta de classes tem o *poder simbólico* (Bourdieu, 1989) de atuar na construção da realidade, na formação de consensos (o "conformismo lógico", como fala Durkheim), de estruturar a

realidade social aceita por todos como algo natural (violência simbólica), uma segunda natureza.

"Os sistemas de classificação internos reproduzem de forma irreconhecível as taxionomias diretamente políticas" (Bourdieu, 1989.p.14), ficando a luta de classificações como uma dimensão esquecida da luta de classes, que opera na dimensão do simbólico enquanto fixação da visão material da realidade social - não somente a visão, mas também as práticas que dela derivam e que contribuem para a reprodução do arranjo social existente. O poder simbólico constitui o consenso do senso do mundo social visível invisivelmente aceito e, com isso, constrói a realidade (uma homogeneidade aceita como verdade).

> O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, "uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, de causa, que torna possível a concordância entre as inteligências". Durkheim – ou depois dele, Radcliffe-Brown, que faz assentar a "solidariedade social" no fato de participar num sistema simbólico – tem o mérito de designar explicitamente a função social (no sentido do estruturo-funcionalismo) do simbolismo, autêntica função política que não se reduz à função de comunicação dos estruturalistas. Os símbolos são os instrumentos por excelência da "integração social": enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração "lógica" é a condição da integração moral. (Bourdieu, [1989] 2006. p. 9-10).

O poder simbólico define a imposição da realidade social e da sua representação coletiva e psicológica. A representação social se torna alvo de lutas antagônicas produzidas pelos agentes em luta em campos e pelos classificadores da realidade social (pesquisadores), onde quem vence tem o poder de mobilizar, manter ou transformar a "visão de mundo" sobre a ordem social (dimensão política), de impor o poder simbólico.

Fica estabelecida, com isso, uma luta de classes simbólica como disputa do sentido do mundo social, da ordem social aceita por todos, do consenso socialmente estabelecido e aceito psicologicamente. A luta de classes também é uma luta de classificações que tem o *poder simbólico* de constituir a realidade social e psíquica aceita pela coletividade, de estabelecer o que é visível e esconder a outra verdade (tornar invisível), remetendo "os possíveis laterais descartados não ao esquecimento, mas ao inconsciente" (Bourdieu, 2014, p.322)

Por isso, o trabalho sociológico, assim como o da psicanálise, é um trabalho de "descoberta", de tomada de consciência social, e não apenas de constatação social. É ir além do véu da "alienação" ("desfetichização") (Marx), além da "ilusão da transparência" (Durkheim),

já que “existem inúmeras coisas no mundo social que só se revelam quando são descobertas” (Bourdieu, 2020.p.70). Enquanto a História faz a Psicanálise do passado (descobrindo e revelando o que está oculto), a Sociologia faz a História do presente (descobrindo o que está invisibilizado na sociedade contemporânea).

A História social é um trabalho de psicanálise do espírito científico, tem o trabalho de reconstruir as condições sociais de produção das categorias sociais de percepção e de representação do mundo social como sendo a própria realidade – a realidade ela mesma- (Bourdieu, 1977), e o trabalho sociológico faz essa descoberta, de tirar do “inconsciente social’(Bourdieu, 2020), do invisível, denegado, recalcado e dissimulado da ordem social e levar para a “consciência social”. Esse é o papel da “imaginação sociológica” (Mills, 2009): fazer a superação do senso comum necessária para a autoconsciência social.

No caso brasileiro, a classificação da reestruturação da estrutura de classes sociais entra em luta de classificação, onde, segundo a nossa hipótese, se esconde/oculta uma luta de classes, de antagonismos sociais sistêmicos e históricos que atravessam a sociedade brasileira.

Falar que uma classe emergente na estrutura social é uma “classe C”, ou “nova classe média”, ou “nova classe trabalhadora”, ou novos pobres”, ou “batalhadores”, ou “nova baixa classe média” etc, não é apenas uma descrição da realidade, mas tem uma relação política com a ordem social, na sua conservação ou transformação. A nomenclatura legítima e legitimada socialmente “se trata de inventar o social, de ter a palavra, já é fazer a *coisa*” (Bourdieu, 2014.p.591), constituindo a realidade, fazendo subsistir os objetos numa certa consistência material. A luta pela classificação da realidade reflete a luta de classes.

1.2 AS LUTAS DE CLASSIFICAÇÃO

> A realidade social não é visível a olho nu, o que significa que o mundo social não é transparente aos nossos olhos. Afinal, não são apenas os músculos dos olhos que nos permitem ver, existem ideias dominantes, compartilhadas e repetidas por quase todos, que, na verdade, “selecionam” e “distorcem” o que os olhos não veem, e “escondem” o que não deve ser visto (Souza, 2015.p.9)

Os agentes sociais ou não veem (recalque), ou denegam o que veem, ou até mesmo fazem a escolha política de não ver (projeto conservador), contribuindo, desse modo com a dominação social. Muitos pesquisadores não estão partindo do pressuposto básico do fazer científico: a ruptura com as pré-categorias do senso comum como obstáculo epistemológico - como falam Bacon, Descartes, Bachelard e Durkheim (2007.p.32) -, que afirma: “é preciso

descartar sistematicamente todas as pré-noções (...) Aliás, ela é a base de todo método científico. A dúvida metódica de Descartes, no fundo, não é senão uma aplicação disso".

Ao invés da dúvida, da vigilância epistemológica e do princípio da não consciência na tentativa de decifração da base da sociedade (Bourdieu, 2010), na captura de um fenômeno estrutural da objetividade, da apreensão do movimento do real, ocorre uma afinidade eletiva das pesquisas que excluem os elementos traumáticos da sociedade – as lutas sociais de raça e de classe, por exemplo-, e, com isso, os pontos de tensão da ordem social são minimizados da percepção e da publicização de ideias que podem formar a consciência coletiva. Isso acaba invisibilizando as questões mais estruturais e elementares do mundo social, que deixam de serem percebidas e ficam ocultas.

Não podemos esquecer da História: a sociologia se ligou intimamente à revolução burguesa; seu aparecimento coincide com a consolidação da burguesia como classe social dominante (Fernandes, 1980). Na sua gênese, as ciências sociais tinham como objetivo "obter técnicas sociais tão perfeitas, que poderia, no futuro, organizar racionalmente a sociedade, segundo planos sociais, econômicos etc., de modo a reduzir ao mínimo o desperdício da energia humana e os desajustamentos sociais "(Fernandes, [1946] 1971.p.322). Com uma "infiltração dos *ídola* de origem e natureza burguesa nas ciências sociais(...). Ela assumiu uma tendência torrencial: ideias, valores, ideologias penetram maciçamente nas categorias de explicação e os conceitos-chave das ciências sociais" (Fernandes, 1980.p.25), assim como da economia. O que vemos, com isso, é que, na investigação científica, ocorrem disputas entre visões de mundo, "lutas de classificação" (Bourdieu, 1989;2020), que acarreta no constante e sistemático apagamento e invisibilização de questões centrais da sociedade, questões elementares, como as classes e a dimensão do racismo, as lutas de raça e de classe - o antagonismo social que fica *foracluido*, como fala Slavoj Zizek (1996). O que inibe a transformação social, conserva a ordem das coisas, a manutenção do *status quo* das elites dominantes. O "discurso produzido como universal pela ciência faz parte da construção do universal" (Miraldi, 2015.p.35), reafirmando a ordem social[2].

Nesse sentido, a ciência e tecnologia científica travam "lutas de classificação" que são "lutas simbólicas" de determinação da "realidade social", da construção social da realidade; elas podem se converter em servas de um sistema de dominação e poder, ou servir como base

[2] "É nesse sentido que Bourdieu coloca em questão o campo acadêmico e aquilo que o discurso intelectual deve ao fato de ser produzido nele. Além da característica geral que faz do campo científico um campo de disputas entre dominantes e dominados, ele apresenta a especificidade de ser um espaço no qual as urgências da vida (as necessidades econômicas) são postas de lado na medida em que a disposição para a skolé" (Miraldi, 2015.p.35)

para criticar, desvendar os mecanismos de poder. A classificação científica tem o poder de influenciar e opinião pública e o senso comum, principalmente no caso dos intelectuais com mais visibilidade. A ciência herda o prestígio da magia nas sociedades antigas e da religião no contexto pré-moderno: o papel de explicar o mundo. Não existe tema discutido na esfera pública da sociedade moderna que não evoque a "palavra do especialista" que fala pela ciência, que tem a força do seu "prestígio público, a servir de instância legitimadora e primeira e decisiva trincheira da luta social e política pela definição legítima de "boa vida" e "sociedade justa" (...). Não existe ordem social moderna sem uma legitimação pretensamente científica desta mesma ordem" (Souza, 2015.p.18).

Nessa trincheira da luta social e política pela definição legítima do mundo social, a verdade desse mundo está em disputa, uma disputa sobre o que é "verdade" e pela sua explicitação ou ocultação (Bourdieu, 2020). Isso é o que se encontra em luta social na percepção: uma socioanálise da percepção, como chamamos nesta tese, dos agentes da sociedade pesquisada e das classes sociais que compõem a estrutura de posição de classes.

Observamos que, ora os estudos de classe não estão sendo articulados com a raça/cor, como no entendimento da sociedade brasileira, ou a "classe social" está cada vez mais se confundindo, imbricando e se diluindo com os estudos da "estratificação social", chegando a ser uma completa confusão de fenômenos. Não se trata apenas de uma confusão de palavras, o que teria pouca importância se fosse apenas isso (sempre que se desse um sentido concreto aos conceitos empregados). Trata-se de uma denegação da realidade social, às vezes até pior, aparecendo como projeto político consciente de manipulação simbólica da realidade social. Não é só um desalinhamento de palavras, mas de coisas, que afetam a interpretação da realidade social que fica visível e publicizada.

Sempre tem alguma coisa fora da ordem, algo que se escamoteia, que engana, que se oculta, que fica invisível. Algo que perturba a nossa consciência, um negativo que fica sem ser visto ou medido, recalcado, incognoscível à nossa cognoscibilidade, se escondendo atrás do mundo visível da percepção (Zizek, 1996; Bourdieu, 1996;2020). Ocorre uma "mistificação ou ocultamento das bases materiais do sistema capitalista de poder (e, especialmente de suas fissuras, contradições e catástrofes em potencial)" (Fernandes, [1988] 2017.p. 26). Ou seja, o que não fica visto nas pesquisas socioeconômicas é a exploração desenfreada e perversa da grande maioria do povo brasileiro.

Os antagonismos sociais e a luta de classes estão inscritos no centro da economia, mas têm de permanecer ausentes, não tematizados, invisíveis, para assegurar a ordem ou pretensa ordem social. Esse é o segredo mais bem guardado das elites (e muitas vezes duplicado pelos

institutos de pesquisa): “esconder a classe e defender a meritocracia” (Souza, 2009.p.120). Falar de classes sociais não é uma mera constatação da realidade objetiva da sociedade, como fazem algumas pesquisas de estratificação, e sim *tornar visível* algo que se encontra invisível na nossa percepção. Além de expressar as divisões no interior de uma sociedade e “ler os números”, esse estudo diz respeito a desigualdades sociais, poder, exploração, situações de mercado, conservação perversa da ordem social ou a sua transformação civilizatória. Os conflitos sociais são invisibilizados diante dos nossos olhos. Escondem a verdade de maneira descarada.

Na estrutura social brasileira, a mobilidade social é de curta distância, enquanto as desigualdades sociais e raciais são de longa duração, formando um padrão de manutenção das desigualdades entre os grupos e classes sociais enquanto principal traço estrutural do país. No entanto, entre 2003 e 2011se forma um novo padrão de mobilidade social, que afeta sobretudo a base da pirâmide social (Ipea,2012; Pochmann, 2010; 2015;a, 2010; Quadros, 2008; 2010), gerando impactos na redução das desigualdades sociais, além de um movimento ascensional na estrutura de classes (formação de transfugas de classe), o que é algo novo, nos últimos trinta anos e merece ser objetivado. A questão da correção das desigualdades e do movimento na estrutura social é de relevância devido à formação e o sentido do Brasil, profundamente atravessado por uma estrutura de dominação de classe, raça e gênero. O que engendrou um abismo de desigualdades sociais e regionais. Nesse cenário, o que pretendemos investigar é se está ocorrendo uma mudança do *habitus* de classe estruturado inicialmente na posição de classe social da família ? Caso haja, quais são os sentidos dessa mudança? E quais as permanências sociais?

A tese ora proposta tem como objetivo analisar as mudanças e permanências na estrutura social brasileira, no período do novo desenvolvimentismo oriundo do “lulismo” (Singer, 2012), a partir de uma socioanálise da percepção. Para isso, iremos partir de uma sociologia de reconstrução histórica, como defende Florestan Fernandes (para revelar o dinamismo das estruturas em ebulição e atingir o fundo da realidade), articulada com os dados quantitativos acerca das mudanças recentes da estrutura social brasileira e de uma pesquisa qualitativa acerca da dinâmica contemporânea das classes sociais, a “Radiografia do Brasil Moderno”, onde participei como pesquisador de campo, no âmbito do Ipea.

1.3 A RADIOGRAFIA DO BRASIL MODERNO

O Ipea realizou, entre 2015 e 2016, uma pesquisa acerca da reestruturação da estrutura de classes sociais do país, buscando apreender as novas configurações de classe social no Brasil Contemporâneo. Essa pesquisa, que foi intitulada de “Radiografia do Brasil Moderno”, realizou

um monitoramento das classes sociais nas macrorregiões do país, a partir dos atores na sua relação com as instituições econômicas, sociais e políticas. Com metodologias que buscaram apreender os cruzamentos entre o trabalho, a escola, a família, a religião e o Estado na história de vida dos pesquisados, a partir da aplicação de um questionário semi-estruturado, que teve o conceito de *habitus de classe*, de Pierre Bourdieu, como seu principal norteador teórico-metodológico, assim como as *variações interindividuais do habitus*, a partir das contribuições da sociologia em escala individual de Bernard Lahire. Com isso, foram realizadas um total de 632 entrevistas, compreendendo as sete regiões metropolitanas brasileiras (Ipea, 2016).

Essa pesquisa ocorreu em um momento singular na História do Ipea, já que, pela primeira vez, a instituição foi presidida por um sociólogo e não um economista, Jessé Souza, que foi quem coordenou a pesquisa. Com isso, iniciou uma abordagem qualitativa em larga escala, a partir dos dados quantitativos do Ipea (que mapearam as macrorregiões e municípios prioritários onde deveriam ser aplicados os questionários) e das pesquisas sobre as classes sociais desenvolvidas de maneira inovadora pelo sociólogo (Souza, 2008; 2009).

O autor supracitado mobiliza os conceitos bourdieusianos, assim como a gramática da moral de Charles Taylor e as variações interindividuais de Lahire, combinando a dimensão material das classes (economia) com a dimensão imaterial da cultura (moralidade, visão de mundo, estilos de vida e trajetória social), para apreender a realidade brasileira, fazendo uma "teoria em ato" (como gostava de falar o próprio Bourdieu), ou seja, mobilizando os recursos heurísticos em pesquisas empíricas para a *construção epistêmica de classes sociais* a partir da realidade social objetivada, e não repetindo as conclusões dos autores. As classes construídas no contexto brasileiro foram: *a ralé estrutural, os batalhadores brasileiros, as classes médias e as elites.*

A ralé estrutural pode ser compreendida como a fração de classe abaixo da classe trabalhadora. Composta pelo autoemprego precário, a ralé abarca os excluídos, marginalizados, pobres que vivem do trabalho de subsistência, desconectado do sistema econômico. Esse nome diz respeito ao abandono social e político por que passa esse estrato de despossuídos. São particularmente vulneráveis à violação de direitos. Essa classe se reproduz intergeracionalmente como classe desprovida das disposições psicossociais necessárias para atuar em uma sociedade competitiva, devido à falta de socialização adequada na incorporação dos capitais, principalmente o *capital cultural*, que são importantes para o jogo social e disputa competitiva na vida societária em condições modernas.

A ralé advém de uma socialização precária em ambiente familiar e comunitário estruturado por baixíssimo capital econômico e cultural, ambiente atravessado pela pobreza, instabilidade dos cuidados, privação econômica e frágil estímulo ao desenvolvimento infantil; são "filhos de pais (apenas de mães quase sempre) miseráveis não só economicamente, mas carentes de autoconfiança, de autoestima e sem ter internalizadas as precondições psicossociais para ganhar a vida numa sociedade competitiva" (Souza, 2009.p.99).

Eles são uma classe de indivíduos excluídos do acesso ao mercado e à inclusão social, privadas do "princípio de dignidade" (Taylor, 1997) e largamente condenados à reprodução sistêmica da pobreza e da precarização do trabalho. Na esfera da produção, eles se inserem como:

> trabalhadores elementares, empregadas domésticas e autônomos precários. Sua capacidade de vendada força de trabalho é bastante limitada, auferindo salários em média próximos ao mínimo. A ralé é, geralmente, desfiliada do sistema de seguro social, e, quando se filia à força de trabalho formal, permanece por pouco tempo nessa condição. Sua trajetória laboral é marcada, assim, pelo risco do desemprego, da doença e da incapacidade ao trabalho (Natalino e Lopez, 2020.P.8-9)

Os batalhadores são a "nova classe social" que emergiu na estrutura de posição de classes do Brasil dos anos de 2000, estrutura outrora constituída apenas pela ralé estrutural abarcando a ampla maioria da população (a base da pirâmide), a classe trabalhadora, a classe média não proprietária e os extremamente ricos. Os batalhadores são uma classe social recentemente incluída na pirâmide da estrutura da posição de classe social do país, a partir do desenvolvimento econômico e cultural das políticas públicas alinhadas aos fluxos contemporâneos do sistema capitalista global, em uma de gestão de "conciliação de classes" oriunda dos governos do PT (Lula e Dilma).

Os batalhadores conseguiram tirar proveito do forte crescimento econômico do "lulismo" (Singer, 2018), constituindo uma "nova classe trabalhadora" (Souza, 2010), por vezes mal identificada como uma "nova classe média". Eles são uma fração da classe trabalhadora caracterizada pela posse das disposições necessárias à integração nas atividades produtivas e ao mínimo de reconhecimento social.

Se a ralé estrutural constitui um grupo "não só sem capital cultural e econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida (...) das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação" (Souza, 2009, p. 21), os batalhadores constituem uma classe que, de forma limitada, incorporaram algum *capital econômico* e desenvolveram em sua socialização familiar uma ética do trabalho duro e continuado, com disposições práticas para o

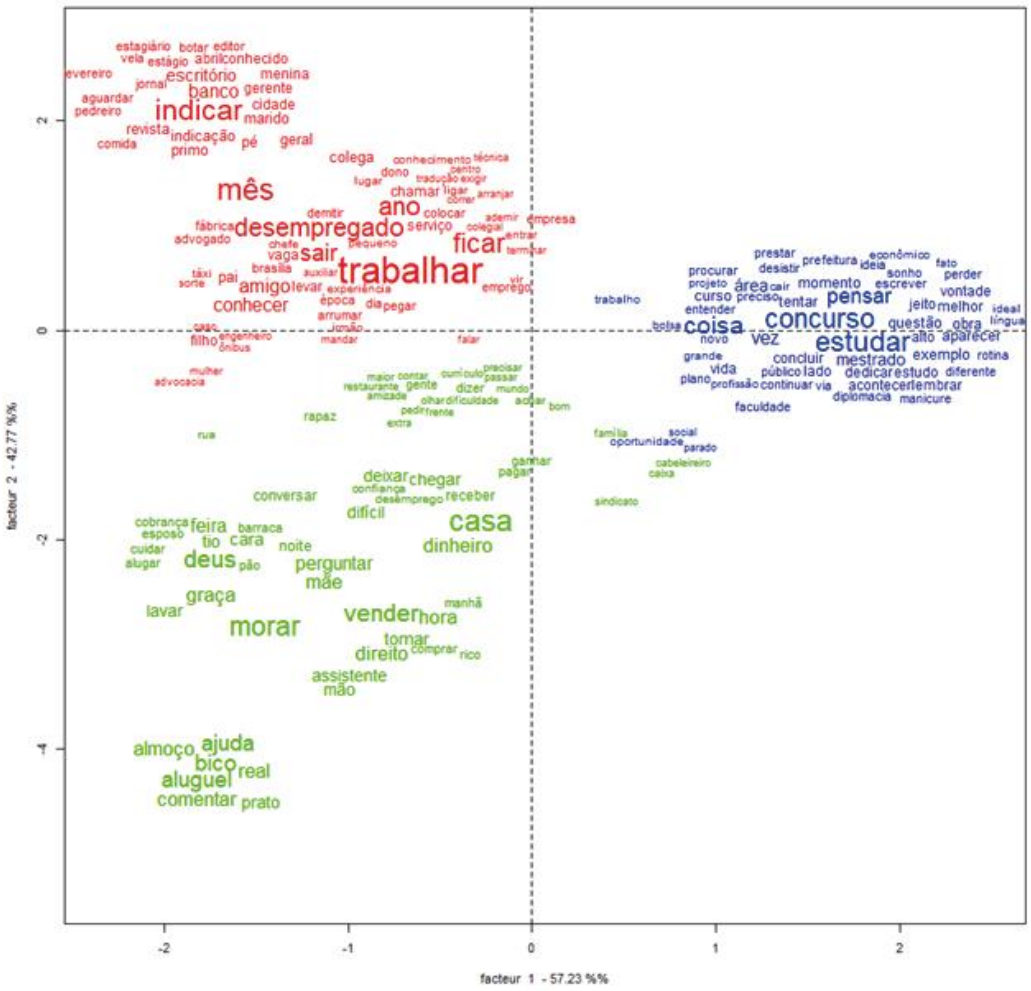
agir no mundo do trabalho contemporâneo. Eles desenvolveram um cálculo prospectivo (capacidade de pensar o futuro), autocontrole e a disciplina no seu *habitus de classe*, incorporando um *ethos empreendedor e ascético*, que permite uma inclusão subordinada à atividade produtiva, adentrando também, com o acúmulo de *capital econômico*, no mercado de consumo.

As entrevistas (Souza, 2010; Ipea, 2016) revelam que a socialização primária dos batalhadores se deu em ambiente de capital cultural, econômico e social superior à ralé, mas ainda assim relativamente baixo. Eles se inserem na esfera de produção, seja como trabalhadores formais qualificados e supervisores, seja como trabalhadores autônomos, por conta própria, geralmente em condições precárias, mas podendo até mesmo atuar como pequenos empregadores. A sua força de trabalho gera um pequeno patrimônio, possibilitando auferir rendas próximas à mediana nacional (Ipea, 2020.p.9). Nesse ínterim, os Batalhadores se situam entre a ralé e a classe média, inseridos no sistema econômico como produtores e consumidores de bens e serviços que antes eram privilégio apenas da classe média para cima.

A classe média, por sua vez, é detentora do *capital cultural* (principalmente de tipo legítimo/escolar), do *capital econômico* e, em menor volume – comparado às classes média alta e elites -, *capital social* (prestígio social). Esse grupo tem a posse de conhecimento socialmente valorizado, do "princípio" da dignidade social baseada em critérios modernos de reconhecimento e da sensibilidade (são considerados pessoas, ou seja dignos reconhecimento social).Seu privilégio básico se assenta no poder de se "preparar para o futuro" (Souza, 2010), em um nível muito maior do que os *batalhadores,* que frequentemente têm que trabalhar e estudar ao mesmo tempo (numa dupla ou até mesmo tripla jornada, tendo que labutar pelo menos doze horas por dia). Diferente dos últimos, a classe média dedica-se aos estudos a fim de ingressar no mercado de trabalho em condições mais vantajosas, como podemos ver na análise fatorial de correspondência dos léxicos dos agentes pesquisados,[3] a seguir.

[3] A partir do banco de dados da pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo - composta por 625 entrevistas em profundidade desenvolvidas com moradores de cidades brasileiras de médio e grande porte-: "Como empreitada inicial, as entrevistas foram alvo de uma busca por radicais-chave ("emprego", "trabalho" e "ocupação"), o que permitiu a seleção de 74 entrevistas que relataram, com uma oferta satisfatória de dados, a mobilização de providências para a obtenção de empregos no decurso das biografias. Em seguida, os trechos das falas compuseram um *corpus* próprio, adaptado ao *software* Iramuteq. Como técnica de análise, optei pela classificação hierárquica descendente (CHD), também conhecida como método de *Reinert*. Voltada à criação de classes lexicais, a CHD cruza os vocabulários em suas formas reduzidas por meio de repetidos testes qui-quadrado, agrupando os segmentos de texto a partir das frequências e correlações entre as palavras. Por conseguinte, o *corpus* foi dividido em 553 segmentos de texto, com o aproveitamento de 84,09%, e anotaram-se 2.680 formas vocabulares, atingindo 18.800 ocorrências. A CHD apartou dois grupamentos de classe: de um lado, as classes 1 (33,1% dos segmentos de texto) e 2 (18,7%); de outro, a classe 3 (48,2%)" (Menezes, 2020.p.83).

Gráfico 1 - AFC–Análise Fatorial de Correspondência para os repertórios de acesso a empregos



Fonte: Radiografia do Brasil Contemporâneo (Ipea, 2020).
Elaboração: (Menezes, 2020)

A classe média - classe 3 (azul)- reporta-se fundamentalmente a um repertório léxico de investimento educativo (capital cultural legitimado), vinculado ao investimento de energia em cursos e concursos públicos - dedicação pessoal de longa duração, que expressa o planejamento do cotidiano, rotinas de estudo e de participação nas instituições sociais legítimas que se traduzem no ensino superior completo. Por seu turno, as classes populares 1 (vermelho) 2 (verde) denotam repertórios léxicos mais imediatos (e instáveis) de procura por trabalhos (Menezes, 2020). As linhas que separam a ralé dos batalhadores são tênues, e essas frações oriundas das classes populares vivem na busca de satisfazer as suas necessidades imediatas - os primeiros ainda mais que os segundos, já que vivem a partir de "bicos'' e do trabalho autônomo, corriqueiramente iniciado sem muitos recursos (classes destituídas). Também chamam a

atenção vocabulários que revelam o baixo proveito de necessidades básicas, ressaltando a alimentação e a busca por ajuda (Ibid.p.84)

Enquanto na classe média, vemos que:

> Os entrevistados dessa classe são pessoas oriundas de famílias com capital cultural e econômico médio, que lhes propiciaram alta estabilidade nos cuidados afetivos, estimularam seu desenvolvimento durante a infância e os criaram mais na base da conversa que no disciplinamento violento. Viveram e vivem em bairros com infraestrutura urbana adequada e socializaram-se em ambientes típicos das classes médias, como as escolas particulares. São pessoas, em geral, com superior completo ou até mesmo alguma pós-graduação, e tendem a possuir algum patrimônio. São empregados especializados, especialistas autoempregados, por vezes assumindo cargos de gerência ou atuando como pequenos empregadores, e auferindo rendimentos muito acima da média nacional (Natalino e Lopez, 2020.p.9)

Já entre as classes situadas acima da classe média, vimos até mesmo uma dificuldade objetiva em apreender a sua objetivação em larga escala. As classes do topo são a minoria pesquisada, comparadas à ralé, aos batalhadores e às classes médias. Como podemos ver nessa subamostra[4] abaixo, com 304 indivíduos, de 632 entrevistas realizadas (Ipea, 2016).

TABELA 1 - Categorias de Classe Social

	Frequência
Conta própria	5
Conta própria precário	58
Empregado doméstico	3
Empregado especialista	80
Especialista autoempregado	26
Gerente	11
Grande empregador	14
Inativo	14
Pequeno empregador	17
Supervisor	5
Trabalhador	54
Trabalhador elementar	17
Total	**304**

Fonte: Ipea (2016).
Elaboração: (Rocha, 2020)

A tabela supracitada apresenta as classes socioeconômicas e como se distribuem no espaço social. A distinção mais clara entre as classes média alta e as elites está no nível de renda e na propriedade de meios de produção. A classe média alta e as elites nasceram e cresceram socializadas em famílias e ambientes sociais com alto volume de capital cultural e econômico - de médio para alto. Além do capital cultural e econômico, muito superior se comparado à maioria dos grupos da sociedade, outra característica marcante desse grupo é o *capital social*,

[4] "A amostragem não é probabilística, mas intencional, contemplando pessoas residentes em localidades com índices de desenvolvimento humano variados, com o objetivo de abranger amplo espectro de condições sociais nos contextos metropolitanos brasileiros." (Rocha, 2020.p.18).

um elemento de poder simbólico em relação as outras classes, a partir de redes sociais ricas em recursos, proteção e indicação. Só o seu sobrenome já lhe garante poder simbólico no jogo social, vantagem na disputa por recursos socialmente reconhecidos e legitimados. As classes médias altas têm vantagem nas universidades, em campos de disputa de capital cultural, assim como em empreendimentos burgueses, já que são encontrados muitos proprietários e grandes empregadores nesse grupo social.

Já as elites, para além do nível de escolaridade em si, distinguem-se pelo seu patrimônio (majoritariamente herdado). Distinguem-se da classe média pela característica elitista das instituições de ensino superior que frequentam. "Se a classe alta é composta principalmente de proprietários e grandes empregadores, a média alta é majoritariamente formada pela combinação de alta especialização e exercício de autoridade no ambiente de trabalho, sendo, com maior frequência que a classe média, *chefes*" (Natalino e Lopez, 2020.p.10).

A pesquisa Radiografia do Brasil Moderno, portanto, mapeou a estrutura social do país, a partir da visão de mundo e estilo de vida dessas "classes construídas", alinhadas à sua posição socioeconômica, com o objetivo de gerar uma tecnologia para o aprimoramento das políticas públicas, principalmente as educacionais: "seu objetivo era reconstruir a socialização familiar e escolar das principais classes sociais brasileiras de modo a iluminar as precondições familiares que agiam como obstáculo ou como reforço para uma socialização escolar bem-sucedida" (Souza, 2020.p.5). No entanto, a pesquisa teve uma vida curta, um ano, já que foi interrompida com a ruptura institucional (o golpe dentro da ordem social) que culminou com a saída de Dilma Rousseff da presidência.

Nesse âmbito, como o Ipea era ligado ao Ministério do Planejamento, Jessé deixa a presidência do Ipea e a pesquisa é encerrada.

> A pesquisa que deu origem a esta edição do Boletim de Análise Político-Institucional (Bapi) foi realizada no contexto do Projeto Pátria Educadora, então escolhido como principal programa governamental da presidenta recém-eleita, Dilma Roussef, para seu segundo mandato presidencial. *A pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo* teve início tão logo assumi a presidência do Ipea em abril de 2015 e foi encerrada em abril de 2016. Seu objetivo era reconstruir a socialização familiar e escolar das principais classes sociais brasileiras de modo a iluminar as precondições familiares que agiam como obstáculo ou como reforço para uma socialização escolar bem-sucedida. Como a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, sob a condução de Mangabeira Unger, a quem na época o Ipea era subordinado, havia sido escolhida para conduzir o projeto ambicioso de melhorar a educação pública brasileira, essa pesquisa inovadora e ambiciosa poderia ser de grande utilidade para enfrentar com conhecimento e visão de futuro o desafio que nos havia sido proposto. Assim sendo, uma equipe bem treinada de 25 pesquisadores, a maior parte deles com experiência prévia de pesquisa de campo, saiu por todo o país para realizar mais de seiscentas entrevistas em

> profundidade com indivíduos de todas as classes sociais em todas as grandes regiões brasileiras. Tendo em vista a importância do projeto, assumi a coordenação geral da pesquisa, apoiado por um grupo de pesquisadores experimentados, em todas as suas fases. Quando a pesquisa foi terminada, em abril/maio de 2016, as condições políticas para se levar a cabo o projeto original não mais existiam. Não obstante, foi possível criar um processo de convencimento no Ipea acerca da importância do esforço realizado, de tal modo a possibilitar o aproveitamento dos resultados da pesquisa para uso futuro. Efetivamente, depois da recolha de dados e da transcrição das entrevistas, é inegável que a pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo é um dos maiores e melhores bancos de dados qualitativos à disposição hoje no Brasil (Souza, 2020)

Nesse âmago, atuei como um dos vinte e cinco pesquisadores bolsistas, desenvolvendo pesquisas na equipe de campo da região do Nordeste. Foi um momento ímpar, de muitos aprendizados, onde realizei trinta entrevistas semiestruturadas, em profundidade, com brasileiros adultos, residentes em áreas urbanas dessa região.

A primeira fase da pesquisa foi concluída com um total de 632 entrevistas realizadas em todo o Brasil (número total de entrevistas, levando em consideração o conjunto de todas os pesquisadores de campo). No entanto, quando a segunda fase estava em processo, com as reuniões regionais, a análise das entrevistas e a escrita dos documentos, a ruptura institucional destituiu os coordenadores da pesquisa. A radiografia do Brasil é cancelada, os bolsistas desligados e, com isso, parcialmente encerrada. Jessé Souza deixa os bastidores da atividade de pesquisa para fazer uma sociologia pública, sendo uma das vozes que gritaram que o que estava acontecendo no Brasil era um golpe, e os seus livros passam de uma análise das classes sociais para uma intervenção no debate público do país.

De todo modo, a pesquisa Radiografia do Brasil deixou frutos; além de um banco de dados qualitativos acerca das classes sociais do país, no Ipea[5] saiu uma publicação recente, com alguns resultados obtidos (Ipea, 2020), além de publicações de integrantes da pesquisa (Alves, 2018; Menezes, 2018; Rocha e Visser,2022), dentre outros esforços que foram feitos na compreensão desse fenômeno contemporâneo das classes sociais brasileiras.

Essa tese se soma aos esforços desses pesquisadores, para compreender esse fenômeno recente da emergência das classes populares no país. Nesse sentido, estou partindo das 30 entrevistas qualitativas que realizei no âmbito do Ipea (2015-2016), e, mais duas que ocorreram recentemente (2024), para aprofundar algumas questões acerca das relações raciais e trajetórias de transfugas de classe, que surgiram no decorrer da escrita da tese , para além do que pesquisei

[5] Recentemente retomada por Marco A. C. Natalino Felix, da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea.

no Ipea [6]. Também utilizo uma entrevista do banco de dados da região Nordeste (Ipea, 2016) e, aciono pesquisas quantitativas acerca da evolução da estrutura social do país (Ipea,2012; Quadros, 2008; 2010; Pochmann, 2010; 2015; Souza, 2016; Ribeiro, 2017).

Com isso, vamos buscar apreender a estrutura social brasileira do ponto de vista: *sociohistórico*, para entender como se deu a abertura do espaço social que possibilitou um canal estrutural de mobilidade de classes e frações de classes intermediárias, em um país de desigualdade social abissal; *socioeconômico*, para entender as mudanças no nível de renda das classes; *sociocultural* para entender as transformações e permanências do espaço social e a economia das práticas das classes sociais; *simbólico*, para entender a luta de classes como luta de classificação; e a partir da reconstrução de trajetórias sociais de agentes pesquisados.

Desse modo, no capítulo um, vamos apresentar a teoria das classes sociais de Pierre Bourdieu, principal referência norteadora deste estudo das classes sociais, mostrando como o autor soma a perspectiva material das classes a uma perspectiva cultural e simbólica (imaterial) que nos permite apreender dimensões da prática social e estilos de vida das classes, para além da renda. Ou seja, a dimensão da renda (do *capital econômico*), acrescida de outras dimensões (do *capital cultural, simbólico e socia*l).

No segundo capítulo, desenvolver uma perspectiva que Bourdieu chamava de *socioanálise* [7] , na relação entre as classes e as classificações[8]; o que estamos chamando aqui de "socioanálise da percepção das classes sociais". Aproximando, com isso, Bourdieu do marxismo e a psicanálise. Desse modo, em uma *socioanálise da percepção*, enfatizando aspectos simbólicos das classes sociais e da luta de classes e de classificação. O nosso objetivo, neste capítulo, é mostrar que a luta de classes atua na forma de classificações sociais, na formação na visão de mundo dos agentes que "constrói" a realidade social na sua percepção.

No terceiro capítulo, vamos falar sobre como se estruturou a estrutura de pobreza do Brasil, as posições destituídas, a ralé estrutural. Para, com isso, compreender como parte dessa

[6] A escala das entrevistas realizadas (perfis) pode ser vista no "Apêndice", ao final da tese.

[7] Para Bourdieu (2007.p.201): "a sociologia e a psicologia [psicanálise] deveriam juntar esforços no intuito de analisar a gênese do investimento no campo das relações sociais". Essa apropriação sociológica da psicanálise - a socioanálise - serve como uma mobilização de "toda a aquisição cientifica disponível para tentar objetivar o mundo social, (...) ela oferece a possibilidade de liberdade" (Bourdieu, 2013.p.26).

[8] "A "realidade social" de que falam os objetivistas também é um objeto de percepção. E a ciência social deve tomar como objeto não apenas essa realidade, mas também a percepção dessa realidade (...). A sociologia deve incluir uma 'sociologia da percepção do mundo social', isto é, uma sociologia da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo" (Bourdieu, 2004. p. 156-7 [1930]).

classe, com o "pior ponto de partida na estrutura social", conseguiu ascender socialmente como uma "classe intermediária", entre a massa e a classe média, na emergência dos batalhadores brasileiros em suas mais diversas frações.

No quarto capítulo, vamos fazer um estudo acerca da dinâmica da estrutura social do Brasil, mostrando como ela se consolidou ao longo da História, evidenciando os mecanismos de permanência e mudança social, mobilidade e desigualdade, buscando entender como foi possível a abertura no espaço social para a mobilidade em massa da "massa", a mobilidade de classes sociais oriunda da pobreza, que chegaram inclusive a ser chamadas de "nova classe média", classificação essa, que esconde um interesse da luta de classes, metamorfoseado de neutralidade axiológica dos dados. Iremos objetivar como a ralé estrutural adentrou em canais de mobilidade na mudança da estrutura social, para a ascensão dos batalhadores.

No capítulo cinco, vamos falar acerca das lutas de classificação que se deram em torno da ascensão social dos trânsfugas de classe batalhadores, bem como as suas implicações sociais e políticas que ficaram ocultas. Mostrando, com isso, que as classificações fazem parte do jogo simbólico da luta política das classes sociais, que é uma luta pela definição do sentido do mundo social, da construção da realidade e da formação reificada do senso comum.

Já no capítulo seis, vamos apresentar um estudo acerca das *metamorfoses do habitus* das classes e frações de classes ascensionais, a partir da reconstrução de "perfis" de trânsfugas de classe batalhadores. Por fim, no capítulo sete, destacamos o perfil dos "batalhadores culturais" (Alves, 2018), uma fração ascensional ligada ao capital cultural e, não ao capital econômico, por ser um "achado de pesquisa" pouco discutido nos estudos recentes da mobilidade social oriunda das mudanças da estrutura social brasileira. Com esses aspectos, essa pesquisa pretende fazer uma objetivação das mudanças e permanências sociais que ocorreram nas frações ascensionais dos trânsfugas de classe batalhadores e, os efeitos políticos da sua luta simbólica de classificação, uma socioanálise da percepção.

PARTE I – UMA SOCIOANÁLISE DAS CLASSES

2 A TEORIA DAS CLASSES SOCIAIS DE PIERRE BOURDIEU

Diversas correntes se propuseram a estudar a relação entre classe e ação social, seja ela consciente, inconsciente, infraconsciente, pré-reflexiva, supra-consciente, livre, calculada, espontânea, teatral, dos papéis, das tensões do ego, do passado que se reproduz no presente ou do presente que atualiza o passado. Sistemas de pensamento como, por exemplo, a teoria da escolha racional, o individualismo metodológico e o estruturalismo não dão conta da pluralidade das lógicas da ação, segundo a sociologia de Bourdieu, que envolve, ao mesmo tempo, cultura e classe social na perspectiva disposicional da prática social.

Desde o pós-II Guerra, a teoria sociológica encontra-se numa encruzilhada, um momento decisivo de superação de diferentes abordagens de explicação e compreensão do mundo social, outrora contraditórias. Perspectivas estritamente macroestruturais e micro-individuais, por si só, não dão conta da complexidade dos fenômenos sociais da segunda modernidade, como fala Beck, ou da modernidade líquida, segundo Baumann. Esse momento contemporâneo, epistemologicamente revolucionário na sua apreensão histórica do movimento do real a partir da superação de falsas contradições (social e psicológico/ objetivismo e subjetivismo), marcou uma geração de jovens sociólogos que formularam programas de trabalho de natureza inteiramente diversa. Persistem entre eles desacordos fundamentais, mas há um princípio fundante em relação ao qual todos estão de acordo: “a micro e a macro teoria são igualmente insatisfatórias; ação e estrutura precisam agora ser articulados (...), o que está na ordem é mais propriamente uma teoria que busque a síntese, do que uma que insista na polêmica” (Alexander, 1988.p.1).

Esse movimento de síntese teórica nas ciências sociais é o que o sociólogo pós-positivista Jeffrey Alexander (1988) chama de “novo movimento teórico”. Para o autor, a sociologia é uma ciência multiparadigmática. Por um lado, existem perspectivas que enfatizam a questão macro, como por exemplo o funcionalismo e o estruturalismo, ao mesmo tempo que outras correntes epistêmicas, por outro lado, abordam o social pela ênfase no micro, a exemplo da etnometodologia.

Buscando articular dimensões objetivas e subjetivas, micro e macro, estrutura de classe e disposição da ação é o que pretendem os autores da teoria social contemporânea, para objetivar esse objeto de estudo que está em constante movimento e transformação que é a sociedade, a partir da superação de falsas contradições que só enfraquecem a apreensão do mundo social. Entre eles podemos destacar a dualidade da estrutura de Giddens (2003),

apreendendo traços estruturais e institucionais ao mesmo tempo que analisa a conduta histórica de agentes concretos; Habermas (2012), na articulação entre *sistema* (racionalidade instrumental) e *mundo da vida* (razão comunicativa); e Bourdieu (2007; 2008) na relação entre a estrutura estruturada do campo de força social e a estrutura estruturante da ação, o *campo* e o *habitus de classe*. Sendo esse último autor, como já dissemos, o principal referencial de diálogo nesta tese.

A sociologia de Bourdieu se fundamenta como uma sociologia da prática social - uma *economia simbólica dos capitais (econômico, social, cultural e simbólico*) que se inscrevem no *habitus* formando uma economia das práticas. Nesse ínterim, numa aproximação epistêmica com a antropologia estrutural de Lévi–Strauss, assim como do interacionismo simbólico de Goffman, a fenomenologia da consciência de Husserl, a linguística de Saussure (assim como o diálogo com Chomsky, também nessa área do conhecimento), a economia das pulsões de Freud, em junção com os três clássicos da sociologia -o simbolismo do fato, de Durkheim; a orientação subjetiva do ato, de Weber e a dominação e desigualdade de classe social, em Marx -, formam a base teórica da sociologia de Pierre Bourdieu.

O sociólogo francês vem se estabelecendo como um novo clássico das ciências sociais (Vandenberghe, 2010). Se o novo movimento teórico pretende uma síntese, da mediação entre a agência e a estrutura, a sociologia da prática na perspectiva relacional de Bourdieu faz isso, a partir da mediação simbólica entre o *habitus* e o *campo*, a posição de classe e a disposição da ação, apreendendo com isso pluralidade das lógicas da ação das classes e frações de classe.

A prática social é apreendida aqui a partir do conceito de *habitus*, uma estrutura estruturada e estruturante. Uma estrutura que se deposita em nosso corpo, que foi estruturada a partir da posição social socializada e dos capitais internalizados (*opus operatum*), e com isso se torna estruturante de todas as nossas práticas (*modus operandi*). A prática social se torna algo central no estudo das classes sociais por Pierre Bourdieu. Algo desenvolvido tendo o próprio Marx como ponto de partida, como podemos ver nas teses sobre Feuerbach, onde a primeira afirma: “a falha capital de todo materialismo até agora (incluso o de Feuerbach) é captar o objeto, a efetividade, a sensibilidade apenas sob a forma de objeto ou de intuição, e não como atividade humana sensível(...) a própria atividade humana como atividade objetiva” (Marx, 1888.p.1) E, na segunda, o velho Marx fala que “a questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica mas *prática*” (Ibid.)

Com isso, Bourdieu utiliza Marx além de Marx, já que não continua a tradição Marxista, ao separar a classe como uma categoria a priori na luta política, onde essas acabam virando uma

substância, algo pré-formado (Weininger, 2004), levando a uma confusão entre os sentidos ôntico e ontológico do ser social. Como lembra Lukács (1979), o laço social entre as classes, não é formado a priori, mas, sim, na luta de classes, no engajamento da luta política, não é substancialista.

Portanto, todas as inovações teóricas produzidas por Bourdieu para apreender as classes só se desenvolvem em situações empíricas concretas, promovendo, nesse sentido, três rupturas com o Marxismo: a ruptura com o p*rivilégio das substâncias em detrimento das relações*; a ruptura com o *economicismo*, que reduz o espaço multidimensional estruturado em campos sociais ao capital econômico, ignorando o que vai além do econômico, como o caso do simbólico; e o entendimento das classes apenas como *objetivismo*, uma posição fixada a partir da posição econômica objetiva e não relacional da prática social, o que ignora as lutas simbólicas em diferentes campos de coordenadas do espaço social, nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e a gênese das práticas (Bourdieu, 1989). São esses os elementos que orientam metodologicamente o desenvolvimento desta tese acerca das classes sociais no Brasil contemporâneo.

Na sociologia da prática de Bourdieu, que envolve a classe e as classificações, a estrutura de posições de classe precisa ser "construída" mediante a pesquisa empírica. Ou seja, a classe social é um recurso heurístico utilizado para analisar a sociedade, e não uma dimensão a priori. Não devemos confundir as classes no papel (percepção do cientista social) com as classes reais (que só se encontram a partir da verificação da realidade, o que pode reforçar ou negar aquilo que estava previamente estabelecido heuristicamente no papel).

As classes sociais são construídas a partir de critérios classificatórios que recortarão a realidade em função de divisões preexistentes dos pesquisadores, a partir de critérios como ocupação, idade, rendimento, sexo, raça, gênero, anos de estudo, diploma, dentre outros, que orientam a lógica da pesquisa empírica, que é a arte de obter o máximo de informações pertinentes com o mínimo de perguntas (Bourdieu, 2020). Com isso, podemos objetivar uma realidade, "podemos recortar classes no sentido lógico do termo, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes, condicionamentos semelhantes, logo probabilidades de atitudes e interesses semelhantes, práticas e tomadas de posição" (Ibid.p.136).

Essa descrição acima é de uma "classe no papel" (Bourdieu, 1989): ela tem existência teórica, explicativa e provável, mas não são sujeitos reais. São *classes latentes*, para usar um termo de Lazarsfeld (1954), uma classificação obtida a partir de critérios ligados entre si em diversos graus, que podem ser medidos estatisticamente, a partir de procedimentos rigorosos. Essas classes sociais são "construídas", ou seja, não existem necessariamente na práxis dos

agentes sociais ou sujeitos, são “classes objetivas, ou seja, unidades que obtemos ao aplicarmos um conjunto de critérios ligados entre si, ao mesmo tempo, são o conjunto de critérios, o conjunto de princípios de distribuição ou de hierarquização pertinentes para estruturar, na realidade, essa população” (Bourdieu, 2020.p.62).

Esse momento da constituição das classes sociais é o que Bourdieu chama de “momento objetivista”, onde ele busca estabelecer critérios objetivos, limites, estatísticas, para apreender uma classe social no seio de uma população. Enquanto o segundo momento seria o “momento subjetivista”, que é o da orientação subjetiva da ação dos agentes no mundo “natural” do senso comum, que é empírico, oriundo da fala e interações intersubjetivas dos agentes (Bourdieu, 2009b). Nesse, o autor acaba se aproximando também de uma tradição que envolve o sentido da ação subjetiva reconhecida entre os grupos, o que foi desenvolvido a partir de Max Weber, no seu estudo entre *classe social* e *grupos de status.* Bourdieu faz um esforço metodológico para repensar a oposição que Weber faz entre classe e posição, ou seja, a questão que desenvolve entre o econômico (material) e o simbólico. Para o autor, as diferenças de status que o sociólogo alemão coloca, são, na verdade, manifestações das diferenças das classes sociais (Bourdieu, 2008).

Enquanto Weber distingue *classe* e *grupo de status*, como dois tipos de unidades que existiriam de acordo com o tipo de sociedade, ora ressaltando o lado econômico objetivo, ora ressaltando o lado simbólico subjetivo. Bourdieu faz uma síntese entre esses dois momentos, material (econômico) e simbólico, em sua teoria das classes (Weininger, 2004). A operação metodológica proposta pelo sociólogo consiste em: 1- estabelecer uma dimensão causal entre situação de classe e habitus; 2- estabelecer uma homologia entre habitus e práticas (consumo, gostos, estilos de vida, visões de mundo, praticas simbolicamente coerentes); 3- estabelecer que práticas servem para a construção de coletividades sociais, isto é, grupos de status, de fronteiras simbólicas entre indivíduos em diferentes situações na estrutura de classe.

Com isso, ao estabelecer que classes não são apenas rendimentos materiais, critica e incorpora o Marxismo (a partir do capital econômico) e dialogando com Weber. Ao mesmo tempo, ao estabelecer que as diferenças weberianas de status são *modos de classificação e distinção das classes* entrelaça a dimensão simbólica no estudo conflituoso das classes sociais, sendo a luta de classes, a luta com relação a classes e classificações, a luta pelo poder simbólico, ou seja, uma luta das formas simbólicas de classificação, articulando com isso os estudos de Durkheim e Mauss ao estudos de classe social (Bourdieu, 1989).

Nessa perspectiva, o sociólogo francês sintetiza um novo movimento teórico a partir da superação das antinomias entre abordagens (objetivismo e subjetivismo, material e simbólico, agência e estrutura) e autores (Marx, Weber e Durkheim) na construção das classes como coletividades sociais, inaugurando um "terceiro momento" que tem sua síntese final na prática social. Como afirma Wacquant (2007), a classe não repousa nem nas estruturas nem nas agencias, mas na relação delas à medida que é historicamente produzida, reproduzida e transformada. Desse modo, levando em consideração as estruturas estruturadas que se impõe sobre o agente (objetividade), ao mesmo tempo que as estruturas estruturantes que criam a sua ação (subjetividade), estrutura-se com isso um terceiro momento: a *sociologia da prática* (Bourdieu, 2000). Essa prática social não é objetiva ou subjetiva, estrutural ou fenomenológica, material ou simbólica, mas uma síntese dialética de ambas as dimensões.

2.1 OBJETIVISMO, SUBJETIVISMO E SOCIOLOGIA DA PRÁTICA

Diferentemente da economia, onde o estudo das classes se consubstancia como algo dado, visível na compreensão estatística, a sociologia busca entender a construção sócio-histórica e cultural desses dados, utilizando, para isso, também a economia em um movimento antropofágico. A economia (correlações estatísticas, taxas etc.) corresponde ao *momento objetivo* da pesquisa, o "objetivismo" como fala Bourdieu, onde a realidade composta (nome, gênero, sexo, idade, ocupação) são agrupadas em propriedades autônomas, formando indicadores objetivos - coisas (sociais) em um espaço que podem ser chamados de objetivos –, necessários e independentes, como os anos de estudo (para medir o ensino) e o diploma (para medir a sanção e a posição de status), "características, índices , sinais, símbolos, todo tipo de coisas que revelam alguma coisa que as manifesta-ignora. Trata-se de enfatizar aquilo que uma conduta revela, mais do que aquilo que ela proclama (Bourdieu, 1989.p.49. Grifos do autor).

Esse objetivismo é uma arma para a "legitimação da sociologia" (uma neutralidade ética ou axiológica, como fala Weber), ele segue a lógica de uma "física social" (como fala Comte), de uma realidade física, concreta, mas que, analisada sozinha, conduz a perigos. Os objetos classificados - leis que o pesquisador faz aparecer - também são classificadores que engendram classes sociais. E essas são formadas pela posição do agente no espaço social de classificação - posição que ele ocupa em diferentes campos-, ou seja, na distribuição plural e desigual dos poderes que atuam em cada um deles (os capitais interiorizados pelos agentes). Se a classificação objetiva não reconstruir esse momento da passagem da *classificação objetiva*

para a *classificação prática* no seu modo de conhecimento científico, ela acaba reproduzindo o senso comum, já que os números só irão duplicar uma realidade social. Por isso, é necessário apreender no estudo das classes sociais a síntese entre dois movimentos em um espaço multidimensional de posições, o "momento objetivista" e o "momento subjetivista".

O "momento subjetivista", por sua vez, entende a verdade do conhecimento como relativa, produzida por particularidades, de acordo com a relação que cada consciência pesquisada estabelece com o mundo à sua volta, o sentido descrito em um contexto situacional, como faz a etnometodologia (Garfinkel, 1967). Para Bourdieu (2008.p.47) as teorias subjetivistas "reduzem a "ordem social" a uma espécie de classificação coletiva obtida pela agregação das classificações individuais ou, mais precisamente, das estratégias individuais, classificadas e classificantes, pelas quais os agentes se classificam e classificam os outros".

Enquanto o primeiro conhecimento (objetivista) é estatístico (independente das consciências individuais), o segundo conhecimento (subjetivista) toma o mundo social do senso comum como algo "natural", independentemente dos condicionamentos estruturais e, não como construído sócio-historicamente, como se as experiências sociais que precedem a ação não a influenciassem na prática.

Por isso, o sociólogo francês vai integrar em seu novo movimento teórico o objetivismo e o subjetivismo, ao mesmo tempo, em uma perspectiva relacional.

> superar uma oposição entre a física social (objetividade estatística) e a semiologia social (decifrar significações e revelar operações cognitivas pelas quais os agentes as produzem e decifram;) – ''entre a ambição de ter acesso a uma "realidade" objetiva "independente das consciências e vontades individuais", ao preço de uma ruptura com as representações comuns do mundo social ("as pré-noções" durkheimianas) e dar origem a "leis", ou seja, relações significativas, mas no sentido de não aleatórias, entre distribuições, e o esforço para apreender, em vez da "realidade", as representações que os agentes formam a seu respeito e que fazem a "realidade'' inteira de um mundo social concebido "como representação e vontade". (Bourdieu, 2008.p.446-447)

Com isso Bourdieu (2000) funda uma "sociologia da prática" que pode ser utilizada em contextos empíricos a partir dos seus conceitos de *habitus, campo, capital (econômico, cultural, social e simbólico), violência simbólica,* dentre outros. Essa sua metodologia tem aplicações diferentes, em campos distintos, como a sociologia da cultura, do consumo, do esporte, da educação e das classes sociais[9].

[9] Para uma abordagem das diferentes formas pelas quais a sociologia de Bourdieu foi empregada no Brasil, assim como as relações com os seus interlocutores brasileiros, ver "Bourdieu à Brasileira" (Rocha, 2022).

2.2 CAMPO, CAPITAL, HABITUS E PRÁTICAS

Para Bourdieu, a classe social se forma a partir da posição que o agente ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, a partir do: *capital econômico, o capital cultural, o capital social e o capital simbólico* (BOURDIEU, 1989.p.134). Nesse ínterim, a posição de classe social depende dos campos, sendo essa posição um sistema multidimensional de coordenadas que se interiorizam no sujeito/agente/indivíduo, atravessando a sua mente (*eidos*) e o seu corpo (*hexis*) na constituição do seu *habitus de classe*.

Os *capitais* são propriedades atuantes nos campos, remetem ao poder, a disputa, a luta e a interação direta entre os agentes no interior de um *campo social* específico. Não existe um único capital; tudo vai depender do jogo que se estabelece em um determinado campo relativamente autônomo.

A posição na hierarquia social, em conjunto com os *capitais* inculcados a partir da socialização/trajetória nos campos engendra nos sujeitos um *habitus* de classe, que atua como esquema de percepção (modo de ver e classificar o mundo) e esquema prático de ação (modo de agir no mundo e em um campo específico). Para Bourdieu (2009b.p.90), "o *habitus* produz as práticas (...) conforme os esquemas engendrados pela história, ele garante a presença ativa das experiências passadas que são depositadas em cada organismo sobre os esquemas de percepção, pensamento e ação", "falar de *habitus* é incluir no objeto o conhecimento que os agentes - que fazem parte do objeto - têm do objeto e a contribuição que tal conhecimento traz à realidade do objeto" (Bourdieu, 2008.p.434).

O *habitus* de classe, nesse sentido, atua como síntese de múltiplas determinações dos campos onde os capitais foram internalizados pelo agente. Ele é formado como um espaço multidimensional de posições que irão orientar a coordenada das ações - é o maestro que rege a prática social do agente-, o senso prático. Desse modo, esse estudo das classes sociais inaugurado por Bourdieu não leva em consideração apenas aspectos materiais, mas materiais e simbólicos ao mesmo tempo, a partir da economia simbólica dos capitais: *social, econômico, cultural e simbólico*. Formando, com isso, uma nova economia, uma economia materialista das trocas simbólicas.

2.3 A ECONOMIA DAS TROCAS SIMBÓLICAS

Em muitos textos de Bourdieu é comum a referência a termos da economia como interesse, lucro, capital e mercado, os quais são mobilizados na análise de campos que não são especificamente da economia. Porém, esses termos assumem um significado diferente da economia neoclássica. Nessa perspectiva, o autor busca captar o interesse economicamente constituído pela lógica do *habitus*.

> O que pode causar confusão é que, como os economistas neomarginalistas, coloco no princípio de todas as condutas sociais uma forma específica de interesse, de investimento. Mas somente as palavras são comuns. O interesse de que falo nada tem a ver com o *self-interest* de Adam Smith: interesse ahistórico, natural, universal, que na verdade é apenas a universalização inconsciente do interesse criado e imaginado pela economia capitalista. (Bourdieu, 1980 apud Boyer, 2005, p. 272).

Para Bourdieu (2008), cada campo é caracterizado por uma fórmula particular de interesses, é a lógica do campo, onde tudo depende de sua organização. Não existe um campo específico no espaço social; esse é multidimensional, constituindo, no entanto, por vários campos ao mesmo tempo, cada um com o seu funcionamento próprio e com um capital que vai exercer se transubstanciar em mais-poder.

Assim, não existe apenas um capital, o econômico – como para alguns marxistas e economistas, que abordam de diferentes formas esse capital-, e sim vários capitais, cada um com seu poder na luta pela imposição da sua força no mundo social, onde, ao mesmo tempo, um capital pode se transformar em outro, por uma "alquimia misteriosa" que é incorporada nos corpos pelo *habitus* de classe engendra as práticas, as visões de mundo e o estilo de vida.

Por mais que os pensadores neoclássicos queiram adotar uma concepção de campo econômico como sendo, por natureza, separado das outras esferas de atividade social e econômica (o que é exportado para outras teorias das ciências sociais, como a da "teoria da escolha racional" de Elster), tudo perpassa por uma construção social do corpo enquanto *habitus*. Desse modo, classes sociais são "corpos constituídos – alquimia da transubstanciação-, toda a constituição de um grupo enquanto corpo (Bourdieu, 2020.p.146).

A ação dos sujeitos no mercado não pode ser tomada como natural ou calculada, e sim uma constituição relacional que perpassa uma relação social e histórica passadas pela trajetória social do corpo, uma dupla forma das instituições socais, a do "corpo socializado (*habitus*) e

objetos materiais (campo)" (Ibid.p. 149). Essas duas histórias, objetiva e incorporada, formam a construção dos corpos (*habitus*), que ocorre desde a entrada do indivíduo na sociedade (ao entrar na sociedade o sujeito já contrai relações sociais que são históricas, como fala a ontologia do ser social de Marx), assim ele contrai relações sociais a partir da socialização em campos e na posição de classe sociofamiliar. Essa é o horizonte do *sentido dos seres*, sua "finitude", como fala Heidegger (1988) –o *dasein* da constituição humana[10], da "mundanidade" do homem, do humano demasiadamente mundano, como fala Peters (2010), seu "habitus", para Bourdieu. É somente de dentro dessa finitude da presença socializada em campos no espaço social que os seres aparecem como "inteligíveis", participantes do mundo, incluídos num horizonte de sentido.

É com a entrada em um "campo social" onde se fundamenta uma razão de ser no mundo (*illusio*). O homem é um ser sem razão de ser (Bourdieu, 2007), ele precisa adquirir o sentido no encontro com o mundo, com os campos socializados e interiorizados na sua trajetória de vida. Nos *campos sociais* se forma a inculcação de um conjunto de *capitais* que irão orientar pré-reflexivamente as disposições da constituição de uma economia das práticas internalizadas no *habitus de classe.* Ou seja, a economia simbólica se transubstancia em uma economia das práticas[11], uma economia das *práticas possíveis* (o universo dos possíveis), estabelecendo, com isso, uma relação entre as classes sociais, percepção e atitudes dos agentes em luta em um campo.

Nessa economia simbólica, o *capital cultural* corresponde de maneira relacional ao campo da cultura: são aptidões para o estudo, apreciação de obras de arte, gosto pela leitura etc. Esse capital pode ser medido pelo título acadêmico do pai e da mãe, e pelas suas inclinações em direção as atividades culturais que são reconhecidas como legítimas por todo o campo

[10] "A primeira caracterização do ser, a *presença ("dasein")*, deve ser delimitada frente ao *modo de ser no espaço, que denominamos interioridade*. Esta significa: um ser constituído em si mesmo pela extensão é circundado pelos limites extensionais de alguma coisa extensa(...) para se perceber a espacialidade essencial da presença" (Heidegger, 1988.p.148-9) (Grifo meu). Vemos, com isso, o encontro de duas ontologias da sociologia de Bourdieu, a do "ser social" de Marx, e a do "ser-aí" de Heidegger. O ser social das classes é concebido dentro de um campo existencial na sua constituição ontológica em conjunto com mundo social, a cumplicidade ontológica entre as estruturas sociais e as estruturas mentais enquanto fundamento do universo do sentido, do sentido da ação prática, das intervenções práticas sobre o mundo social.

[11] **"**Há uma economia das práticas, ou seja, uma razão imanente as práticas que não encontra sua 'origem' nem nas 'decisões' da razão como cálculo consciente, nem das determinações de mecanismos exteriores e superiores aos agentes. Sendo constitutiva da estrutura da prática racional, isto é, a mais bem feita para alcançar com custo mínimo os objetivos inscritos na lógica de um determinado campo, essa economia pode se definir em relação a todas as espécies de funções, entre elas a maximização do benefício do dinheiro, única reconhecida pelo economismo. (...) não reconhecer outra forma de ação além do racional ou da reação mecânica, impede-se de compreender a lógica de todas as ações" (Bourdieu, 2009, p.84)

social. O *capital econômico* é medido pelo nível relação à renda, relações com os meios de produção e posse material. Ele determina o poder de compra dos indivíduos no mercado, mas não consciência de classe ou prática social.

Já o *capital social* está diretamente relacionado à teia de relações sociais e influências em um campo específico. Correspondem às ligações de amizades e conhecimentos com outros grupos, famílias e pessoas. Nesse sentido, no cotidiano social, por mais que um indivíduo não tenha os outros dois capitais para adquirir um bem ou uma melhor posição no campo, o capital social influencia esse fator. Ele também é crucial para subir na posição social de um determinado campo. Por isso que as famílias da elite, por mais que algumas estejam economicamente falidas, ainda conseguem manter o prestígio social e a influência.

E o *capital simbólico* é como uma reconversão dos outros capitais, já que ambos estão inextricavelmente imbricados (Bourdieu, 2008). Esse capital corresponde à dimensão do prestígio social de um agente ou grupo de agentes, ele encarna crédito e confiança naqueles que o possuem. Esses, segundo Bourdieu, podem comprar todo o mercado, tendo como única moeda o seu rosto, seu nome e sua honra, ou seja, o prestígio social. O capital simbólico é uma credibilidade que somente a crença do grupo pode outorgar (o *poder simbólico*), é uma espécie de garantia para *o capital que atrai capital*, ele corresponde aquilo que Weber (1999) chama de "carisma", o poder que os grupos exercem pelo prestígio [12].

Geralmente, nas sociedades modernas, o capital simbólico está atrelado ao capital econômico, constituindo os grupos da maior hierarquia social. Ele é o exercício de poder e da vantagem nos campos sociais, a cristalização das lutas de classe na definição de fronteiras (simbólicas e sociais) entre os grupos e classes. A agregação define o capital simbólico (forma de prestígio, autoridade...), mas também a posição de classe retraduzida no estilo de vida, um símbolo de distinção que gera lucro, já que, como lembra Marx, *capital é poder exercido nas relações sociais*[13]. Por isso, todo capital exerce uma violência simbólica assim que é

[12] O carisma, apesar de viver dentro deste mundo, não vive dele. Se impõe-se como princípio majoritário, ele é além do poder do dinheiro, mas uma força carismática legitimada, uma coroa deixada por Deus (carisma real), que fornece autenticação e qualificação ao seu portador, é além do material (Weber, 1999). O que Bourdieu designa como sendo um poder do tipo simbólico. "O capital simbólico seria outro modo de designar o que Max Weber chama de *carisma* (...), aquele que sem dúvida melhor compreendeu que a sociologia da religião era um capítulo, e não o menor, da sociologia do poder" (Bourdieu, 2013.p.113.114)

[13] Muitos autores confundem o dinheiro com o capital em Marx, como se essas duas palavras fossem sinônimas, mas são coisas diferentes. O dinheiro é transformado em capital, logo em mercadoria, assumindo com isso uma forma de poder na sociedade, um poder na luta de classes. Nesse sentido, o capital atua como uma metamorfose do econômico (dinheiro) ao poder social (capital mercadoria) na extração da mais-valia que gera dinheiro acrescido de lucro (ciclo de reprodução do capital) (Marx, [1885],2014). No livro II de "O Capital", Marx apresenta o capital

reconhecido, ou seja, desconhecido em sua verdade de capital, e impõe-se como autoridade exigindo reconhecimento (Bourdieu, 2007)

É como se, de maneira geral, o rendimento se transformasse em capital econômico, como analisa brilhantemente Marx. Ele passa por "metamorfoses no processo de circulação (...), a condição de sua representação alternada como capital monetário e capital-mercadoria "(Marx, [1885],2014 .p.501), virando uma espécie de poder social dos grupos que o possuem: a burguesia, os grandes empregadores, que com sua posse extraem a mais-valia. A mais-valia é um exercício de poder aceito por toda a ordem social. Já a cultura também se metamorfoseia em outro tipo de capital, o capital cultural, ela garante a reprodução da classe média, dos altos postos de trabalho oriundos do estudo: juízes, professores universitários, advogados etc. O capital social também passa por essa "alquimia simbólica": quando reconhecido faz com que um grupo tenha poder social à sua disposição, ele abre portas, insere em uma posição de prestígio no mercado, fixa os agentes no lugar "reservado" para a sua classe social de origem, promovendo um "fechamento social", como gostam de falar os pensadores da mobilidade social. E o capital simbólico é a reconversão de todos os outros capitais, um poder social convertido em símbolo, ganhando o poder religioso ("carisma" no sentido weberiano) de alterar/construir a "realidade". A posse desse capital na luta de classes forma o "poder simbólico", o poder de construir a realidade a partir do seu ponto de vista. E essa realidade é aceita como natural por todos, vira a "realidade suprema" de que fala Schutz (2013) e, com isso, tem-se a imposição de um ponto de vista aceito por "todos" como natural. Ou seja, um ponto de vista de um espaço multidimensional, com uma pluralidade de pontos de vista, é contingenciado e aceito por todos como algo natural (real), como o único horizonte possível.

Com isso, naturalizamos o absurdo no capitalismo neoliberal, aceitamos o inaceitável, favorecendo os grupos que estão no poder, com a posse do maior volume desses capitais, com a concordância da maioria da sociedade, com um conformismo lógico e emocional, uma aceitação religiosa do poder, o que Bourdieu chama de "poder simbólico. Trata-se de um poder

como um processo cíclico que se apresenta em vários estágios ("ciclo do capital monetário"): "*Primeiro estágio:* O capitalista aparece no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho como comprador; seu dinheiro se converte em mercadoria ou passa pelo ato de circulação D-M. *Segundo estágio*: O capitalista consome produtivamente a mercadoria comprada. Ele atua como produtor capitalista de mercadorias; seu capital passa pelo processo de produção. O resultado é uma mercadoria de valor maior que seus elementos de produção. *Terceiro estágio*: O capitalista retorna ao mercado como vendedor; sua mercadoria é transformada em dinheiro ou passa pelo ato de circulação MD (...) A fórmula para o ciclo do capital monetário é, portanto [a] : D-M…P…M'-D' , sendo que os pontos significam que o processo de circulação foi interrompido, e M' e D' indicam M e D aumentados pelo mais-valor [b]" (Ibid.p.115)

de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: “o sentido imediato do mundo social” (Bourdieu, [1989] 2006. p. 9-10).

Nesse sentido, por mais que exista uma dimensão relacional do espaço social que constitue as classes sociais - o real relacional-, o poder simbólico funciona no sentido kantiano de um imperativo categórico que constrói a razão prática de uma realidade dóxica, a homogeneizando para todo o corpo social e impondo, com isso, a visão de mundo dos grupos dominantes que estão no poder. O que aparece aos olhos coletivos como uma neutralidade, uma visão de mundo correta, uma paz/coesão social (que esconde os seus conflitos), é produto de uma luta de classes.

3 UMA SOCIOANÁLISE DAS CLASSES SOCIAIS: BOURDIEU EM DIÁLOGO COM A PSICANÁLISE E O MARXISMO

A mobilidade social, frequentemente utilizada para estudar o deslocamento no espaço social, é um importante campo de estudo, mas não substitui o estudo das classes sociais. Todavia, nos estudos contemporâneos, frequentemente os estratos recebem o nome de "classe social", sem incorporar o núcleo central da questão desenvolvida por Karl Marx, o domínio político das relações de uma classe sobre a outra na reprodução do sistema capitalista, a dominação-subordinação de um grupo que está no poder mantendo o *status quo* (as elites), através da exploração do outro grupo. Por mais que hoje em dia seja difícil falar de um materialismo histórico, todo dia vivemos a dialética materialista, o antagonismo social.

Existem classes exploradoras e classes exploradas, opressores e oprimidos (Marx [1848,2010), e isso é estruturalmente e historicamente mais marcante do que deslocamento na estrutura da sociedade brasileira, ou a mudança social. Trata-se de um fenômeno que persiste ao longo tempo. Por isso, os estudos contemporâneos acerca da "mobilidade social", em suas múltiplas em suas vertentes chegam a conclusões sociais semelhantes, o *fechamento social*, ou seja, a permanência das desigualdades mediante as chances associadas a posição de classe serem extremamente desiguais (Bertoncelo, 2009).

Essa é a base das relações materiais e simbólicas do neoliberalismo no caso brasileiro, o seu padrão estrutural, que está sem grandes modificações no núcleo da sua estrutura social até muito recentemente. Uma tendência histórica que infelizmente persiste – com exceção da mobilidade que alterou a estrutura de classe, como veremos mais na frente - e se faz oculta em nossas consciências.

As classes representam as principais contradições da sociedade em um dado momento histórico – senhores feudais e servos no sistema feudal; burgueses e proletários no capitalismo; o povo e as elites no Brasil-, essas formam uma tendência histórica, uma fisionomia própria do sistema social. As posições diferenciais que as classes ocupam na estrutura social permitem que algumas tenham maior riqueza, poder e domínio político que outras.

Estudar as classes envolve dar visibilidade a conflitos que são invisíveis a olho nu. Enquanto a estratificação social:

> tem uma dupla função de reduzir as oposições mais agudas entre as classes e de reforçar a própria estratificação. A estratificação desempenha, pois, um papel eminentemente conservador na sociedade, ao passo que as oposições e os conflitos de classes se constituem um fenômeno de ordem dinâmica, por

> excelência(...). não consideramos a estratificação social como um fenômeno que divide a sociedade, mas, isto sim, como um fenômeno social cuja função é integrar a sociedade e de consolidar uma estrutura socioeconômica determinada. Essa estrutura está certamente dividida, mas não pela estratificação, e sim pelas oposições de classe. Do ponto de vista dos interesses dos agrupamentos sociais, toda estratificação serve aos interesses de seu estrato superior (...), o fenômeno da estratificação pode ser considerado na aparência de uma estrutura social, cuja essência realmente é a estrutura de classes (Stavenhagen, 1979.p.168-169).

No entanto, ambos os estudos podem ser articulados, numa relação entre a estrutura de classes e a estratificação social, mas, para isso, é necessário ir além das camadas, revelando a real estrutura de desigualdade social que tenta se esconder, se deixar invisível, oculta, em um certo momento histórico, e não apenas quantificar o deslocamento objetivo para cima ou para baixo da estrutura. Os estudos das classes sociais podem se utilizar da estratificação social e de métodos quantitativos e qualitativos, mas, faz-se necessário deixar claro o antagonismo social na sua perspectiva, a contradição, a denúncia aos mecanismos de poder. Isso é evidenciar a dominação e a luta de classe.

Assinalar as relações específicas que ligam esses dois fenômenos, da estrutura de classe e da estratificação social, possibilitam uma rica abordagem do mundo social. Não revelar as contradições da sociedade burguesa é mascarar essa mesma sociedade, é atuar como ideologia que captura a visão de mundo das massas, impedindo a consciência social, mantendo o povo em uma "inconsciência de sua própria situação econômica, histórica e social, determinada de conformidade com a classe" (Lukacks, [1960] 1979.p.20).

Nesse caso, a "consciência" de classe é, ao mesmo tempo, inconsciência da estrutura econômica. Como fala Marx no volume I do capital "eles não o sabem, mas fazem-no". Onde, com isso, os trabalhadores têm a sua consciência capturada: "a ideologia implica a ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes sociais dominantes são ideologias dominantes da sociedade" (Lowy, 1998.p.12). Os momentos econômicos estruturais estão "presentes na própria consciência (simplesmente inconscientes ou recalcados)" (Lukacks, [1960]1979.p.30). São criadas visões de mundo a partir da ideologia da classe social dominante, ou seja, de uma minoria. Para manter a sua dominação, é necessário "que as outras classes se iludam, permanecendo com uma consciência de classe confusa (...), é uma necessidade vital da burguesia mascarar a essência da sociedade burguesa. Porque, quanto mais clara a visão se torna, mais as contradições internas são insolúveis" (Ibid.p.40). Desse modo, a história da ideologia burguesa não é mais do que "uma luta desesperada para não ver a verdadeira essência da sociedade criada por ela, para não tomar realmente consciência de sua situação de classe" (Ibidem.p.41). Quanto maior é a

habilidade da classe dominante em assimilar as principais mentes da classe dominada, mais estável e perigoso se torna seu domínio (Marx [1848,2010).

Para essa captura das consciências, são cumplices as instituições sociais, os aparelhos ideológicos do Estado, como a educação e inclusive as ciências. Com a ajuda desses, as causas da desigualdade ficam invisíveis a olho nu. Ainda que a pobreza e a miséria material sejam facilmente perceptíveis e reconhecíveis, as causas e precondições que as tornam possíveis e socialmente legitimadas não o são.

As percepções da realidade se estruturam a partir de premissas que justificam a ordem social, ou seja, o capitalismo neoliberal vigente. Nesse, as conquistas são atribuídas ao esforço (meritocracia), como se não existisse nenhuma barreira de classes sociais, de desigualdade de oportunidades que afastam e dividem os indivíduos na estrutura da sociedade. Com isso, os juristas, em cumplicidade com o senso comum afirmam que "todos são iguais perante lei" e, as pessoas acreditam, sem nem refletir sobre por que a polícia sobe o morro, mas não sobe o prédio, por exemplo. É a partir de um discurso de aparência republicana que se articula todo o pensamento meritocrático, onde, na necessidade funcional de uma estratificação social, as posições de classe aparecem *naturalmente* como desiguais.

A desigualdade aparece como algo natural, sofrido por aqueles que não se "esforçaram" o suficiente para chegar às mais altas posições da hierarquia social, ou não são "talentosos" o suficiente para ocupar os canais de mobilidade, como fala Sorokin (1927). Tal leitura da estratificação esquece a construção desigual dos indivíduos históricos estruturados em posições de classe com condicionamentos sociais e psíquicos distintos. Tal esquecimento é uma *violência simbólica* em termos Bourdieusianos. Fica estruturada, com isso, uma estrutura de distribuição desigual dos capitais de maneira imperceptível, naturalizada (Bourdieu, 2008).

O capital forma a realidade das práticas (Marx, [1846], 2007; Bourdieu, 1989). Essa distribuição desigual dos capitais é o que mantém o poder simbólico que encobre a dominação e reprodução social, as mantendo invisíveis. Desse modo, percebemos como natural em nosso princípio da visão (o real apreendido), o que foi desigualmente naturalizado em nosso corpo, já que os "efeitos ideológicos são transmitidos pelo corpo e não pela consciência(...), o principal mecanismo de dominação opera através da manipulação inconsciente do corpo" (Bourdieu, 1996.p.226). O sociólogo francês tenta evitar a palavra "ideologia", já que de acordo com o autor ela vem sendo mal utilizada com frequência e, com isso, procura substituir a mesma por "doxa", "dominação simbólica", "poder simbólico" ou "violência simbólica" (Ibid), ao falar de uma dimensão da construção social que foi naturalizada em nosso corpo, fazendo com que a ordem social apareça como natural, tornando a desigualdade invisível, imperceptível, porque

os nossos olhos acabam se acostumando com ela. Ao utilizar o conceito de violência simbólica, o autor quer "tornar visível uma forma não percebida da violência cotidiana" (Ibidem. 266), "ao usarmos a doxa, aceitamos muitas coisas sem conhecê-las, e é a isso que se chama ideologia" (Ibidem. 268). O conceito marxiano de ideologia passa por uma reformulação para captar as nuances da sociedade contemporânea. Como assinala Balibar (1995. p.96): "teóricos contemporâneos que devem todos algo à noção Marxiana de ideologia e, principalmente à sua concepção de condições de produção da ideologia ou das ideias – encontram inevitavelmente questões de origem hegelianas (...): [como] a nobreza do Estado e a violência simbólica de Pierre Bourdieu".

O que vemos como a ação meritocrática dos indivíduos é, na verdade, uma constituição social das classes onde esses indivíduos estão inseridos e foram socializados desde a mais tenra infância. "A socialização se faz por intermédio da reificação. Encrustadas no sistema econômico, as relações sociais entre os homens são mediatizadas pela interconexão funcional entre as coisas" (Vandenberghe, 2012.p.168-169).

Classes são construções sociais dos corpos, os grupos só existem como "corpos constituídos" (Bourdieu, 2020). Essa dimensão de classe social construída é escondida pela ideologia do mérito, ocultando as todas as pré-condições sociais que permitem o mérito (Souza, 2009). A ideologia da classe social dominante forma visões de mundo que impedem o acesso consciente à realidade histórica.

Com isso, toda reprodução social se mantém a partir da manutenção da ordem simbólica em nossas representações sociais. Ou seja, as condições materiais de existência (Marx),impõem estruturas mentais (Durkheim) - visões de mundo, imagens, sensações, conceitos de uma certa realidade. As condições materiais de existência impulsionam modos de simbolizar o mundo, de perceber a realidade que são internalizados em cumplicidade ontológica com as classes que estão no poder (no controle dos símbolos e da cultura legítima – do *poder simbólico*). Isso é "o que Durkheim designava por *conformismo lógico*, ou seja, a orquestração das categorias de percepção do mundo social que, por estarem ajustadas às divisões da ordem estabelecida - e, por conseguinte, aos interesses daqueles que a dominam" (Bourdieu, 2007.p.438) . Assim como nas sociedades ditas primitivas, estudadas por Durkheim (1996.p.XI), "o grupo realiza, de maneira regular, uma uniformidade intelectual e moral (...), tudo é comum a todos, todos executam os mesmos nas mesmas circunstâncias, esse conformismo de conduta e de pensamento".

Pierre Bourdieu consegue realizar esse encontro entre tradições vistas como antagônicas pela tradição das Ciências Sociais; de um lado, as "formas primitivas de classificação" de

Durkheim e Mauss (estudo das representações coletivas), do outro, uma leitura marxista e weberiana acerca das classes sociais. Ele "combina o materialismo sensível de Marx, os ensinamentos de Durkheim sobre classificação (depois ampliados por Cassirer) e as análises de Weber das hierarquias de honra em um modelo sociológico próprio de classe" (Wacquant, 2013.p.106). Bourdieu "mobilizou uma gama de influxos interdisciplinares na sua praxiologia estrutural(p. ex., da filosofia fenomenológico-existencial de Merleau-Ponty à linguistica estrutural de Saussure), também é certo que ele defendeu e encarnou a missão de sociologia como *ciência social total*" (Peters, 2022.p.296)

No entrelaçamento entre o material e o simbólico, as classes e as classificações, o sociólogo francês pretende montar um esquema analítico para apreender a estrutura social, sem esquecer os antagonismos, ou seja, a luta de classes em uma perspectiva materialista simbólica.

3.1 O SIMBÓLICO E O MATERIAL DAS CLASSES E DAS CLASSIFICAÇÕES

O simbólico funciona como uma aceitação "religiosa" da ordem social pelas classes e grupos sociais, ou seja, tomado como uma *verdade independentemente do fato de ser verdadeira* (Durkheim, 1996). Esse é o poder dos símbolos, um poder quase religioso, pois interpõe uma realidade, mesmo sem ser real. Impõe uma distorção da realidade, mas que é aceita pela sociedade como um fato social, como princípios fixos postos e impostos do exterior, que são capazes de tocar o interior do homem[14].

Para entender como as formas coletivas de sociedade estruturam formas mentais de subjetividade, os pensadores se lançam a estudar a religião. De Hegel (1992), a Feuerbach (2012) e, Marx e Engels (2007) - onde a religião é uma forma ideológica por excelência, o ópio do povo-, passando por Freud (1974; 1990), Durkheim e Mauss (2000), Lévi-Strauss (2008) e Lacan (2005).

Hegel fala sobre a positividade da religião cristã, o que foi apropriado em termos materialistas na ideia de "alienação" em Marx. E, Durkheim fala acerca da estruturação de ideias (classificações) organizadas de acordo com o modelo fornecido pela sociedade. Em

[14] Na tradição hegeliano-marxista, a religião opera como: "Sistema de princípios religiosos (ou de verdades religiosas), que devem ser consideradas como verdade independente do fato de os termos por verdadeiros, e que permaneceriam verdadeiros mesmo se eles jamais tivessem sido conhecidos, mesmo se eles jamais tivessem sido considerados verdadeiros por alguém, e, por isso, eles são frequentemente chamados de verdades objetivas – mas essas verdades devem ser tomadas verdades também para nós, verdades subjetivas" (Hegel, 1795.Apud.Vandenberghe,2012.p.105). Como fala (Marx, [1867], 2011.p. 205-206): "na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens.

termos materialistas e simbólicos, quando o fato social (Durkheim) é muito estruturado, ele funciona no sentido de uma reificação (Marx). Com isso, fica garantido no capitalismo (espaço social material) uma exploração aceita pelas almas dos indivíduos, uma manutenção dóxica da sociedade de classe (espaço simbólico), que não aparece como classe (Bourdieu). A manutenção da ordem social fica religiosamente aceita pelo corpo de indivíduos como de maneira quase natural, ao invés de uma construção social e histórica dos corpos constituídos em classe, formando, com isso, uma homogeneização da percepção da realidade social.

Laços sociais são metáforas, símbolos, "ideias e sentimentos coletivos que só são possíveis graças aos movimentos exteriores que os simbolizam" (Durkheim, 1996p.461-462), ou seja, também laços lógicos sob a forma de laços familiares, afinidades sentimentais entre as coisas e os indivíduos que se classificam segundo tais afinidades (grupos e classes sociais). Não são ideias puras - "ao se encarnar nos indivíduos, os ideais coletivos tendem a se individualizar"(Ibid.p.468) - mas razões sentimentais, "razões do coração" (como fala Pascal) ou "razões práticas" (Bourdieu, 2011). Isso é o mesmo que a "função do totem" fazia outrora nas sociedades ditas "primitivas": ele limita o acesso cognoscível da realidade, exercendo uma "energia psíquica de um certo tipo, que dobra a nossa vontade e a inclina no sentido indicado" (Durkheim, 1996.p.212), a uma realidade comum a todos (*doxa*), as representações despertas em nós, que nos elevam acima de nós mesmos e nos faz aceitar – cumplicidade ontológica- a ordem social.

Temos, com isso, um aprisionamento psíquico numa realidade social que encobre os conflitos de classe, naturaliza a dominação, deixa invisível a reprodução social, torna natural aos olhos a assimetria social. Para manter a ordem social, a luta de classes tem que ficar invisível nas nossas consciências. Nesse caso, a ordem social se liga a uma ordem simbólica, a força intrapsíquica que se organiza em nós.

A luta de classes atua no controle físico e simbólico das forças cegas que podem alterar a ordem social e manter a "sociedade estável. Nesse processo, a subjetividade não está separada das relações sociais objetivas, pois o simbólico os une em um efeito de simbolização das estruturas subjetivas, em um processo de alienação (Lacan, 2016), onde o Eu se prende a uma ordem das coisas, desde a primeira interiorização da estrutura com o Outro, para se constituir enquanto sujeito do discurso: "tudo o que, de sua realidade, de sua história, ele já inclui em seu discurso. É aqui, por exemplo, que a alienação, tal como se apresenta na dialética Marxista, pode se articular de forma coerente" (Ibid.p.425).

Esse atravessamento simbólico é uma construção que se forma no imaginário para constituir o que entendemos por "realidade", ou melhor, o seu sintoma: fantasmas, desejos e

sonhos que nos direcionam a um modo de agir no mundo, o *desejo do desejo do outro,* como fala a psicanálise lacaniana. Ou, em termos bourdieusianos, "tudo se passa como se o mundo social manipulasse as estruturas profundas do imaginário" (Bourdieu, 2020.p.145-146), enraizando esse mundo nas profundezas do inconsciente estruturado nas estruturas da sua socialização do passado que orientam o presente da história. Com isso, "tudo é histórico, inclusive as disposições cognitivas comuns que tornam o mundo imediatamente conhecível" (Bourdieu, 2007.p.139).

Não existe uma lacuna entre o social e o subjetivo em Freud, pois o *princípio da realidade* os une (Lacan, 1998). Como mostrou Norbert Elias (1994), ao articular Freud (autorregulação do superego) e Weber (controle da violência legítima pelo Estado), em "O Processo Civilizador". "A submissão ao real em Freud foi reconhecer que, dado que a maioria dos fenômenos psíquicos no homem relaciona-se aparentemente com uma *função de relação social*, não há por que excluir a via que, por isso mesmo, abre-lhe o acesso mais comum" (Lacan, 1998,p.84): a relação entre a sociologia e a psicanálise [15]. Segundo Bourdieu (2007.p.201), esses dois conhecimentos "deveriam juntar esforços no intuito de analisar a gênese do investimento [libido] no campo das relações sociais". Ou como lembra Marx ([1852] 2011b.p.25): "Os homens fazem a sua própria história, contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade (...), estas lhes foram transmitidas(...). A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos". Pois, "em cada um de nós, há o homem de ontem, é o mesmo homem de ontem que pela força das coisas, é predominantemente em nós (...). Mas, esse homem do passado, nós não o sentimos, porque ele é inveterado em nós, ele forma a *parte inconsciente* de nós mesmos" (Durkheim, 1938. apud Bourdieu, 2009 a.p.93). Vemos que o "nosso cérebro não só é socializado, como a própria sociedade é naturalizada no cérebro" (Zizek, 2008.p.282) [16].

[15] De acordo com Artur Perrusi (2015.p.141-142): "seria fundamental entender a relação entre processos de subjetivação e estruturação psíquica. A consequência teórica mais imediata seria repropor outro vínculo entre sociologia e psicologia. Provavelmente, Elias (2010) fez isso, sobretudo em suas discussões sobre o indivíduo. Não causa surpresa que tenha admitido que o "processo civilizador" foi a tentativa de mostrar a formatação histórica do superego freudiano".

[16] "Os estudos biológicos do cérebro propriamente dito concentram-se no 'pedaço de carne', suporte material imediato da inteligência humana, o órgão em que 'reside o pensamento'; por fim, a abordagem evolucionária analisa o surgimento da inteligência humana como parte de um processo sociobiológico complexo de interação entre os seres humanos e seu meio ambiente dentro de um mundo vivido e compartilhado. É surpreendente que a abordagem mais 'reducionista' das ciências do cérebro seja a mais dialética enfatizando a plasticidade infinita do cérebro – essa é a questão da provocadora leitura hegeliana de Catherine Malabou sobre as ciências do cérebro, que começa aplicando ao cérebro a conhecidíssima frase de Marx sobre a história: *as pessoas fazem seu próprio cérebro, mas não o conhecem*. O que ela tem em mente é algo muito precioso e bem fundamentado em resultados

Ocorre uma transubstanciação (simbólica) em nosso cérebro que não nos permite ver as coisas como elas realmente são, de forma natural; vemos apenas "esboços ou resíduos da visão verdadeira" (Merleau-Ponty, [1964] 2003.p.19), pois uma outra forma (a forma-mercadoria, como fala Marx), já capturou a nossa consciência e afetou a nossa visão direta da realidade – por exemplo, alterando a *lógica das coisas* pelas *coisas da lógica*, *o valor de uso* pelo *valor de troca*, a forma natural pela *forma-mercadoria*, o real pela *ideologia*.

> É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da Madeira, quando faz dela uma mesa. Não obstante a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material. Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo perceptível e impalpável. Além de estar com os pés no chão, firma sua posição perante as outras mercadorias e expande as ideias fixas de sua cabeça de Madeira, fenômeno mais fantástico do que se dançasse por iniciativa própria. O caráter misterioso da mercadoria não provém do seu valor-de-uso, nem tampouco dos fatores determinantes do valor. E, para isso, há motivos. Primeiro, por mais que definam os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, a verdade fisiológica é que são funções do organismo humano, e cada uma dessas funções, não importa a forma ou o conteúdo, é essencialmente dispêndio do cérebro, dos nervos, músculos, sentidos etc. do homem. Segundo, quanto ao fator que determina a magnitude do valor, isto é, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, é possível distinguir claramente a quantidade da qualidade do trabalho. O tempo de trabalho que custa produzir os meios de subsistência interessou, necessariamente, aos homens, em todas as épocas, embora em grau variável com o estágio do desenvolvimento. Por fim, desde que os homens, não importa o modo, trabalhem uns para os outros, adquire o trabalho uma forma social. . (Marx, [1867],2011.p.79-80).

Esse é o "segredo oculto sob os movimentos visíveis" (Ibid.p.84), uma *necessidade de aparência* de uma lógica universal coesa na ordem social – como, por exemplo, a liberdade e a igualdade, de que somente as classes do alto desfrutam - que camufla uma lógica da exceção perversa (a exploração social desenfreada). Onde, para essa necessidade de aparência se manter inalterada, é necessário que algo se oculte, se esconda, fique invisível, para a reprodução do capital poder ocorrer sem grandes transtornos. Sob certo ponto de vista, o mundo moderno não está desencantado, como fala Weber, mas profundamente encantado: o dinheiro que aparece como uma "substância imutável" e não uma relação social, a desigualdade aparece como mérito e não uma estrutura de distribuição desigual do capital, os sujeitos aparecem com homens livres e não classes sociais, o racismo violento e segregador que aparece como *democracia racial*, dentre outras estruturas delirantes que confundem a realidade material.

As relações sociais entre os "indivíduos" disfarçam-se sob a forma de relações sociais entre as "coisas" - uma definição precisa do sintoma histérico, da "histeria de conversão" que é

---

científicos: *a plasticidade radical do cérebro humano* (...). *Nosso cérebro é um produto histórico, desenvolve-se na interação com o meio ambiente por meio da práxis humana* (ZIZEK,2008.p.281-2 – Grifos do autor).

própria do capitalismo" (Zizek, 1996). O sistema capitalista cria fantasias inconscientes na gênese da forma-mercadoria (Lacan, 1975; Zizek, 1996): "há mais em jogo na forma-mercadoria do que a forma-mercadoria em si" (Ibid.p. 301), sendo esse *não conhecimento* da realidade social uma parte integrante da própria estrutura de classes capitalista, que se naturaliza. Há um esquecimento da naturalização da história e do mundo vivido: a "amnesia da gênese", como fala Bourdieu, ou o "esquecimento da origem real das ideias", para Zizek.

Entramos, dessa forma, no terreno das "estruturas simbólicas (terminologia de que Marx não poderia se servir, mas que permite explicitar a questão de suas descrições da dupla linguagem que o universo da mercadoria 'fala')" (Balibar, 1995.p88). Nessa transubstanciação simbólica do mundo material, a "efetividade" da "efetividade social" só é possível com a condição de que os agentes não estejam cientes da sua própria lógica, ou seja, a consistência ontológica da realidade social implica o não conhecimento da realidade social.

> a dimensão fundamental da ideologia: a ideologia não e simplesmente uma "falsa consciência", uma representação ilusória da realidade; antes, é essa mesma realidade que já deve ser concebida como "ideológica": "ideológica" é uma realidade social cuja própria existência implica o não-conhecimento de sua essência por parte de seus participantes, ou seja, a efetividade social cuja própria reprodução implica que os indivíduos "não sabem o que fazem". (Zizek, 1996.p.305-306),

Com isso, a ideologia da classe social dominante fica invisível, recalcada no inconsciente[17] da nossa relação direta com o mundo, nas nossas classificações da realidade social (Bourdieu, 1977): "essa força de coerção externa se afirma com tal nitidez nos casos de *resistência*, é porque ela existe ainda que *inconsciente* (...) o ar não deixa de ser pesado embora não sintamos mais seu peso" (Durkheim, 1995.p.5).

Não é que a sociedade real seja inconsciente, ou que a realidade só exista dentro do discurso, mas, à medida que algo traumático nos atormenta, ele é empurrado para fora da consciência e atraído para o inconsciente (Freud, [1900], 2001). Esse pensamento "não é atraído pelo inconsciente, recalcado, simplesmente por seu caráter 'desagradável' para a consciência, mas por efetuar uma espécie de 'curto-circuito'" (Zizek, 1996.p. 298). O curto-circuito que nos aliena se torna mais prazeroso para estrutura psíquica, do que o seu desencantamento, a liberdade dói, sair da ideologia fantasmática que nos impede de ver o real da sociedade, mesmo diante dos nossos olhos, exige esforço, uma luta, "um esporte de combate", no sentido

[17] Por isso Jacques Lacan credita o conceito de *sinthoma* a Marx enquanto real influência da psicanálise de Freud (Zizek,1996): "há que buscar as origens da noção de sintoma, não em Hipócrates, mas em Marx, na ligação que ele foi o primeiro a estabelecer entre o capitalismo e os bons velhos tempos feudais" (Lacan, 1975.p.120. – Traduzido).

bourdieusiano, fazer a "imaginação sociológica" (Mills, 2009) exige autossuperação, uma travessia a nível simbólico, imaginário e real (Lacan, 1998).

3.2 REAL, IMAGINÁRIO E SIMBÓLICO

Compreender a simbolização do inconsciente foi o que fez Lacan a partir da junção entre psicanálise e ciências sociais, ou seja, dos estudos de Freud e Lévi-Strauss (Steinmetz, 2006; Zafiropoulos, 2009;2018)[18]. Para o psicanalista francês, a formação do inconsciente se consubstancia em três registros: o simbólico, o imaginário e o real.

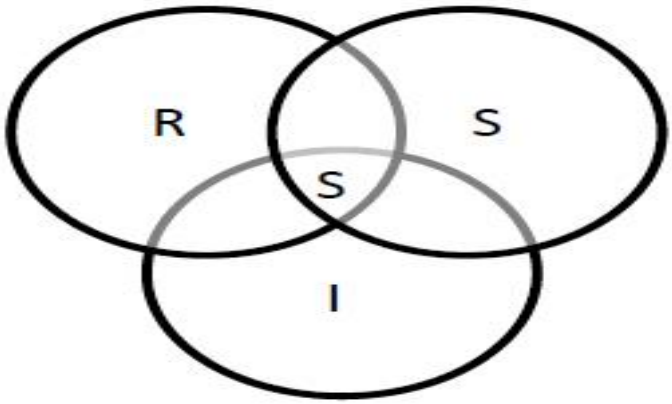


FIGURA I: Nó Borromeu

Fonte: Lacan (1998)

Essa figura acima do "nó borromeano" é a junção do *Simbólico* (S), do *Imaginário* (I) e do *Real* (R) na formação do inconsciente. A dimensão do simbólico, já muito discutida na virada linguística nas ciências sociais, são símbolos, linguagem, a estruturação da cultura numa posição relacional no espaço. A partir do que é formado/codificado na dimensão simbólica, tem-se as possibilidades mnêmicas de simbolização do "Imaginário".

Entender o inconsciente estruturado a partir da linguagem nos permite superar a metafísica. Nesse caso, diferentemente da filosofia, as ciências sociais se fundamentam na inversão do *cogito cartesiano*. Nesse caso, não é "penso, logo existo", pois a linguagem antecede o nosso pensamento, como afirma Lévi-Strauss (2008). Como lembra Foucault:

[18] "Claude Lévi-Strauss nos mostra em todo lugar onde a estrutura simbólica domina as relações sensíveis (...), o que faz com que uma certa forma de troca seja concebível ou não são as razões propriamente aritméticas" (Lacan, 1956. Apud. Zafiropoulos, 2009). Para o antropólogo belga: "o inconsciente deixa de ser o inefável refúgio das particularidades individuais, o repositório de uma história única, que faz de cada um de nós um ser insubstituível. Reduz-se a um termo com o qual designamos uma função, a função simbólica (Lévi-Strauss, 2008.p. 219).

> o ponto de ruptura situou-se no dia em que Lévi-Strauss, em relação à sociedade, e Lacan, em relação ao inconsciente, nos mostraram que o "sentido" provavelmente não era senão um efeito de superfície, uma cintilação, uma espuma, e que o que nos atravessava profundamente, o que estava antes de nós, o que nos sustentava no tempo e no espaço, era o sistema. (Foucault, 1966. Apud: Roudinesco, 2008.p; 402.)

Se opondo a qualquer ideia metafisica de uma subjetividade plena na liberdade de imaginar, como em Kant, ou um Eu racional e consciente de sua ação existencial, como em Descartes, essas noções são subvertidas e invertidas. Ninguém pode imaginar algo que não tenha passado antes pelos registros da dimensão simbólica da linguagem que se inscreve no imaginário: "a vida social, sob todos os aspectos e em todos os momentos de sua história, só é possível graças a um vasto simbolismo. Os emblemas materiais, as representações figuradas" (Durkheim, 1996.p.242). Mesmo se o sujeito imaginar algo de inovador que não exista no mundo, o *eureka* dos grandes inventores, do nada não nasce nada. No princípio era o verbo, como afirma o mito religioso, e o verbo é linguagem na forma de ação, ele precisa do registro simbólico para poder comunicá-lo. A linguagem e os símbolos são necessários para o sujeito pensar, agir e falar. A vida se mantém regulada por "jogos de linguagem", como fala Wittgenstein (1994), já que pensamos por meio de palavras que formam redes complexas onde os indivíduos estão diretamente ligados ao *pertencimento a um grupo ou classe*, se constituindo na identificação com eles ("semelhanças familiares"), formando um vínculo social, uma forma familiar de vida num determinado contexto histórico-cultural.

> Quando se diz que saber o ABC é um estado da alma, pensa-se assim no estado de um aparelho psíquico (p. ex, de nosso cérebro), por meio do qual elucidamos as exteriorizações deste saber. Um tal estado chama-se disposição. Mas não é incontestável falar aqui de um estado da alma, conquanto deveria haver dois critérios para o estado, a saber: um conhecimento da construção do aparelho, independente de seus efeitos (o "consciente" e o "inconsciente" para designar o contraste entre os *estados de consciência e disposição*. Aquelas duas palavras ocultam uma diferença gramatical).(...) É evidente que a gramática da palavra "saber" goza de um estreito parentesco com a gramática das palavras "poder", "ser capaz". Mas também com a gramática da palavra "compreender" (dominar uma técnica). (Wittgenstein, 1994.p.85-6).

Vemos que "a linguagem é a casa do ser. Nesta habitação mora o homem" (Heidegger, 2005.p.8). A linguagem estrutura a gramática do ser, marca a contingência das regras do dizível no horizonte da fala (Saussure, [1916]2005) e o espaço simbólico da prática social

(Wittgenstein, 1996; Bourdieu, 2007) [19]. Na articulação entre o simbólico e o imaginário, estão contidas todas as condições de possibilidades que têm uma *dimensão de sentido* em nossa existência, o "princípio da razão suficiente" de que falam os filósofos.

O sentido só se forma a partir desses dois registros do inconsciente (Simbólico-Imaginário). A tríade dos registros entrelaçados do simbólico, do imaginário e do real "pode ser ilustrada pelo jogo de xadrez. As regras que temos para jogar são a dimensão simbólica (...); no imaginário as peças e jogadas são moldadas; por fim o real é toda a série de circunstâncias que afetam o curso do jogo (Zizek, 2010.p.16). Claro que, embora no jogo de Xadrez sabemos como começa e como termina, isso não facilita muito as coisas: a dinâmica do jogo e os arranjos são praticamente infinitos, a cada entrada em um novo contexto, uma variação se torna possível - as torções da ordem simbólica pelo real e os arranjos plurais do imaginário -, deixando as coisas bem difíceis.

Já o Real é o inefável das palavras, o que ainda não foi simbolizado, um resto, o que não consigo falar, não consigo pensar, não consigo ordenar na linguagem, o invisível, logo inimaginável (não se consegue colocá-lo em imagens mentais, representações). Trata-se do furo, inacessível ao sujeito, que só aparece quando decifrado. Só consigo apreendê-lo pela repetição que deixa pistas, rastros da sua estrutura enigmática. O real precisa ser descoberto, pois ele se esconde por trás do simbólico (o invisível por detrás do visível), o que o deixa imperceptível. É a causa de angústia para Lacan (2005), algo próximo ao incognoscível de que fala Weber (2001) -a realidade infinita que não pode ser apreendida pelo espírito humano finito, a não ser em fragmentos – ou ao caos para Nietzsche (2001), a coisa em si para Kant (1997) e Deus para Descartes (1983). É tudo aquilo que escapa ao registro simbólico (ele só deixa rastros nos lapsos que precisam ser apreendido pela sua repetição).

Diferentemente do real no sentido delineado acima, a realidade é construída pelo sentido coletivo do mundo (*o poder simbólico*) em um momento histórico, um sentido comum. Ou seja, a "verdade" que nos norteia sobre o que vem a ser o real depende da orientação de força de sentido oriunda do simbólico e do imaginário que se entrelaçam na construção da realidade: a

[19] Não negamos a existência de diferenças importantes nas maneiras pelas quais os autores citados (p.ex., Heidegger, Wittgenstein, Saussure) concebem a linguagem, mas nosso interesse aqui se dirige exclusivamente aos aspectos teóricos nos quais tais autores convergem.

realidade acessível ao sujeito e à coletividade simbolicamente condicionada pelas forças sociais.

Percebemos a realidade como natural, enquanto na verdade ela foi naturalizada nas nossas cabeças e nas práticas de nosso corpo. Há, nesse sentido, um encobrimento da realidade social, uma opacidade ideológica que esconde toda a desigualdade e dominação social bem diante dos nossos olhos. “Toda desigualdade existencial, política e material tenha que ser acompanhada por mecanismos simbólicos que mascaram e tornam opacas suas causas sociais. A reprodução da desigualdade (...) pressupõe o sistemático desconhecimento/encobrimento, produzido e reproduzido simbolicamente (Souza, 2009.p.91).

No entendimento da dimensão simbólica, se apresenta de maneira invisível a reprodução da vida cotidiana por meio de uma luta de classes enquanto disputa pelo sentido do mundo que objetiva a objetivação simbólica do visível (esquemas de percepção) na sociedade, as lutas de classificação como expressão da luta de classes (Bourdieu, 2020). O simbólico entra em jogo de disputa, uma disputa social pelo poder simbólico, uma luta pela classificação dominante, que é na verdade uma luta pela construção das categorias de percepção da realidade aceita como natural pela sociedade, o consenso do senso coletivo, o “conformismo lógico”. Ou seja, a percepção vira uma luta política, uma dimensão esquecida da luta de classes.

Se trava uma luta de classes em torno da visão correta do mundo, da sua classificação, uma luta pelo “sentido” (simbólico que captura o imaginário, em termos lacanianos), pelo sentido do mundo, pela ideologia como visão do mundo, do que é natural e aceitável no senso comum, a exterioridade mútua da interioridade, o consenso do senso coletivo que forma o consentimento psicológico, a simbolização do inconsciente, das formas de consciência em um momento histórico. Isso é o que está em jogo no capitalismo contemporâneo, a construção da realidade social aceita como natural em nossas consciências.

Nesse ínterim, aceitamos o inaceitável, todas as formas de perversão sádica das elites no capitalismo contemporâneo, que goza em cima do sofrimento do povo (as classes populares), a manutenção do privilégio a partir da exploração perversa e extração exorbitante do *mais-valor*. Para as classes dominantes, não adianta ter acesso à economia, à cultura, ao consumo e ao lazer, eles querem que só eles tenham esse acesso, não querem que ele chegue à disposição da ampla maioria da população, que tem se manter sobrevivendo (lutando todo dia para conseguir as condições da sua existência, no reino das necessidades). Enquanto as elites gozam, a massa é bestializada, violentada e explorada.

A sociedade aceita o inaceitável. Essa é a História do Brasil, do apego sociopático ao passado escravista, onde a população LGBTQIA+ morre queimada em praça pública[20], assim como o escravo de outrora; onde um homem negro é morto por fuzilamento no seu carro, com mais de oitenta tiros disparados pelo exército, apenas por ter saído da sua comunidade para passear com a sua família [21]. Uma sociedade onde, sempre que as elites se sentem ameaçadas, entre escolher a democracia e o fascismo, elas escolhem a segunda opção. A civilização assiste a tudo, sem fazer nada, aceita o inaceitável, esse é o núcleo da violência simbólica, a naturalização da trama sociohistórica.

O senso comum se ignora como ponto de vista, se absolutiza como fala Hegel, aparece como natural para Durkheim, mas é na verdade fruto de uma luta das classificações nômicas da realidade, da imposição de uma classificação verdadeira. Essa é uma luta pelo sentido da realidade construída: "as categorias objetivas estão em jogo na própria objetividade das coisas" (Bourdieu, 2020.p.66). "Os sujeitos sociais compreendem o mundo social que os compreende" (Bourdieu, 2008.p.446). Desse modo, a luta das classificações faz parte da verdade objetiva (condições materiais de existência), ao mesmo tempo que está em jogo nas lutas de classificação para criar a realidade aceita nas consciências dos sujeitos. Essa luta define a simbolização do real para a construção a realidade.

A realidade, com isso, se torna a imposição de um poder político-social em concordância com os indivíduos. "O que está em jogo na luta das classificações é o que chamo de poder de constituição como poder essencialmente político de fazer existir aquilo que é dito. É uma luta pela imposição de uma classificação homologada e universalmente reconhecida" (Bourdieu, 2020.p.97). Ou seja, esse poder não é apenas imposto, e sim reconhecido, legitimado, aceito na intimidade do ser dos sujeitos sociais: é a voz do silêncio, pois, para que o conflito sobre o mundo social seja possível, é preciso haver uma espécie de "acordo sobre os terrenos de desacordos, sobre as armas legítimas e legitimamente empregadas na luta, sobre os próprios critérios do triunfo, o que faz com que se possa aparentemente falar de uma cultura (...), do consenso para o dissenso"(Bourdieu, 2014.p.570).

---

[20] Como o caso de Roberta da Silva, que teve 40% do seu corpo queimado por um adolescente no centro do Recife, em praça pública e, acabou falecendo por falência respiratória e renal. Ver: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/07/09/morre-a-mulher-trans-que-teve-40percent-do-corpo-queimado-por-adolescente-no-centro-do-recife.ghtml

[21] Referência: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/07/homem-morre-apos-carro-ser-atingido-em-acao-do-exercito-na-zona-oeste-do-rio.ghtml .

A sociedade não pode se impor somente pelo medo, tem que haver uma identificação, uma cumplicidade ontológica com os indivíduos, logo, também tem que ser interior, uma "violência simbólica", e não apenas física, manifestando-se pelo sentimento (convicção). Amamos a regra, fazemos laço social com ela (Durkheim, 1975), as regras do exterior viram interior – o fato moral é diferente do fato físico, ele está dentro e fora de nós ao mesmo tempo-, "fundamentando o *consensus omnium* [assentimento de todos], que recebe desse consenso uma forma de objetividade" (Bourdieu, 2020.p.106). É um poder que atua como se o *real* fosse algo natural, e não uma construção social. Assim como o ar, penetra em toda a parte, como se fosse uma natureza.

Mas "o centro dos sistemas de natureza não é o indivíduo, é a sociedade" (Durkheim e Mauss, 2000.p.201-202). E, a sociedade está em disputa (Marx[1848], 2010), em luta de classes e em luta simbólica pelo sentido do mundo, pelo assentimento de todos, uma luta pelo poder (simbólico), para fazer o seu ponto de vista virar realidade (Bourdieu, 2020) – por mais intrinsecamente absurdo que seja, muitas vezes. É o poder de impor um ponto de vista na realidade, impor um consenso quanto ao senso do mundo e a reprodução do mesmo nas consciências e inconsciências do sujeito. Uma ortodoxia da visão (Ibid. p.100), que se fundamenta na "eficácia simbólica" (Lévi-Strauss 2008) da crença compartilhada, da crença dominante, direta, direita, a favor da ordem, das "palavras de ordem" que legitimam a ordem (social). Através de tais mecanismos, "vivemos como se tivéssemos conosco toda a ordem social, como se estivéssemos a favor do vento, fôssemos do bem" (Bourdieu, 2020.p.99), cidadãos de bem, de Deus, da pátria e da família, essas pessoas que estão na ordem, de direito, de direita, aquelas que podem se exibir, pois têm a ordem social ao seu lado. Esses podem exibir o que são de forma não vergonhosa (às vezes vergonhosa), pois "ela se torna uma visão coletiva de mundo e essa visão coletiva de mundo torna-se o próprio mundo(...). A visão do mundo social, quando é consensual, é o mundo social, ela é o mundo social. E não há mais lacuna entre o que penso, e o que é" (Ibid.p.100).

O que está em jogo em todas as lutas é "impor essa visão consensual do mundo, que não somente dirá o mundo, mas também o fará" (Ibidem), a partir de esquemas de classificação/ poder que se perpetuam, sem que as suas causalidades se revelem. Com isso, a "ideologia dominante constitui a realidade"(Ibidem.p.95), manipula e dissimula as fronteiras simbólicas da realidade entre o real e o imaginário, com nomenclaturas, discursos, leis, jogos de linguagem, normas, crenças, valores, classificações corretas de mundo (por exemplo, "terrorismo" ou "movimento social", "normal" ou "patológico", "humano" ou "monstruosidade", "golpe" ou

“impeachment”, “nova classe trabalhadora” ou “nova classe média”...), gerando uma *eficácia simbólica* no imaginário aceita pelo corpo coletivo como natural.

3.3 “VISÃO” E DOMINAÇÃO

No nosso trabalho, compreender as classes passa por entender que existe uma luta de classes em um nível material, mas também simbólico – as qualidades imateriais não são menos objetivas, como lembra Marx, com a noção de *valor de troca*-, onde há uma disputa política pelo sentido do mundo, o sentido aceito como correto, a *nomos*, uma disputa pela hegemonia como fala Gramsci (2022). Nesse caso, o mundo visível está aberto para disputas de sentidos.

Essa disputa é um controle que não se consubstancia pela violência física (exceto em casos de um regime totalitário), mas pela aceitação tácita desse mundo enquanto legítimo, como fala Weber (1999), uma violência simbólica. Uma luta material e simbólica pela manipulação das fronteiras entre os grupos e estruturação do “aceito”, do encoberto, da ordem invisível que sustenta o visível, do inconsciente social. O “inconsciente social” (Bourdieu, 2020.p.72) guarda interesses ocultos de classes, ele manipula, controla e dissimula a visão, formam uma allodoxa, como fala Platão (*Teeto*), um juízo falso, um mal-entendido entre os agentes do mundo social.

O inconsciente é história (Marx, [1853 2011b; Durkheim,1938). A gênese social das classificações mentais e visões coletivas de mundo é o produto de lutas históricas que a *amnésia da gênese* eterniza e reifica (o esquecimento da história e a aceitação tácita do mundo como natural). As classificações são inconscientes, uma estrutura estruturada que permite ao indivíduo classificar e agir (estrutura estruturante). Elas não estão na superfície das coisas, por isso são difíceis de serem vistas. Por isso, fica desconhecida uma luta pela classificação que se passa no atravessamento das consciências dos agentes.

> O caráter próprio do sentido dos limites implica o esquecimento dos limites. Um dos mais importantes efeitos da correspondência entre as divisões reais e os princípios de divisão práticos, entre as estruturas sociais e as estruturas mentais, é, sem qualquer dúvida, o fato de que a experiência primordial do mundo social é a da doxa, adesão às relações de ordem que - por serem o fundamento inseparável tanto do mundo real quanto do mundo pensado - são aceitas como evidentes (Bourdieu, 2008.p.438)

O mundo natural não existe “em si” a nível social, ele é capturado (o apreendido altera o inato, a cultura modifica a natureza, o invisível habita o visível). Com isso, o olho é história feita corpo, encarnada, socializada (a *hexis*), instituída em nosso sistema de disposições: “o olho é um produto da história reproduzido pela educação”(Bourdieu, 2008.p.10). Por mais que a

gente ache que vê o mundo a partir dos nossos olhos, esses não veem nada, não formam representação por si mesmos, apenas polarizam a luz (Lacan, 2008), "realizam o prodígio de abrir à alma o que não é alma" (Merleau-Ponty, 2013.p35). Não basta ter olhos para ver – e, como atesta a experiência do cego, nem mesmo é preciso tê-los, pois a percepção extrapola o campo do visível. Os olhos são biológicos e, portanto, moldados pela cultura, como afirma Laraia (2001.p.75): "a cultura interfere no plano biológico" e "a cultura condiciona a visão de mundo" (IBID.p.67), "o olho é aquilo que foi sensibilizado por um certo impacto do mundo (Merleau-Ponty (2013.p.16). Nessa perspectiva, o visível depende do olho de quem vê e "só se vê o que se olha" (Ibid.p.14). O olhar "é o que nos inclui, como seres olhados, no espetáculo do mundo" (Miller, 2005.p. 285), ele "nos dá a distinção entre aquilo que pertence à ordem imaginária e o que pertence à ordem real" (Quinet, 1997.p.156).

O olhar é a pré-posse do universo tangível, sempre excede o olho e os objetos empíricos (Lacan, 2008), ele envolve, apalpa, esposa as coisas visíveis (Merleau-Ponty, [1964] 2003). Já o meu olho é uma certa potência de alcançar as coisas, não uma tela onde as coisas as se projetam (Merleau-Ponty, 1999). O que a gente enxerga do mundo não vem dos nossos olhos (ótica cega, como afirma Lacan), mas do olhar que exerce uma contingência simbólica sobre o olho. Quando o olhar entra em cena, os olhos já não mais servem para ver, ou, mais exatamente, servem para não ver, ocultam aquilo que é contingenciado pelo olhar, deixando com aparência de natural aquilo que foi interposto pelo simbólico que o domina. "O olhar não se situa simplesmente ao nível dos olhos. Os olhos podem muito bem não aparecer, estar mascarados" (Lacan, 1986.p.251), o que é semelhante à passagem bíblica "eles têm olhos, mas não veem". Nesse âmbito, os olhos são o suporte de uma função simbólica que modela a percepção – "olhar um objeto é vir habitá-lo e dali apreender todas as coisas segundo a face que elas voltam para ele (Merleau-Ponty, 1999.p.105)". O olhar transforma, transubstancia simbolicamente algo que é da ordem do real, constituindo a "realidade" (a substituição da "coisa em si" pela "representação", ou seja, do *real* pela "realidade" construida). Esse olhar (simbólico) exerce uma pulsão sobre o olho (biologia), uma *pulsão escópica,* como fala Lacan (2008) [22] .

Nesse caso, a dimensão especular é marcada como ordem escópica, que vem a ser o registro do olhar. Enquanto o olho representa a gramática visual, geométrica, o *cogito* cartesiano, a consciência reflexiva. O olhar é a posição do sujeito dentro dessa gramática, é uma montagem fantasmática da articulação entre o simbólico e o imaginário. No campo escópico "é do olhar que entro na luz, e é do olhar que recebo o seu efeito (...), o olhar é o instrumento pelo

[22] Ver a "dialética do olho e do olhar", no "Seminário 11" de Lacan (2008).

qual a luz se encarna(...), [onde] sou *foto-grafado*" (Lacan, 2008.p.107), é um objeto que aponta a direção do desejo – o *engodo objetivo*, a *fantasia inconsciente* que "constitui nosso desejo, dá a ele as coordenadas, ou seja, literalmente "nos ensina como desejar". (Zizek, 2008.p.60-61)-, condicionando uma materialidade simbólica de sentido ao corpo biológico (*pulsão da ação*, como lembra Bourdieu, e agora *pulsão escópica* em Lacan). Essa pulsão que atravessa os olhos é a entrada de uma imagem especular enquanto complemento fantasmático na formação do desejo do Eu, nas suas experiências com o Outro. Um "ser no mundo" através das experiências do corpo. Da perspectiva geometral que se forma a partir da posição relativa no espaço em que esse corpo está situado, a posição de classe social socializada.

Com isso, a visão de mundo, a reflexividade, não é natural, mas condicionada pelas experiências corpóreas que formam o nosso desejo, os nossos esquemas de percepção (estruturas estruturadas) que orientam as estruturas da ação (estruturas estruturantes). O desejo entra na ordem simbólica na forma de pulsões que circulam em torno dos objetos que atraem o imaginário, tendo efeitos formadores de imagens (representações) sobre o organismo vivo, constituindo para o sujeito um ponto de fixação, uma matriz simbólica de seu olhar e da sua prática social. A *pulsão escópica* formada por essa matriz simbólica é o controle da energia libidinal (inconsciente) no aparelho visual. Ou seja, o simbólico manipula a energia libidinal dos olhos, faz a reconversão simbólica da libido visual.

Segundo Zizek (1996.p.321-322), Lacan complementa o ponto fraco da teoria de Althusser, onde "ele ou sua escola nunca conseguiram discernir o vínculo entre os Aparelhos Ideológicos de Estado e a interpelação ideológica (...) , fala de uma ideologia internalizada, mas não como esse processo se constitui no psiquismo". O filosofo francês fala de internalização sem identificação. De acordo com a psicanálise de Lacan (1996), é pela identificação que ocorre uma transformação produzida no sujeito, quando ele assume a imagem do Outro, o que prende a uma ilusão fantasmática no seu olhar, na formação do Eu, da identidade em unidade com a ilusão, solucionada a partir de uma fantasia inconsciente (simbólico-imaginário)[23].

> Ao observamos nossa realidade, vemos uma coisa diferente do que se pinta na retina. Não vemos o que é, mas o que queremos (...). No fundo não vemos as coisas tais como são, mas tais como desejamos e fantasiamos (...). Seguramente, a fantasia consiste em modelar a realidade segundo uma representação parasita que nos tiraniza, ou melhor, segundo uma ação dramática interior que se impõe incessantemente. Interpretamos nossa realidade segundo o roteiro de nossas fantasias. (Nasio, 2007.p.16-7 - Grifo nosso).

[23] Ver a "Figura 3" desta tese: *Esquema L.*

A fantasia do capital “descreve aquilo em que os indivíduos acreditam, embora não o saibam” (Zizek, 2008p.4). Ela forma uma ideologia que captura a energia libidinal dos olhos.

> A ideologia não é uma ilusão de tipo onírico que construamos para escapar a realidade insuportável: é uma construção de fantasia que serve de esteio a nossa própria "realidade": uma ilusão" que estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e que, com isso, mascara um insuportável núcleo real impossível (conceituado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe como "antagonismo": uma divisão social traumática que não pode ser simbolizada). A função da ideologia não é oferecer-nos uma via de escape de nossa realidade, mas oferecer-nos a própria realidade social como uma fuga de algum núcleo real traumático – (Zizek, 1996.p. 323)

A fantasia surge na impossibilidade de sermos unos, individuais, únicos. Somos mais fragmentados do que parecemos, atravessados pelas experiências sociais e de classe, o “indivíduo” é formado de desdobramentos do social (Lahire, 2002), se identifica com o social na formulação de suas fantasias inconscientes que orientam o roteiro de seu desejo, um espetáculo que social se esconde -como elemento de ficção- por trás da fantasia . Com isso, somos intimados a ver a realidade de uma certa maneira em nossa estrutura de percepção, “o mais importante da pulsão é fazer pensar” (Quinet, 1997.p.158).Temos a inscrição dos “signos da percepção”, ou seja, do olhar como objeto no campo visual perceptível. Essa formação de uma matriz simbólica invisível contingência o visível na relação do agente com a visão, apresentando um espetáculo social por trás da retina, um *speculum mundi* como *fala* Merleau-Ponty (1999), onde uma imagem especular do Outro, da estrutura socialmente construída, se dirige ao Eu enquanto função escópica que determina o visível.

Nessa perspectiva, a representação é alienada, o real é tomado pelo simbólico no imaginário, uma representação do recalcado (invisível), do inconsciente como desejo do outro. “A ambiguidade da pulsão escópica é que se olha aquilo que não se pode ver” (Lacan, 2008.p.179). As pulsões são parciais, logo o que percebemos não é a coisa, mas a sua representação, o resultado da luta de classes, da formação do sentido. A pulsão circula em torno de um vazio, de uma lacuna constitutiva na ordem do ser, que posteriormente vai ser preenchida com a entrada do registro das lutas simbólicas no imaginário (o núcleo do fantasma).

Nesse sentido, ocorre um “efeito de transfiguração”, para usar um termo de Durkheim (1996), onde os símbolos representam a coisa em si, ou seja, o simbólico substitui o real das nossas percepções. Como fala Lévi-Strauss (1950.p.32), “os símbolos são mais reais do que eles simbolizam. Nós reencontraremos esse problema a propósito do *mana*”. A realidade social acessível mediante o fator psíquico da *representação* cognoscível, de que fala Durkheim, está atravessada pela ideologia e por tensões da luta de classe, como fala Marx, que se constitui não

somente na dimensão material, mas também na dimensão simbólica, para Bourdieu (1980; 2020). Ficam estabelecidas lutas simbólicas que definem a "realidade".

Nessa luta pelas classificações, o que compreendemos por "visão" é ontologicamente comprometido pelo vínculo social (relação ontológica entre as estruturas objetivas e as estruturas psíquicas), pelas "formações de compromissos" de que fala Freud. Logo, o que é percebido depende dos esquemas de percepção formados pelos agentes na sua relação com o Outros no espaço social, ou seja, da sua posição de classe social que formam pulsões parciais de estilos de vida e visões fantasmáticas de mundo. Pontos de vista que dependem da posição ocupada no espaço social e na luta simbólica das classes.

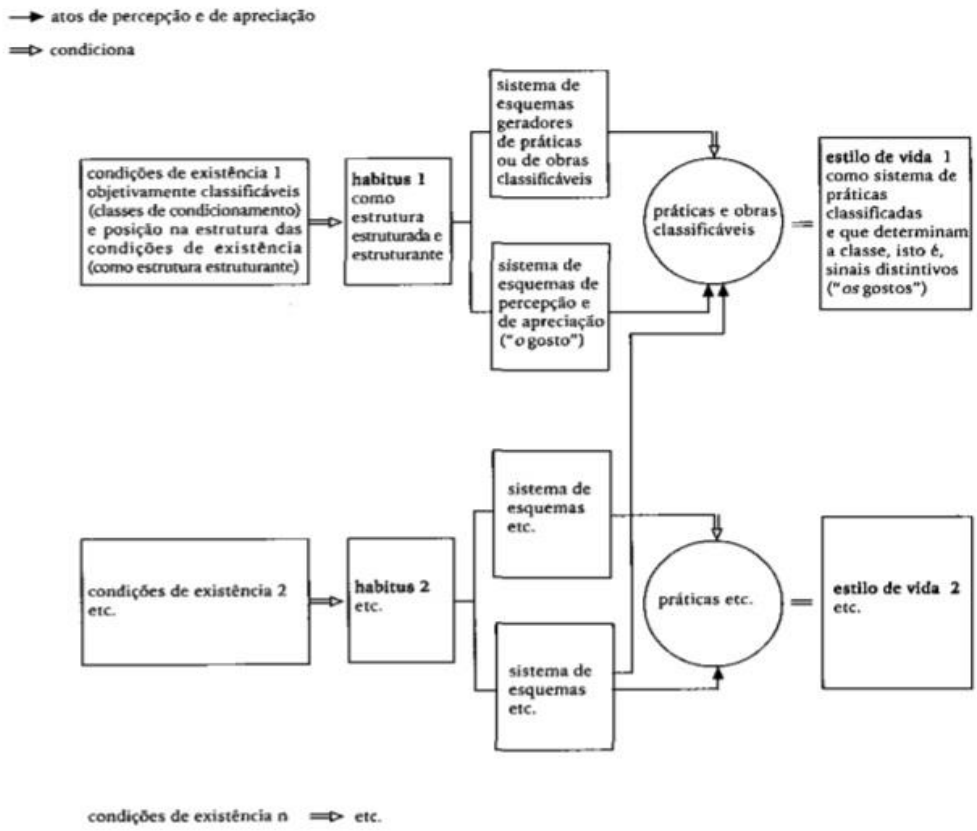
> Costumo citar ligeiramente uma fórmula célebre de Pascal: "o mundo me contém e me engole como um ponto, mas eu o contenho". O espaço social me engloba como um ponto. Mas esse ponto é um ponto de vista, princípio de visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma perspectiva definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição objetiva a partir da qual é assumida. O espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes podem ter dela (Bourdieu, 2011, p. 27 [1994]).

Cada classe social é socializada em uma região diferente do espaço social (o espaço dos pontos de vista). Os esquemas de percepção de cada grupo/classe situados corporalmente no espaço, que incorporam as relações desse mesmo espaço, "a experiência revela sob o espaço objetivo, no qual finalmente o corpo toma lugar, uma espacialidade primordial(..), nosso corpo não está primeiramente no espaço: ele é no espaço" (Merleau-Ponty, 1999.p. 205), o *espaço dos possíveis* que fala Bourdieu (2008).

3.4 O ESPAÇO DOS POSSÍVEIS

A socialização do corpo condiciona as classes, ou melhor, o *habitus de classe*. Esse transmuta (via alquimia simbólica) o espaço social em espaço simbólico das práticas, visões de mundo, estilos de vida e os signos de distinção. Desse modo, o espaço simbólico é o espaço dos estilos de vida, das preferências distintivas (gosto, já que as diferenças weberianas de status expressam diferenças de classe) e lógicas de cada campo social. Essa estrutura estruturada e estruturante faz retraduções da ordem social no condicionamento incorporado das classes. Ou

seja, fornece a homologia entre o espaço simbólico e o espaço social, as classes e as classificações.



Fonte: Bourdieu (2008)

Em uma relação entre as classes e as classificações, essas dependem da posição relativa dos sujeitos no espaço social, agentes situados nas mesmas condições de socialização, que formam, com isso, disposições da ação e percepção semelhantes (afinidades de estilos, como fala Weber), propriedades dos estilos de vida que são constituídas relacionalmente. O *habitus* de classe se consubstancia na relação entre a posição no espaço social e as práticas, ou seja, a posição e socialização da trajetória do ator no espaço social, logo é empiricamente variável a partir da trajetória de cada indivíduo ou grupo (Weininger, 2004)

Nesse sentido, as classes sociais não são apenas designadas pela renda, mas também produzidas por atos de percepção e apreciação, que são visões condicionadas que os grupos têm um dos outros (princípios de classificação da realidade). Ou seja, as condutas habituais que lançam o seu olhar sobre o mundo social, estruturando, com isso, estilos de vida. Assim, habitamos o nosso ponto de vista. Afinidades de estilo são construídas a partir de posições

diferenciais no espaço, “posição sincronicamente ocupada e, por conseguinte, as tomadas de posição práticas ou explicitas sobre o mundo social: a distribuição das opiniões políticas entre a direita e a esquerda corresponde intimamente à distribuição das classes e das frações de classe no espaço definido” (Bourdieu, 2008.p.411), a partir dessas socializações em comum ,“o mundo é aquilo que vemos” (Merleau-Ponty, [1964] 2003.p.15).

A “visão e o corpo se encontram imbricados” (Ibid.p.147), o “meu corpo é feito da mesma carne que o mundo” (Ibidem.p.225), “a experiência do corpo próprio nos ensina a enraizar o espaço na existência (...), a percepção do objeto pela percepção do espaço(...), o nosso corpo, ele é no espaço (Merleau-Ponty, 1999.p.205). Com isso, a espacialidade do corpo é o desdobramento de seu ser de corpo, ser socializado:

> Um mundo percebido, certamente, não apareceria a um homem se não se dessem condições para isso em seu corpo: mas não são elas que o explicam. Ele é segundo suas leis de campo e de organização intrínseca, e não como o objeto, segundo as exigências de uma causalidade existente “de um extremo a outro” (Merleau-Ponty, [1964] 2003.p.32)

Bourdieu insere um antigo problema de Merleau-Ponty e Lacan - e, antes deles, Leibniz e Spinoza - acerca do visível e do invisível da percepção corpórea, dentro da questão das classes sociais, dialogando com a tradição sociológica de Marx, Durkheim e Mauss ao mesmo tempo: “Durkheim ao falar das representações coletivas, falou cientificamente de coisas que são metafísicas(...), creio que estamos no coração do *fetichismo* [Marx]” (Bourdieu, 2020.p.142). Bourdieu traz para o debate das ciências socais a questão das disputas de classificação, a partir do prisma de classe social. Ou seja, uma discussão oriunda das pesquisas acerca de religião em Durkheim (religião e magia) e Weber (o padre e o profeta), no que diz respeito à consagração, ao poder, à luta pela oficialização e reconhecimento social, retrabalhados a partir de um debate acerca das lutas de classes sociais, as lutas simbólicas. O vencedor dessas lutas, o dominante, estabelece o que pode ser dito na frente de todos, o conhecido e reconhecido, estabelecendo com isso a construção da realidade na sociedade. Esse poder é o que Bourdieu chama de “poder simbólico” e de “capital simbólico”, um capital que tem o poder de mudar a visão dos grupos , de imposição da visão:

> A luta simbólica tem então como objetivo mudar os grupos, as relações entre grupos, a divisão entre grupos e a hierarquia dos grupos ao mudar a visão dos grupos, quer dizer, a visão que os grupos têm dos grupos, a visão que as pessoas que fazem do grupo têm dos grupos dos quais fazem parte e também a visão dos outros grupos. O objetivo é mudar o princípio da visão ou de di-visão e não existe visão que não seja divisão (Bourdieu, 2020.p.112)

Nessa perspectiva, a dimensão do visível está aberta para disputas de sentido e imposição da visão dominante aceita e legitimada pelo corpo social, na consagração dos esquemas corretos da percepção direta que constrói o mundo tido como natural. Ao se oficializar uma visão de mundo, ficam encobertas e aceitas - e com isso, invisíveis (o inconsciente social recalcado) - as disputas de poder no interior da sociedade, entre indivíduos que ocupam posições diferentes no campo da estrutura de classes sociais. Se constitui de maneira invisível (aceita, natural) uma "verdade" dotada de grande força social, capaz de se impor universalmente no visível, formando um consenso coletivo, uma *doxa*. Ou seja, uma verdade parcial, enviesada (em favor do grupo dominante) e ficcional, consegue se fazer reconhecer como universal, uma verdade dominante fundamentada na validação consensual.

> Essa verdade social fundamentada sobre o consenso é a verdade associada à perspectiva legítima, ou seja, a perspectiva dominante desconhecida enquanto tal e, portanto, reconhecida como universal. Eu poderia voltar aqui ao problema das classificações sociais(...): um dos objetivos da luta simbólica no mundo social é a posição da classificação legítima(...), convenções sociais(...), uma espécie de classificação reconhecida por todos, *omnibus*, fundamentada em um tipo de negociação coletiva: a representação/perspectiva deixa de ser percebida como perspectiva na medida em que recebe uma validação conceitual, terá força de lei (Bourdieu, 2020.p.160-161)

Nessa limitação da consciência, abstrações arbitrárias de "ver a lógica transformada em verdade objetiva", como fala Marx (2010.p.82), as classes visam demarcar posições nas regiões do espaço social (universidade como supremacia branca, no fechamento do espaço social, ou cotas como reconhecimento da justiça social, na abertura do espaço social, por exemplo), numa luta de classes que, segundo Bourdieu, opera com uma lógica perceptiva – do controle das *pulsões escópicas,* como fala Lacan. Desse modo, classes sociais são contingências da organização corporal da libido socializada em um espaço situado (a relação entre o espaço social e o espaço simbólico). A percepção se torna horizonte da prática possível, a condição de possibilidade da ação, esquemas de percepção que orientam a estrutura da prática. "Nossa percepção chega a objetos, e o objeto, uma vez constituído, aparece como a razão de todas as experiências que dele tivemos ou que dele poderíamos ter" (Merleau-Ponty, 1999.p.103). Com isso, o "campo escópico" não se constitui pelas leis óticas que ele se estrutura, mas pela luta simbólica, pelo controle dos símbolos que se se atrelam ao imaginário (Lacan, 2008; Bourdieu, 2020).

Categorias lógicas da percepção são formadas por categorias sociais, estruturando, com isso, grupos de classes sociais a partir da circunscrição no espaço em "relações que unem as classes umas às outras" (Durkheim e Mauss, 2000.p.199). O mundo social cria imagens

mentais, "formas de classificação" de maneira diferente para cada grupo ou classe social. "Uma classificação lógica é uma classificação de conceitos. Ora, o conceito é a noção de um grupo de seres nitidamente determinado; os limites desse grupo podem ser marcados com precisão" (Ibid.p.202).

O limite objetivo do espaço social em que estamos inseridos se torna um *espaço das visões de mundo*: "a hierarquia lógica não é senão outro aspecto da hierarquia social e a unidade do conhecimento não é outra coisa senão a própria unidade da coletividade estendida ao universo" (Ibidem.p.199). Nessa perspectiva, os indivíduos situados em posições diferentes de classe veem o mundo de forma marcadamente diferente (afinidades eletivas de classes sociais). Nesse ínterim, classes surgem na percepção do espaço social simbolizado na forma de "categoremas" (Bourdieu) que operam de forma pré-reflexiva e supraconsciente, orientando a nossa percepção e prática social. Os atos simbólicos de autoclassificação das coletividades sociais e de seus membros marcam a convergência de um grupo (estética, política, de consumo...). As lutas de classificação não são apenas materiais, mas também existenciais, formando perspectivas, opiniões, discursos e práticas.

Com isso, os indivíduos são classificadores e classificados – ou estão dentro daquela posição do campo ou fora, são conhecidos ou desconhecidos -, já que a classe é definida simultaneamente pelo seu "ser" e o "ser percebida" A posição ocupada no espaço social está no domínio prático da estrutura social, sendo as visões de mundo (sentido da posição ocupada nesta estrutura) o *habitus de classe* como "o conjunto das disposições, ao mesmo tempo, cognitivas e avaliadoras que se encontravam na origem de sua percepção" (Bourdieu, 2007.p.10). "Estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais" (Ibid.p.164). Nesse sentido, "os agentes sociais são capazes de perceber como distinções significantes as diferenças *espontâneas* de estilo de vida, por meio daquilo que Weber chama de *estilização da vida*" (Bourdieu, 1989.p.144). Essa promove distinções como gostos, maneiras de falar e de agir, ou seja, práticas sociais que agrupam as classes em afinidades eletivas de estilo ("semelhanças familiares", como fala Wittgenstein). A distinção se torna uma diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo categorias cognitivas apropriadas a essa estrutura. Esquemas de percepção e de apreciação que são próprios a diferentes classes:

> As estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes sociais para conhecer praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas. O conhecimento prático do mundo social que supõe a conduta "razoável" nesse mundo serve-se de esquemas classificatórios - ou, se preferirmos, "formas de classificação", "estruturas mentais", "formas simbólicas", ou seja, outras tantas expressões que, se forem ignoradas as respectivas conotações, são praticamente intermutáveis - esquemas históricos de percepção e apreciação que são o produto da divisa o objetiva em classes (faixas etárias, classes sexuais, classes sociais) e que funcionam aquém da consciência e do discurso. Por serem o produto da incorporação das estruturas fundamentais de uma sociedade, esses princípios de divisão são comuns ao conjunto dos agentes dessa sociedade e tornam possível a produção de um mundo comum e sensato, de um mundo de senso comum. (Bourdieu, 2008.p.435-436)

Nesse âmago, o real é relacional. A partir da posição socializada no espaço social se agrupam os espaços simbólicos da percepção (as formas simbólicas de ver o mundo, a matriz geradora do olhar, a pulsão escópica). Essa relação é o que define o sentido da realidade percebida como verdade nos esquemas de pensamento, percepção e na estrutura da ação dos agentes. E esses estão em disputa sociossimbólica.

A dimensão simbólica é essencial para a apreensão das classes, para os grupos de indivíduos socializados, pois impõe a dimensão do sentido aos sujeitos que dividem um mesmo código (linguístico, moral, cultural). Desse modo, o que é compreendido como real no espaço social depende do que foi constituído, internalizado e entrado em identificação no espaço simbólico dos indivíduos constituídos enquanto classes. Com isso, não vai ser mais o "real", mas, a sua translação simbólica que cria a "realidade" (socialmente constituída pelos grupos dominantes, detentores do capital simbólico).

Nesse âmago, não se tem na essência uma realidade natural como espaço da prática e na visão de mundo agentes, já que esses se constituem de maneira diferente no espaço social. Essa realidade é construída, um "fetiche" para Marx, e uma "construção social da realidade" para Berger e Luckmann (2009), que desenvolveram essa proposição Marxista na sociologia do conhecimento (também articulando, da sua forma, com Durkheim e Weber). Por isso que Mannheim (1972.p.329) afirma que " a sociologia do conhecimento realmente surgiu com Marx, cujo penetrante pensamento chegou à medula do problema". Para o velho Marx, o concreto aparece no pensamento como um resultado, e não um ponto de partida, sendo o conhecimento obtido uma reprodução social da realidade capitalista.

> A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparece, aqui, como emanação direta

> de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico. (Marx, [1846]2007.p. 93-94)

Os discursos, os sistemas de representações envolvem uma questão de dominação social, o que está contido no cerne do pensamento Marxiano: "os pensamentos das classes dominantes são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes". Nesse âmbito, a classe social, que é a potência material dominante da sociedade, é também uma potência espiritual de produção do pensamento dominante apreendido na luta simbólica, como expressão ideal das relações materiais. Se imbricam, com isso, dois argumentos, um fenomenológico no plano das ideias, e um sociológico no plano material dos meios de produção, o que leva a dois desenvolvimentos: um teórico – da formação da ilusão coletiva- e um prático – formação do consenso social que estabelece coesão (Balibar, 1995). Ou seja, das "potências *das ideias"* que surgem das circunstâncias e as "*abstrações"* que formam opinião pública, excluindo as percepções da classe trabalhadora que se alienam nas formas simbólicas das classes sociais dominantes.

Desse modo, "não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência" (Marx e Engels, [1846], 2007), p.94). Segundo Florestan Fernandes (1946] 1971), a economia política é uma questão histórica e lógica ao mesmo tempo: "Marx preferiu o tratamento lógico, no fundo também um método histórico, por ser dialético" (Ibid.p.308).

A estrutura social, por ser extremamente desigual, como no caso brasileiro, tem que iludir a consciência dos agentes para manter a sua reprodução: "consciente das relações efetivas desses indivíduos é ilusória, se em suas representações põem a sua realidade de cabeça para baixo, isto é consequência de seu modo limitado de atividade material e das suas relações sociais limitadas que daí derivam" (Marx, [1846], 2007.p,93). As categorias de percepção da economia burguesa se universalizam (equivalência generalizada), logo, são produtos de uma objetividade que vira subjetividade, indivíduos reais, mas que carregam as máscaras, fantasias das relações sociais mercantis no seu olhar (visão de mundo). Nessa percepção, combina-se o

real e o imaginário na constituição suprassensível fantasmagórica das mercadorias e, com isso, o real das relações sociais na estrutura de classes não consegue ser visto, é ocultado.

Segundo Etienne Balibar (1995) o *fetichismo* não é uma mera ilusão de ótica, uma crença supersticiosa, um fenômeno subjetivo ou uma percepção falsa da realidade. Ele constitui a própria forma como a realidade social não pode aparecer, ela é recalcada. As condições históricas não permitem a sua visibilidade. Se isso acontecesse, "a vida da sociedade seria simplesmente impossível" (Balibar,1995.p.76). Isso porque, de acordo com Slavoj Zizek (2013), o que se oculta são as mais perversas formas de exploração social, da mais-valia ao mais-gozar, o gozo de uma elite em detrimento do sofrimento da massa trabalhadora que sustenta a ordem social. Portanto, "suprimir a aparência é abolir a relação social" (Balibar, Ibid), é chocar a coesão social, a aparência de uma sociedade livre, com igualdade, liberdade e fraternidade. Se esses conflitos ocultos aparecerem, alguma coisa tem que mudar. A sociedade tem que aparecer como livre e igualitária, como se os indivíduos estivessem se deslocando livremente no espaço social para garantir a "ordem". Se a "essência" da sociedade capitalista aparecer, o real no sentido de Laclau (2004), temos que mudar algo da ordem social, a ordem não pode permanecer a mesma.

De acordo com a psicanálise, o real é sempre uma verdade que se esconde, muitas vezes uma verdade que está "na cara", sem nem precisar de muita ciência para "poder ver", mas que mesmo assim não conseguimos visualizar, como o racismo e o machismo no Brasil. Há sempre uma "ideologia do mascaramento social" (Fernandes, [1965], 2008), uma aceitação natural da ordem social, onde nessa as pessoas vivem em condições precárias e mesmo assim se dispõem a aceitar muito mais do que poderíamos supor. Com isso, as causas da desigualdade, do sofrimento e da ausência de reconhecimento social ficam invisíveis a olho nu, opacas.

Ainda que a pobreza e a miséria material sejam facilmente perceptíveis e reconhecíveis, as causas e precondições que as tornam *possíveis e socialmente legitimadas* não o são. A desigualdade aparece como algo "natural" sofrido por aqueles que não se esforçaram o suficiente para chegar às mais altas posições da hierarquia social (Davis e Moore, 1979). Denega-se, com isso, a construção sociohistórica extremamente desigual dos indivíduos e grupos de indivíduos em classes sociais. Vemos ação meritocrática dos indivíduos, onde, na verdade, ocorreu uma constituição social das classes formadas na socialização no espaço social dos campos sociofamiliares. Com isso, a dimensão de classe social é escondida pela ideologia do mérito, ocultando as pré-condições sociais que permitem o mérito, estabelecendo e

legitimando uma ideologia do individualismo onde o que existe de fato são construções distintas das classes sociais (Souza, 2009).

Quando a ordem das coisas se ancora ao mesmo tempo na estrutura social e em nosso aparelho psíquico (cumplicidade ontológica entre as estruturas objetivas da sociedade e as estruturas subjetivas da mente), acaba se estabelecendo toda a estruturação dóxica de dominação e desigualdade que está presente nas relações sociais constituídas historicamente no senso comum. E daí vem a aceitação e resignação em uma ordem social tão desigual, uma aceitação da pobreza e das condições materiais de existência privada como algo natural, uma "*doxa* passiva, domínio em que o real é tomado como dado e evidente em sua existência, não sendo questionado reflexivamente a respeito dos atos intencionais da consciência que o constituem (...), o mundo está sempre lá, passiva e imediatamente dado à consciência" (Vandenberghe, 2010.p. 284).

Essa aceitação da realidade social é o que Bourdieu (2008) chama, baseado em Nietzsche[24] de "amor fati", uma forma de contentar-se com o que se é e com o que se tem, de gostar ou até mesmo de amar as condições materiais de existência que engendraram o seu habitus de classe , é como se a socialização feita corpo formam gostos defendidos pelos agentes – a defesa do reino baseados nas necessidades pelos dominados e a exaltação da distinção do gosto de luxo pelos dominantes -. "O gosto é amor fati, escolha do destino, embora forçada, produzida por condições de existência que, ao excluir qualquer outra possibilidade como se tratasse de puro devaneio, deixam como única escolha o gosto pelo necessário" (Bourdieu, 2008.p. 169). Nesse sentido,

> O gosto é a forma por excelência do amor fati. O habitus engendra representações e práticas que, apesar das aparências, são sempre mais ajustadas às condições objetivas das quais elas são o produto. A frase de Marx segundo a qual "o pequeno-burguês é incapaz de superar os limites de seu cérebro" - outros teriam falado dos limites de seu entendimento - significa que seu pensamento tem os mesmos limites de sua condição, ou seja, por sua condição, é limitado, de alguma forma, duplamente: pelos limites materiais que ela impõe à sua prática e pelos limites que ela impõe ao seu pensamento, portanto, à sua prática, levando-o a aceitar - até mesmo, amar - esses limites (Bourdieu, Ibid.p. 228)

[24] O *amor fati* é um termo do latim emprego por Nietzsche, que significa o "amor ao destino", uma afirmação da vida e aceitação do real e da própria existência, assumindo a responsabilidade, o gosto, o "sim" para a vida e as suas próprias ações. " Amor fati: seja este, doravante, o meu amor ! Não quero fazer guerra ao que é feio. Não quero acusar, não quero nem mesmo acusar os acusadores. Que a minha única negação seja desviar o olhar ! E tudo somado e em suma: quero ser, algum dia, alguém que diz apenas sim". Nietzsche (2001.p.187-188). O amor fati envolve enfrentar questões ligadas ao destino, a fatalidade e o fatalismo.

Para o Bourdieu de “A Distinção”, é como se as classes sociais aceitassem a sua condição social interiorizada pelas experiências do seu corpo no espaço social, pelo *amor fati*. Por mais que, em “A Miséria do Mundo” ele volta atrás e destaca o sofrimento das classes subalternas. De todo modo, essa naturalização das condições materiais de existência enquanto limite das reflexões das classes sociais e práticas dos agentes ocorre, com bem mais sofrimento do que fala Bourdieu em seus livros. Pelo que vimos, nos casos entrevistas realizadas aqui no Brasil, é uma dimensão de angústia que aparece pouco nas suas pesquisas. Ou seja, não é somente uma aceitação da ordem social, mas, um sofrimento perante o *real* da sociedade – principalmente das classes dominadas-. Por isso, o nosso aprofundamento em relação a teoria de Bourdieu a partir do marxismo e da psicanálise, para acentuar o antagonismo social, o sofrimento das classes populares e a perversão dos dominantes em manter essa situação estática, em inércia social, para a reprodução do seu status quo.

No Brasil, ocorre uma relação “da mais-valia ao mais-gozar” como fala a psicanálise (Lacan, 2008c), um sadismo dos dominantes e um trauma do dominados. Desse modo, não é apenas naturalização da condição social, mas também, sofrimento existencial.

3.5 O OBJETO A DE BOURDIEU: DO MAIS-VALOR AO MAIS-GOZAR

O *objeto a* é um resto a simbolizar, um complemento de um resíduo deixado pelo sujeito a ser simbolizado (Lacan, 2016). Dito isso, entramos aqui no *objeto a de Bourdieu*, a dimensão não simbolizada na teoria do sociólogo, a relação entre o mais-valor e o mais-gozar. Primeiramente, *mais-gozar* é diferente do gozo, ele não corresponde ao gozo em si, mas à sua perda, “é uma função da renúncia ao gozo sob o efeito do discurso” (Lacan, 2008c. p.19), uma extração da energia dos sujeitos, uma expropriação da energia libidinal do seu corpo pelo sistema. Jacques Lacan faz uma “mediação entre Freud e Marx” (Ibid.p.169) no desenvolvimento deste conceito, afirmando que o *mais-gozar* tem uma relação direta com os meios de produção, onde o capitalista extrai essa energia para ele, na sustentação de uma estrutura fantasmática no sujeito.

Desse modo, a maneira como os sujeitos sofrem no sistema social, se insere pela função do mais-de-gozar. O que não foi uma descoberta de Hipócrates ou Freud, mas, de Marx:

> Marx decifrou, isto é, a realidade econômica, o sujeito do valor de troca é representado perante o valor de uso? É nessa brecha que se produz e cai a chamada mais-valia. Em nosso nível, só importa essa perda. Já não idêntico a

> si mesmo, daí por diante, o sujeito não goza mais. Perde-se alguma coisa que se chama o mais-de-gozar. Ele é estritamente correlato à entrada em jogo do que determina, a partir de então, tudo o que acontece com o pensamento. Não é diferente no sintoma (Ibidem. p.21)

Por isso, Zizek (1996) afirma que Marx, na mais-valia denuncia a espoliação do gozo, tal como aparece no campo freudiano. O gozo porta a marca da castração, do sofrimento, da impossibilidade dos proletários. A subtração de uma parte do gozo, "esse valor de uso extraído, fixado [e substituído pelo valor de troca] (...) o único ponto de inserção necessária em toda ideologia" (Lacan, 2008b, p.304) é o elemento central, o pivô para a perversão do capitalismo (a imanência perversa), já que o burguês goza do corpo do proletário.

A exploração capitalista instaura uma dialética da frustração, onde, nessa relação com o *mais-gozar* é criada uma estrutura fantasmática que liga o sujeito com o seu objeto, o Grande Outro da estrutura social, impedindo que ele tenha um acesso consciente ao *real* dessa estrutura, pois essa já está dentro dele, internalizada no seu corpo, corporificada na formação eu [25].

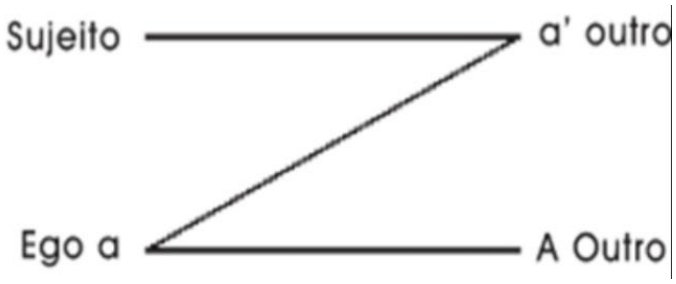


FIGURA 3 - "Esquema L." Fonte: Lacan, 1998.

Aristóteles (2000) se interessa pelo corpo para falar da alma, a corporeidade da subjetividade. Por isso, Descartes (1983) erra ao ver o pensamento como algo fora do corpo (a substância pensante). O sujeito só pensa com o gozo do corpo, com as experiencias que esse passou. Um corpo é alguma coisa que pode gozar (Lacan, 2008b).

"O ato perverso se situa nessa questão sobre o gozo" (Ibid.p.411), ele é implicado na perversão na função ideológica do fantasma, uma miragem especular que do corpo passa para a alma (separação do gozo do corpo). Nesse sentido, a ideologia é fabricada em um processo

[25] Em Freud, não temos uma teoria do sujeito, ele fala da relação entre o "eu, o id e o supereu". Enquanto para Lacan, a formação do eu está atrelado a uma teoria do sujeito, "a subversão do sujeito e a dialética do desejo", que se estrutura na relação do sujeito com a linguagem e o gozo, abrindo, com isso um diálogo aberto com as ciências sociais, para além de uma dimensão clínica da psicanálise. Para ver a influência das ciências sociais na obra de Lacan, ver: Zafiropoulos, 2009. Sobre a relação entre Bourdieu e Lacan, ver: Steinmetz , 2006; e Silva, 2016. E como a psicanálise de Lacan entra na teoria social de Butler, Zizek e Laclau, ver: Parker, 2002.

de sofrimento psíquico, de renúncia ao gozo e não de *amor fati* como fala Bourdieu (2008). As classes dominadas sofrem o "não-gozo", a miséria, o desamparo, a solidão, enquanto reflexo da estrutura perversa do capitalismo. Não é uma aceitação da condição social, mas um sofrimento existencial como fato social.

Para Nietzsche (2001), o amor-fati é um sentir-se agradecido com a vida, contente com o fato de sua existência se repetir incontáveis vezes, mesmo com todos os erros, sofrimentos e perdas. Isso não é o que vemos na análise das classes sociais brasileiras, o ressentimento é grande, o povo sofre e sempre que pode, reclama da sua angústia (salário atrasado, não pagamento das férias, transporte público, racismo institucional, falta de direitos humanos básicos, dentre outros, como veremos a seguir na análise das entrevistas). Ao invés de aceitação da exploração social, podemos falar de sofrimento da extração do gozo do corpo dos oprimidos e, a tentativa histórica de manutenção desse sofrimento pelos opressores. Uma relação entre o mais-valor e o mais-gozar (Lacan, 2008; Zizek, 1996;2008).

A contrapartida do *mais-gozar* é que ele constitui a coerência do sujeito, o ligando com o seu objeto (Lacan, 2008c. p.24-25). Com isso, a representação do sujeito é levada a afirmar seu oposto numa relação de inversão, como fala Freud na negação (v*erneinung),* a negação é uma lógica da contrariedade (Safatle, 2006*),* a oposição existente entre dois termos contrários, o um e o múltiplo, o ser e o nada [26], uma contradição que, de duas séries de contrários, uma é a privação da outra.

O sujeito é privado, os meios de produção fabricam coisas que o enganam – a substituição dos homens por coisas -, o alienam, manipulam o significante prendendo o sujeito a uma fantasia que dá coordenadas ao seu desejo. O significante, com isso, se introduz como aparelho de gozo. Com uma energia que não desaparece, mas é recalcada, tirada da visão.

O grande recalque é a ocultação, o desconhecimento de um sadismo dos dominantes (perversão) e, um trauma do dominados (expropriação do mais-valor ao mais-gozar), esse é o *real do capitalismo*, o avesso das coisas da lógica pela lógica das coisas. O valor de troca aparece como valor de uso, a alienação aparece como liberdade, a exploração aparece como

[26] O Um é inicialmente negação do múltiplo, o ser é inicialmente negação do nada. Isso nos mostra que uma determinação só pode ser posta por meio da oposição, ou seja, ela deve aceitar a realidade de seu oposto. A positividade da identidade é suportada pela força de uma negação interna que, na verdade, pressupõe sempre a diferença pensada como alteridade (Safatle, 2006.p.22)

direito universal, a perversão como amor, o simbólico como real. A realidade material é simbolicamente invertida, garantindo, com isso, a “paz social” de forma falseada.

> Marx "inventou o sintoma" (Lacan) mediante a identificação de uma certa fissura, de uma assimetria, de um certo desequilíbrio "patológico" que desmente o universalismo dos "direitos e deveres" burgueses. Esse desequilíbrio, longe de anunciar a "realização imperfeita" desses princípios universais - isto é, uma insuficiência a ser abolida pelo desenvolvimento ulterior -, funciona como seu momento constitutivo: o "sintoma", estritamente falando, e um elemento particular que subverte seu próprio fundamento universal, uma espécie que subverte seu gênero. (Zizek, 1996.p.306)

O mais-valor não aparece, a desigualdade e a exploração social , não aparecem, a divisão da sociedade em classes, também não, e, muito menos, o racismo estrutural. Enquanto isso, um sistema de exploração dos corpos se mantém. A relação do mais-valor ao mais-gozar é a ocultação fetichizada de um dispositivo causador de sofrimento, de impotência, de impossibilidades, de exploração, de colonização, onde manda onde não se educa, e educa onde não se mande. Sendo que, isso não é visto de forma direta, há um “vel originalmente estruturado” (Lacan, 2008b.p.20) que estrutura a lógica do fantasma no plano da relação imaginaria, ligando “o eu a imagem do outro, de maneira duplamente ilusória(..), submetida aos avatares da imagem, quer dizer, igualmente entregue a função do meio do falso semblante. Ele e ilusório igualmente porquanto ele instaura uma ordem lógica pervertida”(Ibid. p.20), o "postulado da desrazão", a inversão de valor (como fala o fetichismo de Marx), a “manipulação do real” (Ibidem), onde imagem do corpo bloqueia a verdade social.

Nesse âmago, a forma-mercadoria passa por uma *mutação simbólica* que desvencilha o valor de uso das coisas do corpo. O simbólico, “por não ter correlação biunívoca com aquilo que representa, simboliza, carrega como sua profunda característica uma indeterminação relativa. Pontos de indeterminação estão nas brechas, nas fissuras da falta de correspondência ponto a ponto entre palavra e coisa (Castoriadis, 2000, p. 168). Nessa fissura, o sinal da verdade está em outro lugar, ela é produzida, assim como fala Lévi-Strauss (2008), um mito simbolicamente construído substitui a realidade factual, onde “a consistência da imagem especular do aparelho do eu, é o fato de que este é sustentado do interior por esse objeto perdido, que ele apenas veste, por onde o gozo se introduz na dimensão do ser do sujeito (Lacan, 1992.p.47), alienando a sua percepção.

Esse objeto perdido é o mais-gozar, que é estruturante de uma ordem lógica pervertida, de um *pacto,* que é deixado intacto, sem grandes mudanças na estrutura sociopsíquica, na perpetuação da expropriação sádica dos corpos. Como vemos na História do Brasil, onde houve:

> Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio. O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da mulher indígena ou da negra. Isso quanto ao sadismo de homem para mulher - não raro precedido pelo de senhor para moleque. Através da submissão do moleque, seu companheiro de brinquedos e expressivamente chamado leva-pancadas, iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico (Freyre, 2003.p.56)

Isso, que Gilberto Freyre chama na história nacional de amor físico e, relação entre o sadismo do branco com masoquismo da índia e da negra, na verdade foi um estupro, uma expropriação do corpo e, não, amor. Não havia complementariedade entre sadismo e masoquismo, já que o segundo era forçado pela escravidão, pela prisão dos corpos em um sistema social tradicional, e não uma vontade sexual do eu, como aparece em Freud (1927). Na estrutura social brasileira, "o sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal" (Freyre, 2003.p.57), não só dos homens brancos, mas também das mulheres brancas onde "o sadismo da mulher, quando grande senhora, sobre os escravos, principalmente sobre as mulatas; com relação a estas, por ciúme ou inveja sexual" (Ibidem.p.57).

Gilberto Freyre, mesmo que de maneira romantizada (ao falar de amor e complementariedade entre sadismo e masoquismo) denuncia a estrutura social perversa do Brasil, o que influenciou a nossa formação sociocultural.

> Nas condições econômicas e sociais favoráveis ao masoquismo e ao sadismo criadas pela colonização portuguesa - colonização, a princípio, de homens quase sem mulher - e no sistema escravocrata de organização agrária do Brasil; na divisão da sociedade em senhores todo-poderosos e em escravos passivos é que se devem procurar as causas principais do abuso de negros por brancos, através de formas sadistas de amor que tanto se acentuaram entre nós (Freyre, 2002.p.210)

Os dominados não aceitaram ou naturalizaram a expropriação do corpo, mas se rebelaram, ou, a vivenciaram de maneira forçada. De todo modo, o sadismo dos senhores (as) brancos excedeu a esfera da vida sexual e doméstica e, fez-se sentir através da nossa formação nacional, em campo mais largo: o social e o político. A sociedade influenciou o sadismo, o gozo perverso e a espoliação do mais-gozar dos corpos, principalmente de corpos negros da baixa

posição de classe social, não como um "desvio", mas como a estrutura "normal" [27] da sociedade.

O senhor goza do corpo do escravo e, no desenvolvimento histórico capitalista, o burguês goza do corpo do proletário, dos de baixo na hierarquia social, principalmente de corpos negros, na falta de reparação histórica (apego sociopático). Esses exemplos históricos são ocultados -o grande recalcamento da história; a amnésia social, como fala Bourdieu)-, como se fosse um pacto perverso. O que se trata no nível da perversão é isso, "na medida que o Um é presumido, não do ato, mas da união (do pacto, se querem) sexual, na medida em que esse Um é deixado intacto (...), que o sujeito dito perverso vem encontrar no nível desse redutível, que ele é, desse pequeno original - seu gozo" (Lacan, 1992.p.421).

Esse é o "fantasma perverso por excelência. Gozar da Lei é o desejo supremo do perverso. Ou seja, o gozo perverso não é exatamente o resultado da fixação no particularismo de um objeto sensível, como quis Kant. Ele é gozo da pura forma da lei (Safatle, 2006.p.84). A estrutura social permite o gozo perverso, na exploração social. O peso da lei é mais forte para os pobres, para o povo. Já as elites têm um gozo alcançado na escala invertida da lei do desejo, a partir de uma simbolização bem-sucedida que inverte, esconde e oculta a perversão no reconhecimento social. Enquanto isso, o povo vive preso na insatisfação de seu desejo.

O capitalismo perverso goza da lei para o acúmulo do capital [28], e exploração desenfreada dos corpos dos trabalhadores, dos proletários, dos batalhadores, dos que vem da baixa posição de classe social, das "minorias", negros, indígenas, transsexuais -que tem uma expectativa de vida de 35 anos[29]-, mas, isso, por mais perverso que seja, não aparece aos nossos olhos, é a foraclusão do capitalismo, como fala Zizek (1996), mantido por um pacto como "herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente" (Bento, 2022.p.15), uma omissão voluntária.

---

[27] Nos "Três ensaios sobre a teoria sexual", Freud tentou pensar a nosografia perversa para além da ideia de desvio em relação a normas morais que visam, preferencialmente, regular práticas sexuais, reconhecimento múltiplas tendências perversas na sexualidade dita "normal", tendências que aparecem como insistência de uma disposição perversa . A estratégia freudiana, nesse sentido, consiste em determinar como perversa a estrutura que, ao invés de submeter-se ao primado geral da organização genital, coloca-se como via exclusiva de gozo (Safatle, 2006).

[28] Como vemos no documentário "The Corportarion" (de Mark Achbar e Jennifer Abbott, 2004).

[29] De acordo com Bruna Benevides (2023). Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf

Esse pacto perverso, para esconder o sadismo e o privilégio dominantes, e o sofrimento dos dominados, passa por uma manipulação simbólica do real dos olhos, para não conseguirmos enxergar a realidade sociohistórica. A história que a História não conta é o que no Brasil, Cida Bento (2022) chama do "pacto narcisista da branquitude", um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter os privilégios sociais intactos. Ou seja, o pacto não é entre o sadismo do branco e o masoquismo das indígenas e negras, como fala Freyre (2003), mas, entre a *branquitude* das classes do alto, que não querem a mudança da história (o apego sociopático que fala Florestan Fernandes), e sim, a sua reprodução sistêmica, no racismo das instituições sociais e na exploração perversa dos corpos, para a manutenção desenfreada do seu privilégio econômico.

A branquitude mantém o pacto narcisista, até os dias de hoje, o que acarreta nos altos índices de racismo na sociedade brasileira, como vemos nos dados da pesquisa de Sales Jr (2006), no encarceramento em massa da população negra (onde 64% da população prisional é negra), nas barreiras da mobilidade social dos trânsfugas de classe negros, dentre outros exemplos sistêmicos. Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento, mais sangue retinto pisado, atrás do herói emoldurado, como canta o samba enredo (Bento, 2022). O racismo mascarado à brasileira mais perverso, dissimulado e negado.

A desigualdade econômica tem um fundo racial que é anterior à classe, na base da estrutura social brasileira, onde, a dissimulação racial encobre a desigualdade econômica, tudo de uma única vez. A dissimulação da história encobre o gozo sobre os corpos explorados das massas destituídas na sociedade. Isso é encoberto pelo pacto narcisista da branquitude, que não quer que essa verdade apareça na histórica e a justiça social não se faça no presente. Branquitude é diferente de brancura, essa diz respeito a cor da pele (alva), enquanto aquela diz respeito a um pacto social perpetuado na história, para o não-reconhecimento da perversão social do racismo, assim como das demais relações de dominação, classe, gênero, origem, dentre outras, que guardam muita similaridade na forma como são construídas e perpetuadas através desses pactos, que não são explicitados (Bento, 2022). A branquitude quer a manutenção sociopática do passado perpetuada no presente, para não perder os seus privilégios sociais. Como vemos nas reações de autodefesa de pessoas brancas, que atacam sistematicamente as políticas públicas de cotas raciais e sociais, ou até mesmo toda e qualquer política pública direcionada aos mais pobres. As reações contra os direitos humanos ("bandido bom é bandido morto"), contra os direitos trabalhistas, contra qualquer direito popular, contra tudo que reduz o

sofrimento. No Brasil, as elites brancas querem a exploração perversa do povo, para o seu lucro econômico (mais-valor), distinção social e manutenção do *status quo*.

Essas alianças e acordos não verbalizados do pacto narcísico da branquitude atendem a interesses grupais, que se beneficiam dos abismos históricos, as desigualdades sistêmicas de investimentos do Estado em educação, cultura e renda. Onde esses grupos se esforçam, nessa estrutura de desigualdade social histórica, para oferecer as mesmas oportunidades educacionais que tiveram aos seus filhos - passando os privilégios de uma geração à outra - na forma de capital econômico, cultural, social e simbólico-, o que vai gerar impactar diretos nas oportunidades de trabalho e de salários para este grupo social. E lutam para bloquear o acesso dos mesmos, as camadas populares da sociedade, os "condenados da terra" (Fanon, 2006).

Com isso, fica instaura uma supremacia branca nas instituições públicas e privadas da sociedade brasileira, sem negros e indígenas, principalmente nos mais altos postos da hierarquia organizacional. O racismo institucional é marcado por práticas aparentemente "neutras" no presente, mas que perpetuam o efeito de discriminação praticada no passado (Bento, 2022), levantando barreiras e dificultando o acesso ao povo brasileiro. E, isso é ocultado sobre a forma de meritocracia, o que, na verdade, é uma reprodução social da história, da mais-valia ao mais-gozar. Nesse âmbito, desigualdades de raça, classe e gênero são engendradas no interior das instituições sociais, com ambientes de pessoas brancas e de classe média alta que se identificam umas com as outras, se veem como membros de um mesmo grupo, concorrendo entre si. Essa presença exclusiva de brancos das altas posições de classe, faz parte da realidade da maioria das organizações sociais (Cardoso, 2010). E, quando isso é rompido, pela presença de uma pessoa negra em ascensão social, por exemplo, o grupo se sente ameaçado pelo "diferente", "invadido", como falam as teorias de mobilidade social (Goldthorpe e Marshall, [1992] 1997).

> os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas(...), o pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o "diferente" ameaçasse o "normal", o "universal" (Bento, 2022.p.12)

Por isso, o pacto narcisista é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo (Hasenbalg, 1979.p.7), é um acordo tácito, um contrato não verbalizado, o que gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns, suprimindo as recordações que trazem sofrimento e

vergonha, porque estão relacionadas ao passado escravocrata, a antiga ordem social tradicional, que se reproduz tacitamente no presente moderno das estruturas de raça, classe e gênero [30].

Esse acordo tácito perverso, permite o exercício do biopoder, o velho direito soberano de matar. A sua função é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado (Mbembe, 2016). Ficando todo esse desequilíbrio patológico, ocultado, do mais-valor ao mais-gozar, na forma de universalismos (dos direitos burgueses), que atingem apenas alguns poucos grupos sociais das elites e da alta classe média, ficando a grande maioria do povo de fora, na condição de foracluido do sistema, em sofrimento social e psíquico.

Para os que sofrem, os dominados, a neurose é o negativo da perversão (Freud, 1927), estão a serviço da realidade, enquanto os que perpetuam o pacto, os dominantes, se desprendem dela. Esse é o fantasma perverso que ronda o capitalismo contemporâneo.

Esse pacto perverso, perpetuado na história, para o não reconhecimento da espoliação e do sofrimento dos grupos oprimidos e, do gozo sádico dos opressores, acaba por deixar invisível e inconsciente (oculto) as relações sociais de dominação. Ou seja, a construção social desigual de indivíduos fica oculta para a manutenção da ordem social.

3.6 A OCULTAÇÃO DAS DESIGUALDADES

"O que aparece no nível individual como: mal-estar, ansiedade, expectação, inquietação, representa, na verdade, um poderoso poder social, o de constituir grupos, constituindo o senso comum, o consenso explícito de qualquer grupo" (Bourdieu, 1989.p142). "O sofrimento psíquico é uma construção social, embora seja expresso como individualizado. É individualizado porque é socializado dessa forma" (Perrusi, 2015.p.146). A angústia "está aberta ao mundo, logo, é sofrimento. A angústia simboliza" (Ibid.p.151). O sofrimento e a angústia, de que falam a psicanálise, são na verdade construções sociais e de classes em um momento histórico; não são individuais, mas "o mal-estar da cultura/civilização", como afirma

[30] Um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos (configurando o que o movimento negro chama de "genocídio da população negra"). E, acordo com o Dieese, a população negra trabalha duas horas a mais do que a branca, em qualquer parte do Brasil, trabalha mais e ganha menos em todos os estados - a média é de 30% menos em comparação com os não negros, sendo as mulheres negras o grupo mais afetado, visto que trabalham quase o dobro do tempo para obter o salário de um homem branco. Vemos, com isso, que o capitalismo de classe, também é racial e de gênero (Mbembe, 2016).

Freud (2010). São coletivos (por isso, toda psicologia individual também é uma psicologia social). Os "salários baixos, instabilidade, desemprego e subemprego são circunstâncias geradoras de pauperização" (Telles, 1993.p. 6), de uma "subcidadania" (Souza, 2009), são fenômenos sociais propulsores do mal-estar psíquico individual e coletivo. Sofrimentos que aparecem como naturais ou apenas individuais na realidade são construídos sócio-historicamente, já para minar uma reação coletiva. Denega-se o social e fetichiza-se o real.

O que aparece aos nossos olhos como coesão e "boa convivência", em não falar de assuntos "polêmicos" como racismo e política ("política não se discute", como reforça o senso comum), aceitando com isso a ordem social, o consenso coletivo, esconde os princípios de classificação da realidade que se classificam na luta política. Essa pretensa paz social esconde uma divisão histórica da sociedade, onde, por mais que todos conheçam a história nacional, não conseguem enxergar a continuidade do racismo de raça e de classe bem como outras monstruosidades do apego sociopático ao passado, como lembra Florestan.

Sempre fica algo oculto, invisível: "o invisível não é apenas o não visível (...), mas onde a sua ausência conta para o mundo " (Merleau-Ponty, [1964] 2003.p 209). É uma verdade, mas que perturba a nossa estrutura psíquica -por isso o ocultamento. Esse vazio não preenchido, não simbolizado do real, gera a angústia. Algo de negativo fica sem ser visto ou medido (mas não deixa de ser sentido, principalmente pelos mais pobres), um núcleo traumático, incognoscível à nossa cognoscibilidade, se escondendo atrás do mundo visível das nossas percepções[31].

Oculta-se os antagonismos, o racismo, as lutas sociais concretas e a exploração forma-mercadoria e, com isso, sociedade mantem-se coesa pela própria cisão que impede permanentemente seu fechamento em um todo harmonioso, transparente e racional. A luta de classes é "real" no sentido lacaniano estrito: uma "dificuldade", um empecilho que origina simbolizações sempre renovadas (Zizek, 1996). Para o filosofo e psicanalista:

> não é nada mais do que o nome do limite imperscrutável que é impossível de objetivar, situado dentro da totalidade social, já que ela mesma é o limite que nos impede de conceber a sociedade como uma totalidade fechada ou, para dizer de outra maneira, "luta de classes" designa o ponto em relação ao qual "não existe metalinguagem": na medida em que toda posição dentro do todo social e sobredeterminada, em última

[31] "O cerne pré-ideológico da ideologia consiste na aparição espectral que preenche o buraco do real. E isso que todas as tentativas de tratar uma clara linha separatória entre a "verdadeira" realidade e a ilusão (ou de fundamentar a ilusão na realidade) deixam de levar em conta: para que emerja (o que vivenciamos como) a "realidade", algo tem que ser foracluido dela - em outras palavras, a "realidade", tal como a verdade, nunca é, por definição, "toda". O que o espectro oculta não é a realidade, mas seu "recalcamento primário", o X irrepresentável em cujo "recalcamento" fundamenta-se a própria realidade" (Zizek, 1996.p. 26)

> instancia, pela luta de classes, não está excluído da dinâmica desta última nenhum lugar neutro de onde seja possível localiza-la dentro da totalidade social. (Ibidem. p. 27)

A luta de classes está inscrita no centro da economia, mas tem de permanecer ausente, não tematizada, invisível, para assegurar a ordem ou pretensa ordem social:

> esconder a classe e defender a meritocracia: esse é, no entanto, o "segredo" mais bem guardado do mundo moderno. Toda a "legitimação" social e política de qualquer sociedade moderna, seja ela central ou periférica, reside, precisamente, na cuidadosa negação do caráter de classe da desigualdade social moderna. Desse modo, a desigualdade tem que assumir uma forma "individual" para ser legítima. Essa forma individualizada de desigualdade, construída para negar a forma real e efetiva da produção classística da desigualdade, é exatamente a "ideologia da meritocracia". Segundo essa ideologia, a desigualdade é "justa" e "legítima" quando reflete o "mérito" diferencial dos indivíduos. Nada, aparentemente, mais justo. Se alguém produz 50 vezes mais que outra pessoa, nada mais justo, merecido e desejável que essa pessoa também, por exemplo, receba um salário 50 vezes maior que a outra que produz 50 vezes menos. É precisamente o efeito gigantesco e universal dessa ideologia que permite que se fale todos os dias da desigualdade econômica brasileira sem que isso incomode ninguém. A desigualdade econômica é legítima no capitalismo por conta da influência cotidiana e subpolítica da ideologia do mérito. (SOUZA, 2009.p.120-121)

O que estamos querendo afirmar é que ao falar de desigualdades sociais, o seu ponto geometral da percepção não é uma mera constatação da realidade objetiva da sociedade. Trata-se, sim, de tornar visível algo que se encontra invisível e oculto na sociedade (como enfatizaram Marx, Lacan, Bourdieu, Zizek e Souza), os antagonismos, as lutas de classes ou lutas simbólicas, como prefere o sociólogo francês.

3.7 LUTAS SIMBÓLICAS

> Sustentar a percepção do mundo social significa um ato de construção (...) mais chegada a um inconsciente de classe, do que a uma "consciência de classe", no sentido Marxista, o sentido da posição ocupada no espaço social (aquilo que Goffman chama de *sense of one´s place)* está no domínio prático da estrutura social no seu conjunto, o qual se descobre através do sentido da posição ocupada nessa estrutura (Bourdieu, 1989.p.140-141)

O que Bourdieu chama de um *habitus de classe* envolve as práticas e as percepções de classes sociais posicionadas em um espaço social atravessado por lutas de classificação e de imposição da visão dominante. Nesse caso, a percepção se encontra em uma dimensão da luta de classes, em uma luta simbólica na definição da "visão de mundo" ou do próprio mundo social (realidade socialmente constituída), de um sentido do mundo (a ordem social) em um momento histórico, que se encontra na relação prática dos agentes.

A classe construída se forma na percepção interiorizada do espaço social e simbólico, sendo essa um objeto de luta, "lutas simbólicas pela produção e imposição das visões de mundo legítimas, e mais precisamente, a todas as estratégias cognitivas de *preenchimento* que produzem o sentido dos objetos do mundo social" (Bourdieu, 1989.p.140).

No entanto, essas lutas não são de fácil percepção, "a própria luta produz, assim, os efeitos propícios a dissimular a própria existência da luta" (Bourdieu, 2008p.234). As classificações do mundo não aparecem como luta, mas como uma substância individual (como em Aristóteles), uma intuição sensível do julgamento de cada indivíduo (como na terceira crítica kantiana), um *cogito* existencial (Descartes), ficando a apreensão do mundo social como algo evidente da subjetividade do indivíduo.

Porém, muito distante disso, essas são na verdade produto de categorias de percepção constituídas pela classe enquanto socialização e incorporação de uma posição estruturada no espaço social (campos).

> As categorias de percepção do mundo social são, no essencial produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-se possíveis diferentes, e até mesmo antagônicos (Bourdieu, 1989.p.141)

Vemos no subtítulo do livro best-seller "A Distinção", de Bourdieu (2008), algo muito importante para a nossa argumentação, ele se chama "crítica social do julgamento" e tem esse nome a partir de uma crítica que o sociólogo faz a Kant, desde os primeiros capítulos, na definição das bases teóricas do seu argumento, na gênese do debate acerca das classes e das classificações no tocante ao julgamento do gosto, quando propõe "*uma estética anti-kantiana*".[32]

Na sua terceira crítica, "Crítica da Faculdade do Juízo", Kant (2008) afirma que um dos marcos da modernidade é a superação da metafísica da idade média, já que o gosto em torno

[32] Kant (1997;2008) tem como ponto de partida buscar uma superação entre o cogito de René Descartes (1983) e o empirismo de David Hume (2001), procurando equacionar a balança entre o pensamento subjetivo e as experiências empíricas por que passa o sujeito. No *cogito* de Descartes, o pensamento por si só serve para um fim racional viável, nesse sentido apenas a partir de nossas meditações subjetivas e racionais podemos fazer o desenvolvimento lógico do julgamento/percepção do mundo. Em Hume, por sua vez, as experiências concretas por que passa o sujeito fazem com que o seu sentido cognoscível perante o mundo se constitua. Nesse âmbito, a dialética kantiana surge como articulação e superação dessas duas perspectivas. Na sua "*Crítica da Razão Pura*", o autor remete-se a uma reflexividade transcendental, onde toda a potencialidade de existência está contida *a priori* no sujeito, a subjetividade é pura na sua dimensão anterior e transcendental. E já na sua segunda crítica "*Crítica da Razão Prática*", tem-se a formulação do postulado da moral, utilizado na prática pela moralidade que serve de poder coercitivo no cotidiano (*imperativo categórico*) Essa moralidade é expressa por leis universais que levam a um agir prático. O paradoxo dessas duas críticas monta uma espécie de "dialética kantiana", onde na primeira tem-se a ênfase de uma teoria do conhecimento, e na segunda a ênfase no postulado da moral.

das obras de arte não segue mais uma dimensão de imposição religiosa. Os sujeitos agora estão livres para emitir o seu gosto pelas obras. O filósofo recai na ênfase do juízo do gosto estético na *reflexividade* do sujeito, priorizando a dimensão transcendental e esquecendo os condicionamentos sociais que estruturam o julgamento desses indivíduos. Nesse sentido, a entrada de Bourdieu (2008) em seu texto sobre a formação do gosto/julgamento propõe uma teoria materialista do conhecimento, se direcionando contra Kant, colocando o debate do julgamento perceptivo em uma perspectiva relacional das classes sociais.

> Aqueles que creem produzir uma teoria materialista do conhecimento quando transformam o conhecimento em um registro passivo e, assim, abandonam ao idealismo - como já deplorava Marx em sua obra *Teses sobre Feuerbach* - o "aspecto ativo" do conhecimento, esquecem que todo conhecimento e, em particular, o do mundo social, é um ato de construção que utiliza esquemas de pensamento e de expressão, além de que, entre as condições de existência e as práticas ou as representações, se interpõe a atividade estruturante dos agentes que, longe de reagir mecanicamente a estímulos mecânicos, respondem aos apelos ou às ameaças de um mundo, para cuja produção do sentido eles próprios haviam contribuído. Todavia, o princípio dessa atividade estruturante não é, de acordo com a pretensão do idealismo intelectualista e antigenético, um sistema de formas e categorias universais, mas um sistema de esquemas incorporados que, constituídos no decorrer da história coletiva, são adquiridos no decorrer da história individual e funcionam no estado prático e para a prática (e não para fins de puro conhecimento). (Bourdieu, 2008.p.435)

A gênese das representações passa por uma construção social ao mesmo tempo objetiva e subjetiva que é articulada pela prática social (*habitus*). É a *mediação simbólica* operada na formação relacional do *habitus de classe*, as decodificações do real só se manifestam de forma relacional. Os indivíduos são sempre construídos em sua existência: "existo, logo penso", como afirma Nietzsche e, não o seu oposto, "penso, logo existo", como afirma Descartes. Precisamos da linguagem e dos códigos da cultura que aprendemos no decorrer de nossa existência na trajetória social, para formar a estrutura do nosso pensamento. Não podemos confundir o "ôntico" com o "ontológico". Os seres humanos não são seres de razão, como quer a filosofia pura, desde a Grécia antiga , mas são seres da "presença", seres "aí" que constituem o seu pensamento no tempo da sua presença no mundo.

Além disso, a razão é atravessada e modificada de acordo com cada contexto cultural: formas de pensamento são "formas simbólicas" oriundas da disposição espacial. Ao falar das tribos dos Grandes Lagos, Lévi-Strauss (2008) revolucionou as bases da compreensão do ser e do pensar. E daí vem a frase de Lacan ao propor um retorno a Freud a partir da linguística e da antropologia estrutural: "penso onde não sou, logo sou ou não penso". Nesse sentido, o estruturalismo genético defendido por Bourdieu coloca o *habitus* (a síntese entre a

fenomenologia existencial e o estruturalismo) como internalização da posição relativa no espaço que fornece as referências criativas da percepção e da ação. As classes sociais formam os seus esquemas de percepção e ação a partir das condições materiais de existência incorporadas nas suas experiências na trajetória social.

Nesse cenário, as classes populares formam um julgamento/percepção marcada pela necessidade, porque passam por situação de privação material na sua existência: situações de sobrevivência em um meio social atravessado pela pobreza, onde "cada dia é uma batalha" (como falou um dos entrevistados). Enquanto as classes da elite estão distantes da necessidade, da privação, são seres "sublimados" e, com isso, podem estilizar os produtos e os bens simbólicos à sua disposição (não estão no nível da necessidade). As condições de existência formam distintos estilos de vida e visões de mundo, que estão em disputa na sociedade. A disputa pelos bens legítimos, a disputa pela "forma-simbólica" dominante.

Nesse caso, o julgamento social se torna produto da incorporação de estruturas que estão simbolicamente em disputa na estrutura da sociedade, a disputa pelo sentido do mundo. Com isso, temos que "refletir sobre a percepção, é desvendar o verdadeiro sujeito que as habita e que sempre as habitou" (Merleau-Ponty, [1964] 2003.p.46), compreender a luta das classificações que formam as categorias de percepção, enquanto dimensão esquecida da luta de classes, compreender a "visão" e não ficar presos ao aceitar o mundo que vemos.

> Vemos as coisas mesmas, o mundo é aquilo que vemos - fórmulas desse gênero exprimem uma fé comum ao homem natural e ao filósofo desde que abre os olhos, remetem para uma camada profunda de "opiniões" mudas, implícitas em nossa vida. Mas essa fé tem isto de estranho: se procurarmos articulá-la numa tese ou num enunciado, se perguntarmos o que é este nós, o que é este ver e o que é esta coisa ou este mundo, penetramos num labirinto de dificuldades e contradições. (Merleau-Ponty, [1964] 2003.p.15)

Entender sociologicamente este antigo problema filosófico acerca do "mundo que vemos" é, segundo o sociólogo francês, compreender as disputas de classificação que aparecem como uma luta pelo modo de percepção legítimo da realidade, uma "dimensão esquecida da luta de classes" (IBID), uma luta "em que a própria ciência está envolvida" (Bourdieu, 2020.p. 145).

Dito isso, a luta pela classificação se forma em dois níveis: um, como já vimos, do senso comum; e, o outro da ciência. No primeiro temos um reconhecimento da legitimidade social da realidade construída, uma apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta de uma "coincidência" quase perfeita, uma cumplicidade ontológica entre estruturas objetivas e as estruturas incorporadas. Ou seja, produtos estruturados (*opus operatum*) que são

a mesma estrutura estruturante (*modus operandi*) das práticas. Numa relação entre "as estruturas sociais e as estruturas mentais, e, sem qualquer dúvida, o fato de que a experiência primordial do mundo social e a da *doxa,* adesão as relações de ordem que - por serem o fundamento inseparável tanto do mundo real quanto do mundo pensado - são aceitas como evidentes" (Bourdieu, 2008.p.438).

> A percepção primeira do mundo social, longe de ser um simples reflexo mecânico, é sempre um ato de conhecimento que faz intervir princípios de construção exteriores ao objeto construído, apreendido em seu imediatismo, mas que, por ser destituído do controle de tais princípios e de sua relação com a ordem real que eles reproduzem, e um ato de *desconhecimento,* implicando a forma mais absoluta de reconhecimento da ordem social. Ao implementar, a fim de apreciar o valor de sua posição e de suas propriedades, um sistema de esquemas de percepção e apreciação que nada e além da incorporação das leis objetivas segundo as quais se constitui objetivamente seu valor, os dominados tendem a se atribuir, em primeiro lugar, o que a distribuição lhes atribui; recusando o que lhes é recusado ("isso não é para nós"), contentando-se com o que lhes é concedido, avaliando suas expectativas mediante suas oportunidades, definindo-se como a ordem estabelecida os define; no veredicto que proferem a seu próprio respeito, reproduzindo o veredicto da economia sobre eles; em suma, dedicando-se, de qualquer modo, ao que lhes é próprio, *ta heautou,* segundo a expressão de Platão, aceitando ser o que tem de ser, ou seja, "modestos", "humildes" e "obscuros". (Bourdieu, 2008.p.438)

Vemos, com isso, a conservação da ordem social, a "orquestração das categorias de percepção do mundo social que, por estarem ajustadas as divisões da ordem estabelecida - e, por conseguinte, aos interesses daqueles que a dominam - e por serem comuns a todos os espíritos estruturados em conformidade com tais estruturas, se impõem com toda a aparência da necessidade objetiva" (Ibid.p.438).

As relações de força objetiva tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólica, nas visões de mundo social que contribuem para a permanência dessas relações, que são, na verdade, forças sociais da luta de classe, que estabelecem fronteiras sociais entre os grupos "que para funcionar socialmente precisam se fazer desconhecer como divisões arbitrárias e se fazer reconhecer como naturais" (Bourdieu, 2020p.p109). No ocultamento da luta de classes, ocorre uma aceitação tácita da posição de classe perante o mundo social, se forma um "cogito tácito" (Merleau-Ponty ([1945] 1999, p.99) que atua pré-reflexivamente na formação de um certo sentido de limite ("esse espaço eu não posso adentrar"), uma censura, "um sentido de distâncias, a marca e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar – e isto, sem dúvida, de modo mais firme quanto mais rigorosas são as condições de existência e quanto mais rigorosa a imposição do princípio de realidade (Freud)" (Bourdieu, 1989.p.141).

> Quando se percebe que o modelo freudiano é apenas um caso particular do modelo mais geral que converte toda expressão em produto de uma transação

> entre o interesse expressivo e a necessidade estrutural de um campo que aí atua sob forma de censura, pode-se então repatriar para o terreno da política (...). A análise freudiana da sintaxe do sonho e de todas as ideologias de uso privado fornece todos os instrumentos necessários à compreensão do trabalho de eufemização e de formulação que se realiza toda vez que uma pulsão biológica ou social deve-se compor com uma censura social (Bourdieu,2008b .p.132)

Daí vem "o profundo realismo que caracteriza o mundo dos dominados e que, funcionando como uma espécie de instinto de conservação socialmente constituído, só pode parecer conservador em referência a uma representação exterior, portanto normativa (Bourdieu, 1989.p.141)". Com isso, temos a conservação do mundo social, pelos de baixo, do que foi estruturado pela classe social dominante de cima, e o pior, não pela imposição, mas pela concordância da aceitação legítima da sua posição de classe social e a distância estrutural (econômica, material e cultural) gerada no espaço social. "As lutas simbólicas entre as classes estão destinadas a assumir a forma de lutas de concorrência que contribuem para a reprodução das *distancias* encontradas no próprio princípio da corrida" (Bourdieu, 2008.p.234).

Este sentido das realidades socialmente constituídas "não implica, de forma alguma, consciência de classe" (Bourdieu, 1989.p.141), não são de atos de consciência, mas"disposições inconscientes que são o produto da incorporação de estruturas e propriedades de posição e conduzem as práticas e reexprimem a posição em sua lógica sem que exista uma passagem explicita pela consciência" (Bourdieu, 2020.p. 93)[33]. Segundo Étienne Balibar (1995), nem Marx fala na sua obra de consciência de classe e muito menos de falsa consciência (esse é Lukács): quem usa esses termos são os marxistas.

Por outro lado, no nível da ciência, partindo de uma neutralidade ética (ou axiológica, como fala Weber), os cientistas buscam objetividades, comprovações empíricas, repetições, leis que o pesquisador faz aparecer, recortes da realidade em função de divisões preexistentes, que estão de alguma forma pontilhadas na realidade. Ela atua como se as realidades físicas fossem concretas, em si, como *ponto geometral de todas as perspectivas*, como fala Leibniz acerca de Deus: "a ciência, o saber filosófico ou científico, seria então, como teria dito Leibniz, o fato de ser capaz de se colocar no ponto geometral de todas as perspectivas, ou seja, o lugar geométrico de todas as perspectivas, o ponto de vista divino ou não há mais ponto de vista" (Bourdieu, 2020.p.62).

Leibniz se vale do cálculo diferencial na perspectiva: "não se preocupa com a configuração real do aparelho visual humano, mas do "olho" do geômetra divino, que seria

[33] Vemos que Bourdieu está fazendo frequentemente o uso sociológico da psicanálise, o que ele chama de *socioanálise.*

sempre representado por um ponto na geometria humana (...), [ele] escreveu sobre a visão divina, a visão das mônadas e a perspectiva" (Cortese, 2016). O criador possui a verdade geométrica, que é a visão de todos os pontos de vista, enquanto a criatura possui o geometral dividido, representado por um ponto na geometria humana, ou seja, por elementos da perspectiva.

Na linha desse problema geométrico da percepção, do termo "sem perspectivas" do qual podem derivar "todas as perspectivas", Bourdieu toma o campo científico não como uma mônada unificada, mas como um campo de força, um campo de disputas: "o campo intelectual, esse espaço em cujo interior se disputam o que chamamos de lutas intelectuais (de publicações, de celebridades etc.)". Os objetos classificados são também classificadores da realidade: "operações científicas sempre são políticas" (Bourdieu, 2020.p.71) para impor uma classificação no mundo social, um modo de percepção legítimo, uma visão autorizada do mundo. Desse modo, a ciência atua como disputa política na construção da realidade pesquisada, com suas nomenclaturas, discursos, conceitos que atuam sobre a coletividade social – principalmente as que têm mais inserção na esfera pública, nos jornais etc.-, no imaginário coletivo, ou na formação nacional, como no caso de Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda no Brasil, segundo Jessé Souza (2009).

Operações de pesquisa são atos de constituição da realidade. Os cientistas proferem discursos sobre o mundo social: "são autoridades, os mais bem colocados para mudar a visão, mudando as categorias de percepção. Mas, salvo exceção, são também os menos inclinados a fazê-lo" (Bourdieu, 1989.p.145). Ao invés de fazer a restituição do "real" na realidade social pesquisada, atravessando os fantasmas coletivos que foram simbolizados no imaginário, muitas vezes a ciência acaba reforçando a realidade construída, como se fosse uma verdade. Como nos casos da democracia racial freyriana. Como pode um país que foi um dos últimos a abolir a escravidão, que matava os negros como um espetáculo em praça pública, ter harmonizado as relações raciais? E, será mesmo que um território com tanta pobreza e desigualdade é mesmo um país de classe média, como fala Neri (2010)? Isso não expressa a realidade socioempírica do Brasil, mas, ajudam a configurar e conformar o senso comum nacional. E, para isso, oculta os verdadeiros antagonismos sociais.

A posição do pesquisador, o seu ponto de vista, além de construir o objeto, objetiva a visão do mundo social: "não podemos construir um espaço social com suas divisões, se esquecermos que essas categorias objetivas estão em jogo na própria objetividade das coisas" (Bourdieu, 2020.p.66). Desse modo, objetivando a objetivação, as classificações dos

objetivadores (cientistas) são também objetos de luta política, ou seja, de luta de classes. O jogo das lutas de classificação é para criar a realidade, a verdade sobre o mundo social. Por isso:

> O conhecimento do mundo social deve levar em consideração um conhecimento prático desse mundo que lhe preexiste e que deve ser incluído em seu objeto (...). No entanto, não é somente reenviar, se e que se pode falar assim, para o real a ser pensado um pensamento do real que contribui para sua realidade (e para a própria eficácia que ele exerce); mas conferir a esse conhecimento um poder propriamente constituinte, o que lhe é, precisamente, recusado quando, em nome de uma concepção objetivista da objetividade, transforma-se o conhecimento comum ou erudito em um simples reflexo do real. (Bourdieu, 2008.p.434-435)

As coisas são o que são, elas têm um conteúdo. No entanto, podemos fazer análise de conteúdo das coisas. Mas existem ainda categorias que classificam as coisas do mundo social dentro de um determinado formato. Com isso, as coisas, ou a vida social, são duplamente classificáveis: primeiro, aquilo que elas exprimem; segundo, as classificações que nos permitem exprimir aquilo que elas exprimem. A classificação antecede o conteúdo (do ponto de vista lógico e não histórico, e as condições materiais históricas fornecem as formas simbólicas da lógica), o esquema de percepção que permite a compreensão sociohistórica.

É uma ilusão positivista acreditar que tudo o que foi dito ou registrado é a verdade; muitas vezes, aquilo que a gente acha que é a "realidade suprema" não passa de uma suprema ilusão. Aquilo que é registrado tem que ser interpretado, seja em pesquisas funcionalistas ou etnometodologias, quantitativas ou qualitativas. Do ponto de vista do *objetivismo*, por mais trabalho estatístico que uma pesquisa faça, ele "é um "meio" e não um "fim em si", posto que está "a serviço" da necessidade "interpretativa", ou seja, daquilo que vai permitir reconstruir "uma realidade que não é visível a olho nu de modo novo e inédito" (Souza, 2013.p.60). E do ponto de vista do subjetivismo, por mais relatos biográficos que sejam apresentados em profundidade, é necessário fazer uma reconstrução sociohistórica do que é verdade para aquele sujeito, fazer a "anamnese da gênese" das opiniões. Isso, se os cientistas não quiserem duplicar o senso comum, escapando, com isso, de uma "defesa da ordem", como aparece em Augusto Comte, ao propor uma sociologia como ciência da ordem e da recuperação histórica do equilíbrio orgânico da sociedade. Nessa perspectiva, os atos de pesquisa são constituídos numa luta pela classificação.

> Na luta e por exigências da luta e que funcionam princípios de divisão, indissoluvelmente, lógicos e sociológicos que, ao produzirem conceitos, produzem grupos, os próprios grupos que os produzem e os grupos contra os quais eles são produzidos. O pretexto das lutas a propósito do sentido do mundo social e o poder sobre os esquemas classificatórios e os sistemas de classificação que se encontram na origem das representações e, por

> conseguinte, da mobilização e desmobilização dos grupos (Bourdieu, 2008.p.444)

A reconstrução da realidade social, de que fala Florestan Fernandes (1959), se torna um objeto de lutas simbólicas. A classificação dominante na luta forma uma espécie de *capital simbólico*, um capital de reconhecimento que dita a verdade sobre o mundo social, que funciona como uma espécie de poder político; ou, nas palavras de Bourdieu, um poder simbólico: "poder evocador da enunciação que faz ver de forma diferente".

O poder simbólico é o "poder de impor um ponto de vista, seja na teoria ou na realidade" (Bourdieu, 2020.p.97); uma teoria se torna uma visão coletiva do mundo e a visão coletiva torna-se o próprio mundo, ela faz o mundo social (visão de mundo consensual), onde se perde a lacuna entre o significante e o significado, o que penso (subjetivo) e o que é (objetivo), o imaginário e o real. Com isso, cai-se na ortodoxia, que é o objetivo de toda luta pela dominação sociocientífica. "O que está em jogo em toda luta entre intelectuais, entre funcionários, e de modo mais geral, entre os detentores de poder de nomear com uma certa autoridade o mundo social, é impor essa visão consensual do mundo, que não somente dirá o mundo, mas também o fará" (Ibid.p.100). Reforça-se a ordem social, ou seja, mantém-se o privilégio dos grupos sociais, das elites e das classes que estão no poder. É isso que acontece quando os antagonismos são invisibilizados, seja na ciência ou no senso comum, na classe média acadêmica, detentora do capital cultural, ou nas classes populares com privação de capital econômico. E quem ganha com isso nunca é o povo, "a própria ("paz", a ausência de luta, já é uma forma de luta, e a vitória (temporal) de um dos lados na luta. Na medida em que a própria invisibilidade da luta de classes (a "paz de classes") já e um efeito desta - ou seja, da hegemonia exercida por um dos lados na luta" (Zizek, 1996.p. 28).

Os classificadores ordenam o sentido da realidade, a duplicam simbolicamente. A disputa de força dentro de um campo da sociedade se consubstancia por essa luta de classes e de classificações. "Essa luta simbólica é uma luta pela imposição da visão legítima das divisões do mundo" (Bourdieu, 2020.p..112), uma luta pela imposição da verdade, da *vontade de verdade* como afirma Foucault (1996), daquilo que é aceito como um regime de verdade interditando os contrários; ou, para Bourdieu, um consenso social visto e aceito como verdadeiro.

A verdade do mundo social é um jogo de lutas – o mundo social como vontade e representação -, que reflete as ações da construção do observador que pode proferir "um discurso autorizado, investido, por força de sua conformidade, da autoridade de um corpo especialmente incumbido de assegurar uma espécie de magistério teórico" (Bourdieu,

2008b.p.150). É uma ilusão positivista ou uma ideologia dominante não enxergar a representação do mundo social como produto de atos antagônicos produzidos por seus agentes. Por isso que Bourdieu, assim como Marx, defende que uma história social das representações se faz a partir das críticas da ciência do mundo social: "a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real" (Marx, [1846], 2007.p.93).

Bourdieu (2004. p. 156-7), nesse ínterim, defende uma sociologia da percepção: a "sociologia deve incluir uma "sociologia da percepção do mundo social", isto é, uma sociologia da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo". Onde, nessa perspectiva, fazer uma ciência social crítica é compreender a construção das visões de mundo, operar uma história social como um trabalho de psicanálise do espírito científico, no esforço de reconstrução das condições sociais de produção das categorias de percepção e de representação do mundo social. Trata-se de explicitar a manipulação social das estruturas profundas do imaginário na construção dos "corpos sociais que atuam sobre os espíritos mais profundos do corpo, sobre as representações mais profundas do imaginário. Aqui acho que sociologia e psicanálise se reuniriam completamente, de modo, penso eu, não ficcional" (Bourdieu, 2020.p.146)

> Quando Pierre Bourdieu nos diz que, para compreender o mundo social é preciso relacionar duas histórias, aquela objetivada e aquela incorporada, ele abre um novo espaço para a *perspectiva sociológica da psicanálise.* Para descobrir o "ajuste inconsciente" das posições e disposições, dos pontos e dos agentes, é preciso trabalhar com a "história do corpo", com a singularidade das trajetórias sociais e com as determinações propriamente sociais das relações entre gerações que fundam as complexidades inseparavelmente psíquicas e sociais da herança. (Muel-Dreyfus, 2005.p.234 – Grifos da autora)

Para Bourdieu, a sociologia é uma espécie de psicanálise, já que descobre o que está oculto no inconsciente social, no invisível e recalcado, o oculto social, e o traz para ser compreendido. E, em uma articulação com o marxismo e a psicanálise, geralmente o que se esconde são os antagonismos sociais, os conflitos entre grupos identitários, a classe e a luta de classes, como lembra Zizek (2009) – todos os pontos de negatividade do sistema, o fantasma foracluído que mantém o privilégio das elites dominantes, que gozam com o sofrimento alheio, com a exploração da miséria do mundo, com o não reconhecimento do outro, fazendo assim com que o sistema possa matar ou prender esse outro sem grandes consequências. Toda a manutenção da exploração sádica da "mais-valia" ao "mais-gozar", da ocultação perversa de que somos instrumentos de *jouissance* do Outro.

Do ponto de vista da perspectiva ora proposta neste trabalho, é a posição no espaço social que forma esquemas de percepção e orienta ação. Vemos na produção da imagem do mundo social que os dominantes/elites têm o privilégio de controlar a própria objetivação e produção da sua imagem; eles contribuem com o trabalho de objetivação / imposição da representação do mundo. Enquanto os dominados estão alienados da sua percepção, uma "fantasia inconsciente capitalista que parasita o proletariado como subjetividade pura e sem substância" (Zizek.2008p.94)". Ou para Bourdieu:

> uma das dimensões fundamentos da alienação reside no fato de que o dominado deve contar com uma verdade objetiva de sua classe que eles não fizeram, com isso classe-para-outros que se impõe a eles como essência, um destino, *fatum*, isto é, com a força do que se diz com autoridade: constantemente convidado a assumir o ponto de vista dos outros, para dar uma olhada e um julgamento sobre si mesmos estranhos, eles estão sempre expostos a se tornarem estranhos a si mesmos, a deixar de ser sujeitos de julgamento que eles fazem sobre si mesmos, o centro perspectiva da visão que eles têm de si mesmos(Bourdieu, 1977.p.4).

O mundo é real, mas a sua percepção é simbolicamente contingenciada pela ordem social, pelas relações sociais instituídas e legitimadas como neutras ou naturais. A representação dominante está presente no discurso do dominado, na sua própria linguagem enquanto construção da realidade e das suas categorias de percepção do mundo, no modo como fala, no modo como age e se posiciona. Tem-se uma produção ideológica que lhes oferece as imagens de si mesmo em concordância com a ordem social, uma cegueira que ignora a imensa diversidade do mundo social, estreitando o campo visual das relações sociais numa falsa contextualização. Denega-se e oculta-se o ato de "pensar em si mesmos como membros de uma classe capaz de se mobilizar para impor uma transformação sistemática" (Ibid.p.5), ou de um grupo identitário.

Para atravessar essa ideologia, esse fantasma foracluido, o trabalho científico da sociologia faz uma "intervenção num jogo social que consiste, por um lado, num jogo de classificação recíproca"(Bourdieu, 2020.p.39). Diferentemente da física, que é uma ciência que não precisa se preocupar com a reconstrução de um objeto concretamente determinado, esse é natural, logo "pré-teórico" - "a natureza acontece, não adicionamos nada a ela", como afirma Mallarmé-. Nas ciências sociais, o mundo social não funciona de forma natural; entender a realidade social como algo físico e concreto conduz a perigos, sendo o "papel de toda ciência é tentar ir além daquilo que a coisa em questão entrega sobre si mesma" (Bourdieu, 2020.p.49). O trabalho científico é de conhecimento do espaço das relações objetivas entre as diferentes posições constitutivas do campo e a relação subjetiva que se constitui entre as posições e

tomadas de posições correspondentes (Bourdieu, 1989). Logo, todo trabalho sociológico é um trabalho de descoberta e não de constatação de algo dado na natureza. É ir além do véu da "alienação do mundo" (Marx), ir além da "ilusão da transparência" (Durkheim): existem inúmeras coisas no mundo social que só se revelam quando são *des*cobertas.

O mundo social não é formado de constatações, e sim imposições, intimidações, blefes, que precisam ser descobertos. Ocorrem manipulações simbólicas do nosso olhar em torno do acreditar e desacreditar, para obscurecer os conflitos sociais. O poder simbólico dos agentes é o poder de fazer ver e fazer crer (de produzir e impor a sua classificação legítima) numa luta pelo reconhecimento social legítimo. As classificações se tornam objetos de luta, na imposição simbólica dos grupos que têm o poder de dizer, de viver, de existir, de impor como universal o princípio de classificação do seu grupo social.

Para sair desse fantasma coletivo, é necessário "objetivar o campo das representações objetivadas do mundo social (...), em resumo o campo de produção cultural ou ideológica, jogo em que o próprio cientista social está metido, como todos os que discutem classe social" (Bourdieu, 1989.p. 151). Trata-se de "sujeitar o interesse expressivo à transformação necessária para introduzi-lo na ordem do que é dizível num campo determinado, arrancá-lo do domínio do indizível e do inominável" (Bourdieu, 2008b.p.137), atravessando com isso, o fantasma social oculto. Nessa perspectiva, a sociologia vira um esporte de combate.

3.8 A SOCIOLOGIA COMO ESPORTE DE COMBATE

As relações de força objetivas se reproduzem na visão de mundo social, que contribui para a permanência ou transformação dessas relações entre a conservação e a transformação da sociedade. São relações de força presentes na consciência dos indivíduos e classes sociais na forma de categorias de percepção. "Não podemos compreender completamente a realidade social se não acrescentarmos o fato de que ela não é simplesmente o que é, e que ela também faz entrar por uma parte a representação que os agentes sociais se fazem dessa realidade" (Bourdieu, 2020.p.111). Desse modo, as coisas são duplamente classificáveis, pois exprimem a classificação que nos permite exprimir aquilo que elas exprimem (Bourdieu, 2010). Tudo é político, inclusive as disposições de (re)conhecimento do mundo social que ocultam "verdades" a respeito de interesses de classes sociais que estão em luta (embora invisibilizada).

Pierre Bourdieu, assim como Florestan Fernandes, defende que a sociologia é a ciência que faz ver a dominação invisível, restabelecendo, com isso, a "verdade" dos dominados, dos debaixo, do povo. Muito semelhante à "consciência em si" e "para si" em Marx, embora nem toda revolução seja contra a ordem. Uma revolução também pode ser dentro da ordem, promovendo avanços civilizatórios na mesma (como vemos nas conquistas do Movimento Negro Unificado na construção política da pauta racial no Brasil).

Como a perspectiva dominante, fica oculto o "real" da sociedade. Ele torna-se impensável e, o corpo social desconhece o seu interesse enquanto tal. A realidade construída fica aceita em nossas crenças como universal, a "realidade" das representações coletivas, nas classificações reconhecidas por todos como uma verdade que tem força de lei, do Estado. O Estado atua através do princípio de ortodoxia (o aceito como universal numa ordem social), que é, segundo Bourdieu uma "ilusão bem fundamentada" estruturada na percepção e na moral, estabelecendo o consenso e a adesão a ordem social. Assim, o Estado pode preencher as funções de conservação da ordem social que se torna, ao mesmo tempo, uma função de conservação das condições sociossimbólicas de acumulação (Bourdieu, 2014).

A estrutura social e o Estado provêm constantemente um processo de vida de indivíduos contingenciados, mas que não podem aparecer na imaginação coletiva e individual como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente a vida social (Marx e Engels, [1846], 2007). Com isso, ele atua depositando o "princípio do impensado" na estrutura subjetiva de percepção e ação dos agentes, formando uma "ortodoxia", uma 'visão de mundo correta", que representa, na verdade, a representação de um ponto de vista particular no espaço social, o ponto de vista dos dominantes, o ponto de vista daqueles que dominam dominando o Estado (Bourdieu, 2014).

O Estado estrutura, com isso, a integração lógica e a integração moral do mundo social através desse consenso fundamental sobre o sentido do mundo social, ocultando os conflitos a respeito dele. Bourdieu esclarece que o Estado é uma instituição que "difunde princípios de percepção e construção da realidade social, vinculados aos grupos dominantes e, ao difundi-los, contribui, portanto, para a continuidade do Estado e da estrutura de distribuição de poder (...). Na medida em que os dominantes fazem uso do Estado para poderem dominar" (Miraldi, 2015. p.115).

Com isso, a percepção e a história legitimadas como "verdadeiras" apagam as diversas outras histórias e, se universalizam. "A história de constituição do Estado acompanha um processo que é ao mesmo tempo de universalização, de concentração e de diferenciação (...), estes três movimentos são simultâneos à formação do Estado e corroboram a legitimidade e a

eficácia desta instituição social" (ibid.118-119). Para isso, qualquer processo de universalização, "para se efetivar, precisa esquecer que ele é um ponto de vista sobre outros pontos de vista, e nesse ocultamento, afirmar-se como o único ponto de vista possível e existente no universo social" (Ibidem.p.119). Desse modo, um interesse particular é feito universal, o Estado é feito homem (principalmente a partir da socialização e *interiorização* em espaços como a família e a escola), formando "o Estado como ponto de vista dos pontos de vista" (Bourdieu, 2014.p.76).

A classificação dominante, nesse caso, não é simplesmente uma luta ideológica, com efeito apenas no terreno das ideias ou das representações. Ela *torna-se real*, age na realidade, constituindo a própria realidade (a fantasia vivida como realidade), impondo um consenso sobre o senso do mundo, uma ordem e um progresso na direção desta mesma "ordem constituída" pelos grupos que estão no poder.

Nessa luta de classes, uma luta pela definição do universal, os derrotados no processo de formação do Estado corroboraram com a elaboração das pressões estruturais, é como se "não estivéssemos realmente obedecendo a autoridade, mas simplesmente seguindo nosso julgamento, que nos diz que a autoridade merece ser obedecida na medida em que é boa, sábia e benevolente" (Zizek, 1996.p. 318).

Nesse sentido, compreender a classe social e a disputa de poder inserida neste tema é entender essa luta simbólica, a disputa em torno da classificação dominante, ou seja, do *poder simbólico* que constitui a realidade. Lá onde foi deixado um "único possível", na luta pela definição do universal, havia *muitos possíveis,* muitas histórias e narrativas que podem ser reconstruídas (Bourdieu, 2014). Fazer uma *anamnese das constantes ocultas,* daquilo que foi esquecido ou invisibilizado (colocado em amnésia ou recalcado) na reconstrução das narrativas possíveis da História, se torna objeto da luta de classes. Tomar consciência também é olhar uma verdade que foi esquecida ou apagada, a do povo que é historicamente invisibilizado: os povos originários, os negros, as mulheres, os subalternos, as classes populares, todo o povo oprimido, e fazer a restituição da sua verdade, a emergência do seu *real.*

Bourdieu (1989; 2010; 2020) traz a classificação como elemento central para entender as classes, os antagonismos e as disputas de poder. As ciências sociais estudam um domínio no qual os indivíduos já são marcados e demarcados por classificação social: "toda construção adequada do mundo social deve ser conquistada através de uma ruptura com as pré-construções, quer dizer, as preliminares classificatórias fabricadas pelos usos sociais ordinários" (Bourdieu,220.70). Desse modo, como "o discurso é ao mesmo tempo portador de uma mensagem e instrumento de uma ação" (Benveniste,1995.p.84), no simbolismo temos a

linguagem como sistema de diferenças, onde duas verdades estão em jogo[34]. Uma contradição classificatória é posta: "ou temos a ordem social ou a ciência social" (Bourdieu, 2020.p.196). Nessa perspectiva, enquanto um pesquisador a favor da dominação social - seja objetivamente, devido aos efeitos práticos e intencionais de seu trabalho, ou devido a uma posição social internalizada em sua subjetividade - fala da superfície, sem adentrar no núcleo real da estrutura social, o cientista social que não está a favor da manutenção perversa da ordem fala daquilo que está encoberto, e não do que está na superfície. Se algo se encontra oculto, é porque ali há a manutenção de um poder que oprime o povo, "pois ele contribui para a reprodução de uma ordem social baseada no acobertamento dos mecanismos mais eficazes da sua reprodução, e, portanto, serve aos interesses daqueles que têm um grande interesse na manutenção da ordem" (Bourdieu e Passeron, 1970. Nota 34.Apud: Weininger, 2015).

O trabalho sociológico é de visão crítica e, não apenas de metodologia da pesquisa social. Sociologia crítica é uma ciência do oculto. Do fazer descobertas, descortinar, tirar o véu da alienação do mundo social, tirar do inconsciente social para a consciência social, fazer uma *socioanálise*, tirar do invisível e trazer para o visível. Assim "a sociologia reflete o caráter antagônico do próprio capitalismo" (Fernandes, 1980.p.28), onde, nessa "travessia do fantasma" recalcado, torna conscientes as imagens que residem por detrás das emoções das classes e grupos oprimidos na sociedade capitalista contemporânea, traz para serem vistas e reconstruídas as condições da sua opressão.

O trabalho sociológico se torna de "descobertas". É nessa descoberta que se constitui a sociologia como esporte de combate: "fazer existir em estado explícito, tornar público, objetivável, dizível, o que não pode ser visto, cognoscível para os outros- senso comum" (Bourdieu, 1989.142). A sociologia é uma "arma teórica" (Fernandes, 1980). É nessa descoberta que consiste a condição de possibilidade de liberdade: "a sociologia liberta libertando da ilusão de liberdade, ou mais exatamente, da crença mal colocada nas liberdades ilusórias" (Bourdieu, 2004.p.28). A liberdade começa na visão, em ter disposições para ver/crer como pré-requisito das disposições para agir (Lahire, 2002): "o olhar é o que nos faz consciência" (Lacan, 2008. p.78), a "consciência em si" enquanto pré-condição prática para a "consciência para si" (Marx e Engels, [1846], 2007). Depois que podemos ver, olhar de maneira consciente e não mais inconsciente, conseguimos disputar com consciência a construção de um

[34] O Simbólico sempre se apresenta em pares de diferença, como podemos ver em Lévi-Strauss ("As estruturas elementares do parentesco) e em Bourdieu ("A Dominação Masculina).

mundo melhor e mais justo, lutar pelo sentido correto do mundo, um outro mundo possível: a sociedade que queremos.

É papel de uma sociologia crítica fazer ver o que se mantém escondido e recalcado nas relações sociais. Desmascarar acelera a história. O conhecimento de si e do mundo que fornece aos agentes sociais o "conhecimento das suas próprias determinações, por isso, Bourdieu vê a ciência sociológica como uma forma de liberdade (...), pois coloca as crenças e representações mais profundas, assim como as relações de poder mais evidentes, como objetos de análise científico" (Miraldi, 2015.p.43-44), apreendendo-as em sua historicidade, dinâmica e como resultado temporário de lutas. O papel da sociologia na luta simbólica é contribuir para o (re) conhecimento do mundo social; "podemos mudar o ser ao mudarmos o ser percebido" (Bourdieu, 2020.p.111), já que a luta simbólica é uma mudança da "verdade" do mundo.

O sentido socialmente reconhecido como verdade desse mundo social está em jogo, e "a tarefa da ciência social não é decidir onde está a verdade, mas saber que se enfrentam duas verdades que não são relativizáveis entre si" (Ibid.p.160). É um ponto onde não há retorno, pois não há um terreno comum. São mutuamente dissonantes, sem mediação possível, apenas com a perda do privilégio de uma das partes. Tem um ponto que, do ponto de vista do capital, não pode ser superado, se a essência da sociedade capitalista (o real) aparecer. Enxergar o confronto leva a mutações do laço social.

O racismo é um crime inafiançável, mas no Brasil há o "não dito racista", onde nesse praticamente ninguém é preso por racismo, as denúncias de racismo são enquadradas no ministério público como injúria racial (Sales Jr, 2006), ficando sujeito a fiança. A não prisão de fascistas torturadores é outro exemplo. Se esses fatos começarem a serem vistos e encarados socialmente sem o véu do recalque, com a devida seriedade civilizatória, ou se escancara tudo de vez, no fechamento autoritário da sociedade, ou alguma mudança civilizatória tem que ser feita. Por isso, a necessidade dos que estão no poder de invisibilizar as classes sociais, os conflitos e antagonismos que atravessam a negatividade da sociedade.

Essa é a sombra coletiva, "o fantasma foracluído" (Zizek, 2008), o fato de que somos instrumentos de gozo do outro, uma perversão originária, onde o Grande Outro goza com a condição do povo explorado, um gozo perverso e sociopático. As elites não querem abertura da sociedade, e sim uma manutenção do privilégio das classes e a exploração da miséria do mundo. Não é que as classes dominantes queiram consumir, enquanto as classes populares apenas sobrevivam. É pior que isso, elas querem que só elas consumam, só elas andem ande de avião, tenham carros, acesso à universidade, ao cinema etc. – como vimos nas reações contra a

ascensão social em relação dos mais pobres-. Os dominantes desejam a *jouissance* do outro, a exploração perversa da mais-valia e a espoliação do gozo (Lacan, 1992).

No Brasil, com a ascensão dos batalhadores, que começaram a ter acesso a consumos historicamente exclusivos da classe média, vários membros da classe média branca começaram a afirmar que "o aeroporto agora estava mal frequentado", que tinha "favelado no aeroporto agora"[35], que "dólar alto é bom, empregada doméstica estava indo para a Disney, nos Estados Unidos, uma festa danada"[36]. As elites querem o fechamento do espaço social, um fechamento perverso, onde não adianta apenas ter; a forma sádica é *querer que o outro não tenha*.

A perspectiva de mudança real em relação a isso não vem de cima– esses têm muito a perder-, mas dos de baixo, o povo organizado em movimentos sociais. Só esse pode mudar a ordem social, já que são os mais espoliados dessa. Ou seja, não adianta apenas ver, a saída é prática: a "práxis é o critério da verdade". Não adianta ver que os nazistas são cruéis, tem que haver justiça. Não adianta achar a ditadura absurda, sem um ato de justiça em direção a punição dos torturadores. Não adianta reconhecer que existe racismo no Brasil, se os racistas não são presos. Com uma força oposta ao privilégio escancarado, acompanhada da abertura da sociedade, há um avanço civilizatório da sociedade moderna, nessa luta simbólica acerca do sentido do mundo. Uma desnaturalização do absurdo, uma não aceitação do inaceitável.

A totalidade ultrapassa o que se acredita, mas "é olhando, é ainda com meus olhos que chego à coisa verdadeira" (Merleau-Ponty, [1964] 2003.p.20), na percepção enquanto luta de classes. A luta simbólica é o confronto entre dois pontos de vista antagônicos, uma luta dos contrários. Nessa luta, a verdade do mundo social é objeto de lutas pela classificação da realidade e, ao mesmo tempo, uma luta pela construção da realidade. É uma lacuna intransponível, onde ou se está do lado dos negros e negras, dos quilombolas, dos povos originários das mulheres, dos LGBTQIA+, dos oprimidos, dos excluídos, dos dominados, do povo brasileiro; ou, a favor manutenção da dominação das elites, das classes dominantes, da

---

[35] Como o caso do rapper Sidoka, que que foi xingado de favelado voltando de um show na Suíça: (1218) Sidoka sofre pr3conceito em aeroporto "favelado" 🤦‍♂️🤦‍♂️ - YouTube . Assim como o outro rapper, Baco Exu do Blues, que alegou preconceito no aeroporto, mesmo passando por ascensão social. E, um dos casos emblemáticos, na época da ascensão dos Batalhadores, que gerou uma discussão nas redes sociais acerca do preconceito de classe, foi quando circulou na internet a foto de um homem (que era advogado) de sandalha e bermuda no aeroporto Santos Dumont, no Rio, postado nas redes sociais de uma professora universitária da PUC, com o título: "Rodoviária e Aeroporto ?": https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/advogado-ironizado-por-professora-no-rio-pensou-que-fosse-gozacao.html

[36] Fala do O ministro da economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bLGlc4cVP8Q

violência dos que reproduzem o passado no presente. Ou se está a favor a manutenção da História ou da mudança da História. Ou se fixa esse fantasma criado pela história, ou se realiza a travessia do fantasma: atravessando o espectro coletivo que ronda a sociedade, a fantasia social por detrás das "verdades", a classificação de mundo socialmente constituída no inconsciente das classes, as ideologias incorporadas, os poderes simbólicos inculcados. A travessia do fantasma é "o remanejamento dos conformismos anteriormente instaurados, ou até mesmo a sua explosão" (Lacan, 2016.p.518), a extração da estrutura fantasmática (a ideologia, o recalque e a alienação) que promove a tomada de consciência do sujeito. "É somente com o despertar que podemos retrospectivamente compreender o sonho recém-vivenciado como uma fantasia" (Peters, 2017.p.111).

E, a fantasia a evita o despertar para a realidade (Zizek, 1996). "Para Lacan a tarefa ética máxima é despertar: não somente do sono, mas do feitiço da fantasia que nos controla ainda mais quando estamos acordados" (Zizek, 2010.p.76). "A meta desse processo é levar a consciência ideológica ingênua a um ponto em que ela possa reconhecer suas próprias condições efetivas da realidade que ela distorce e, mediante esse ato mesmo, dissolver-se (Zizek, 1996.p. 312).

Esse atravessamento da História que se oculta na fantasia do inconsciente das classes "revela o dinamismo das estruturas em ebulição, o que faz com que seja através dela que se atinja o fundo da realidade (...), apanhar a história e o movimento do vir a ser(...), em suma, reter as forças contraditórias." (Fernandes, 1980.p.31).

No entanto, não é a sociologia que promove a mudança; ela é uma "arma teórica" (Ibid) ("contra as ideias da força, a força das ideias"), que revela os aspectos sombrios da realidade social que capturam, assombram a maioria da população (o povo, as classes trabalhadoras, os grupos oprimidos), em favor da manutenção violenta e histórica dos privilégios de uma classe dominante. Ela promove o "desencantamento do mundo" social (em sentido mais zizekiano do que weberiano). Com isso, uma "sociologia crítica" acaba contribuindo para o interesse dos oprimidos, dos dominados: "do ponto de vista dos dominados, pode-se dizer que o interesse propriamente dito é tomar consciência da dominação, denunciá-la, derrubá-la" (Bourdieu, 2020.p. 158). O esforço da teoria Bourdieusiana, assim como a de Florestan, consiste precisamente em desvelar os mecanismos sociais que asseguram a manutenção perversa da ordem social. Nesse caso, a sociologia atua como um esporte de combate:

> o mundo social é terreno de enfrentamento de grupos sociais que se conhecem ao se definirem enquanto grupos e ao constituírem explicitamente aquilo que os constitui enquanto grupo, ou seja, um conjunto de interesses comuns, um

> capital a defender ou não capital a promover (...), um momento inevitável de luta social. A verdade sobre o mundo social é necessariamente o objetivo de lutas entre grupos sociais antagônicos (Ibid.p.159)

Nessa luta de classes, se existe uma "verdade", é que a verdade está em jogo nas lutas. A verdade do mundo social está em jogo, o espaço social em disputa sociossimbólica: a abertura ou o fechamento para o povo brasileiro, a reprodução ou a mudança da sociedade? Como está esse processo no âmago da reestruturação das classes sociais do Brasil? Isso é o que pretendemos investigar nesse debate sobre a emergência de uma nova classe social no Brasil contemporâneo. Buscando, com isso, entender as aberturas e fechamentos do espaço social e simbólico e, o seu impacto na estrutura de classes, no que diz respeito às permanências e mudanças do *status quo*, a tragédia e potência da sociedade, a abertura do espaço social, na ascensão das classes de baixo, ou, o seu fechamento pelo topo.

Para isso, mobilizaremos o quadro conceitual de Bourdieu de forma aberta, heterodoxa, para a compreensão da dinâmica da estrutura de classes brasileira no cenário recente das transformações no espaço social.

Nesse âmago, precisamos entender o atravessamento da história, que estruturou a maioria dos "destituídos" da sociedade, para apreender o momento da sua ascensão, ou seja, da reestruturação da estrutura de classes que promoveu a mobilidade social de grupos intermediários.

PARTE II – TRAGÉDIA E POTÊNCIA

4 A DESTITUIÇÃO DAS MAIORIAS

O nome "ralé nacional" aparece na obra de Florestan Fernandes "*A integração do negro na sociedade de classes*", assim como as referências ao povo, ao homem negro ou aos de baixo, geralmente para falar de uma multidão de indivíduos abandonados socialmente, economicamente e politicamente à própria sorte, sem a devida integração enquanto cidadão na sociedade de classes. O autor está discutindo acerca da ampla maioria da população brasileira, ao discutir como esses segmentos com *o pior ponto de partida sociohistórico* poderiam conseguir ou não se integrar na vigente ordem social competitiva, ou seja, a sociedade de classes em formação. Com isso, surge o seguinte problema: como o povo emerge na história? Esse povo é uma massa de indivíduos profundamente destituídos de capital econômico, social, cultural e simbólico, abandonados pelo Estado e sub-integrados às instituições sociais que fazem a conversão sociossimbólica da formação humana (formam pessoas reconhecidas moralmente como cidadãos e portadores de direitos). Como desenvolveremos adiante, a formulação anterior já condensa a contribuição de Florestan Fernandes àquela de Jessé Souza, ao interpretar a "ralé estrutural" no Brasil em termos de uma privação de capitais que prejudica sua participação nas modernas esferas do mercado e do estado, justamente as fontes institucionais daquele reconhecimento da própria humanidade e cidadania (segundo o uso que Souza faz de Charles Taylor).

A formação humana começa com a instauração do simbólico sobre a corporeidade pela socialização e inculcação dos papéis sociais, quando entramos numa estrutura coletiva da sociedade, a cultura compartilhada por grupos e classes, uma exterioridade mútua na nossa interioridade, em um momento histórico, formando um modo de ser humano, um senso prático, uma disposição psicossocial, um *habitus*; já que ser humano é tornar-se humano.

Nas sociedades capitalistas, essa *nomos* sociossimbólica é formada por intermédio das instituições, como a família, a escola e o trabalho. Essas instituições é que fazem a travessia do *modus operandi* das formas cognitivas do homem, a partir de ritos de instituições que inscrevem o simbólico/cultura na carne e nos ossos. Esse atravessamento do coletivo no individual, da estrutura social objetiva na estruturação psíquica da subjetividade, é estruturante dos esquemas de percepção e ação das classes sociais (*implicações psicossociais*). No Brasil, essa travessia foi feita de maneira extremamente desigual entre os membros que compõem a sociedade, penalizando os não brancos, que não tiveram acesso a essas instituições sociais, como vemos

na arqui-escritura nacional, desde o período colonial até a modernidade periférica. O acesso institucional que garante o vínculo social foi solapado nas camadas negras da base da sociedade.

> As frações hegemônicas das burguesias internas e externas sufocam as transformações sociais construtivas – conhecidas em alguns momentos da nossa história como reformas estruturais ou de base – favoráveis à defesa dos interesses da ampla maioria, as camadas populares, as classes trabalhadoras e o exército de despossuídos do campo e da cidade (Costa Et Al, 2021.p. 321)

Esse solapamento das instituições sociais forma *três dilemas* na estrutura de desigualdade e vulnerabilidade social que perpassa o povo brasileiro na desagregação da escravidão e formação da sociedade de classes: o "dilema social", o "dilema educacional" e o "dilema racial" (Fernandes, 1989). Como Florestan Fernandes mostra em detalhe, a abolição foi uma espoliação extrema e cruel, onde os negros foram jogados à sua própria sorte, sem qualquer assistência ou garantias para a sua inserção no mercado de trabalho e nas demais instituições sociais do Estado. Essa lhes foi negada. Os fazendeiros do café ainda pretendiam prorrogar o uso de escravizados, mesmo com a Abolição. Os proprietários de escravizados pleitearam indenização do Estado e como resposta obtiveram a imigração, financiada pelo poder público e embalada em pressupostos racistas sobre a necessidade de "embranquecimento" da população para o desenvolvimento nacional. Os abolicionistas "deram o seu compromisso por terminado – não se soldavam com as pessoas do escravo, mas com o fim da escravidão e o início de uma nova era social, aberta ao trabalho livre e ao "progresso" (Fernandes, [1988] 2017.p.78). Foi um completo abandono.

Ao contrário do que sugerem narrativas historiográficas nacionais, sugere Florestan, não foi o Estado que capitaneou a Abolição no Brasil contrariando interesses econômicos poderosos. Foi a resistência dos próprios escravizados – muita fuga, revolta e desobediência – que forçou o fim da escravidão, não a aceitação de alguma mudança que partisse de cima, como fala Florestan Fernandes ([1988] 2017,p.78-79):

> os agentes da história foram os próprios negros. Os escravos rebelaram-se nas senzalas e deixaram de obedecer aos contratos maquinados pelo senhor, que lhes conferiam a liberdade em troca de um período predeterminado de prestação gratuita de serviços (cinco, quatro, três ou dois anos). Ao abandonarem as fazendas e aceitarem as tarefas e pagamento dos fazendeiros vizinhos (o que era proibido pelo código de honra dos fazendeiros), eles desorganizavam a produção e, o que foi mais decisivo no fim, suspendiam a colheita. Já não havia mais nada a salvar.

A abolição foi prorrogada até os limites. O apoio veio principalmente de baixo, não de cima:

> o verdadeiro a apoio de massa à libertação dos escravos, provinha dos de baixo, dos trabalhadores, artesãos, donos e empregados de alfaiataria, sapatarias,

> oficinas, etc, que rompiam na prática com a ordem estabelecida. O tope sancionou o que se impunha pelo clamor do povo. A ingenuidade da princesa serviu à causa popular, o que não impedia que o Brasil fosse um dos últimos países a proclamar oficialmente o término da *instituição odiosa*. (Ibid.p.79)

Com o término da instituição odiosa, não se implantou nenhuma política de assistência aos antigos agentes do trabalho escravo. No entanto, houve uma política de assistência aos proprietários de escravizados, com o financiamento público da imigração em larga escala. Abandono para o povo, negros em sua maioria, mas também indígenas, brancos pobres livres, os de baixo que viveram as sequelas da colônia, em suma, a maioria destituída. E políticas públicas, entrementes, para os que já tinham posses.

Os que não migraram para as regiões de origem repudiavam o trabalho livre, pois viam nele a continuidade da escravidão sob outras formas; na rua, enfrentaram um estigma negativo e a violência do aparato estatal. Para boa parte dessa população, a abolição não abriu portas, fechou. O Estado empurrou o povo brasileiro para fora, para a tragédia do ostracismo, da vulnerabilidade e da exclusão social (Ibidem). A "abolição jogou o negro na sarjeta, ele teve que se reerguer aos poucos, penosamente, para descobrir que o trabalho livre não era equivalente ao trabalho escravo" (Ibidem. p. 80). Os trabalhadores brancos tiveram mais apoio e aos poucos escreveram a sua história, conseguindo ascensão social dentro da sociedade. Quando os negros se juntaram aos brancos pobres enquanto classe social subalterna (ralé estrutural, como fala Jessé), as gerações seguintes dos brancos passaram por mobilidade social intergeracional, enquanto entre os não brancos essa foi muito rara. Eles encontraramda imobilidade, o fechamento do espaço social (Nogueira,[1955])1998), foram alijados desse processo e da integração à ordem social. Os negros viviam o drama dentro da cidade (a tragédia de estar presente sem ser participante, ou sendo participante apenas de maneira ocasional), não participavam do dinamismo, exceto como exceções que confirmavam a regra ("o cavalheiro por exceção", nos termos de Florestan), e esses que ascendiam tinham que ser muito excepcionais, para serem aceitos junto dos brancos, mesmo os medíocres. "O negro pode subir, o negro excepcional. Um Machado de Assis, ele pode subir, ele é o preto de alma branca. Quer dizer, é o preto que nega o negro (...). Era o mecanismo que eles tinham para conseguir galgar posições, serem aceitos pelo establishment, incorporados ao tope, os da ordem, os que têm posição social" (Fernandes. Entrevista concedida a Eliane Soares, em 27/06/1991. In: Soares Et al, 2021.p.322).

Os demais ficaram escanteados ao “trabalho mal pago, ao “trabalho arriscado”; e, mesmo assim para classificar-se como trabalhador, tinham que vencer barreiras do preconceito e da discriminação. Havia uma seleção pela “exceção” dos que podiam entrar na ordem, sem que isso gerasse fissuras na ordem, em vez de verdadeiras estratégias coletivas de mobilidade - segundo Oracy Nogueira (1998[1955]), essa apenas para os brancos-.

> selecionar os indivíduos e estratos sociais que poderão ser incorporados ao sistema, sem que isso se torne uma ameaça para a ordem social constituída. Toda e qualquer possibilidade de ascensão coletiva, como categoria social e política, das camadas subalternas passa a ser negada pelo efeito de demonstração da ascensão de indivíduos extraordinários, não havendo motivos para se contestar o “caráter aberto” da nossa ordem social competitiva. (Costa Et Al, 2021.p.322)

Com isso, a estrutura de “relações raciais do passado foi *reabsorvida* e *redefinida* sob a égide do trabalho livre e das novas condições histórico-sociais” (Fernandes, 1989.p.101), mantendo o apego sociopático às posições privilegiadas nas “estruturas de poder, para garantir os interesses mesquinhos e egoístas de uma rala minoria, [que] seria capaz de minar todo e qualquer pacto civilizatório, “destruindo”, inclusive, “elementos da tradição cultural que poderiam ser preservados” (Fernandes, 1976, p. 212.). Tem-se a preservação do *status quo*, sem preocupação de salvar a herança social. Nisso, todas as “influências inovadoras” foram continuamente reprimidas, ficando a população negra excluída da nova sociedade emergente. Apenas as mulheres conseguiram se inserir, como empregadas domésticas.

> As evoluções posteriores, ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, trazem consigo uma nítida tendência à consolidação do capitalismo moderno, do regime de classes e do Estado nacional. Não obstante, permanece uma invariável polarização elitista, que resulta da capacidade dos estratos sociais dominantes de manter e de fortalecer os seus privilégios, através das várias transformações da ordem econômica, social e política. Esse fenômeno, ainda mal investigado e pouco conhecido sociologicamente, parece explicar-se pela monopolização social do poder político e do aparato por aqueles estratos. Os demais estratos da sociedade foram praticamente excluídos do poder político institucionalizado – mesmo quando a participação chega a ser admitida – e nunca lograram qualquer chance de ameaçar o status quo “através da ordem”. Esse padrão rígido e monolítico de dominação autocrática responde às exigências da situação histórico-social. A persistência, sob várias formas, da dominação externa e a expansão do capitalismo impõem a continuidade de modelos verdadeiramente coloniais de apropriação e de expropriação econômica, aos quais deve corresponder, necessariamente, uma extrema concentração permanente da riqueza, no tope, e o uso pacífico ou violento de técnicas autocráticas de opressão e de repressão. Os dinamismos de classe só se tornam efetivos para as classes que podem utilizar livremente os recursos institucionalizados da luta política. Ainda assim, o controle político conservador, na sua essência sempre fundamentalmente voltado para a defesa intransigente e o fortalecimento do privilégio, tem imposto tanto a cooptação quanto o ostracismo ou a eliminação aos setores divergentes que chegassem a ameaçar a estabilidade da ordem. Nessas condições, o uso “legítimo” do conflito faz parte do privilégio e, com o poder político institucionalizado, os

> setores dirigentes das classes dominantes detêm o monopólio da violência (Fernandes, 2007, p. 292-293).

Até os dias de hoje, mesmo com o branqueamento relativo da população, a maioria do povo brasileiro é composta por pretos e pardos, os quais, segundo o IBGE (2019), correspondem a 54% da sociedade. No entanto, mesmo como maioria nacional, continuam nas piores posições sociais no que diz respeito à vulnerabilidade social. Houve um deslocamento de uma massa de destituídos pela sociedade, empurrados para a base da pirâmide da estrutura de classes sociais, ou seja, para situações de pobreza extrema. Esse cenário de exclusão social é uma herança do passado, onde uma massa de destituídos foi empurrada para a miséria tanto econômica e material, quanto afetiva e simbólica: a "ralé estrutural" de abandonados socialmente e politicamente (Souza, 2009).

Na passagem da antiga ordem social tradicional autoritária, colonial, localista, provinciana e baseada em relações pessoais para o choque cultural da ordem social competitiva, "republicana", de industrialização tardia e dependente, baseada em relações de dominação impessoais crescentes, há uma mudança da estrutura da sociedade e dos papéis sociais. Uma transição da hegemonia da cidade em detrimento do campo. O Estado reformador lança as bases da transformação econômica pela ênfase na indústria de base – como siderúrgica e petróleo - e pela construção da infraestrutura para um crescimento capitalista em larga escala (Souza, 2003.p.153).

No entanto, esse desenvolvimento nacional não veio acompanhado de um desenvolvimento social ou civilizatório. Ao contrário, o racismo de raça e de classe se reproduz. Esse novo período instaura um padrão especificamente periférico de cidadania e subcidadania. Faltaram técnicas sociais e culturais na forma de políticas públicas para garantir um acesso social de forma inclusiva, o cultivo de disposições psicossociais que facultassem à população as chances de uma genuína integração: "se os negros não avançaram na absorção das técnicas sociais congruentes com essa sociedade e na sua integração nela, é porque os brancos impediram" (Cohn, 2002.p.397). A omissão dos brancos, ou seja, dos mais ricos e dominantes concorreu para a apatia negra, socialmente explicável pela armadilha histórica em que esta se viu, e, portanto, para esse drama sociohistórico de um povo empurrado para fora dos padrões de dignidade social. Os brancos só colocaram em prática uma reduzida parcela de técnicas, instituições e valores inerentes à nova ordem social competitiva, e ainda assim, em setores restritos e confinados (Fernandes, [1965]2008a), deixando, com isso, amplos padrões de cultura arcaicas, o poder tradicional dos senhores que capturam o Estado e o Mercado, fazendo o que

bem entendem, sem respeito às regras do jogo democrático do capitalismo, impondo formas dinâmicas na sociedade mediante os seus interesses pessoais.

Na passagem da sociedade colonial para a Nação independente, a camada senhorial de caráter estamental assenhora-se do poder, sem promover mudanças sociais, e ocupa os postos-chaves do Estado (uma revolução burguesa sem revolução estamental). As elites burguesas fazem história de circuito fechado, sem a emergência de novas forças sociais, sem inclusão nem participação popular, com um desenvolvimento desigual interno e uma dominação imperialista externa (Fernandes, 2006).

A vida na nova sociedade não alterara substancialmente a posição do negro e do "mulato" no sistema de relações econômicas e sociais. Não tem igualdade com o branco; pelo contrário, o povo ou o trânsfuga negro, como fala Florestan, teve dificuldade até de se inserir no sistema de classes sociais. Eles foram impelidos para fora, pois representavam a antiga ordem social tradicional, em favor do "trabalhador estrangeiro", o imigrante italiano. Ou seja, não foram devidamente integrados às instituições sociais, o que gerou, com isso, para o povo brasileiro que aqui estava, uma massa de vulneráveis sociais, excluídos de dentro do sistema.

"Pode ter havido uma lei áurea, mas não havia uma áurea para harmonizar os ex-escravos libertos" (Cohn, 2002.p.288): a dimensão estamental das elites é incorporada pela classe burguesa na forma do privilégio como traço estrutural do processo histórico da sociedade brasileira (Fernandes, 2008a), o que tem consequências econômicas e políticas para o povo. Se configura, para esses, um drama social de trajetórias sofridas, de mais obstáculos do que trajetórias bem-sucedidas, de mais promessa do que cumprimentos. Um desenlace com a sociedade:

> o negro e o mulato presos numa teia de contradições insolúveis, nas quais emergia lentamente e acaba de florescer o "longo drama interior", de que os diversos desajustamentos sociais apontados constituam o "desenlace". Qualquer que seja o desajustamento que se considere, o polo dinâmico e por assim dizer o "multiplicador" do processo que vinha ser, invariavelmente, o anseio de classificar-se economicamente e socialmente (Fernandes, 1978.p.197. Apud Cohn, 2002.p.296)

Os abandonados da terra, em desenlace com a sociedade, foram deslocados para setores menos favorecidos, constituindo uma "favelização" e sobrevivendo em "anomia permanente" e "bloqueamento da sociedade inclusiva", com a desorganização da família - principal meio social de socialização e interiorização das disposições para a vida - agravada pelo intercâmbio

sexual espúrio, com menores que viviam largados sem ter com quem tomasse conta deles (onde o filho chora e a mãe não vê), com debilidade econômica e institucional - o que tornava inoperante os mecanismos de solidariedade - e a indiferença da "sociedade sociopática" que se faz de cega para as mazelas sociais. Tudo isso contribuiu para a inexistência da família em sentido funcional pleno.

> Não foi a família que se desintegrou, como instituição social, e em consequência emergiram certas inconsistências na socialização dos indivíduos, mas a própria família que não se constituiu, que não fez sentir o seu influxo psicossocial e sociocultural da modelação da personalidade básica, no controle do comportamento egoístico ou antissociais e na criação de laços de solidariedade moral. Comprova-se isso, historicamente, por uma simples referência política central da sociedade senhorial e escravocrata brasileira, que sempre procurou impedir o florescimento da vida social organizada e da família como instituição integrada no seio da população escrava (Fernandes, 2008.p.182).

A família não se constitui como unidade capaz de exercer as suas virtualidades de modelação da personalidade e controle de comportamentos egoísticos na formação do *habitus de classe*. O Estado sociopático burguês, capturado por uma "elite do atraso" (Souza, 2017), impede o desenvolvimento da estrutura sociofamiliar como instituição, criando desvantagens sistêmicas e fazendo com que o povo não formasse os requisitos para ingressar na sociedade ora vigente. Faltaram, nessa transição social, técnicas sociais e culturais do ambiente para gerar as disposições necessárias à integração do povo pobre naquele momento histórico.

Com isso, esses não se inserem na sociedade de classes, nem para ser proletários, exceto com muita dificuldade e muito enfrentamento de barreiras. Restam, nesse drama histórico, para a maioria da população, o protesto mudo, o desespero, a maconha e o vício do álcool (para amortecer o sofrimento) e o trabalho destituído ou lumpemproletário. Solapada uma absorção proletária significativa da mão de obra negra, eles, como não se inserem nas fábricas (classe proletária), viram pedreiros, carpinteiros, barbeiros, alfaiates, sapateiros, dentre outros - a grande maioria da "ralé" nacional ou da "gentinha". Ganhando pouco e sofrendo muita humilhação, "negros ordeiros tinham que encarar um duro e triste destino: físico e moral. Por isso, não é de se estranhar que muitos preferissem trilhar outro caminho para "não ser otário", "não bancar o trouxa" ou "vender o sangue como se fosse escravo", (Fernandes, 2008a.p.171). Tanto que "o vagabundo, o ladrão e a prostituta enfrentavam riscos bem menores e construíam um destino comparativamente melhor" (Ibid).

O que diferenciava os "negros pobres" e os "negros de elite" era o apadrinhamento de algum "branco da alta" na indicação de algum trabalho.

> Motorista particular, pequeno funcionário público (como servente, bedéis e escriturários, mas também serviços de pá e picareta, como lixeiro) e investigador da polícia era algo considerável. Tais empregos só podiam ser garantidos por aqueles que se dispusessem de forte proteção de algum "figurão branco". (Fernandes, 2008.p.167-168)

Os de baixo não foram devidamente socializados e nem tiveram acesso aos mesmos códigos culturais das frações brancas, os de cima. Os herdeiros da antiga ordem social tradicional escravocrata do passado compõem, no presente, um grupo de indivíduos, que não foi devidamente integrado à ordem social competitiva. A enorme maioria desses já nascem "filhos de pais (apenas de mães quase sempre) miseráveis não só economicamente, mas carentes de autoconfiança, de autoestima e sem ter internalizadas as precondições psicossociais para ganhar a vida numa sociedade competitiva" (Souza, 2009.p.99).

> Esta sombra da escravidão não será apenas evidente no sentido da vida destinada a uma existência economicamente marginal, mas também(...), um padrão de (não) reconhecimento social muito semelhante àquele do qual o próprio escravo é vítima, embora oculto sob formas aparentemente voluntárias e consensuais que dispensa grilhões e algemas (Souza, 2003.p.122)

O povo brasileiro foi sistematicamente transformado em uma massa de destituídos que foram empurrados para a base da estrutura da sociedade, "este abandono que criou condições perversas de eternização de um '*habitus* precário', que constrange esses grupos a uma vida marginal e humilhante à margem da sociedade incluída" (Souza, 2003.p.153). Nesse caso, a condição negra se junta à pobreza gerada pela sociedade capitalista, aos dependentes rurais brancos, à instabilidade gerada pela mobilidade social horizontal endêmica da nova ordem social (agregado despossuído branco) e forma, com isso, uma classe social de destituídos que estão na base da estrutura da sociedade de classes do país, a "ralé estrutural".

> Formou-se, antes, uma "ralé" que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais da sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para a sua existência sem razão de ser (...), dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais e que conseguem sobreviver nos interstícios e nas ocupações marginais da ordem produtiva. Este tipo humano, como o do escravo, também espalhou-se por todo o território nacional e representava no século XIX, cerca de 2/3 da população nacional" (Souza, 2003.p.122)

Desse modo, a ralé se constitui como uma "classe social construída" de maneira subintegrada à sociedade de classes. Ou seja, sem os pré-requisitos importantes para a disputa/ jogo social inculcados em seu *habitus* de classe, ou seja, a economia simbólica dos capitais: os capitais econômico, cultural, social e simbólico. Formam um "tipo de personalidade e

disposições que não atendem as demandas objetivas para que um indivíduo ou grupo social possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade competitiva, e assim, gozar de reconhecimento" (Souza, 2012b.p.168). O seu núcleo é formado pelo abandono sistêmico e inadaptação social (requisitos psicossociais para a competição capitalista).

Capitalismo é competição. As condições psicossociais de participação em tal competição - como capacidade de concentração, disposição para a leitura, disciplina, autoconfiança e autoestima - não são biológicas e nem naturais, mas inculcação de um *capital cultural* (ritos de instituição) desigualmente distribuído, além laços de afeto que socializam a carne na construção social do ser humano. "Tudo é histórico, inclusive as disposições cognitivas comuns que tornam o mundo imediatamente conhecível" (Bourdieu, 2007.p.139).

A reprodução social está fortemente relacionada à formação diferenciada de diferentes condicionamentos disposicionais, grupos de seres humanos: o que Florestan Fernandes chama de *inclinações psicossociais* e Pierre Bourdieu chama de *habitus de classe*. Enquanto um grupo de indivíduos, na sua formação humana, teve as disposições necessárias para entrar na ordem social competitiva, na garantia da manutenção dos seus privilégios, outros tiveram esse acesso negado (isolamento e inércia social). "O que é preciso perceber é que a invisibilidade da classe social, compreendida não no seu mero resultado econômico, mas no seu processo obscurecido de construção sociocultural, é o fundamento tanto da 'culpabilização da vítima' entre nós quanto da 'idealização do oprimido'" (Souza, 2009.p.99)

Enquanto as classes médias são ensinadas como se comportar, têm um lar de proteção, amor e com pouca violência, as classes baixas no brasil não possuem o acesso ao aprendizado elementar da concentração e autoconfiança. O povo, a ralé estrutural está em anomia do ponto de vista da integração social, não sabem o benefício escolar, o hábito da leitura - o capital cultural internalizado de um modo geral. Elas recebem um estímulo aos estudos "da boca para fora" (allodoxia cultural, como fala Bourdieu), não a inculcação do sentimento feito carne, incorporado, no envolvimento libidinal com o campo escolar. Nesse ínterim, Jessé Souza (2009) propõe, inspirado em Bourdieu e Fernandes, a existência de uma classe social para além da renda: "fonte de todas as heranças simbólicas, valorativas, morais e existenciais que se passam de pais para filhos por laços de afeto".

O que afeta diretamente a trajetória dos agentes. Na educação, por exemplo, a lógica do *habitus* engendrado inicialmente na estrutura de classe da família atua como presença do passado de que é produto, guiando sua razão prática na escola. Com isso, se as demandas exigidas pelo campo de escolarização tiverem uma lógica diferente da formada pelo *habitus* do

aluno no campo familiar (como no caso de boa parte das famílias das classes populares/ralé estrutural), há um fracasso no desempenho desses, já que existe uma relação de cumplicidade ontológica entre o *habitus* e o *campo*.

Tal fracasso no desempenho escolar é uma das instâncias em que se instaura a reprodução invisível das desigualdades sociais (*violência simbólica*), perpassadas por uma ideologia de mascaramento social (meritocracia) que atribui a diferenças naturais o que é efeito de desigualdades competitivas arbitrárias. O que o senso comum entende como meritocracia consiste, na verdade, em um senso de mundo construído anteriormente, no âmbito do meio social de origem.

> As classes sociais se reproduzem, portanto, de maneira duplamente invisível: primeiramente porque a construção das distintas capacidades de classe é realizada no refúgio dos lares e longe dos olhos do público; depois, invisível ao senso comum, que só atenta para o resultado, apresentado como "milagres do mérito individual", deixando as precondições sociais e familiares desse "milagre" cuidadosamente fora do debate público (Souza, 2010.p.47)

Com isso, temos um fechamento histórico do espaço social, o qual leva a um fechamento de possíveis biográficos:

> A história destrói os possíveis: o espaço dos possíveis não para de se fechar, a todo instante, e se vocês ligam essa constatação ao que eu disse há pouco, veem que a história de uma instituição exitosa implica a amnésia da gênese da instituição, que a história elimina possíveis e os faz esquecer como possíveis, e que ela até mesmo torna impensáveis os possíveis (Bourdieu, 2014.p.222-223)

"A família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais" (Bourdieu, 2011.p.131). Enquanto um grupo social de indivíduos, oriundos de famílias com baixo volume de capital cultural, não tem a lógica das práticas do seu *habitus* ajustada às cobranças da lógica escolar (*a reprodução*); outro grupo, dominante, na posição de classe e com mais capital cultural inscrito no seu *habitus*, tem uma razão prática educacional adaptada à escola (*os herdeiros*). Para esses herdeiros, o sucesso social a partir do bom desempenho escolar, enquanto, para os outros, a miséria do fracasso escolar.

> Como o acesso aos capitais "impessoais" econômico e cultural — que se transmitem por heranças afetivas e intelectuais no interior das famílias das classes privilegiadas — é o segredo mais bem guardado num tipo de dominação social que só vê os indivíduos e esconde as classes que os formam, a cegueira da teoria duplica a cegueira da dominação social incrustada no senso comum que todos compartilhamos. (Souza, 2009.p.77)

Nessa perspectiva, a escola duplica as desigualdades históricas diante dos nossos olhos, mantendo de forma invisível a reprodução social de uma estrutura de distribuição desigual dos capitais e uma estrutura de enraizamento histórico na pobreza. Com isso, a escola se torna um lócus da reprodução social. "A escola brasileira não está preparada para corrigir as deficiências funcionais da família, e muito menos, para lidar com os desajustamentos reais ou potenciais das minorias nacionais, étnicas e raciais" (Fernandes, [1965], 2008b.p. 246). Nesse sistema educacional social e racial, a instituição escolar acaba naturalizando as desigualdades (*ideologia de mascaramento social*), já que as pessoas veem como natural o fracasso escolar e social de seu destino a partir da crença coletiva na meritocracia. No caso do sucesso, enxergam como talento natural o que foi, na verdade, uma construção social do privilégio. Com isso, as classes se tornam invisíveis aos olhos do senso comum. Essa cegueira é a produção (invisível) das desigualdades de raça e de classe, o segredo mais bem guardado das elites no encobrimento da realidade brasileira.

> No caso brasileiro, a justificação da desigualdade pelo "esquecimento" do pertencimento de classe e, portanto, da gênese social das diferenças individuais que aparecem como atributo (miraculoso) do mérito individual é mil vezes potencializada por uma aliança invisível com o mito da brasilidade. Como vimos acima, o mito da brasilidade tem a ver tanto com a construção de uma ficção de homogeneidade e de unidade entre brasileiros tão desiguais quanto com "horror ao conflito". É verdade que todo mito nacional tem a ver com reforço de uma unidade real ou imaginária como forma de criar um sentimento de solidariedade do tipo "estamos todos no mesmo barco". (Souza, 2010.p.47)

A sociedade e o senso comum realizam um julgamento meritocrático, onde há, na verdade, uma estrutura invisível de manutenção da ordem social, com seus sofrimentos e dramas históricos que antecedem a própria socialização escolar. A ideologia do mascaramento social se mantém quando a instância do senso comum (*doxa*) percebe a escola como sendo a salvação social para os "merecedores", enquanto essa escola, na prática, atua para perpetuação da *inércia social* que fixa as classes sociais em seu lugar de origem. Um *apego sociopático* ao passado que nos impede de dar o salto para o futuro, uma sociedade aberta e democrática, como fala Florestan. Segundo Costa e al., a ordem social competitiva deveria ser tal que...:

> ...todos os indivíduos deveriam dispor de certa igualdade de oportunidades ou que essas disparidades não fossem, pelo menos, das mais perversas e gritantes. Assim, os padrões assimétricos de relações raciais – herdados do antigo regime senhorial, que se prolongaram no Brasil Império e durante as primeiras décadas da República permaneceram quase intactos, sofrendo algumas impulsões igualitárias apenas em meados do século XX, quando o negro consegue se classificar no sistema de classes, ainda que nas posições mais baixas – não entram em colapso, como supostamente deveriam entrar (Costa, Et Al 2021.p.336).

Mas, ao invés disso, temos um apego sociopático da reprodução social no presente, do drama sócio-histórico engendrado do passado enraizado nas instituições sociais, como o trabalho, o mercado e a escola.

> Funcionamento dos mecanismos de reprodução escolar, podemos evocar a imagem utilizada pelo físico Maxwell para explicar como a eficácia da segunda lei da termodinâmica poderia ser anulada: Maxwell imagina um *demônio* que faz a triagem das partículas em movimento, mais ou menos quentes, isto é, mais ou menos rápidas que chegam até ele, enviando as mais rápidas para um recipiente cuja temperatura se eleva e as mais lentes para outro, cuja temperatura baixa (...). O sistema escolar age como o demônio de Maxwell: à custa do gasto de energia necessária para realizar a operação de triagem, ele mantém a ordem preexistente, isto é, a separação entre alunos dotados de quantidades desiguais de capital cultural. Mais precisamente, através de uma série de operações de seleção, ele separa os detentores do capital cultural herdado, daqueles que não o possuem (Bourdieu, 2011.p.36-7)

A analogia se faz na seleção dos "melhores" alunos, a excelência acadêmica, com mais capital cultural do seu meio social de origem, estruturalmente das classes média alta e elites, brancos, os herdeiros. E na aniquilação social dos outros, sub-integrados à sociedade, o povo negro e pobre em sua maioria. E quanto mais pobre o indivíduo, mais "preto" ele fica nas interações sociais e na sua relação com a polícia, que ainda duplica a desigualdade social, a deixando ainda mais perversa. "O dilema racial brasileiro constitui um fenômeno social de natureza sociopática e só poderá ser corrigido por meio de processos que removam a obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade racial" (Fernandes, 2008b, p. 572).

O *capital cultural* e social incorporado no *habitus* de classe sociofamiliar, em consonância com a dimensão racial (barreiras do racismo), é o que determina o sucesso escolar na trajetória social dos agentes. Em lutas de classe e de raças: "para Florestan Fernandes, não seria o racismo que seria eliminado com a evolução espontânea da ordem social competitiva e, sim, a eliminação do racismo que poderia destravar as potencialidades históricas da sociedade de classes no Brasil" (Costa Et al, 2021.p. 337).

"Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrifugas à ordem existente" (Fernandes, [1988], 2017). Não há redução da questão racial à situação de classe: "para Florestan Fernandes, a desigualdade entre brancos e negros não provém do determinante de classe, mas propriamente de uma estratificação de raça" (Soares; Costa, et al, 2002.p.42). Com isso, os negros têm elementos discriminatórios que o branco não tem, de modo que é preciso ir além da renda para entender os dilemas sociais, raciais e educacionais do Brasil.

Quanto mais se desce na estrutura de classe do país, mais preta a população: “o rendimento dos não-brancos é aproximadamente a metade do dos brancos” (Hasenbalg, 2006.p.260).A cor é um elemento discriminatório, uma barreira social que opera além das condições psicossociais do *habitus*, duplicando a desigualdade social e até mesmo triplicando-a se levado em consideração o gênero/condição das mulheres negras. As pesquisas sociológicas e demográficas dos últimos trinta e cinco anos demonstram que os brasileiros não brancos estão expostos a desvantagens cumulativas ao longo das fases do ciclo de vida individual, para além da origem social: “são sempre observadas usando as variáveis de controle pertinentes, ou seja, a igualdade de outras condições, tais como origem social, renda familiar e nível educacional (...). Em todos os temas analisados durante mais de vinte anos, os não brancos acabam em desvantagem (Ibid).

> As pesquisas sobre educação indicam que crianças não-brancas completam menos anos de estudo do que as brancas, mesmo quando se consideram crianças da mesma origem social ou renda familiar per capita. As disparidades de acesso, permanência e finalização dos ensinos médio e superior são ainda mais acentuadas. A desigualdade educacional entre brancos e não-brancos irá se refletir posteriormente em padrões diferenciados de inserção desses grupos de cor na estrutura ocupacional (...). Pretos e pardos estão expostos a diversas práticas discriminatórias no mercado de trabalho, além de ingressar nele com uma dotação menor de educação formal que a dos brancos, os não-brancos estão expostos à discriminação ocupacional, pela qual a avaliação de atributos não produtivos, como a cor das pessoas, resulta na exclusão ou no acesso limitado a posições valorizadas no mercado de trabalho. Soma-se a isso a discriminação salarial, evidenciada nas menores taxas de retorno à educação e à experiência obtidas por não-brancos, e a diferença na taxa de retornos aumenta nos níveis educacionais mais elevados. Esses padrões diferenciados de participação dos grupos de cor no mercado de trabalho se traduzem em uma valorização altamente desigual do trabalho desses grupos: a renda média do trabalho de pretos e pardos é pouco menos da metade da dos brancos (...). Os resultados mais relevantes apontam não só para as menores taxas de mobilidade ascendente para os estratos médios e altos experimentadas pelos não-brancos, como também para as maiores dificuldades encontradas pelas famílias não-brancas de classe média para transmitir aos filhos as posições sociais conquistadas (Hasenbalg, 2006.p.261-262).

Para Carlos Hasenbalg, assim como nas nossas análises qualitativas encontradas na pesquisa, existem práticas racistas e discriminatórias (que se atualizam até o momento histórico atual) contribuindo para estruturar barreiras sociais, bem como duplas e triplas desvantagens no acesso às instituições sociais. Fato que ocorre também nas famílias não brancas da classe média, dificultando a sua mobilidade social, e não apenas nas classes pobres. Quanto mais subimos no topo da estrutura social, menos pretos/as encontramos. Por isso que o estudo da raça/cor é um elemento estrutural importante no estudo da estrutura de classe social da sociedade brasileira.

4.1 AS POSIÇÕES DESTITUÍDAS

A ordem social competitiva do sistema capitalista cria uma classe de indivíduos destituídos, em exclusão ou desconexão com a vida societária digna, vivendo em situações precárias, sem o "princípio da dignidade" das sociedades modernas deque fala Charles Taylor (1997). A ralé estrutural é essa posição de classe sem reconhecimento social, destituída economicamente e culturalmente na estrutura social brasileira, marcada por uma desigualdade durável. Infelizmente, a desigualdade do Brasil é tão abissal que, em 2006, eles constituíam 40,33% da sociedade, ou seja, 37,77 milhões de indivíduos e 15,98 milhões de famílias. (Santos, 2010).

> As posições destituídas no Brasil são compostas de três grandes agrupamentos. Existem os destituídos na esfera do mercado de trabalho ou que dele são excluídos, embora busquem vender a sua capacidade de trabalho. Estão aí os trabalhadores elementares, os empregados domésticos e os trabalhadores excedentes. Embora demandada e socialmente útil, a capacidade de trabalho elementar que possuem é depreciada. Entretanto, como a demonstrar o grave problema existente do lado da demanda de trabalho, trabalhadores que acumulam certas habilidades comportamentais e cognitivas tornam-se simplesmente dispensáveis pelo padrão preponderante de desenvolvimento capitalista. Uns se tornam superexplorados e outros sofrem por não encontrar um empregador que possa obter lucro da compra da sua força de trabalho. (Ibid.p.475)

TABELA 2– Posições de Classe destituídas e demais categorias (indivíduo e família como unidade de análise).

Brasil, 2006

Posições de classe	Indivíduo %	Total de indivíduos	Família (Prf) * %	Total de famílias
Trabalhador elementar	9,39	8.794.953	10,49	4.791.986
Empregado doméstico	6,77	6.337.919	4,84	2.213.085
Autônomo precário	7,55	7.067.977	8,63	3.940.882
Produtor agrícola precário	1,47	1.377.147	2,32	1.059.300
Trabalhador de subsistência	4,03	3.774.010	2,69	1.228.171
Trabalhador excedente	11,12	10.417.627	6,02	2.750.716
Total de destituídos	(40,33)	(37.769.633)	(34,98)	(15.984.140)
Trabalhador ampliado	38,46	36.019.419	36,96	16.884.553
Autônomo com ativos	10,42	9.759.049	14,82	6.770.626
Empregador	4,03	3.772.638	5,89	2.689.861
Gerente e especialista	6,76	6.326.900	7,35	3.359.569
Total de posições	100,00	93.647.639	100,00	45.688.749

Fonte: Tabulações especiais do autor baseadas nos microdados da PNAD de 2006.
Nota: * (Prf): Pessoa de referência da família.

Elaboração: (Santos, 2010)

O povo, como fala Florestan, ou a ralé estrutural, como fala Jessé, compõem, na História nacional, a maioria da população brasileira, uma massa de destituídos sem vida digna e reconhecimento social. Não conseguem se incluir no mercado de trabalho; são, em sua maioria, de acordo com os dados da PNAD (2006), desempregados (11,12%) e existem em função da um processo de estruturação e reprodução social econômica e social, na qual se forma o "trabalho excedente" que não encontra aplicação. Também se encontram nessa posição de classe o trabalhador elementar (9,39%) e as empregadas domésticas (que formam a maior categoria assalariada).

Ou seja, os trabalhos da "ralé" são aqueles que envolvem o corpo, são braçais e sem precisar de disposições comportamentais e cognitivas complexas em capital cultural. Uma das maiores características da ralé estrutural é, com efeito, o trabalho braçal depreciado.

Tomando a família como unidade de análise, se encontram o trabalhador manual agrícola (26,03%), trabalhador em serviço de conservação de edifícios e logradouros (21,43%), trabalhador na pecuária (14, 84%), ajudantes de obras civis (12, 34%), trabalhador da agro pecuária em geral (8,06%), trabalhadores de cargas e descargas de mercadoria (7,17%), trabalhador de serviços diversos (5,64%) e extrativista florestal (2,31%), dentre outros (Ibid.p.467- 468).

"No mercado de produtos e serviços urbanos encontram os trabalhadores autônomos precários. São autônomos, porém desprovidos de ativos ou recursos de algum valor, cuja reprodução depende dos fluxos de renda da economia dominante (Ibidem. p.475)". Esses possuem uma atividade atípica, degradada e disfarçada de trabalho explorado por empregadores, exercem a sua atividade no domicílio ou em algum local externo. De acordo com José Santos, considerando a família como unidade de análise, os principais tipos ocupacionais são: pedreiro (22,41%), vendedor ambulante (14,62%), vendedor e demonstrador (8,36%), mestre de construção civil (5,83%), pintores de obras e revestidores de interiores (4,99%), trabalhador em serviço de higiene e embelezamento (4%) e operador de máquina de costura (3,43%).

Já os produtores agrícolas inseguros – com acesso precário à terra- são "trabalhadores de subsistência", que não possuem renda de nenhuma espécie. A modernização conservadora da agricultura brasileira, ao seguir uma trajetória fortemente excludente, manteve e criou essa grande massa de destituídos no campo (Santos, 2000). Estes são um segmento desconectado do sistema econômico que existe no setor agrícola, abrangendo mais de 3,77 milhões de pessoas que tem que obter algo – não importa o quê - para garantir a sua subsistência ou a de algum

membro da família. Vemos que "a herança do passado latifundiário incorporada à estrutura agrária do Brasil de hoje e o enorme poder seletivo atual dos complexos agroindustriais se somam para gerar destituição e pauperismo no meio rural brasileiro (Santos, 2010.p.476). Esses vivem sem condições de resolver as suas necessidades básicas de existência,com rendimentos miseráveis e em privação material.

TABELA 3- Indicadores selecionados das posições de classe destituídas e demais categorias (família como unidade de análise).

Brasil, 2006

Posições de classe	Renda média mensal (R$)	Entre os 60% com renda inferior (%)	Horas de trabalho	Escolaridade média	Previdência pública (%)
Trabalhador elementar	379,88	86,86	44,24	3,95	49,80
Empregado doméstico	315,27	81,78	38,53	5,07	31,91
Autônomo precário	439,42	74,06	39,39	5,15	8,35
Produtor agrícola precário	205,81	87,31	39,44	2,19	4,42
Trabalhador de subsistência	—	83,87	21,80	2,20	1,65
Trabalhador excedente	—	91,24	—	6,76	—
Total de destituídos	(335,35)	(83,58)	(39,34)	(4,63)	(26,23)
Trabalhador ampliado	875,05	49,06	44,21	8,31	80,91
Autônomo com ativos	874,35	47,91	44,37	5,76	20,73
Empregador	2.761,49	18,26	49,03	8,90	55,82
Gerente e Especialista	3.023,44	10,39	41,05	13,12	83,46
Total de posições	987,26	56,53	42,78	7,03	53,15

Fonte: Tabulações do autor baseadas nos microdados da PNAD de 2006 [37].

Elaboração: (Santos, 2010)

A renda média da ralé estrutural é miserável, com famílias vivendo com até menos de R$300,00 por mês, e com segmentos desconectados de previdência pública. Com isso, sem direito à cidadania. São indivíduos em anomia, com quase nenhum laço social com o Estado e as suas instituições. Soma-se a isso a escolaridade distante do fundamental completo e temos uma reprodução endêmica da pobreza.

Muito dos agentes nessa condição têm que dar um *jeitinho* para garantir as suas condições de existência, como um entrevistado que relatou que a parte mais difícil da sua infância foi a alimentação, onde o que era garantida graças à maré perto da sua residência, que

[37] "Dados de renda e horas de trabalho são relativos ao trabalho principal da pessoa de referência da família. Dado sobre previdência pública é apenas para quem possui trabalho. Escolaridade foi mensurada de zero a 15 anos de estudos completos. O critério de renda familiar per capita foi usado na estimativa dos 60% com renda inferior (seis décimos mais pobres)" (Santos, 2010.p.473).

permitia a ele obter frutos do mar. Mas, com muita luta, tenta superar as adversidades da sua condição de classe social.

Saindo das Palafitas

Carlos é um homem negro de 55 anos que mora em um bairro pobre da cidade do Recife. Que cresceu numa palafita nessa mesma cidade. Hoje, ele trabalha numa ONG e paga um aluguel no mesmo bairro, mas conseguiu sair das palafitas. É o único alfabetizado de uma família de seis filhos. E isso se deve muito à sua vó, que o ensinou a ler, para ler a bíblia para ela. O entrevistado contou a sua trajetória, de como foi ter desejado estudar em uma família que não valorizava a educação, e seu sacrifício para ir à escola, a dificuldade de ter que conciliar o trabalho e os estudos. Também falou da sua luta contra o tráfico de drogas dentro da comunidade, onde ergueu a sua ONG de livros, que, segundo o entrevistado, disputa as crianças do bairro com os traficantes a partir de atividades culturais e de leitura. Ele conta que já ajudou muitas crianças, alfabetizou um caminhão, porém não conseguiu ajudar o seu tio, o seu irmão (que estão jurados de morte) e irmã (que entrou para tráfico de crack). Sobre a socialização nesse espaço de posição de classe social:

"Eu sou o sexto filho, o número 05, o único alfabetizado da família e eu não quis aquilo pra mim, ser mais um analfabeto, então busquei através da arte, da leitura, sabe. Não tinha, não tinha nem energia elétrica, era à base de velas. Faltava água que era uma bronca por água e roupas, era bem simples mesmo (...), [Saneamento] não tinha. Muito aperto, só não era mais, graças à maré, à pesca, que a gente ia na maré, trazia um siri, um caranguejo, um sururu, fazia um pirão e vivia, se não fosse a maré, se fosse em outro bairro [que não tivesse uma maré para tirar o alimento] não sei o que a gente faria". [No entanto, a sua infância]. "Muita brincadeira, maré e a gente era criado solto, eu fui criado solto, relativamente solto, mas, nunca, nunca me envolvi com arma, com droga (...). Perdi vários, vários [familiares para o tráfico de drogas]. Perdi um tio, perdi um tio, já quatro sobrinhos e um irmão tá jurado, jurado de morte, tá arribado, é isso. Sem falar que a minha irmã vende crack. Ela é viciada também, mais nova que eu, mas parece uma velha, tem aparência de uma velha, é lamentável, mas é real, é escolha, e a escolha é fraqueza, ninguém sabe. Não tive pai. O que eu sei herdei da minha vó. O bom senso, o respeito, o amor e compartilhar, ajudar".

E: O que você tentou fazer diferente da sua família?

C: Estudar, aprender, ser alguém na vida, ser alguém, o meu primeiro sonho foi ser...Ser alguma

coisa. Qualquer coisa, menos vagabundo, menos bandido (...). A responsabilidade mudou muito [companheira engravidou] e eu comecei trabalhar cedo, bem cedo, com um padrasto, que ele me levava pra ir trabalhar com ele, pintor de paredes, já lixei (...),depois eu fui ser ajudante, ajudante de pedreiro, depois eu fiz um curso, eletricidade, encanação construção civil, vivia assim, durante oito anos, até conhecer a música, aí eu fui estudar música e em seguida eu fui trabalhar num estúdio [de música, para as bandas ensaiarem]

E: E você conciliava trabalho e estudo?

C: É, trabalho e estudo, sempre foi assim (...). É, não tinha compreensão. Aí eu peguei e, uma tia, sabe uma, sabe eu tive uma tia, mas, aí eu fui pra ela, me leva na escola me matricula, ela fez, vamos, vamos, aí ela foi comigo, sabe uma escolinha, uma escolinha pública, aí eu fui e fiz a matrícula e no outro dia eu fui para a escola, quatorze anos, quatorze anos, primeira série eu já grandão no meio dos pequenininhos (...). Foi muito, muito difícil mesmo, meio vergonhoso (...). Mesmo assim eu comecei, mesmo assim eu comecei, ham? Eu escondidinho lá atrás e aos poucos eu fui me adaptando (....). Já lia muito bem em relação aos outros, já lia, já escrevia, graças, graças a minha avó e a prática que eu achava jornal na rua, outdoor, as placas, as faixas, sim aí eu fui para a escola, primeira semana, tudo bem, eu fazia as tarefas, na segunda semana a professora me chamou e disse: Carlos, você já lê, já escreve, já é grandinho eu vou fazer aqui com você uma prova, pra você, sabe, pra você mudar de série, aí eu fiz a prova e já pulei da primeira série para a quarta série, pulei, três anos e eu fiz outra prova e já fui para outra escola, quinta série (...). Quinta série, e a partir daí eu fui, continuei sempre o primeiro da sala, eu era bom em redação, geografia, história, tudo, tudo, só me lascava nas exatas. Nas exatas. Matemática. Eu estudava em casa também, estudava em casa, uma hora, uma hora e meia, sabe, eu abria lá e estudava (...). Eu, com muito esforço, continuando parando que a realidade daqui é estudar ou trabalhar e eu consegui fazer os dois, concluí o ensino médio, agora eu vou fazer o ENEM e vou para a faculdade.

E: Quando foi que você começou a pensar em profissão?

C: A partir do, deixa eu ver, do primeiro filho, eu engravidei minha namorada. Eu tenho dois filhos, um com oito anos e outro mais velho com dezoito [que fazia faculdade de Educação Física em uma faculdade privada – que mostra uma mudança intergeracional grande em relação à sua posição de classe de origem]. Dezesseis. Não, eu já ajudava o meu padrasto. Já tive vários [trabalhos], pintura, encanação, eletricidade, trabalhei com música e também trabalhei na farmácia, já trabalhei no shopping, foi horrível. Trabalhava no estoque, estoquista, mas foi a pior fase. Eu tava preso ali aquele esquema e não tinha folga, doze horas por dia quase e o ser humano não nasce pra isso só, trabalhar e dormir, trabalhar e dormir e eu fugi dessa história, fugi acreditando na arte, na poesia, na música,

na cultura e hoje eu vivo disso.

E: Hoje em dia qual o seu trabalho atual?

C: Hoje em dia eu sou funcionário público, servidor público, cargo comissionado, mas eu faço meu papel, na prefeitura [trabalhando na prevenção e redução de danos em relação às drogas e] incentivo à leitura (...), faço parte de uma campanha de redução da violência, através da leitura, isso é bom. É recente. Faz dois anos (...), nosso foco é as palafitas, onde não chega quase nada de serviço social (...). Gosto de falar que a minha casa é uma ONG.

E. Mas já chegou alguma política do governo ?

C: Já recebi, a minha esposa, a minha família, sabe, já ajudou muito... não pode acontecer é o comodismo como acontece algumas pessoas, mas é uma minoria, no geral é uma coisa boa (...). Minha opinião é que estamos começando, no caminho certo com a mudança do governo, Lula, ele fez muita coisa pelo pobre, ele fez, ele poderia fazer mais, mas, ele foi podado, e agora a sucessão dele não está muito legal cara, precisa melhorar e muito, e as pessoas estão acordando para essas causas (...), eu espero que ele volte, mas agora que ele volte mais autônomo, firme, não seja um Hugo Chávez, não seja um radical, mas seja mais firme... e ele é capaz, talvez ele morra, talvez ele seja assassinado, como Raul já dizia, a máfia é grande.

E: Tem alguma diferença de como você foi criado e criou o seu filho hoje em dia?

C: Sim, muita diferença, muita diferença, que antes a educação era um privilégio quase, hoje, hoje é mais amplo, mais aberto, a informação está mais acessível e antes não, os livros eram muito caros (...). Só não volto para a palafita porque é desumano, tem mais relação a habitação, cara, que ainda são mais de 800 palafitas aqui, 800 famílias vivendo na palafita.

(...)

C: Quero, quero deixar uma poesia, lá vai meu irmão:

<u>Muda,</u>

quando a cobra não mudar de peles, as máquinas deram sentimentos, podemos mudar o mundo, não a direção dos ventos,

não tente mudar o mundo, como se muda uma planta, nem faça como os gatos que não correm atrás

da mudança,

muda paliativamente, quiçá em dez, doze vezes, a prazo ou a vista, muda, nada mais é absurdo, pois a solução do mundo tá na alma do artista.

Data da Entrevista: 06/10/2015

Em relação ao território nacional, os maiores números de classes destituídas encontram-se na região Nordeste:

TABELA 4- Posições de classe destituídas e demais categorias dentro das regiões (família como unidade de análise)

Brasil, 2006

Posições de classe	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste
Trabalhador elementar	9,37	7,03	14,19	10,75	11,23
Empregado doméstico	5,31	3,44	4,51	5,35	5,80
Autônomo precário	7,80	6,92	10,26	11,71	8,20
Produtor agrícola precário	0,54	1,10	6,19	3,00	1,07
Trabalhador de subsistência	1,44	3,84	4,52	2,46	1,34
Trabalhador excedente	6,02	4,41	7,01	5,76	5,54
Total de destituídos	(30,61)	(26,74)	(46,66)	(39,02)	(33,18)
Trabalhador ampliado	42,34	39,53	27,39	33,03	37,58
Autônomo com ativos	11,62	18,67	17,07	18,10	13,99
Empregador	6,23	7,58	4,38	4,69	6,73
Gerente e Especialista	9,20	7,48	4,50	5,16	8,51
Total de posições	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

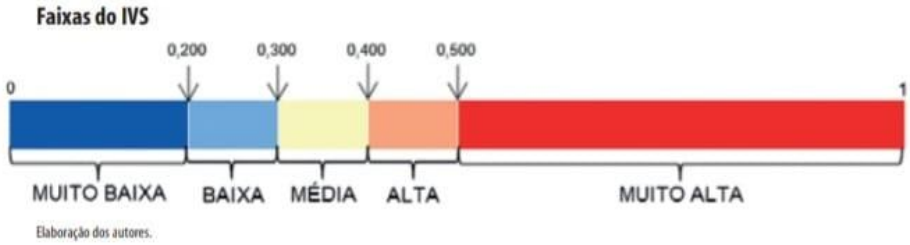
Fonte: Tabulações especiais do autor baseadas nos microdados da PNAD de 2006.

Elaboração: (Santos, 2010)

O Nordeste é a posição extrema de concentração de destituídos, e, com isso, com menos direitos sociais e acesso ao Estado (o que vai sofrer um grande impacto com as políticas sociais, como veremos posteriormente). O que é corroborado pelos dados estatísticos do indicador IVS- Índice de Vulnerabilidade social (IPEA). O IVS foi formado a partir de uma apreensão estatística de três dimensões: 1- *infraestrutura urbana* (acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana); 2- *capital humano* (inclusão social dos indivíduos no acesso a saúde e educação)*; 3- renda e trabalho* (insuficiência de renda, desocupação de adultos,

ocupação informal de adultos pouco escolarizados, dependência com relação à renda de pessoas idosas e presença de trabalho infantil). O IPEA realizou um mapeamento singular da exclusão e da vulnerabilidade social para os 5.565 municípios brasileiros -conforme malha municipal do Censo Demográfico 2010- e para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) das principais regiões metropolitanas (RMs) do país, para apreender o conjunto de ativos, recursos ou estruturas, cujo acesso, ausência ou insuficiência indicam o padrão de vida das famílias, ou seja, se essas estão dispondo dos seus direitos sociais (cidadania e democracia) (IPEA, 2015a).

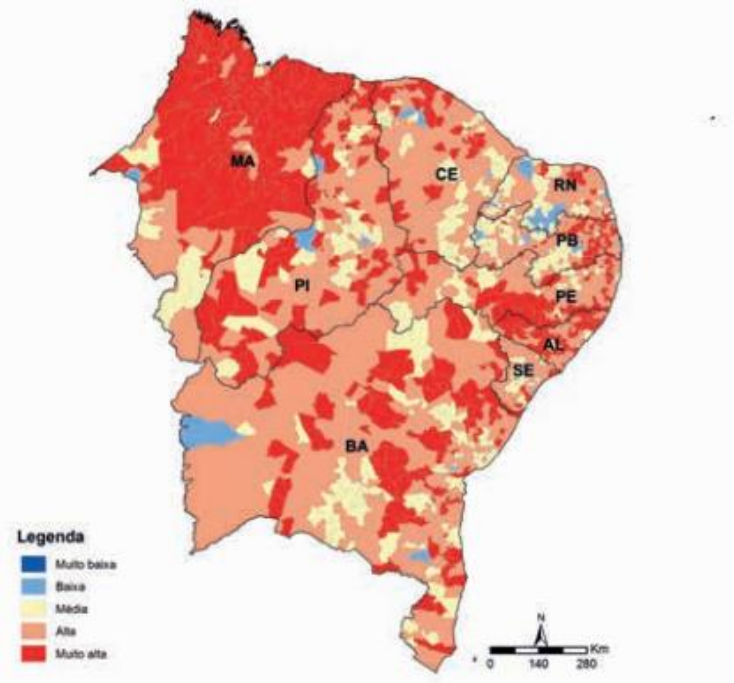
Nesse sentido, o IVS é um índice que varia entre 0 e 1, onde quanto mais próximo de 1, maior é a vulnerabilidade social de um município e, quanto mais próximo de 0, menor. Para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem *muito baixa* vulnerabilidade social. Já os valores entre 0,201 e 0,300 indicam *baixa* vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de *média* vulnerabilidade social. Os que apresentam o índice entre 0,401 e 0,500 são considerados de *alta* vulnerabilidade social. E por fim, qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui *muito alta* vulnerabilidade social:



Fonte: Ipea (2015a)

Nessa região, quase metade dos municípios (47,7%) estão agrupados na faixa de *alta vulnerabilidade social*. E já os outros 32,4%, na Região Nordeste, estão na faixa de *muito alta vulnerabilidade social*.

Gráfico 3 - IVS na Região Nordeste (2010)



Fonte: Ipea, 2015

E já em relação aos grupos envolvendo gênero e cor, da posição de destituídos:

TABELA 5- Posições de classe destituídas e demais categorias dentro dos grupos de gênero/cor (indivíduo como unidade de análise)

Brasil, 2006

Posições de classe	Homem branco	Mulher branca	Homem não branco	Mulher não branca
Trabalhador elementar	8,33	3,34	17,91	5,92
Empregado doméstico	0,63	10,98	0,98	18,37
Autônomo precário	6,12	6,24	9,06	8,82
Produtor agrícola precário	1,32	0,30	3,02	0,84
Trabalhador de subsistência	1,86	4,36	3,07	7,94
Trabalhador excedente	6,62	12,11	9,52	18,27
Total de destituídos	(24,88)	(37,33)	(43,56)	(60,16)
Trabalhador ampliado	42,90	41,43	37,93	30,23
Autônomo com ativos	15,07	7,25	12,34	10,43
Empregador	7,50	3,48	3,00	1,14
Gerente e Especialista	9,65	10,51	3,17	3,41
Total de posições	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Tabulações especiais do autor baseadas nos microdados da PNAD de 2006.
Nota: Excluíram-se indígenas e amarelos no item sobre raça ou cor.

Elaboração: (Santos, 2010)

Vemos na tabela acima que os homens brancos são os que se encontram em condições sociais menos desfavoráveis. Diferentemente das mulheres não brancas (pretas e pardas), que se encontram na posição mais destituída, combinando, com isso, uma superposição da opressão de classe, raça e gênero, que aumenta ainda mais o abismo da desigualdade social. Já os homens não brancos (em que prepondera a condição de trabalhador elementar) estão em uma destituição maior do que as mulheres brancas, ficando abaixo apenas das mulheres não brancas, mostrando que, mesmo dentro de uma mesma posição de classe social, o esforço de sobrevivência dos não brancos é ainda maior, já que enfrentam a dupla e a tripla desvantagem da desigualdade social sistêmica, que afeta o povo e mais ainda o povo preto.

4.2 DESIGUALDADES DE CLASSE E RAÇA

A sociedade brasileira não superou as contradições básicas da modernidade, pois mal integramos a população negra na sociedade de classes (Fernandes, [1965], 2008). Pelo contrário, a população negra é a que está em maior vulnerabilidade social, fora dos espaços sociais de instituição da cidadania, da saúde, da escola e da educação. Mantemos os mais altos índices de desigualdade de renda, de cultura e de *status* social, onde o "rendimento dos não-brancos é aproximadamente a metade da dos brancos" (Hasenbalg, 2006.p.260). Em suma, a pobreza aqui tem cor. É difícil separar a classe da raça no Brasil, mas como falou uma agente entrevistada, "a cor chega primeiro, eu posso não dar uma palavra, eu posso estar até bem vestida, a tua cor chega primeiro nos tratamentos".

A cor é um elemento discriminatório na estrutura de classe, um preconceito de marca, como fala Oracy Nogueira (1998[1955]), que não desaparece com a moderna sociedade de classes, mas mantém a sua força de inércia. A cor sofre o impacto de uma barreira social que opera além da dimensão de classe – juntamente com a classe e o gênero, é uma dimensão estruturalmente patológica[38] da sociedade brasileira.

[38] Florestan Fernandes utiliza o termo "patológico" para definir as perversões e anomalias sociais da sociedade de classe, onde nessa deveria se estabelecer a ordem social burguesa, com a formação de direitos sociais, de cidadania, de livre competição entre os agentes, o que garantiria o talento e o esforço. Mas, ao invés disso, ainda fica estabelecida uma sociedade onde o que reina é o preconceito de raça e a discriminação que bloqueiam a competição e o tratamento justo, uma dimensão patológica do passado (da antiga ordem social escravocrata), que impede a sociedade de classes burguesa no presenta, a livre competição dos agentes no mercado. Por isso, o autor utiliza termos como: dimensão patológica, apego sociopático, demora cultural, inercia social, dentre outras, para falar dessa formação precária de uma sociedade de classes no Brasil moderno.

Classe não é apenas renda, mas uma formação social que se organiza em confronto com a ordem (Fernandes, [1988] 2017). Na particularidade histórica do Brasil, "classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente, que só podem se recompor em uma unidade mais complexa, uma sociedade nova" (Ibid.p.85). A raça duplica a desigualdade social: a "morfologia da sociedade de classes ainda não fundiu todas as diferenças existentes" (Ibidem). Desse modo, o racismo se torna uma dimensão estrutural da sociedade de classes, constituindo um elemento funcional da reprodução social na manutenção do privilégio das elites brancas até os dias de hoje.

TABELA 6[39] - Média da renda da ocupação principal por sexo, segundo cor/raça (1996-2007)

Masculino											
Cor /raça	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Branca	1.326,1	1.339,3	1.315,9	1.211,5	1.212,2	1.177,5	1.118,5	1.096,1	1.139,2	1.238,4	1.278,3
Negra[1]	599,0	594,2	586,2	551,2	566,0	565,4	514,6	540,2	569,9	611,7	649,0
Feminino											
Branca	753,3	750,9	759,9	714,3	732,8	724,8	666,4	673,9	717,6	778,3	797,1
Negra[1]	357,9	343,4	353,5	330,7	356,7	355,1	336,1	348,7	364,2	402,1	436,5

Fonte: Pinheiro et al. (2008)[40].

Vemos que os aspectos estruturais da desigualdade atingem com mais força os não brancos. Em relação ao "capital econômico" (Bourdieu, 2008), quanto mais branco o grupo social, maior a sua concentração. No Brasil, as lutas de raças articulam-se com as lutas de classe. Temos uma articulação entre as estruturas de estratificação racial e social existentes no seio da própria ordem social, onde a "raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia da luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem" (Fernandes, [1988] 2017.P.86).

Na História nacional, as classes dominantes fazem a "história do topo", de *circuito fechado*, sem participação popular, sem emergência do povo nos espaços de decisão política e de poder, com uma alta concentração do capital e do prestígio na mão de uma pequena elite (Fernandes, [1975,2006). Em 1996, a renda média da ocupação principal de um homem branco

[39]Renda da ocupação principal a preços de setembro de 2007, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

[40] A população negra é composta de pardos e pretos. Obs.: 1. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) não foi realizada em 2000. 2. Em 2004, a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá (Bonetti e Abreu, 2011).

era de aproximadamente R$ 1.326,00, recebendo 1,76 vezes a mais que uma mulher branca (segunda melhor média de renda), que possuía uma renda de R$ 753,00. Já em relação aos homens negros, estes possuíam uma renda de aproximadamente R$ 599,00, recebendo 2,21vezes a menos que os homens brancos. No mesmo ano, a mulher negra figurava com a menor renda média, com aproximadamente R$ 357,00 (Bonetti e Abreu, 2011).

Essa desigualdade vai se alterando muito lentamente a partir dos anos seguintes, como vemos em 2007 (Bonetti e Abreu, 2011), mas a estrutura de classe social permanece a mesma, sem grandes alterações; uma desigualdade abissal envolvendo raça, classe e gênero, mesmo em momentos históricos de mudanças significativas. A modernização brasileira manteve "intacta uma ordem hierárquica de privilégios, onde as classes médias e altas não foram capazes de desfazer os privilégios sociais, e de estabelecer os ideários de igualdade e cidadania" (Guimarães, 2002.p.43). Quanto mais se ascende na hierarquia social, maior o embranquecimento da sociedade e, quanto mais se declina, temos o efeito inverso.

> Como se o passado se reproduzisse continuamente no presente, a concentração racial da renda, do prestígio social e do poder engendra um arcabouço social que nada (ou muito pouco) ostenta de competitivo, de igualitário e de democrático em suas linhas raciais. Os brancos desfrutam de uma hegemonia completa e total, como se a ordem social vigente fosse, literalmente, uma combinação híbrida do regime de castas e do regime de classe. No que diz respeito à integração do branco ao sistema de relações sociais, só o último regime possui vigência plena. Quando se trata do negro ou do mulato, porém, os dois regimes se combinam de formas variáveis, sempre fazendo com que influências arcaicas operem livremente, revitalizando de modo extenso e profundo uma ordem racial que já deveria ser uma relíquia histórica (Fernandes, 2007, p. 117)

Vemos que, com o curso da História Moderna, "ao classificar-se socialmente o negro adquire uma situação de classe proletária. No entanto, continua a ser negro e a sofrer discriminações e violências" (Fernandes, [1988] 2017.P.84), "preconceito de cor" e "discriminação racial" no interior de uma sociedade de classes capitalista (Guimarães, 2004). Esse é o traço permanente da História, sem grandes mudanças, a combinação estrutural das desigualdades raciais e sociais, onde padrões típicos do sistema de castas e estamentos se reproduzem na moderna sociedade de classes (Fernandes, [1975] 2006). O passado se reproduz no presente. A sociedade de classe não absorveu e regulou as relações raciais: "de um fenômeno de "demora cultural", o dilema [racial] se transforma num fenômeno de permanência estrutural de desigualdades sociais – num mesmo tempo histórico e nas particularidades de uma mesma sociedade, no caso a brasileira" (Costa Et al, 2021.p.342). O que fica visível na tabela a seguir.

TABELA 7 - Proporção de pessoas por cor/raça, segundo sexo, nos décimos de renda mais rico e mais pobre[1] (1996-2007)

Sexo	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
	Branca										
Masculino											
10% mais pobres	39,4	40,4	39,4	41,2	44,7	37,4	32,1	28,1	30,1	29,1	29,9
10% mais ricos	78,7	77,9	77,5	77,9	76,6	77,6	77,6	76,1	74,5	74,6	76,4
Feminino											
10% mais pobres	42,7	43,7	43,0	45,0	49,1	30,8	25,7	25,6	25,1	25,7	32,5
10% mais ricos	76,2	76,6	75,3	76,3	76,9	77,2	76,5	75,8	74,2	74,9	76,5
	Negra[2]										
Masculino											
10% mais pobres	60,3	59,3	60,2	58,3	54,9	62,0	67,4	71,5	69,4	70,3	69,5
10% mais ricos	19,9	20,6	20,4	20,5	21,8	20,9	20,9	22,3	23,8	23,6	22,1
Feminino											
10% mais pobres	57,0	56,0	56,6	54,5	50,5	68,7	73,8	73,8	74,4	73,5	66,8
10% mais ricos	22,6	22,3	22,9	22,3	21,7	21,3	22,1	22,7	24,1	23,4	21,8

Fonte: Pinheiro et al. (2008)[41].

Desse modo, vemos que:

> O desenvolvimento da ordem social competitiva encontrou um obstáculo, está sendo barrado e sofre deformações estruturais na esfera das relações raciais. Desse ponto de vista, a correção de semelhante anomalia não interessa, primária e exclusivamente, aos agentes do drama, inclusive o que é prejudicado de modo direto e irremediável. Ela constitui algo de interesse primordial para o próprio equilíbrio do sistema, ou seja, para a normalidade do funcionamento e do desenvolvimento da ordem social como um todo. [...] A própria situação existente nasce, em larga parte, do fato de a desigualdade racial ser percebida, explicada e aceita socialmente como algo natural, justo e inevitável, como se a ordem social competitiva não alterasse o antigo padrão de relação entre o "negro" e "branco" (Fernandes, 2008b, p. 573).

Por que a velha ordem racial não desapareceu com a Abolição e o término legal do regime de castas? "As estruturas da sociedade de classes não conseguiram, até o presente, eliminar normalmente as estruturas preexistentes na esfera das relações raciais, fazendo com que a ordem social competitiva não alcance plena vigência" (Fernandes, 2008c, p. 572). Essa é a história do Brasil, um "mal crônico", um "círculo vicioso", uma história de circuito fechado. O povo brasileiro sofre prejuízos materiais e morais incompatíveis com os fundamentos legais da ordem social estabelecida. Sendo muito difícil toda e qualquer mudança social (*apego sociopático*). Como esse conflito - as lutas de raça e de classe- ficam invisíveis em tantas

[41] Porcentagem calculada para cada décimo por cor/raça. O somatório não é 100% devido às outras cores/raças não estarem aqui explicitadas. 2 A população negra é composta de pardos e pretos. Obs.: 1. A PNAD não foi realizada em 2000. 2. Em 2004, a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. 3. Foi considerada a renda mensal de todas as fontes (Bonetti e Abreu, 2011),

discussões de senso comum, jornalísticas, acadêmicas etc.? Parece que a sociedade e os intelectuais brasileiros, em sua grande maioria, fortaleceram a ideologia da classe social dominante ao ocultarem os conflitos históricos que atravessaram e atravessam até hoje o nosso país, com a não tematização desses debates. A base material da sociedade brasileira é o seu passado escravocrata e, mesmo assim, o estudo do racismo foi um tema ignorado por grande parte da análise das classes sociais do Brasil, desde Donald Pierson, Gilberto Freyre, Wagley e os desenvolvimentos posteriores da sociologia nacional na temática das classes sociais, sempre ocultando o conflito estrutural e sistêmico: "o discurso intelectual prevalecente até então, era de que as diferenças então existentes entre brancos e negros poderiam ser atribuídas quase que exclusivamente à seletividade de classe, barreira esta encontrada por todas as minorias étnicas que emigraram para o novo mundo" (Guimarães, 2002.p.94).

Até mesmo as formulações contemporâneas, como a de Jessé Souza – quem estamos nos baseando na metodologia de análise das classes no Brasil, e não da reprodução das suas conclusões-, que afirma que "cor da pele, nesse contexto, age, no máximo, como uma ferida adicional à autoestima do sujeito em questão, mas o núcleo do problema é a combinação de abandono e inadaptação, destinos que atingem ambos os grupos *independentemente da cor*" (Souza, 2003.p.159.- Grifos do autor). O autor coloca, fundamentado em uma leitura de Florestan Fernandes [42], que o núcleo da exclusão social é uma socialização inadequada, que ele chama de "habitus precário" [43].

Vemos que a raça vira um estudo marginal na sociologia. Fica denegado o que Hasenbalg e Silva (1992) chamam na sua pesquisa dos "ciclos de desvantagens cumulativas", onde de uma geração para a outra a desigualdade racial é transmitida como desigualdade de

[42] É como se existissem dois Florestan Fernandes, do ponto de vista epistêmico. Um da pesquisa da Unesco que culminou em seguida no livro "A Integração do Negro na Sociedade de Classes", que coloca a raça como um elemento central, junto com o de classe. O que fica ainda mais nítido no seu texto "Lutas de Raças e de Classes", no livro "Significado do Protesto Negro". Nesse momento, ele ainda acredita em mudanças sociais dentro do capitalismo, uma revolução dentro da ordem. E o outro, é na fase política do autor, onde ele não consegue mais ver saída depois do fechamento democrático da ditadura militar e do exílio. E adota uma perspectiva mais marxista, passando a afirmar que o povo negro deve se organizar enquanto classe social proletária na luta política de classes. Nessa segunda perspectiva, a raça se dilui na classe, mas prol de um objetivo político de mudança da ordem social. Já na primeira, raça e classe estão imbricados enquanto recursos heurísticos de explicação da ordem social.

[43] O "abandono secular do negro e do dependente de qualquer cor à própria sorte a "causa" obvia de sua inadaptação. Foi este abandono que criou condições perversas de eternização de um "habitus precário", que constrange esses grupos a uma vida marginal e humilhante à margem da sociedade incluída" (Souza, 2003.p.160), "independentemente de qualquer cor de pele" (Ibid.p.163). O autor esquece que raça e classe se imbricam como um mecanismo de exclusão social, privilegiando o segundo em detrimento do primeiro. De acordo com o autor, em uma fala na Fundaj (Recife), no evento sobre o livro "Casa Grande e Senzala", somente "depois de Bolsonaro percebi que raça e classe são amalgamadas. Camadas do racismo elegeram Bolsonaro" (Souza, 2023).

classe, depois reforçada por mais discriminação racial em um ciclo de desvantagens cumulativas. Como os negros são maioria entre os pobres, devido a construção histórica, eles têm “maior probabilidade de nascerem na pobreza, de sofrerem as consequências da pobreza na primeira infância, na escola, e, depois, de restrições de oportunidades de ascensão socioeconômica. Sobre todas essas desvantagens, acumulam-se camadas de discriminação” (Osorio, 2021.p.11). Com essa carga transmitida à próxima geração, que reinicia o ciclo de desvantagens cumulativas (Hasenbalg e Silva, ibid).

Os dados do amalgama entre raça e classe são deixados de lado pela grande maioria da literatura nacional na história da sociologia brasileira. Ficando a pulsão do olhar dos intelectuais voltada na explicação social, apenas pela classe. As exceções a isso foram principalmente Oracy Nogueira e Florestan Fernandes, ainda nos anos 50, “afirmando a confluência de barreiras de classe e de cor à mobilidade social e a integração dos negros” (Guimarães, 2002.p.94).

Vemos, com isso, que alguma coisa de estranho ocorre nas classificações sociais, tanto de cientistas quanto do senso comum, onde muitas vezes a ciência reproduz o senso comum, o racismo de raça e de classe. Algumas coisas passam despercebidas pelos olhos, aceitas como naturais, e, é sempre algo que as classes dominantes querem que fique recalcado na sociedade, deixado invisível, imperceptível, oculto. Algo que explica as nossas relações sociais concretas, mas não pode aparecer como concreto, e sim como algo marginal, para não gerar muitas mudanças do privilégio.

O que não querem que seja visto nada mais é do que as contradições da sociedade brasileira. É isso que fica sendo invisibilizado ao longo da história e da luta de raças e de classes em suas muitas formas, com isso, se reproduzindo diante dos nossos olhos de maneira natural.

4.3 UM CASO EXEMPLAR - “TRABALHAR E SOBREVIVER”

A entrevistada é uma mulher negra, com seus cinquenta e três anos, com dois filhos - não mora junto com o pai deles, mas afirma que o namora até hoje: “me [nos] deixaram [mas] até a data de hoje eu ainda tô com ele” . O seu pai e a sua mãe trabalhavam no roçado, como cortadores de cana, no interior do Estado de Pernambuco, em Goiânia. No entanto, se aposentaram e vieram morar em Recife (capital) com os filhos. “*A gente veio pra cá, aí morava de aluguel, aí do aluguel a filha dela (sua irmã) tem uma casa aí, aí botou ela aí. Tamo aí até*

hoje" (Entrevistada 2). A casa a que a mesma se referia é um barraco de madeira, com dois cômodos muito pequenos e mais um banheiro, que fica de frente da maré. *"Oxe, era a família completa. Morava oito, o pessoal foi saindo, foi casando, aí ficou só eu, mãe e pai. Oxe, eram (no começo) doze irmãos, aí o povo foi casando, casando, e a gente ficou só [oito]".*

Nesse contexto, os pais estimulavam o estudo, mesmo sem ter estudado, ou seja, mesmo sem ter o *capital cultural incorporado* (uma dissimulação cultural da classe).

Ele queria que a gente estudasse né, para ser alguma coisa pela vida, para não passar o que eles passaram, trabalhar em roçado (cortando cana) essas coisa (...), a gente (família) saiu do interior, lá eu estudei até a quarta série, lá em Goiânia. Na quarta série vim aqui para o Assis, só que era mais puxado né. A matemática era puxado, o português, era todo o colégio mais puxado, não era feito os colégios daqui. Os colégios daqui a turma não estuda não, brinca".

Com essa influência da família e sem trabalhar desde cedo, já que essa função era exercida pelos irmãos mais velhos, ficou livre para estudar, tinha boas notas e conseguia se dar bem na escola, nunca foi reprovada. A sua infância *"era brincar, ir para a escola, estudar. Tenho o meu estudo, o segundo grau completo. Até hoje não tenho inveja de quem tem seu estudo. Fiz o primeiro, segundo e terceiro ano. Terceiro grau, tudo completo".*

Vemos uma família que, apesar de viver em um meio social mais vulnerável, estimulava os estudos, mesmo sem ter o capital cultural à disposição, fazendo com que a entrevistada pudesse ir para a escola. E ela ainda fez amizade com uma professora que a motivava a estudar e que é a sua madrinha: "*até hoje eu tenho uma madrinha chamada Socorro que foi minha madrinha, professora minha (...), a minha madrinha era professora aí me ensinava a estudar*".

Hoje, a entrevistada trabalha de forma terceirizada como auxiliar de serviços gerais, fazendo a limpeza de um hospital da cidade. Também já trabalhou de doméstica, assim como outros serviços, todos envolvendo "*faxina e limpeza, sempre gostei até hoje*". Essa passagem em certa parte exitosa na escola gerou uma disposição mínima para um emprego formal - algo que não aparece em outros membros da "ralé estrutural", que não dispõem dos pré-requisitos para o mercado formal (a ralé da ralé)-, conferindo à entrevistada uma posição mais elevada em relação ao seu meio social, já que conseguiu um emprego com contrato, ao contrário de uma parte relevante de outras mulheres do seu bairro, muitas das quais até se envolveram com

prostituição desde jovens[44].

Quanto à competência exigida para ingressar na sua ocupação:

E.2.Lá não exige nada demais não, o que exige são pessoas adultas, tem que trabalhar e fazer o serviço bem-feito. Você trabalha por amor, né. Lá não exige nada demais.

I- Não exige nenhuma escolaridade?

E.2.- Não exigiu nada não, quando eu entrei lá fiz só uma provinha (entrevista), acabou, passei e fui chamada. Foi uma entrevista, só para eu escrever uma redação, somente. Lá não tem o que aprender não, é o mesmo que está em sua casa fazendo trabalho (fazendo limpeza e arrumação).

I- Está satisfeita com seu trabalho?

E.2.- Graças a Deus tô.

Vemos no decorrer da entrevista uma conformidade em relação à situação social vivida, sempre falando que gosta e ama o que faz, mesmo em condições materiais de existência precárias, e que a vida é isso, "*trabalhar e sobreviver*" e está feliz por conseguir fazer as duas coisas. A ralé estrutural se estrutura como classe que vive da sua sobrevivência, da realização das necessidades imediatas da existência, sem muitos direitos sociais e lazer. Não se constituem como sujeitos de direitos, do ponto de vista da cidadania, e nem em uma estrutura psíquica de uma subjetividade que constitua um sujeito desejante (como fala a psicanálise) que busca a sua realização no mundo; a sua condição de sujeito é alienada a uma situação de garantir a sua sobrevivência e da sua família. Nesse ínterim, o seu começo da atividade de trabalho:

Oxe, comecei a trabalhar em 10 de 1989. Eu já tava com 17, 18 anos. aí comecei a trabalhar no Jóquei Clube. O jóquei clube não foi carteira assinada, foi clandestino, com corrida de cavalo, ali no jóquei. (...)E em casa de família eu também trabalhei dois anos e seis meses. Trabalhava como doméstica, trabalho doméstico (...). Depois disso eu fui trabalhar lá no Prado (...), foi meu primeiro emprego [contrato] (...), de auxiliar de serviços gerais (limpeza). Depois do Prado aí eu saí. (...) é que eu ganhei uma menina, tive filho né, aí me botaram para a rua. Eu pari Suzana com 26 [anos]. Tive a filha e me botaram para fora, foi na Big Bug Lanchonete no Shopping Center (...). Aí eu fiquei em casa, parada. Aí eu fui para a Feijoada Leopoldo. Aí a feijoada Leopoldo foi e fechou. Aí depois da feijoada Leopoldo foi que eu fiquei aí [na empresa de serviços gerais, onde está atualmente]. Aí eu trabalho faz dezessete anos nessa mesma empresa (...).

[44] "Elas estão se prostituindo, para dar de cumê aos filhos, um leite. As famílias não quer ajudar. É necessidade delas, mas elas fazem porque quer, porque não é obrigatório não. Elas faz porque quer" (Entrevistada 2).

Passando em sua história de vida por uma série de trabalhos "clandestinos", ou seja, sem nenhum contrato, carteira assinada ou direito legal, atravessa uma "trajetória regida pela insegurança, pela instabilidade e mesmo precariedade nos vínculos que chegam a estabelecer com o trabalho" (Telles, 1993.p. 5). Quando finalmente conseguiu assinar a carteira, foi demitida porque engravidou. Não teve os seus direitos sociais garantidos, pois a justiça não chega nos meios populares, a não ser pela via punitivista. Essa incivilidade "é a contrapartida de um capitalismo que construiu um padrão histórico de acumulação sustentado numa força de trabalho barata, abundante e facilmente substituível" (Ibid.p.6).

Quando saiu do emprego, a entrevistada vivia de "Bolsa Escola", um programa de transferência de renda do Governo Federal, posteriormente chamado de Bolsa Família, onde recebia R$102,00. Isto até ingressar no emprego atual e não poder continuar como beneficiária da política pública, porque passou a receber um dinheiro por "*sub-salubridade [insalubridade], porque trabalhava numa parte infectada[hospital], aí tudo que acontecer ali você tem esse direito de receber* ".

De acordo com a entrevistada, atualmente ela estava vivendo um "problema" que a estava fazendo sofrer muito; ela estava bastante incomodada com o que estava acontecendo no seu trabalho, porque eles estavam pagando o salário quinzenalmente – antes era mensal-, sendo que essa mudança ocorreu sem nenhum acordo prévio. Um dos motivos que a motivou a conceder a entrevista foi achando que essa serviria de denúncia.

Esses problemas que estão acontecendo com os trabalhos da gente tá muito complicado, primeiro a gente recebe o dinheiro da gente, era tudo direitinho, ai no quinto dia útil não estão pagando como tem que pagar, se cair de sábado, eles vão pagar do dia três em diante, não tem nada a ver esse dia com o que foi programado, e esse dinheiro da gente tá uma coisa séria, agora estão pagando o dinheiro da gente em duas vezes [ela já começa a entrevista se apresentando assim, quase sem respirar, falando de uma situação incômoda que estava acontecendo no seu trabalho]. Estão pagando $300 num dia, quando for no dia quinze em diante, ou dezoito que eles pagam o resto, e a gente não trabalha quinze dias por mês, a gente trabalha para ganhar o mês completo, não é em pedaço, em duas vezes não. Você pega no dinheiro e não sabe nem o que tá fazendo.

O mal-estar e a inquietação que surgem a nível individual são, na verdade, um sofrimento coletivo, um mal-estar de classes construídas.

Nessa posição de classe construída, a sua jornada é de *"12 por 36[horas]. É corrid,o né. Tem uma hora de almoço, descansa e depois volta"*, ganhando um total de "*R$832, dá para*

sobreviver. Eu moro com minha filha e minha neta, mas só sustento a mim mesmo. Porque minha filha trabalha e o dinheiro é dela com a filha dela".

Ainda afirma que "pretendia mudar para uma coisa melhor, mas não tenho oportunidade. Eles não aceitam mais não, com a minha idade não aceitam mais não". Ela vive no domínio dóxico do sendo comum, tudo está ótimo, normal, onde só garantir a sobrevivência já está tudo bem, ainda mais na idade que ela se encontra.

> adversidades impostas pelos salários baixos, empregos instáveis e pelo desemprego periódico imperativos da sobrevivência trabalhadores que transitam o tempo todo entre empresas diferentes, que permanecem muito pouco tempo nos empregos que conseguem, que têm, por isso mesmo, poucas chances de se fixar em profissões ou ocupações definidas e que estão sempre, real ou virtualmente, tangenciando o mercado informal através do trabalho irregular e precário como alternativa de sobrevivência nas circunstâncias de desemprego prolongado (Telles, 1993p.6)

No tempo livre, "*vou lavar prato, lavar roupa, cuidar da minha casa, ajeitar tudo*". E na sua administração da casa "a*dministro assim, comprando pão, pagando água, luz, fazendo feira, gás, essas coisas. E assim, no sábado é claro, que eu também sou filha de Deus, tem que tomar uma loirinha [cerveja][risos]*". A agente pesquisada não planeja a vida ou a casa, mas vai "*levando a vida assim, de pouquinho. Compro tudo de três [Kg]: três de feijão, três de farinha, três de arroz. Tudo na vaidade. Eu gosto de comprar tudo de muito para não faltar. [risos] (...) Eu gosto de comprar visse, não planejo não, vou comprando*". Uma das características dessa classe social é justamente a "ausência da disposição de calcular o futuro" (Souza 2009;2010).

O seu único lazer é beber uma cerveja com as amigas, para aliviar o sofrimento: "Quando eu tô triste ? Eu tomo a minha cervejinha [risos]". Vivendo uma vida privada de lazer e de cultura, mesmo assim ainda afirma que no Brasil não se tem uma causa da desigualdade social entre ricos e pobres: "*para mim não tem nenhuma, é tudo igual (...). O rico quer ser mais que o pobre né, e se o pobre falar alguma besteira o rico vai lá tirar uma satisfação, aí é com violência. Aí é melhor o pobre ficar calado, que o dinheiro dele (do rico) fala mais alto*".

Em algum nível, há o reconhecimento da estrutural do papel do dinheiro, que "fala mais alto", autoriza a violência e condena o pobre ao silêncio. Vemos que "a pobreza é percebida como o efeito indesejado de uma história sem autores e responsabilidades" (Telles, 1993.p.2). Quanto mais rigorosas as condições de existência, mais rigoroso o princípio da realidade (Freud) que fixa os dominados a um instinto de conservação socialmente constituído, que leva os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, aceitando como natural o inevitável social.

> Implica uma aceitação tácita da posição, um sentido de limite ("isso não é para nós"), ou o que é a mesma coisa, um sentido de distância, a marcar, a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar – e isto, sem dúvida, de modo um tanto mais firme quanto mais rigorosas as condições de existência e quanto mais rigorosa a imposição de um princípio da realidade (daí o profundo realismo que caracteriza frequentemente a visão de mundo dos dominados) (Bourdieu, 1989.p.141)

Vemos essa aceitação tácita da posição de classe do povo brasileiro (uma espécie de servidão voluntária oriunda de determinismos socializadores), um padrão que se repete na grande maioria das entrevistas com os indivíduos das classes sociais populares, onde quanto mais pobre é a pessoa (ou seja, mais baixa a sua posição da sua classe social, ou mais precário o seu *habitus de classe*), maior é a aceitação sobre a vida miserável e maior o conservadorismo político na sua percepção. Está tudo correto, e é só tomar a sua cervejinha no final do dia para esquecer os problemas (*ortodoxia*). Vemos que existe algo "mais chegado a um inconsciente de classe, do que consciência de classe no sentido Marxista" (Bourdieu, 1989.p.140-141)

Quando a ordem das coisas se ancora ao mesmo tempo na estrutura social e em nosso aparelho psíquico (cumplicidade ontológica entre as estruturas objetivas da sociedade e as estruturas subjetivas da mente), acaba se estabelecendo toda a estruturação dóxica de dominação e desigualdade que está presente nas relações sociais constituídas historicamente no senso comum. E daí vem a aceitação e resignação dos mais pobres em uma ordem social tão desigual, uma aceitação da pobreza e das condições materiais de existência privada como algo natural, uma "doxa passiva, domínio em que o real é tomado como dado e evidente em sua existência, não sendo questionado reflexivamente a respeito dos atos intencionais da consciência que o constituem (...), o mundo está sempre lá, passiva e imediatamente dado à consciência" (Vandenberghe, 2010.p. 284).

O único problema social apontado foi aquele que envolve o intermédio das instituições sociais, o dinheiro como comunicação das mercadorias, como fala Marx. De acordo com a entrevistada, "*para mim não tem nenhum [problema], apenas dinheiro [falta]! O dinheiro ta uma coisa séria"*. Nessa classe social, tem-se a perda do sentido subjetivo, o desejo não emerge no psiquismo do sujeito, os sonhos não mais motivam na busca de algo melhor (da potência ao ato): "*o que eu gostava [gostaria] de fazer era técnica de enfermagem, queria fazer mas não tive essa oportunidade não. Fiz as provas e tudo, mas não concluí não. Mas eu tô satisfeita*". Somada a isso a desigualdade de oportunidade, o baixo volume de capital social, o que resta é a aceitação da vida como está, ou seja, "*trabalhar e sobreviver*".

5 A ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA

No Brasil o tema das classes sociais tem agitado tanto dentro, quanto fora dos muros da universidade, a partir da emergência de grupos de indivíduos que saíram do "pior ponto de partida da história" (Souza, 2010), da destituição das maiorias para ocupar "posições intermediárias" na sociedade (Quadros, 2010).

Com isso, aparecem discursos sobre uma nova classe trabalhadora (Souza, 2010), uma nova classe média, a classe C (Neri, 2010), trabalhadores precários da reestruturação produtiva do capital (Antunes e Braga, 2009), uma nova baixa classe média emergente (Quadros, 2010), dentre outros. Isso, na verdade são *lutas de classificação* (Bourdieu, 2020) da reestruturação da estrutura das classes sociais no capitalismo produtivo e periférico do Brasil. Falar que uma classe é C, mediana ou trabalhadora evoca aspectos (materiais e simbólicos) muito distantes um do outro, evocam realidades sociais das classes muito diferentes. De todo modo, com toda essa confusão de nomenclaturas, ou melhor, de lutas de classificação, desde a resistência política e intelectual em oposição à ditadura militar - que tem retomado efervescência com a polarização política das últimas eleições -, esse tema das classes sociais – e de suas reconfigurações - nunca foi tão discutido nas ciências sociais e no debate público.

Outrora houve um hiato desse assunto no campo das ciências sociais, onde parecia que a temática das classes sociais era um assunto superado no capitalismo contemporâneo, que as desigualdades sociais haviam se integrado à sociedade, na padronização de uma grande classe média ("medianização da sociedade"), ou ainda que, ao invés de se estudar o conflito entre as classes, se tornara mais urgente estudar o consumo. Também vemos a imposição de uma mudança de nomenclatura de classes por grupos sociais, ou de "luta de classes" por "antagonismos", dentre outras disputas classificatórias. Com isso, as questões que envolvem a estruturação e o funcionamento da dominação (Weber, 1999), a relação entre dominantes e dominados, exploradores e explorados (Marx e Engels, [1848],2010)[45], ou as elites e o povo (Fernandes, [1965] 2008) são deixadas de lado em favor de estudos de estratificação social, da

[45] Apesar das diferenças metodológicas de ambos os autores, Marx e Weber partem do pressuposto das classes enquanto categorias historicamente determinadas, com propriedades (ou falta de propriedades) e designando mecanismos causais. No entanto, enquanto a perspectiva marxista é classificada como dicotômica e centrada nas relações de classe, em sua dialética; o modelo weberiano é visto como pluralista e multidimensional.

quantificação objetiva do deslocamento na estrutura social[46], sem tematizar o conflito ou o antagonismo social, econômico e histórico (ou até mesmo simbólico, como faz Bourdieu).

A mobilidade social, frequentemente utilizada para estudar esse deslocamento, é um importante campo de estudo, mas não substitui o estudo das classes sociais como realidades conflituais e agonísticas. Até porque o traço mais marcante da estrutura social é a reprodução das classes e da desigualdade social oriunda disso (Souza, 2013). Todos os estudos contemporâneos da chamada "mobilidade social", em suas vertentes neomarxista (como em Erik Olin Wright) ou neoweberianas (como John Goldthorpe), chegam, utilizando métodos distintos de estratificação, a conclusões sociais semelhantes: o *fechamento social,* ou seja, a permanência das desigualdades (com chances extremamente desiguais associadas à posição de classe), a restrição de acessos a recursos, dentre outros fatores estruturais que são mais fortes estruturalmente do que a mudança social (Bertoncelo, 2009). Ou seja, se aproximam de um tema muito discutido por Pierre Bourdieu: a reprodução social.

Na História do Brasil, as permanências foram enormes, muito maiores do que as mudanças sociais sistêmicas: "a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo" (Oliveira, 2003.p.39-40). A extrema concentração na cúpula da estrutura social, e a divisão da sociedade entre ricos e pobres, é estruturalmente e historicamente mais forte do que uma padronização socioeconômica das classes médias. O antagonismo estrutural e histórico é o aspecto mais marcante da sociedade brasileira; o seu traço estrutural é a desigualdade social.

Enquanto houver uma desigualdade social abissal, vamos estar dentro de uma luta de classes, por mais que metamorfoseadas e interseccionalizadas a outras formas de desigualdades e lutas sociais: raça, gênero, grupos, etnias e identidades. Cada um tem a sua autonomia relativa

[46] A estratificação social "tem uma dupla função de reduzir as oposições mais agudas entre as classes e de reforçar a própria estratificação. A estratificação desempenha, pois, um papel eminentemente conservador na sociedade, ao passo que as oposições e os conflitos de classes se constituem um fenômeno de ordem dinâmica, por excelência(...). não consideramos a estratificação social como um fenômeno que divide a sociedade, mas, isto sim, como um fenômeno social cuja função é integrar a sociedade e de consolidar uma estrutura socioeconômica determinada. Essa estrutura está certamente dividida, mas não pela estratificação, e sim pelas oposições de classe. Do ponto de vista dos interesses dos agrupamentos sociais, toda estratificação serve aos interesses de seu estrato superior (...), o fenômeno da estratificação pode ser considerado na aparência de uma estrutura social, cuja essência realmente é a estrutura de classes" (Stavenhagem, 1979.P.168-169).

de resistência e estratégia de ação, mas, todos são expressões da luta entre dominantes e dominados, opressores e oprimidos no capitalismo.

As lutas de classes representam as principais contradições da sociedade em um dado momento histórico, e, não apenas a luta dentro da fábrica entre burgueses e proletários (essa foi a que Marx estudou, mas não podemos generalizá-la, o real é relacional, e, a luta vai depender de cada contexto empírico pesquisado) . Ela pode podem se reconfigurar em outros contextos. No Brasil, por exemplo, elas assumem a forma de lutas de raças e de classes, podem adentrar a extrema violência passada pela população LGBTQIA+, podem se duplicar ou triplicar quando atreladas à raça e ao gênero. De todo modo, trata-se de marcas da opressão de grupos dominantes no sistema social vigente, posições diferenciais que os grupos ou classes ocupam na estrutura socioeconômica, permitindo que alguns grupos reproduzam o seu privilégio - poder econômico, acumulação cultural e domínio político – enquanto outros são oprimidos, perseguidos e mortos.

Negar a classe em detrimento da identidade é despolitizar a economia -ambas se articulam-, é ocultar o antagonismo que corresponde o centro traumático do real no capitalismo, o conflito entre opressor e oprimido em um sistema econômico de mercado. Ou seja, ocultar a dimensão da luta de classes da sociedade é invisibilizar os seus conflitos, ou seja, um modo de aceitar o capitalismo neoliberal como uma *nomos sociossimbólica*, um realismo capitalista como um ponto intransponível aceito enquanto realidade social concreta, quase como se fosse uma natureza e não uma construção social, ao invés de pensarmos em estratégias de luta para a construção de uma sociedade mais justa.

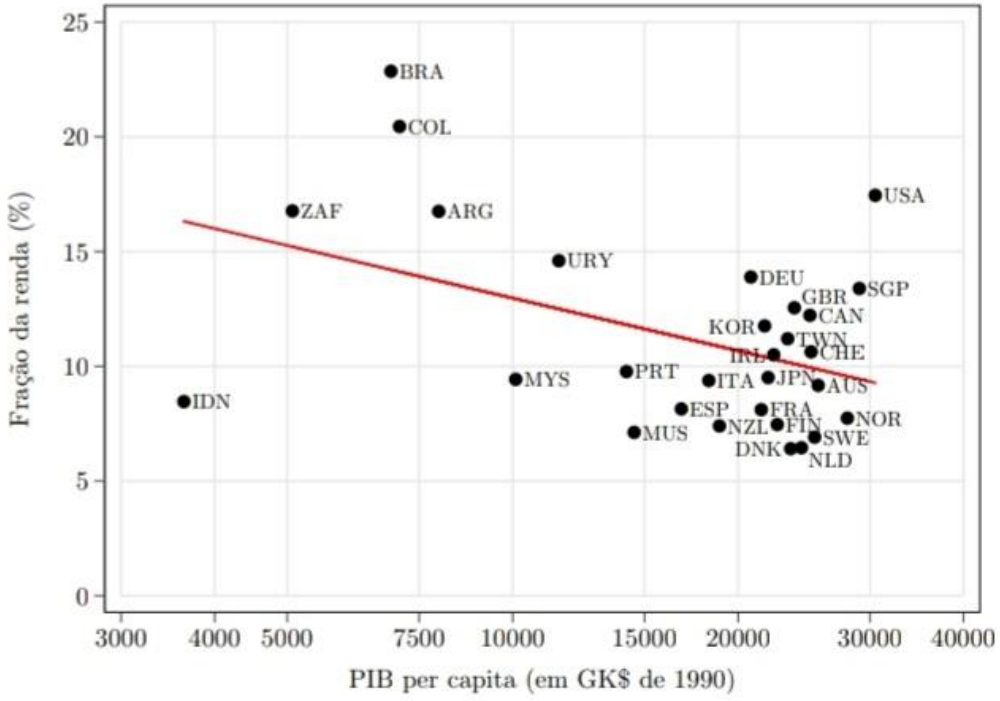
No Brasil, as lutas de classe se somam às lutas de raça (Fernandes, [1988], 2017), assim como de gênero. As posições de indivíduos no interior da sociedade são muito desiguais; a cidadania e os direitos humanos não estão consolidados. Há uma violência física e simbólica, um padrão social e histórico arraigado no âmago do tecido social, que funciona como uma *nomia* e não como uma *anomia*. A desigualdade social é a própria norma do nosso país e, dessa forma, um abismo tão grande – aceito como natural (*doxa*)-, que dificulta a passagem da redistribuição econômica para o reconhecimento moral de Honneth (2007), pois, infelizmente, o primeiro não foi superado na passagem para o segundo, pelo contrário, ambos são forças centrípetas da história nacional, que nos prendem ao passado (*inércia social*), ao invés de darmos o salto para o futuro, com a formação de uma sociedade aberta e democrática. Enquanto isso não ocorrer, a democracia continuará sendo “a parte, da não parte” (Zizek, 2008.p. 50), e os que não tem lugar dentro do edifício social (da cidadania, dos direitos sociais e humanos, do tratamento justo, do bem-estar-social, do consumo, do gozo, da universalidade) são justamente

a maior parte da sociedade, os oprimidos do sistema não a exceção, mas a própria regra. Como tal estado de coisas se perpetua? “Nada é mais surpreendente, para aqueles que consideram as questões humanas (...), do que a facilidade com que os muitos são governados pelos poucos; e observar a submissão implícita pela qual os homens abdicam de seus próprios sentimentos e paixões” (Hume, 2004, p.129).

Historicamente, a maioria da sociedade brasileira são os sem *universalidade*, sem direitos básicos, são os que podem morrer – o *homo sacer* de Agamben (2002) – , são a presença (social) na ausência (de cidadania), são a “ralé” (Souza, 2009). Não estamos na Europa, para afirmar que o Brasil é um “país de classe média” (Neri, 2010), onde a maioria conquistou os direitos básicos e o bem-estar socioeconômico. Isso não se aplica de fato, é negar o real, e só contribuiu com a sua fetichização, ocultando o seu núcleo traumático.

Estamos distantes de ser um país de classe média, infelizmente, a grande parcela da população ainda vive na pobreza material e existencial, lutando para sobreviver, na angústia, na neurose, na esquizofrenia de não ter direitos e nem reconhecimento, no sofrimento social e psíquico. Somos um país de capitalismo periférico extremamente desigual, um dos quatro países mais desiguais do mundo, junto com África do Sul, Argentina e Colômbia, com a maior concentração de riqueza apropriada pelas classes dominantes, no topo da estrutura social, como mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO 4 - Relação entre a fração recebida pelo 1% mais rico e renda *per capita* em 29 países, 2010



Fonte: Souza, 2016

A concentração de riqueza apropriada pelas classes dominantes é o traço marcante da desigualdade histórica do país. O Brasil é primeiro país no ranking de concentração de renda na mão das frações dominantes, que não renunciaram ao seu privilégio estamental na passagem para a modernidade (Fernandes, [1975], 2006). Por aqui, o 1% mais rico recebe em torno de 23% da renda total. Nos países mais desiguais, esse percentual fica próximo a 20%, como nos Estados Unidos e na Colômbia. Já nos países mais igualitários, ele não ultrapassa os 10%, como na França e no Japão (Souza, 2016.p.249). A sociedade brasileira tem um padrão tão atrofiado de concentração da riqueza nas mãos da elite, sem distribuição do capital econômico, onde os 10% mais ricos se apropriam de quase 48% da renda e, os 20% mais ricos de quase 68% (Santos, 2002).

Dado que o Brasil é o país que tem a maior concentração de riqueza no topo da estrutura de classes. Dito isso, como é possível que se considere explícita ou implicitamente que a temática de classes sociais não é central no país? Como não seria a desigualdade social um tema elementar? Como assim "estamos em um país de classe média"? Não basta sair à rua para ver a desigualdade de classes e de raça? Em contraste com os 23% da renda nacional, em quase todos os países, ricos ou não, o centésimo no topo da distribuição leva entre 5% e 15% da renda. Em 15 países (52%) a concentração no topo está abaixo de 10% (Souza, 2016.p.252). Ignorar os aspectos socioeconômicos e simbólicos das classes sociais no Brasil é um profundo desconhecimento da sociedade brasileira, um recalque coletivo, uma ocultação do conflito na percepção. Ou, ainda pior, pode ser uma participação consciente ou inconsciente em um projeto conservador da sociedade, de não modificação da realidade social histórica brasileira.

O que esconde diante de nossa percepção os absurdos sistêmicos, as desigualdades estruturais elementares que não podem ser vistas em nossa classificação, fazendo com que a realidade sociohistórica permaneça sem grandes avanços e transformações. Por isso, precisamos realizar um esforço, no sentido "fazer ver" a força de inércia que faz com que essas desigualdades estruturais se reproduzam ao longo da História. Para isso, é necessário fazer um uma reconstrução sociohistórica, para atingir fundo da realidade social/nacional construída.

5.1 A RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA OU À FORÇA DE INÉRCIA

O Brasil é um país de desigualdades abissais, que se reproduzem ao longo do tempo, sem alterações estruturais substantivas da realidade social e histórica. A estrutura social do país, desde a consolidação do centro dinâmico urbano e industrial da década de 30, é marcada por

três classes sociais: a ampla maioria da população, a classe média não proprietária e os extremamente ricos. Essa divisão estrutural de classes se manteve praticamente inalterada ao longo do processo histórico, como um "círculo vicioso da pobreza", como fala Francisco de Oliveira (2003.p.21), passando por recomposições sistêmicas que até produziram deslocamentos na estrutura social, no entanto, mais como uma necessidade da estrutura produtiva do que como uma mudança social com redução da desigualdade entre as classes. Ou seja, ocorrem mudanças relativas, mas que não alteram a estrutura de classe e de desigualdade social do país, já que a concentração de renda permanece no topo e a miséria na base. Os deslocamentos que ocorrem são o que Bourdieu (2008.p.122) chama de "efeitos de translação": mobilidades que não alteram a estrutura de desigualdade social e nem a reprodução das classes sociais. Nessas, a desigualdade é "lateralizada". Ou seja, o espaço social continua fechado na manutenção da distância e do privilégio entre as classes. Com isso, uma reprodução social ocorre de modo subjacente à aparência de um fenômeno de mobilidade. Ocorrem transformações morfológicas da sociedade, melhoras das condições de vida, mas que reproduzem e mantêm as classes no mesmo espaço social ao longo da História nacional (o que Florestan Fernandes chamava de "força de inércia").

É preciso reconstruir a particularidade histórica da estrutura das classes sociais no Brasil para entender isso. O país tem um retardo temporal da industrialização, próprio aum capitalismo periférico e dependente, a uma modernidade tardia, onde apenas em 1930 se impôs a urgência da produção manufatureira, copiando a estrutura econômica das nações ricas a partir de uma "estrutura híbrida", como fala Celso Furtado ([1961] 2000). Em tal estrutura, uma parte se comporta como uma economia capitalista, ao passo que a outra atua nos moldes da estrutura social preexistente, formando, com isso, uma "economia dualista", extremamente diferente do que ocorre nos países centrais. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro se dá por meio de uma "dupla polarização" entre empresas estatais nativas e grandes empresas multinacionais (Fernandes, 2006), o que marcou um traço estrutural da burguesia nacional: um desenvolvimento desigual interno articulado à dominação imperialista externa.

Desse modo, o avanço da industrialização brasileira não veio acompanhado de uma democracia, como nos países centrais, que diminuíram as desigualdades e o espaço relativo entre as classes, elevaram os salários e fizeram reformas civilizatórias como fator dinâmico da sociedade moderna. Pelo contrário, o capitalismo industrial no Brasil se consolidou excluindo a maior parte da população numa dupla articulação entre a burguesia nacional e o capital internacional, formando "deserdados do sistema" (Oliveira, 2003) ou uma "ralé nacional"

(Fernandes[1965] 2008), em contraste com uma burguesia nacional que, para se desenvolver a qualquer custo, *exclui o povo como elemento central* para o seu dinamismo econômico.

Nessa dupla articulação entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro, dá-se a tentativa de um desenvolvimento econômico da forma *mais rápida possível*, dentro da fragilidade de uma demanda interna constrangida pela ausência de reformas civilizatórias (agrária, tributária e social) e pela dramática concentração de renda. Foi uma realizada uma:

> expansão econômica a qualquer custo, e isso para fazer frente ao crescimento das taxas, de modo que seria fundamental nesse processo a participação do Estado, como um sócio estratégico no processo histórico de acumulação de capital. Sem isso, a industrialização no Brasil dificilmente teria avançado, tal como se verificou entre as décadas de 1930 e 1970 (Pochmann, 2015.p.50).

Com isso, o Estado aprofunda ainda mais as desigualdades sociais do passado. A estrutura de classe no país sofre pequenas alterações ao longo do processo histórico, mas sem mudanças na estrutura da desigualdade social e nem redução do espaço social e simbólico entre as classes. Pelo contrário, a desigualdade social permanece aparecendo como uma constante na história da sociedade.

Até nos momentos históricos de altos índices de mobilidade social, essa serviu mais aos interesses econômicos da alta burguesia do que do povo brasileiro.

> o esforço de acumulação é a do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que fornecerá os excedentes internos para a acumulação. A intensa mobilidade social do período obscurece a significação desse fato, pois comumente tem sido identificada com melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, que, ao fazerem-se urbanas comparativamente à sua extração rural, estariam melhorando. Não há dúvida que o resultado dessa comparação é correto, mas ela não diz nada no que respeita às relações salário real custo de reprodução urbano da força de trabalho, que é a comparação pertinente para a compreensão do processo, tampouco às relações salário real-produtividade, parâmetro este que no período começa a crescer, em termos reais: o diferencial entre salário real e produtividade constitui parte do financiamento da acumulação (Oliveira, 2003.p.52)

A mobilidade social veio acompanhada do aumento da exploração, já que o poder aquisitivo do salário é reduzido pela metade (entre 1922-1957), mostrando algumas alternâncias entre recuperação e declínio (entre 1952-1957, na fase do segundo Governo Vargas, que se prolonga até o primeiro ano do Governo Kubitschek). No entanto, o salário mínimo se deteriora (em 1958, com apenas um ano de reação em 1961, no início do Governo Goulart), e essa tendência se agrava após 1964, com a ditadura militar, onde "não houve nenhuma redistribuição para baixo"(Oliveira, 2003.p.66), para a massa de explorados.

A característica geral desse período é o aumento da taxa de exploração do trabalho. É fato que, em 1980, "o Brasil passou a figurar como a oitava maior economia do mundo, mas a

taxa de pobreza absoluta atingiu 48,5% da população e a parcela salarial representava apenas 50% da renda nacional" (Pochmann, 2015.p.13). O país passa por taxas de crescimento expressivas, ao mesmo tempo que se mantém como uma das sociedades mais desiguais do mundo. Ou seja, o crescimento veio acompanhado da exploração sistemática das classes pobres. E essas ainda têm que escutar falácias ideológicas, como a da *teoria do bolo* (esperar o bolo crescer, para depois repartir): "nos 25 anos decorridos o *bolo*, isto é, o produto bruto, cresceu sempre, interrompido apenas pela recessão 1962-1966, enquanto a fatia dos trabalhadores decrescia (Oliveira, 2003, p.54).

O PIB cresce e a fatia dos trabalhadores decresce. As mudanças/desenvolvimentos/mobilidades que ocorreram serviram apenas para favorecer quem já estava no topo da estrutura de classe, as elites nacionais. O século XX foi marcado por crescimento econômico, no entanto, com brutal concentração de renda entre as classes do alto, ficando o Brasil entre os três países do mundo com maior desigualdade de renda e com altos índices de vulnerabilidade social. O desenvolvimento nacional não veio acompanhado de distribuição da riqueza ou redução das desigualdades históricas; o *espaço social* se fechou.

Mesmo nos períodos de grande desenvolvimento nacional, como no período Kubitschek, houve um aumento da taxa de exploração da força de trabalho, o que só se agrava ainda mais depois do golpe militar de 1964.

> A crise que se gesta, pois, a partir do período Kubitschek, que se acelera nos anos 1961/1963 e que culmina em 1964**,** não é totalmente uma crise clássica de realização; ela tem mais de uma conotação. Para alguns ramos industriais dependentes da demanda das classes de renda mais baixa, há uma crise de realização, motivada mesmo pela deterioração dos salários reais das classes trabalhadoras urbanas, já assinalada: é o caso dos ramos têxteis, de vestuário, de calçados, de alimentação, que desde então acusam fraco crescimento, atribuído na maioria das análises convencionais ao caráter pouco dinâmico, "tradicional", de tais ramos, cujos produtos teriam baixas elasticidades-renda de demanda. De passagem, deve ser dito que esse tipo de análise confunde a "nuvem com Juno", pois na verdade o fraco crescimento de tais ramos deriva do caráter concentracionista do processo da expansão capitalista no Brasil e não do "caráter" dos ramos referidos (Oliveira, 2003.p.58)

A fração do centésimo mais rico, que chegara a ficar entre 17 e 19% às vésperas do golpe, aumentou continuamente até 1971, quando atingiu 26%, maior percentual desde os anos 1940 (Souza, 2016). O fechamento do regime político brasileiro serviu para uma dominação autocrática burguesa, onde, com isso, o desenvolvimento nacional veio acompanhado da progressão das contradições sociais, com extrema concentração da riqueza no topo da estrutura de classe e solapamento das condições materiais na base.

> a extrema concentração na cúpula, numa forma em que a proporção da renda apropriada pelo 1 % superior da escala populacional - 11,72% da renda - é superior, ainda que por pequena margem, à proporção de renda apropriada por 40% da população; prosseguindo um pouco, encontrar-se-á que os 5% superiores da escala populacional apropriavam uma parcela da renda ainda maior que a parcela apropriada por 60% da população: 27,35% contra 25,18%. Em termos monetários, a renda média dos 5% superiores da população correspondia a mais de 15 vezes a renda média de 50% da população (Oliveira, 2003.p.64).

A concentração de renda e status ficou no topo, e a pobreza na base da estrutura social. Não houve nenhuma redistribuição para baixo. Para as posições de classe da base da estrutura social, a única coisa que foi transferida foi o ônus do combate à inflação e a repressão da polícia militar. Nesse âmbito, o desenvolvimento nacional se consubstanciou em uma "dupla articulação", como fala Florestan Fernandes (2006): uma economia capitalista duplamente articulada. Internamente, do setor arcaico ao setor moderno (urbano comercial). E, externamente, uma articulação da economia agrária exportadora com as economias centrais. Essa dependência financeira externa cria também uma dívida financeira espantosa, como a única política capaz de enxugar a liquidez interna produzida pelo ingresso de capitais especulativos. Mas é também um adiantamento sobre a produção futura, de modo que, somando as dívidas interna e externa, chega-se à conclusão de que, para produzir um PIB anual, "é preciso endividar-se na mesma proporção. Essa é a reiteração da financeirização da economia (...), trata-se de transformar todo o tempo de trabalho em trabalho não-pago; parece coisa de feitiçaria, e é o fetiche em sua máxima expressão (Oliveira, 2003p.88)":

> Aqui, fundem-se mais-valia absoluta e relativa: na forma absoluta, o trabalho informal não produz mais do que uma reposição constante, por produto, do que seria o salário; e o capital usa o trabalhador somente quando necessita dele; na forma relativa, é o avanço da produtividade do trabalho nos setores hard da acumulação molecular digital que permite a utilização do trabalho informal. A contradição: a jornada da mais valia relativa deveria ser de diminuição do trabalho não-pago, mas é o seu contrário, pela combinação das duas formas. Então, graças à produtividade do trabalho, desaparecem os tempos de não-trabalho: todo o tempo de trabalho é tempo de produção. (Ibid.p.88).

As classes pobres e trabalhadoras ficaram exploradas ao extremo, bem-estar-social somente para as elites e para a classe média - que se acha rica, devido à distância material e cultural que tem em relação à maioria da população pobre do país. E o despotismo político subsequente da ditadura militar aprofundou ainda mais essa relação conflituosa. Ele promoveu um desenvolvimento econômico sem inclusão social, sem cidadania, sem avanço econômico das classes, sem promoção do princípio da dignidade humana e nem abertura da sociedade. Ou

seja, sem avanços civilizatórios democráticos da modernidade. Ao contrário disso, o que veio foi uma repressão ditatorial.

Para um país de baixa renda *per capita*, como o Brasil, "a difusão do padrão de produção e de consumo oriundo de nações ricas somente se daria mais rapidamente pelo caminho da opressiva concentração de renda, com a exclusão, por consequência, de enorme parcela da classe trabalhadora" (Pochmann, 2015.p.55-56). Houve uma "tripla pressão", como escreve Florestan Fernandes, que já vinha se acumulando desde a década de 1930: 1- a pressão externa do capitalismo monopolista mundial, das nações capitalistas hegemônicas e das multinacionais, que exigiam condições de "desenvolvimento com segurança" (garantias econômicas, sociais e políticas para o crescimento do capital internacional; 2- a pressão interna que vinha das classes populares, lutando por direitos e garantias sociais (o que levou posteriormente às campanhas de reforma de base, ou seja, as lutas por uma "revolução dentro da ordem" – ampliação da democracia no horizonte de uma "sociedade capitalista, mas que ainda assim colocaram os círculos conservadores influentes em pânico" (Fernandes, 2006, p. 254); 3- as pressões internas da burguesia nacional, os representantes empresariais, que temiam pela intervenção direta do Estado na economia e, com isso, a perda do poder de influência sobre os rumos da política e das políticas econômicas.

> Para reagir a essas *três pressões*, que afetavam de maneiras muito diversas as bases materiais e a eficácia política do poder burguês, os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contra-revolução auto-defensiva, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente. O processo culminou na conquista de uma nova posição de força e de barganha, que garantiu, de um golpe, a continuidade do status quo ante e condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava (Fernandes, 2006, p. 255).

Ou seja, a solução para essa crise das "três pressões", a crise do poder burguês, foi, de acordo com Portela Jr (2021.p.308), " a exacerbação do caráter autocrático do Estado brasileiro numa forma de governo ditatorial – voltado para a aceleração de um desenvolvimento capitalista com caracteres dependentes e subdesenvolvidos". Desse modo:

> Ao mudar sua forma de associação com o poder político estatal, a burguesia também mudou sua capacidade de relacionamento com o capital financeiro internacional e com a intervenção do Estado na vida econômica, ganhando maior controle da situação interna e maior flexibilidade na fixação de uma política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento capitalista. Ela garantia, assim, as condições para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (Ibid.p.308).

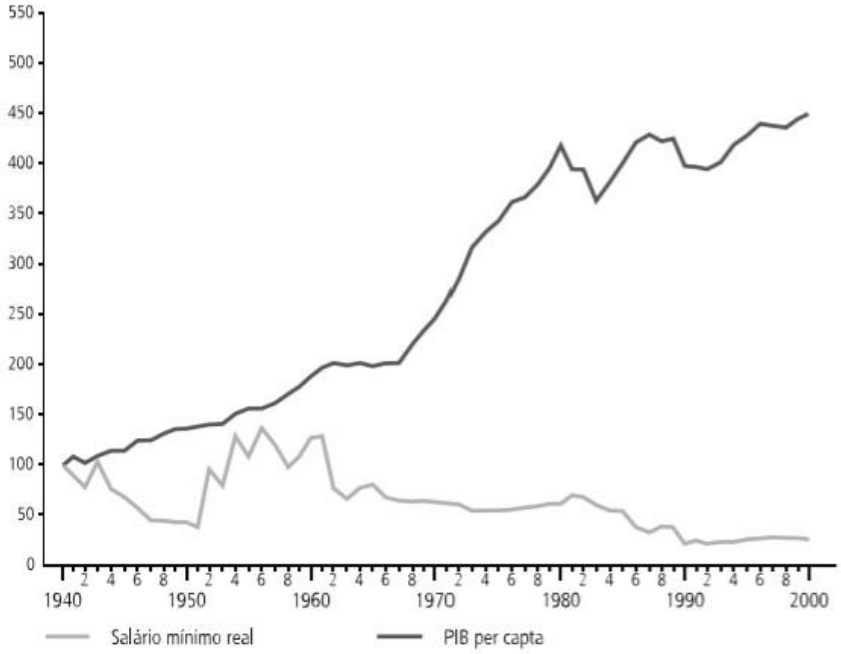
Com isso, o povo ficou excluído da democracia, da cidadania e do consumo, mesmo com a modernização da sociedade, estruturando-se um hiato radical entre o desenvolvimento político e o desenvolvimento econômico, formando um "capitalismo selvagem" (Fernandes, 2006, p. 341) e "perverso". Nesse, para as classes médias e principalmente para as altas: políticas públicas, consumo e bem-estar; enquanto, para as classes pobres, a espoliação desenfreada da mais-valia. O "Estado se torna uma arma de opressão e de repressão, que serviu a interesses particularistas (internos e externos, simultaneamente), segundo uma estratégia de preservação e ampliação dos privilégios econômicos, socioculturais e políticos das camadas burguesas" (Portela Jr, 2021.p.310). Emprega-se a violência institucionalizada na repressão da massa para a defesa de interesses materiais de grupos particularistas. O empenho se volta para a preservação do status quo do topo da estrutura de classe social, numa dominação burguesa sobre a ampla maioria da população.

Como vemos, ao longo da História do Brasil, não houve uma correlação entre avanço capitalista moderno e ampliação de direitos sociais As classes dominantes fecham o espaço (*circuito fechado*). O avanço das forças produtivas fica concentrado no poder privado de poucos clãs de famílias que já dominavam o país desde o antigo regime agrarismo exportador. E os mais pobres são excluídos da sociedade; o povo brasileiro foi empurrado para a ralé, para a base da pirâmide de classe social, para a marginalidade, vivendo em condições de subcidadania e miséria. A expansão do capitalismo nacional se consubstancia "introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo" (Oliveira, 2003.p.39-40). Em compensação, "em cinquenta anos (1930-1980) a produção nacional foi multiplicada por 18,2 vezes (6% ao ano), o que possibilitou uma nova estrutura econômica nacional (de base industrial)" (Pochmann, 2015.p.51). O volume de capital econômico é alto, porém concentrado nas mãos de poucos.

Ocorre um desenvolvimento econômico sem bem-estar social para a ampla maioria da sociedade e, para piorar, uma carga tributária se apoiando no rendimento dos mais pobres e um abandono dos serviços do Estado pela classe média. Ao invés do bem-estar social democrático, tem-se o corporativismo e a manutenção dos privilégios das elites econômicas, em uma sociedade de baixa escolaridade. Não há nem espaço para a competição capitalista, e sim um "assenhoreamento do poder" por um grupo de privilegiados (Fernandes, 2006).

A contradição social subjacente à história-econômica brasileira, especialmente a partir do período iniciado com o golpe militar, é que o PIB – Produto Interno Bruto - aumenta, enquanto o poder de compra do salário mínimo se reduz, como podemos ver na tabela a seguir:

Gráfico 5 – Brasil: evolução real do salário-mínimo e da renda *per capita* nacional



Fonte: (Pochmann, 2010)

No Brasil, há o favorecimento político de setores historicamente já favorecidos, que enriquecem ainda mais, enquanto o rendimento dos mais pobres, do povo brasileiro, fica apenas para alimentação e habitação (2/3 da renda). Houve uma *política social de transferência de renda da base da estrutura de classe social para o alto*, ou seja, uma política pública para favorecer os mais ricos, às custas da exploração perversa dos mais pobres; essa é a História do Brasil.

Como fala a psicanálise, o perverso goza onde o neurótico recalca. Na condição de classe dos dominantes, o gozo de direitos, bem-estar, participação política, consumo (...). Enquanto a maior parte da população se priva de tudo isso, tendo que aceitar em suas consciências (ou melhor, inconsciências) tamanha desigualdade social estrutural como algo natural da história social, um recalque coletivo invisível na "realidade comum", a voz do silêncio, do sofrimento resignado e conformado dos mais pobres, como formulação que faz com que seja, ao mesmo tempo "justo e injustificado reduzir a denegação ao que ela denega, ao fantasma social que está em sua raiz. Pelo fato de que esta "Aufhebung do recalque", como diz

Freud, valendo-se de uma expressão hegeliana, nega e preserva tanto o recalque como também aquilo que é recalcado" (Bourdieu,2008b.p.138), permitindo, com isso, "acumular todos os lucros, o lucro de dizer e o de desmentir o que é dito pela maneira de dizê-lo (...), constitui apenas uma forma particular e particularmente sutil da oposição comum entre a "elite" e as "massas" (Ibid.p.138).

Fica configurado um capitalismo perverso de mais-valia brutal, onde tira-se do povo brasileiro (das massas), que já têm tão pouco, e enche-se as contas da alta burguesia (as elites nacionais). Estrutura-se, com isso, um abismo social gigantesco e durável na estrutura de classes sociais do Brasil. Onde as elites proprietárias podem fazer tudo, gozam do poder e do privilégio, às custas da privação material da maior parte da população. Uma perversão social se instala em solo nacional, sádica e violenta com a ampla maioria da população.

Essa exclusão/privação das massas, em detrimento do privilégio das elites, permitiu consolidar um sistema de crédito dos bancos destinado aos setores das classes médias e alta. A base da sociedade, assim como acontece no mito de Atlas[47], sustenta a carga tributária do país, enquanto o alto goza sem limites dos seus privilégios. Trata-se, para usar uma expressão que Marcuse (1972) mobilizou em outro contexto, de um processo que vai "da mais valia ao mais-gozar". As classes média e alta vivem o consumo, o desejo, o prazer e o gozo, têm o monopólio social. Já a maioria da população tem que viver apenas em condições de garantir a sua sobrevivência, estão no reino das necessidades materiais de existência, tendo que enfrentar a angústia da neurose de angústia como fala Kierkegaard (2017) de ter caído em uma sociedade extremamente desigual.

Uma "técnica social" que foi utilizada para concentrar a riqueza e o poder para nas mãos da alta burguesia. Uma política pública, mantida inclusive através da violência e da ditadura, para favorecer o topo da estrutura da estrutura social. Esse fechamento autoritário da sociedade pelo Estado não é uma exceção no capitalismo contemporâneo, mas uma regra defendida pelos seus ideólogos. Segundo Safatle (2020), o neoliberalismo não é somente Estado mínimo; pelo contrário, ele representa muito mais uma intervenção direta do Estado para conter as contradições sociais, é uma engenharia social: "o neoliberalismo pregava intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos. Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo era uma engenharia social" (Ibid., p.18). Para que

[47] O mito do titã da mitologia grega Atlas, condenado por Zeus a segurar o planeta nos ombros por toda a eternidade.

a liberdade do empreendedorismo e da livre-iniciativa possa reinar, o neoliberalismo defende que o Estado deve despolitizar a sociedade, deixando os conflitos sociais e de classes invisíveis (como explicamos no começo desta tese), operando uma destituição completa da gramática do conflito e da contradição objetiva da sociedade, retirando toda a pressão de associações e/ou sindicatos que visam questionar a "liberdade". É necessário que o conflito desapareça da estrutura psíquica, onde, para isso, se necessário que seja instaurada uma ditadura militar para promover a "paz social", ou melhor, a acumulação capitalista sem contradições objetivas. Pode parecer estranho, mas um dos pais do neoliberalismo, o economista Friedrich Hayek, defende a tese da necessidade da ditadura provisória, como condição para a realização da liberdade. Em uma entrevista dada ao jornal chileno *El Mercurio*, em 1981:

> uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes, é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como vocês sabem, é possível para um ditador governar de maneira liberal. E é possível que uma democracia governe com uma falta total de liberalismo. Pessoalmente, prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo. (Hayek, 1981.Apud: Safatle, 2020.p. 19)[48]

O capitalismo neoliberal se torna uma intervenção social profunda nas dimensões produtoras de conflito, uma regulação direta no campo político a fim de liberar a economia de "entraves". Carl Schmitt, por exemplo, que defendia uma articulação entre liberalismo e fascismo (e foi uma influência sobre Hayek), chegava a afirmar que a democracia parlamentar tendia a criar um "Estado total" que acabaria por regular o conflito social, transformando-se em mera emulação dos antagonismos da vida social. Contra esse, seria necessário pensar uma outra forma de Estado total, um "Estado qualitativo" capaz de "despolitizar a sociedade, tendo força suficiente para intervir politicamente na luta de classes, eliminar as forças de sedição a fim de permitir a liberação da economia de seus pretensos entraves sociais" (Safatle, 2020.p.22).

Esses "entraves" foram eliminados no Brasil e na América Latina, atuando contra a ampla maioria da população, os mais pobres, a massa, os trabalhadores, os defensores da reforma de base, os socialistas, os comunistas - todos os que defendiam um avanço social e a cidadania em detrimento da exploração do capital foram contidos violentamente. Com isso, o

[48] A ditadura aparece sempre iminente, caso a sociedade não se conforme às injunções econômicas neoliberais de forma passiva. Em 1981, ano em que a ditadura de Augusto Pinochet estava no auge, Hayek estava entusiasmado com a transformação econômica do Chile – como laboratório mundial das suas ideias, assim como de Milton Friedman, Gary Becker, Ludwig von Mises, dentre outros. Hayek (1982.p.4) defende a ditadura contra o que chama de "democracia totalitária". (Safatle, 2020).

capital pôde se reproduzir livremente, sem pressões internas que se chocassem com o sistema capitalista burguês. Instaura-se no Brasil um "capitalismo perverso" de consequências sociais desastrosas.

Para comparar: enquanto na França um proletário trabalhava 7 meses e 21 dias para comprar um carro, no Brasil, a classe trabalhadora precisava acumular 33 meses de salário (Pochmann, 2015), vivendo um subconsumo, em relação ao trabalho vivo dos outros países (internacional) e em relação às outras classes sociais (nacional) nesse processo de *fechamento do espaço social* (distância relativa entre as classes), que se mantém mesmo com as mobilidades sociais históricas subsequentes.

As mobilidades sociais se associam a uma reprodução social sistêmica, já que, mesmo com as mudanças da renda, não se altera o espaço social estre as classes. A distância entre as classes continua nessa dualidade na unidade e unidade na dualidade, ou seja, a mobilidade e a desigualdade social andando juntas ao mesmo tempo.

5.2 A DUALIDADE NA UNIDADE E A UNIDADE NA DUALIDADE: MOBILIDADE E DESIGUALDADE SOCIAL

Como vimos, a evolução da estrutura social brasileira não está atrelada à mudança estrutural da desigualdade social, mas ao seu aprofundamento. De todo modo, ao longo da História nacional, temos muita mobilidade e muita desigualdade social ao mesmo tempo (RIBEIRO, 2000)[49]. Por mais que a mobilidade social seja de "curta distância" e a desigualdade de "longa duração", ambas ocorrem concomitantemente no desenvolvimento nacional: uma dualidade na unidade e unidade na dualidade, da estruturação do espaço social. A estrutura social do Brasil é extremamente desigual. Mesmo passando por muitas mudanças em relativamente pouco tempo, na transição de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial em poucas décadas - mesmo que de maneira dependente-, essas favorecem quem já estava no topo da sociedade e não a ampla maioria do povo. Como já notado, temos uma "desigualdade" e "concentração no topo" andando juntas como traço estrutural marcante da sociedade brasileira.

[49] Os estudos de mobilidade social se estruturam através da relação entre as "taxas absolutas" (desigualdade de acesso e desigualdade de oportunidade) e as "taxas relativas" (nível de desigualdade de acesso a essas posições). Com cálculos percentuais que cruzam ocupação do pai e ocupação do filho, bem como a primeira ocupação e ocupação atual, formando modelos estatísticos lineares aplicados a tabela de mobilidade (Ribeiro, 2000).

Dentre as mudanças na estrutura social podemos destacar:

> As três décadas que compreendem 1960 a 1980 foram marcadas por profundas mudanças na estrutura social do Brasil, devidas ao expressivo crescimento econômico e industrial e ao processo de urbanização. Desde o fim dos anos 60 até a metade dos 70 o país experimenta um aumento substancial no produto interno bruto e a migração do setor rural para o urbano. Em 1960 a população rural era de 55% do total, já em 1970 decresce para 44%, chegando em 1980 a 32%. O setor primário que contava com 54% da PEA (População Economicamente Ativa) em 1960, em 1980 registra apenas 30%. Já os setores secundário e terciário crescem de 13% e 33% em 1960 para 24% e 46%, respectivamente (Scalon,1997. p.70).

Esses deslocamentos no espaço social engendraram uma reordenação da estrutura ocupacional. Os postos nos setores primários praticamente foram extintos (onde se ocupavam os baixos setores da hierarquia social), ao mesmo tempo que novas posições nos setores industriais vigentes e de serviços foram construídas. Com isso, muitos indivíduos deixaram de seguir a ocupação da posição de classe dos pais, gerando uma "mobilidade intergeracional", para o ingresso em novas carreiras e com mais status social (Scalon, 1999; Pastore e Silva, 2000).

Esses efeitos no espaço social se devem à criação de novos postos de trabalho ("campos"), o que é comum em uma sociedade em desenvolvimento. No entanto, no Brasil, essas trajetórias sociais são caracterizadas por "curta distância", geralmente apenas um degrau acima da família. Por um lado, houve mais acesso das pessoas a saúde, educação, moradia, mais qualidade de vida oriunda da sociedade moderna emergente (as condições de vida melhoraram, sem dúvida). Por outro lado, as desigualdades de acesso, ou de oportunidade, definidas pelas taxas relativas de mobilidade social, não mudaram a desigualdade sociohistórica do país, que continua "inercial".

As condições de vida em 1997, por exemplo, são tão desiguais quanto em 1973 (Pastore e Silva, 2000). E, se os de baixo subiram um degrau, em relação à classe social da família (*habitus de classe*), os de cima continuam mantendo e ampliando o seu privilégio e distância social relativa da posição de classe social. Apenas 2% dos de baixo conseguiram ocupar um lugar no alto, ou seja, a mobilidade nacional não altera as desigualdades históricas: "os dados de 1990 mostram que 14,4 milhões de famílias brasileiras se encontram em condição de pobreza" (Scalon,1997. p.71). Vemos que a estrutura de classes no Brasil é extremamente rígida: as chances de mobilidade para as classes mais privilegiadas, não são, nem de longe, distribuídas igualmente para o restante da população (Ibid). Continua, com isso, um sistema de exclusão social e degradação do trabalho que perpassa a História.

> construiu-se uma ética do trabalho degradado, uma imagem depreciativa do povo, ou do elemento nacional, uma indiferença moral das elites em relação às carências da maioria, e uma hierarquia social de grande rigidez e vazada por enormes desigualdades. Esse conjunto multidimensional de heranças conformou a sociabilidade capitalista entre nós(...), oferecendo-lhe parâmetros mais gerais de reprodução e apresentando grande resistência à mudança, sobretudo (mas não apenas) no mundo agrário (Cardoso, 2010.p. 49; 52-3).

Esse apego sociopático que obsta as mudanças sociais incide, ainda com mais força, entre os pretos e pardos, que ainda têm menos chances de mobilidade ascendente, ficando estabelecida, com isso, a permanência de uma relação entre raça e classe na estrutura social brasileira. Não houve uma ruptura dos padrões da antiga ordem social, mas uma *permanência de longa duração* (Hasenbalg, 1979). E, ainda mais, a substituição da mão de obra negra por trabalhadores imigrantes brancos foi um fenômeno que ficou restrito ao centro-sul, em São Paulo. Nas demais regiões do país, permanecem relações de servidão e dependência caracterizadas pelo patriarcalismo, e não relações contratuais de trabalho (Ibid). Há um apego sociopático do passado que nos impede de dar um salto para o futuro, uma sociedade aberta e democrática (Fernandes, [1965] 2008).

O Brasil permaneceu imerso na vida rural até os anos 50, com apena 38% da população total vivendo em cidades com mais de cinquenta mil habitantes (Lopes, 1971). Enquanto a urbanização estava restrita a algumas regiões, as atividades rurais permaneciam pela maior parte do território, com alta concentração fundiária, com 73,1% da área rural pertencendo a grandes proprietários (Leal, 1975).

Entre 1960 e 1980, com o projeto de industrialização nacional (com impacto na urbanização do país), o Brasil enfrenta um padrão de mobilidade social com elevada expansão da renda nacional *per capita*, no entanto, com forte expansão da desigualdade social ao mesmo tempo (Pochmann, 2010).

> A transição populacional do campo para a cidade ocorreu em simultânea ampliação da estrutura ocupacional urbana, especialmente puxada pelo setor industrial e pela construção civil. Da mesma forma, o setor terciário (comércio e serviços urbanos) cresceu consideravelmente, permitindo que as novas ofertas de emprego fossem superiores, em geral, aos postos de trabalho do meio rural, não obstante o predomínio da baixa remuneração dos empregados nas cidades. (Ibid.p.640).

No período supracitado, o grau de desigualdade de *capital econômico* aumentou 1% ao ano. O que só sofreu uma redução entre 1981-2003, onde teve uma menor mobilidade social,

mas com a contenção da desigualdade - mesmo com forte oscilação (Ibidem). Ocorre um momento de flutuação, onde:

> Para uma variação média anual de 0,2% na renda nacional *per capita*, a desigualdade de renda caiu 0,1%. Ao mesmo tempo, constata-se que o desemprego da força de trabalho foi o que mais cresceu (5,6%), com elevação do nível ocupacional (2,6%) demarcada pela precariedade e queda do valor real do salário-mínimo (1,8%). A taxa de pobreza caiu (0,8%), porém com ritmo inferior ao verificado entre 1960 e 1980 (1,3%), assim como no caso dos anos de escolaridade seguiu crescendo abaixo do primeiro padrão de mudança social. Nessa fase, a mobilidade social cresceu menos, com sinais crescentes de imobilidade para determinados segmentos dos brasileiros. (Ibidem, 2010.p.641).

Depois de 1997, as taxas de mobilidade social se estabilizam de maneira relativa: quem está no alto sobe mais, e quem está embaixo sobe um degrau. De todo modo, a estrutura social não muda muito; é, na verdade, uma "mudança relativa" (Ribeiro, 2000), com o espaço social permanecendo parcialmente fechado. Com isso, a mobilidade social é "circular" e não "estrutural".

Após anos de desenvolvimento econômico, em 1997 "o Brasil experimenta maiores índices de mobilidade intergeracional *circular*, do que *estrutural*, indicando uma tendência de diminuição na mobilidade causada pelas mudanças na estrutura de emprego" (Scalon, 1997.p.95). Não conseguem se estabelecer no Brasil mobilidades de longa distância - apenas de curtas distâncias, já que "a elite tem alto índice de fechamento em relação aos demais estratos" (Ibid.p.188). "A probabilidade de ter acesso a determinada fração da classe dominante, a partir de uma outra classe, será tanto mais baixa, como se viu, quanto mais elevada for a posição ocupada pela fração na hierarquia das frações segundo o capital econômico" (Bourdieu 2008.P.122). "Reconversões traduzem-se por deslocamentos em um espaço social, a um só tempo, irreal e ingenuamente realista" (Ibid). É o fechamento relativo do espaço social para os de baixo; todavia, com alta reprodução social dos campos com alto volume de capital econômico e cultural, para os de cima.

Tem-se uma "mobilidade", mas que não altera o privilégio e a distância entre as classes sociais.Não se modifica, praticamente em nada, a estrutura de desigualdade social do país: as elites continuam abastadas e a massa empobrecida. Até o "incremento de mobilidade ascendente pela via da educação em décadas recentes é compensado pelo decréscimo de mobilidade durante a vida produtiva" (Scalon, 1999.p.122). Isso é o que Carlos Ribeiro (2000) chama de "contramobilidade", onde a mobilidade da primeira ocupação é compensada por uma

contramobilidade a partir da diminuição da mobilidade na carreira[50]. Nessa dialética da mobilidade e da contramobilidade, na dualidade da unidade sistêmica do Brasil, há uma mudança ocupacional na estrutura da sociedade, devido à flexibilização do capitalismo nacional, mas sem grandes mudanças no "espaço social" e no "espaço simbólico", que continuam fechados para um grupo privilegiado na estrutura de classes. Ou seja, nas posições de oposições relativas, em uma estrutura relacional das classes sociais, não há mudanças no espaço relativo entre as classes. Em suma, a desigualdade estrutural é muito maior que a mobilidade social estrutural.

5.3 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

A entrada do Brasil no capitalismo globalizado promove alterações na estrutura social, principalmente nas ocupações:

> mundialização do capital e as novas estratégias globais das empresas multinacionais, política de estabilização da moeda e de ajuste estrutural de cunho neoliberal no país, abertura do mercado nacional para a concorrência estrangeira, processo de desnacionalização e de desindustrialização da economia nacional, as transformações tecnológicas e organizacionais incidentes no processo de trabalho, os ataques empresariais aos "custos do trabalho", e a nova dinâmica de modernização excludente da agricultura brasileira (Santos, 2002.p.143).

Essa mundialização do capital promove mudanças na estrutura de posições de classe do país, engendrando uma superfluidade do trabalho (trabalhadores precários) em um contexto marcado pela seletividade e competição. Ocorre uma transferência de riqueza para o setor financeiro (que passa a ser a ponta de lança da globalização), através da taxa de juros, às custas da renda e do trabalho e até dos lucros não financeiros. Com isso, os mercadores nacionais se abrem em uma descompartimentação das divisões entre os mercados dentro dos países.

Esse processo desnacionaliza e desindustrializa a economia brasileira ao longo da segunda metade da década dos anos 1990, onde o capital estrangeiro penetra em terras brasileiras privatizando o setor público e desmantelando toda a estrutura produtiva do país. Destruindo, com isso, empregos assalariados e elevando fortemente o trabalho informal no setor terciário. Nesse processo, a classe média encolhe, e forma-se uma "classe trabalhadora

[50] Contramobilidade para os homens, se inserirmos o debate de gênero: as mulheres ainda conseguem um padrão ascendente na carreira (mobilidade intergeracional ascendente), porém em campos mais desvalorizados que os homens (Ribeiro, 2000).

ampliada" (Santos, 2002.p.135). Ocorre uma queda dos trabalhadores diretos e aumento relativos dos indiretos.

Foi um cenário de desmantelamento nacional, que marcou o Governo de Fernando Henrique Cardoso, onde as elites nacionais realizaram uma integração subalterna ao capitalismo globalizado, com o país submetido a uma política de estabilização da moeda fundamentada na abertura econômica e financeira e na sobrevalorização cambial (Ibid).

Nessa reestruturação produtiva do Brasil, em um governo profundamente neoliberal, ficam instauradas "transformações reestruturativas, realocativas e excludentes das posições ocupadas pela força de trabalho humana na divisão social e técnica do trabalho" (Santos, 2002.p.135). Com isso, viram traços estruturais das classes sociais do país a heterogeneidade, a fragmentação da estrutura ocupacional, o subcontrato, a flexibilidade salarial em função da variação do nível de atividade econômica.

São trabalhos depreciados (*downgraded labor*), que se ocupam do setor informal, com alta vulnerabilidade social de grupos sociais sujeitos à discriminação – a maioria destes postos foi ocupada por negros e pardos – e grupos específicos que não se associam a linhas estáveis de classe.

Os mais pobres subiram, mas sem muita estabilidade. Ou seja, esse movimento oriundo do mercado gerou postos de trabalho, mas, por si só, não contribuiu para a redução da pobreza extrema e a vulnerabilidade social. Foi um reajuste sistêmico para a geração de postos de trabalhos que eram necessários para a reprodução do capital flexível no Brasil.

Ocorrem efeitos de translação estrutural oriundos da mudança sistêmica da sociedade, enquanto ajustes do modo de produção capitalista, onde alguns postos de trabalho ficam na inércia, enquanto outros são criados. Com isso, o deslocamento social se faz necessário na trajetória dos indivíduos, o que pode até a gerar um avanço econômico e do status social weberiano, porém sem chegar a alterar a estrutura da desigualdade entre as classes sociais, porque a distância relativa entre essas continua.

A filha de um agricultor tem 1.462 vezes menos chances de se tornar uma profissional do que a filha de um profissional da classe média. As chances de um filho de um trabalhador não qualificado - um porteiro, por exemplo - se tornar um médico é 133 vezes menor do que as chances de um filho de médico (Scalon 1999; Ribeiro, 2000). Nesse sentido, enquanto a "mobilidade social" é de curta distância, circular e ainda enfrenta contramobilidade e

reproduções invisíveis operadas pela violência simbólica que fecham o espaço social. A desigualdade social é estrutural, de longa distância e permanência na história.

> A mesma ingenuidade positivista que leva a descrever como "mobilidade ascendente" os efeitos de transformação morfológica das diferentes classes ou frações de classe conduz a ignorar a reprodução da estrutura social, em determinadas condições de, exigir uma "hereditariedade profissional" bastante baixa: esse é o caso sempre que, para manter a sua posição na estrutura social e as propriedades ordinais que lhe são associadas, os agentes são obrigados a proceder a uma translação acompanhada por uma mudança de condição (Bourdieu 2008.p.122)

Essas flutuações do mercado precisaram de uma "correlação de classes sociais" para impactar a precariedade da vida social. Segundo Bourdieu (2014), há a mão direita e a mão esquerda do Estado: a mão direita é predominantemente masculina, agressiva, que quer se desenvolver de forma violenta, essa é a mão do mercado. E a mão esquerda é predominantemente feminina, ela é ligada as políticas sociais, ao cuidado com a população [51]. A mão direita por si só, em um projeto neoliberal onde o mercado avança sobre o social, não é capaz de gerar as condições de redução da desigualdade social inercial, esse não é o interesse.

De todo modo, ocorreu uma *contenção da desigualdade social* – mesmo com uma menor mobilidade social-, uma "mudança relativa" (Ribeiro, 2000), onde o espaço social ainda permanece fechado para a mobilidade e redução das desigualdades. Essas são contidas, mas não modificadas. O rebaixamento social se mantém estável, com expansão relativa dos miseráveis na massa trabalhadora (Quadros, 2008).

Contudo, entre 2001 e 2011, há uma evolução na estrutura social do país, um novo padrão de mobilidade social que surge a partir de uma confluência de fatores políticos e econômicos que afetam sobretudo a base da pirâmide social, gerando impactos diretos na redução das desigualdades sociais e na estrutura de classe social do país (Ipea,2012; Pochmann, 2010; 2015; Souza, 2010; Ribeiro, 2015; Quadros, 2008; 2010). As mudanças mais significativas ocorreram a partir de 2004, quando a economia brasileira ingressa em novo ciclo de crescimento mais expressivo do PIB: "no quadriênio 2004-2007 o PIB cresceu à média de 4,5% ao ano, no quinquênio 1998-2002 esta taxa foi de apenas 1,7%" (QUADROS, 2008.p.2). É nesse período que ocorrem as melhoras das condições sociais de vida dos grupos mais excluídos da base da sociedade brasileira.

[51] Fala de Pierre Bourdieu no documentário: "A sociologia é um esporte de combate", de Pierre Carles (2001).

> mais favorável combinação entre PIB e salário mínimo real, outros elementos positivos estão presentes no período recente. Um deles é a acentuada formalização dos contratos de trabalho, que potencializa os efeitos da recuperação do salário mínimo. O outro é a maturação, aprimoramento e ampliação dos programas focalizados de transferência de renda, com significativo impacto entre os miseráveis não diretamente beneficiados pelos ganhos do piso legal (Ibid., p.4).

Foi nesse momento que ocorreu uma conjunção histórica entre "mobilidade" e "redução das desigualdades sociais".

5.4 A MUDANÇA DA ESTRUTURA SOCIAL

O sistema político-institucional "atua como filtro, intermediário e, no limite, condutor dos conflitos distributivos da economia, com capacidade ímpar de influenciar a distribuição e os retornos dos ativos e o funcionamento dos mercados" (Souza, 2016.p.7). Ou seja, a política canaliza a economia, ao mesmo tempo que o mercado também reage quando direcionado para direções onde não gera mais-valia absoluta e relativa. É um processo dialético que se instaura na história do país[52].

Ocorreu no Brasil um ciclo de ditadura e um ciclo de democratização, onde a política entrou em tensão com o mercado capitalista. A ruptura autoritária de 1964 levou à maior reforma institucional para promover a concentração no topo da estrutura social, o que resultou na maior desigualdade socioeconômica da História. O golpe militar marcou um ponto de inflexão, com a fração do centésimo mais rico que subiu pouco menos de 20%, para mais de 25% entre 1964 e 1970 (Souza, 2016). A concentração no topo também aumentou bastante no Estado Novo e especialmente durante a segunda Guerra Mundial, com grandes ganhos relativos entre os mais ricos. Nesse caso, a fração dos mais ricos foi maior durante as duas ditaduras do último século e menor após as redemocratizações.

[52] Nos momentos mais democráticos, houve políticas sociais que impulsionaram impactos na desigualdade e, nos momentos mais autoritários ocorreu o inverso, com aumento da desigualdade e concentração da riqueza no topo da estrutura social (Souza, 2016).

Com a democracia, houve a queda generalizada da desigualdade em muitas áreas, e as bandeiras de luta da "cidadania" passam a ser incluídas aos poucos na esfera social. Nesse âmbito, podemos destacar três padrões de mobilidade social no Brasil, entre 1960 e 2010. O primeiro padrão ocorre entre 1960 e 1980, onde destaca-se uma elevada expansão da renda per capita que, entretanto, se estrutura a partir de um crescimento da desigualdade social. O segundo padrão ocorre entre 1981 e 2003, caracterizado pela estagnação da renda nacional per capita e contenção do aprofundamento da desigualdade. Já o terceiro padrão se forma no século XXI, ganhando força principalmente a partir de 2004, a partir de uma combinação entre expansão da renda nacional per capita e redução da desigualdade inercial (Pochmann, 2010). Nesse sentido, podemos observar a partir deste terceiro padrão que o século XXI no Brasil é marcado por uma transformação na estrutura da sociedade, um novo padrão de mudanças e deslocamentos sociais que outrora não se viu na história. Foi nos governos do PT, com ações do Estado voltadas para os "gastos sociais" (a "mão esquerda do Estado", como fala Bourdieu), com intervenções de políticas sociais (gasto social progressivo) onde a mobilidade veio acompanhada de uma redução das desigualdades sociais históricas. Uma agenda de implementação de políticas públicas de "bem-estar social", em uma estrutura social que se estabilizava economicamente, promove uma mudança na estrutura da sociedade brasileira (Souza, 2010; Pochmann, 2015).

Outrora, como já vimos, os padrões de mobilidade social no país aprofundavam ainda mais as desigualdades sociais, principalmente na ditadura militar. Até quando havia crescimento econômico, esse era acompanhado com uma brutal concentração de renda e da cultura, impedindo qualquer alteração na estrutura de classe social. A desigualdade permanecia uma constante, como se fosse uma natureza da sociedade brasileira. No entanto, como vimos anteriormente, a sociologia nos ensina que o mundo que tomamos como natural é, na verdade, uma construção social e histórica que naturalizamos nas instituições sociais e na nossa mente. Acabamos nos acostumando e tornando, em nossas visões de mundo, essa realidade como algo natural, normal, comum. Ela vira o senso comum e, com isso, não conseguimos mais perceber a construção dessa desigualdade (BOURDIEU, 2009). Com isso, as injustiças, mazelas e desigualdades sociais ficam invisíveis à nossa percepção. Em seguida, a desigualdade se estabiliza; ela é contida, mas não reduzida. O que não promove uma mobilidade estrutural, mas a desigualdade é fortemente concentrada entre os miseráveis. Com isso, "ao final do século XX, o Brasil situava-se entre os três países do mundo com as maiores desigualdades sociais" (Pochmann, 2015), devido ao peso estrutural da sua História.

Somente no século XXI, houve uma inflexão na trajetória da desigualdade, e o país começa a sair do retrocesso socioeconômico, promovendo, com isso, uma ascensão social estrutural que modifica a estrutura da sociedade brasileira e o espaço relativo entre as classes. "A recuperação da dinâmica de expansão da economia e, por consequência, do emprego, combinada com a reorientação das políticas públicas aos segmentos de menor rendimento trouxeram mudanças recentes à estrutura social brasileira" (Pochmann, 2010.P. 638). Dentre essas inflexões podemos destacar:

> a combinação da expansão da renda nacional *per capita* com a queda na desigualdade pessoal da renda. Para os anos de 2004 e 2010, a renda *per capita* cresceu 2,9% como média anual, enquanto a desigualdade da renda pessoal caiu 1,5% em média ao ano. Com isso, observa-se também tanto a redução média anual da taxa de desemprego (5,2%) e da pobreza (4,8%), como o forte aumento médio anual no valor real do salário-mínimo (7,1%), na ocupação (3,2%) e nos anos de escolaridade (3,8%) dos brasileiros. (Ibid.p. 641-642).

A partir da confluência de fatores políticos e econômicos, a estrutura de classes sofre o maior impacto da sua História. Nesse, Marcio Pochmann (2010) aponta a recuperação do ritmo de crescimento econômico desde 2004, que foi estimulado pelas políticas sociais e pela ampliação do consumo no mercado internado, mantido por um novo padrão social de elevação do capital econômico das famílias (sobretudo as que estão na base da pirâmide social). Houve também um fortalecimento do setor industrial, que estimula o nível de emprego e aumenta a qualidade dos postos de trabalho (predominantemente formais). "Entre 2004 e 2009, por exemplo, houve a geração líquida de 8,1 milhões de postos de trabalho formais, enquanto entre 1998 e 2003 foram criados apenas 1,9 milhão de novos empregos assalariados com carteira assinada em todo o Brasil" (Ibid.p.642).

Nessa conjuntura, o rendimento médio familiar per capita das elites (10% mais ricos) cresce 1,6%, em média, entre 2003 e 2008. O rendimento médio familiar per capita das classes populares (10% mais pobres) cresce 9,1% ao ano, em média. A transferência de renda dos segmentos mais vulneráveis da população foi nominalmente multiplicada por 2,3 vezes, entre os anos 2002 e 2008, passando de R$ 134,7 bilhões para R$ 305,3 bilhões (Ibidem). Pochmann (2010) destaca também a política de inclusão bancária, capaz de elevar a difusão do crédito tanto para o consumo como para a produção. O repasse de recursos à agricultura familiar passa de R$ 2,4 bilhões, em 2003, para R$ 10,8 bilhões, em 2009. E o avanço do financiamento para a habitação passa de R$ 25,7 bilhões em 2004 para R$ 80 bilhões em 2009. Em síntese, esse

novo padrão de mudança social é fortemente relacionado ao apoio ocupacional, educacional e de renda.

Vemos, pela primeira vez, um padrão de mobilidade social que atinge prioritariamente os mais pobres, "uma mobilidade social ascendente muito expressiva nos estratos inferiores da população (Quadros, 2010.p.3). A melhora na estrutura social é mais forte na base da pirâmide, atingindo as populações em situações de maior vulnerabilidade social e enfraquecendo ao caminhar para o topo.

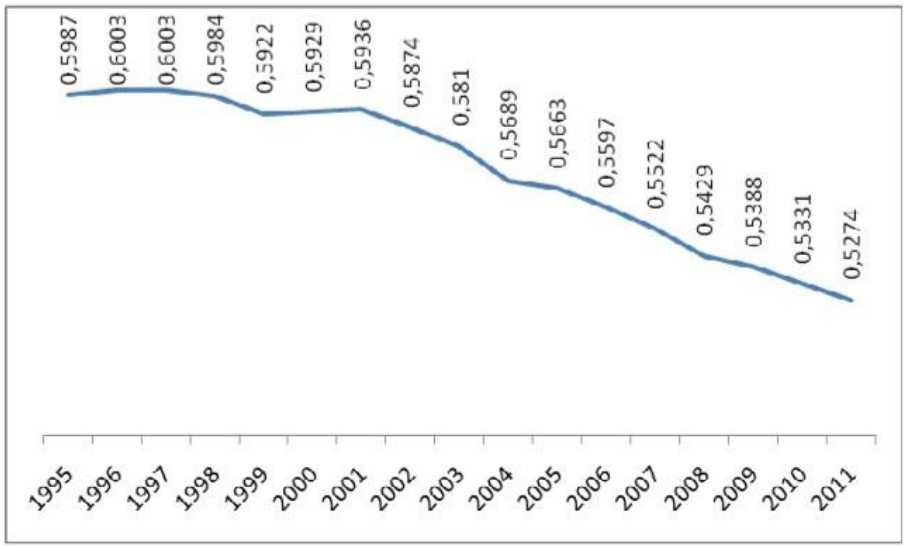
> merece destaque a notável redução de 10.910 mil indivíduos ocupados que em 2003 se encontravam no estrato denominado de miseráveis. Somados à expansão de 10.780 mil no total de ocupados, resulta em 21.690 mil indivíduos inseridos nos outros quatro estratos sociais, assim distribuídos: 44% na massa trabalhadora, 38% na baixa classe média, 13% na média classe média e 4,5% na alta classe média. (Quadros, 2010.p.4).

Segundo o economista Waldir Quadros (2010), houve um crescimento de 4,1 milhões de indivíduos não ocupados com rendimentos. O que é potencializado pela redução de 6,5 milhões de pessoas das camadas mais vulneráveis da sociedade, fundamentalmente provocada pela elevação do valor real do salário mínimo. "O efeito conjunto destas duas variações resulta num contingente de 10,6 milhões" (IBID.p.5). Observa-se melhoras sociais no conjunto da população, mas esse é ainda mais forte para as camadas mais pobres. Esses avanços ficam maiores entre 2004 e 2008, quando o espaço social fica potencialmente aberto para as camadas inferiores. Ao longo desse período, abriu-se um canal de ascensão social para 1.570 mil pessoas da média classe média, equivalentes a 9% das 18.090 mil pessoas que, em 2003, encontravam-se nessa classe. A ascensão foi equivalente a 14%: os 6.110 mil de expansão na média classe média acrescidos da oportunidade para que 1.570 mil pessoas desta camada ascendessem à alta classe média (Ibid).

Na classe trabalhadora, o espaço potencial para mobilidade ascendente foi equivalente a 38% das 53.050 mil pessoas que estavam nesta camada em 2003. Já no estrato social denominado de miseráveis (a ralé estrutural), abriu-se um inusitado canal para a ascensão de uma massa equivalente a 61% das 46.590 mil pessoas que, em 2003, encontravam-se nesta situação. Dessa forma, fica evidente que, nas camadas inferiores, a mobilidade social em direção à massa trabalhadora (pobre) e à baixa classe média (remediada) foi, nas palavras do economista, "realmente espantosa" (Quadros, 2010.p.5-7).

Para o IPEA (2012), após 30 anos de alta "desigualdade inercial" no país, o índice de Gini começa a cair, passando de 0,61 a 0,539 em 2009.

Gráfico 6 – Índice de Gini



Fonte: IPEA (2012) a partir dos microdados das PNADs 1995-2011.
Dados para 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear
Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO).

.

Temos, com isso, a "década inclusiva". Comparando o Brasil com os demais países do mundo, "os primeiros anos do século serão conhecidos nos futuros livros de História Geral e História do Brasil como de redução da desigualdade" (IPEA, 2012.p.5). "Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, esta mesma desigualdade abre espaço para implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. A alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de transferências de renda" (Ibid.p.17):

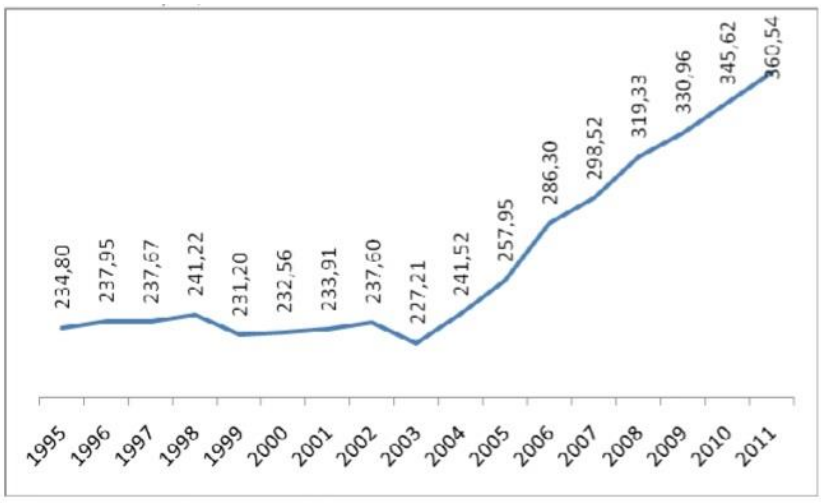
> Acompanhar indicadores sociais brasileiros baseados em renda, até o começo da década passada, era um exercício frustrante. A alta desigualdade se comportava desde 1970 como se fosse uma constante da natureza, enquanto a renda média flutuava ao sabor de choques externos e de políticas internas em torno da tendência nula assumida nas chamadas *décadas perdidas*. A partir de 2001 a desigualdade, medida pelo índice de Gini, cai entre todas as sucessivas PNADs da década, de forma que chegamos ao nível mais baixo da série histórica que começa no Censo de 1960. O crescimento de renda total e da renda do trabalho, em particular o emprego formal, volta com força a partir do fim da recessão de 2003, gerando impactos cumulativos sobre os níveis de pobreza e de bem-estar social. (Ibidem, 2012.p.6).

A mediana de renda no Brasil cresceu 63,61%, quase duas vezes mais rápido que os 32,2% da média de renda na década passada, reduzindo a desigualdade horizontal (Ibid). Enquanto dois terços dos países do mundo vivenciaram aumento de desigualdade no período histórico entre 2001 e 2011 (Unesco), a desigualdade de renda do Brasil caiu continuamente e atingindo em maior escala as classes sociais de baixo: "a renda *per capita* dos 10% mais ricos

aumentou 16,6% em termos acumulados, enquanto a renda dos mais pobres cresceu notáveis 91,2% no período. Ou seja, a renda dos 10% mais pobres cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos" (Ibidem., p.6). "O crescimento da renda dos 20% mais ricos no Brasil foi inferior ao de todos os BRICS, enquanto o crescimento de renda dos 20% mais pobres supera o de todos os demais, com exceção da China" (Ibidem.p.7).

Como vimos nos tópicos anteriores, as mobilidades sociais por que o Brasil passou ao longo da história nunca priorizaram as classes de baixo - elas chegavam até a aumentar os padrões de desigualdade dessa classe social, para o enriquecimento das classes altas. Já no momento histórico supracitado, a mobilidade social atinge prioritariamente a ampla maioria da população, com impactos diretos na redução da desigualdade. As mudanças sociais atingem prioritariamente a massa, pela primeira vez na nossa história, alterando padrões de exclusão e vulnerabilidade social. E promovendo, com isso, o aumento do bem-estar social.

Gráfico 7 - Bem-Estar Social, R$.



Fonte: IPEA (2012) a partir dos microdados das PNADs 1995-2011. [53]

Dados para 2000 e 2010 obtidos por interpolação linear.

Exclui domicílios com renda ignorada; exclui áreas rurais da região Norte (exceto TO).

Como fala Durkheim "os conflitos fazem avançar o Estado do bem-estar" (Miceli, 2014.p.20). Para Singer (2018), o lulismo fez um "reformismo fraco" a partir de uma aliança entre classes sociais antagônicas, onde, com isso, o Estado foi capaz de ajudar os mais pobres,

[53] "Acoplamos os efeitos da média e da desigualdade numa função bem-estar social simples proposta por Amartaya Sen, o Prêmio Nobel de Economia. Essa função multiplica a renda média pela medida de equidade, dada por um menos o índice de Gini (isto é: Média * (1 – Gini)). Logo a desigualdade funciona como um fator redutor de bem-estar em relação ao nível da renda média. Por exemplo, a renda média de 763 reais mensais por brasileiro seria o valor do bem-estar social segundo a medida simples de Sen, se a equidade fosse plena. Mas na verdade corresponde a 47,3% deste valor, 360 reais, dada a desigualdade atual brasileira" (Ipea, 2012.p.18).

sem confrontar a ordem social: uma "revolução dentro da ordem', como fala Florestan Fernandes, ou uma "revolução passiva", para Werneck Vianna (1996), uma mudança dentro dos limites da ordem social burguesa.

No Brasil, a luta de classes em que o projeto político do lulismo emergiu foi em defesa da cidadania como bandeira de luta contra a repressão, e não um materialismo histórico[54].

> as contradições da infraestrutura a uma posição de comando da vida política do país: a luta pelo acesso aos ganhos da produtividade por parte das classes menos privilegiadas transforma-se necessariamente em contestação ao regime, e a luta pela manutenção da perspectiva da acumulação transforma-se necessariamente em repressão. Essa dialética penetra hoje os mais recônditos lugares da vida nacional, em todas as suas dimensões, em todos os seus níveis: qualquer lugar, qualquer atividade, é hoje um campo de batalha, da música ao cinema, das atividades educacionais aos sindicatos, da oposição consentida ao partido situacionista, do pregão da Bolsa à pregação do padre; desapareceram as questões específicas de cada uma das atividades per se, para colocar-se como problemática indisputada a questão da manutenção do status quo ou o seu oposto. Melancolicamente, até mesmo a frágil oposição armada que tentou erguer-se contra o regime foi esmagada como o último apelo romântico ao sistema para que se reformasse em nome da justiça social (Oliveira, 2003.p.80).

A luta de classe no Brasil, no período da redemocratização, foi pelo acesso aos ganhos da produtividade, por dignidade, consumo, bem-estar social, justiça social e cidadania. Ou seja, pelo avanço da democracia. Essas foram as bandeiras do PT e não uma revolução marxista. Portanto, a "justiça social" e a "correção das desigualdades sociais e regionais históricas" foram os principais discursos das políticas públicas do governo do PT, onde o reformismo, embora "fraco", promoveu mudanças estruturais. Como vemos em relação ao *capital econômico* dos que se identificam como pretos e pardos, que sobe 66,3% e 85,5%, respectivamente, contra 47,6% dos brancos. A renda do Nordeste sobe 72,8%, contra 45,8% do Sudeste. Similarmente, a renda cresceu mais nas áreas rurais pobres, 85,5%, contra 40,5% nas metrópoles e 57,5% nas demais cidades. As rendas dos empregados agrícolas, de serviços domésticos e não remunerados sobem na década: 86%, 62,4% e 60,3%, respectivamente. Nas famílias chefiadas por analfabetos, a renda sobe 88,6%, *vis-à-vis* um decréscimo de 11,1% daquelas cujas pessoas de referência possuem 12 ou mais anos de estudo completos (Ipea, 2012). Ou seja, "de maneira geral, a renda de grupos tradicionalmente excluídos que tinham ficado para trás foi a que mais

[54] Apesar de existirem correntes comunistas e socialistas dentro das "Tendências" do PT. Esse partido se organiza por tendências antagônicas na sua constituição interna, onde elas votam a "tese" ou seja, a política que vai ser seguida pela ampla maioria do partido. A mais votada até então, a da tendência dominante dentro do partido, a comporta por Lula, é a do "social desenvolvimentismo". Alguma referência.

prosperou no período. Em particular, negros, analfabetos, crianças, nordestinos, moradores do campo – foi onde a renda cresceu mais no século XXI" (Ibid.p.8).

O lulismo superou, em significativa medida, a fissura entre incluídos e excluídos que a nação independente herdara da Colônia havia quase dois séculos e reproduzia desde então (Singer, 2018). Reflexo de uma luta de classes dentro da ordem, com direcionamento das políticas públicas para os setores sociais historicamente mais excluídos.

Os avanços sociais que ocorreram de maneira estrutural são inegáveis. Em setembro de 2014, o Brasil saiu do mapa da fome da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), pois o país tinha reduzido em 82% o número de pessoas subalimentadas no período de 2002 a 2014 (a maior registrada entre as seis nações mais populosas do mundo). Houve uma redução da pobreza extrema, uma fuga da miséria, uma erradicação de 40% da pobreza (Singer, 2018).

Por mais que algumas interpretações queiram associar as mudanças na estrutura social ao mercado, esse não abriu o espaço social. A maior parte da queda da desigualdade se deveu ao efeito das políticas sociais e da expansão trabalhista, já que, sem as políticas redistributivas patrocinadas pelo Estado brasileiro, a desigualdade teria caído 36% menos na década (Ipea, 2012). Podemos destacar as políticas sociais patrocinados pelo Estado (com o discurso do investimento social e não gasto social), o Programa Bolsa Família, as Políticas Públicas de Educação (como a Educação em tempo Integral – Mais Educação-, as Cotas Raciais e Sociais, o ProUni, o Fies, e a interiorização e expansão das universidades), as políticas da área rural, o desenvolvimento posterior do que foi chamado "Plano Brasil Sem Miséria, que se alinharam com o momento atual do capitalismo neoliberal em uma correlação de classes. O mercado não está preocupado com a redução das desigualdades sociais; não foi ele que abriu o espaço social.Pelo contrário, houve novos elementos positivos para além do mercado, inclusive com medidas antineoliberais, como a formalização dos contratos de trabalho, que potencializa os efeitos da recuperação do salário mínimo, e os programas de transferência de renda (políticas públicas com o discurso da redução das desigualdades sociais e regionais históricas), que promovem uma inflexão do capital. As idas e vindas da desigualdade estão mais relacionadas aos grandes ciclos políticos do que às transformações estruturais.

Segundo o Ipea, o Bolsa Família foi um dos carros-chefes, principalmente no Nordeste, onde a redução da miséria foi maior, com o programa produzindo impactos 362,7% maiores que no caso da previdência social. Em um dos casos entrevistados, conheci Ana [nome fictício], uma Enfermeira de 45 anos, que cursou o curso técnico de Enfermagem graças ao Programa

Bolsa Família. “Antes disso trabalhava em casa de família, como faxineira. Meu pai era taxista e a minha mãe dona de casa. Eu passei por bastante dificuldades, quando eu trabalhava em casa de família eu não tinha carteira assinada, então eu recebia o Bolsa Família e o auxílio do Bolsa família foi que me ajudou a pagar o curto técnico de Enfermagem”. De acordo com a entrevistada: “Meu irmão conversou comigo e disse *Ana porque tu não paga um curso técnico para tu, aproveita esse dinheiro do Bolsa Família para investir* (...). E saí da vida que eu tinha de trabalhar em casa de família e não tinha direitos né, legais. Eu já tinha uma filha de 4 anos”. Hoje, “muito tudo né, eu tenho meu emprego, eu tenho um salário digno, eu tenho um seguro-desemprego, FGTS, eu tenho tudo garantido, isso é o que importa né. Eu uma vez passei por um tratamento médico né, e por conta do meu emprego eu consegui o meu tratamento, consegui o INSS, tudo direitinho”.

> Sou técnica de Enfermagem. Eu escolhi Enfermagem sem pensar muito no que eu ia escolher. Assim que eu comecei, no primeiro mês eu me apaixonei pela profissão. Eu fiz na escola do Eide e foi muito bom. Estou há 14 anos na área e gosto muito (...). A minha mãe não ligou para os estudos, então não conseguia trabalho, não conseguia nada disso. Já eu e meu irmão a gente correu atrás. O meu irmão também é técnico de Enfermagem e hoje em dia a gente conseguiu mudar essa realidade. O meu irmão conseguiu comprar o apartamento dele também [ela conseguiu realizar o sonho da casa própria]. Então a vida da gente tem melhorado muito, em termos sociais. Eu fui primeiro, consegui pagar o curso técnico bom, o bolsa família, ai depois que eu comecei a trabalhar, no primeiro hospital que eu comecei, que eu estou até hoje, há quatorze anos, aí eu fui ajudar o meu irmão a pagar o curso dele. Ele era porteiro de prédio, aí meu irmão começou e já trabalha na área a cinco anos. Hoje a gente pode ajudar a minha mãe, cuidar da família, tanto eu quanto o meu irmão (...). Fiz especialização em flebotomia, fiz especialização em UTI, hoje em dia eu tenho uma experiência muito boa em pulsionar veia, porque eu corri para estudar. A enfermeira do hospital me chamou para trabalhar porque sabia da minha experiência de pulsionar veia, entendeu? Ela disse “eu quero você na minha equipe”, porque é uma equipe era de cuidar de pacientes oncológicos, pediatria e são pacientes geralmente que são ruins de veia, e ela sabia que eu tinha essa experiência (Ana, Técnica de Enfermagem).

Ela, além de atuar como enfermeira em dois hospitais no turno da noite - “Eu trabalho uma noite em um, uma noite no outro” -, faz faculdade de enfermagem à tarde em uma instituição de ensino superior privada. “Fazer faculdade era um sonho que eu tinha desde muito jovem, mas não tinha condições para isso, de pagar. Hoje eu vou terminar, vou realizar esse sonho, me formando ano que vem, se Deus quiser. O meu sonho é terminar a faculdade e poder trabalhar como enfermeira oncológica”.

A entrevistada aponta como as causas da mudança intergeracional da sua vida: “teve a minha força de vontade, de querer mesmo mudar, e essa ajuda do governo, que é o bolsa família,

que foi bastante importante para a minha vida, de eu ter essa condição de pagar o curso (...), a gente não pode se acomodar". Vemos que:

> as transferências públicas, como Bolsa Família e Previdência correspondem a recursos saídos dos cofres federais, pode-se avaliar a efetividade relativa em termos do impacto de cada real aplicado na queda de desigualdade obtida, ou alternativamente o seu inverso. Numa ótica de políticas públicas, a combinação das duas óticas supracitadas, quais sejam a importância relativa de cada fonte de renda na renda e na desigualdade, nos possibilita gerar uma medida útil para análise da relação custo fiscal/benefício social medido em termos de ganhos de equidade observados. Estas razões assumem diferentes valores para diferentes fontes de renda, como Previdência (1,15), Benefício de Prestação Continuada (0,504) e Bolsa Família (0,25). Ou seja, cada ponto percentual de redução de desigualdade na década custou 129,4% mais pelas vias dos aumentos da previdência social do que do BPC. Se todos os recursos adicionais pudessem ser canalizados para o BPC, ao invés de previdência, sob o mesmo impacto distributivo, a desigualdade teria caído 129% mais do que pela alocação escolhida (Ipea, 20120.p.9).

E não foi apenas o Programa Bolsa Família,

> Lula percebeu, quando ganhou em 2002, uma janela de oportunidade para o reformismo fraco, graças ao boom das commodities, e aproveitou a brecha de maneira efetiva. Aumentou o valor real do salário mínimo, gerou milhões de empregos, criou o Bolsa Família (BF), o crédito consignado, a Farmácia Popular, a extensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Minha Casa Minha Vida (MCMV), promoveu a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a construção de cisternas no semiárido, o reconhecimento dos territórios dos quilombolas e o incentivo à agricultura familiar, entre outras coisas. Embora mais de 90% dos empregos criados fossem de baixa remuneração, a renda média do trabalho se elevou em cerca de um terço entre 2003 e 2014, também graças a acordos coletivos vantajosos aos trabalhadores (Singer. 2018.p.55).

O governo Lula tentou promover uma conciliação de classes, onde o mercado também lucra com isso, com o aumento do consumo interno dos mais pobres (batalhadores empreendedores e hedonistas) e o ingresso em postos de trabalhos do capitalismo financeiro (a fração dos batalhadores precários). As políticas públicas promoveram uma aceleração social da redução da pobreza das classes populares, em um ciclo lento, porém real, de redução das desigualdades sócio-históricas, com efeitos imediatos mais visíveis sobre a pobreza monetária absoluta:

Tabela 8 : Frações populares com o menor volume de rendimentos econômicos declarado nas últimas três décadas.

Anos	Indivíduos cuja renda domiciliar per capita é insuficiente à própria subsistência		Indivíduos cujos rendimentos alcançam até duas vezes os anteriores (engloba os indivíduos anteriores)	
1981	20.239.527	(17,25)	47.848.385	(40,79)
1985	23.695.297	(18,15)	54.842.342	(42,01)
1990	27.659.557	(19,95)	58.119.829	(41,92)
1995	22.430.610	(15,19)	51.784.426	(35,08)
2001	25.520.845	(15,19) [sic]	58.963.230	(35,09)
2005	20.889.220	(11,50)	56.032.401	(30,83)
2011	11.772.648	(6,31)	34.355.298	(18,42)
2013	10.452.383	(5,50)	28.698.598	(15,09)

Fonte: www.ipeadata.gov.br

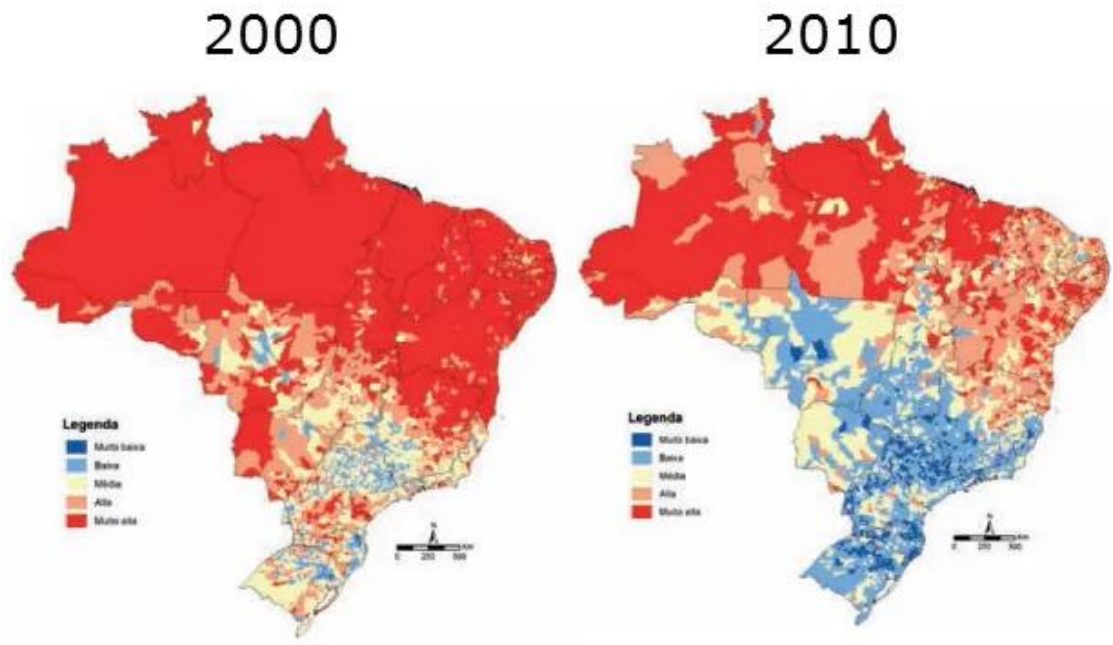
Referência: Pontes, 2015

Vemos um crescimento econômico, com redistribuição progressiva para base da estrutura de classes, promovendo uma redução da vulnerabilidade social. O que pode ser melhor compreendido pelo indicador do "IVS" – Indice de Vulnerabilidade Social (Ipea,2015a). A dimensão do IVS que apresentou uma maior evolução entre 2000 e 2010 foi Renda e Trabalho, que evoluiu 34%. A segunda dimensão do foi o Capital Humano, que evoluiu 28% -com avanços observados nos indicadores que medem o *percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola* (redução de 52%) e a *mortalidade até 1 ano de idade* (redução de 45%), expressando claramente o avanço das políticas sociais. E por fim, a Infraestrutura Urbana que apresenta uma melhoria de 16%.

Nessa perspectiva, o Brasil cumpriu em apenas um decênio o compromisso da ONU de redução da desigualdade social em um quarto de século, , ou seja, fez mais que o previsto para 25 anos em menos de 10 anos. Com isso, a desigualdade brasileira, apesar de ser uma das maiores do mundo, deixou de ser ponto fora da curva internacional.

O que é corroborado pela medição do IVS, que constata que, entre 2000 e 2010, o Brasil fez uma redução de 27% da exclusão e da vulnerabilidade social em solo nacional, nos seus municípios (IPEA, 2015a). Em 2000, o Brasil apresentava o IVS igual a 0,446, encontrando-se na faixa da *alta* vulnerabilidade social. Passados dez anos, a vulnerabilidade social é reduzida a 0,326, trazendo o país para a faixa da média vulnerabilidade (um avanço equivalente a 27% em direção a níveis mais baixos de vulnerabilidade social).

Gráfico 8 – IVS: Índice de Vulnerabilidade Social



Fonte: Ipea, 2015a

No mapa acima, vemos que alguns municípios do Sul e do Sudeste do país, particularmente no estado de São Paulo, concentravam as situações de baixa vulnerabilidade social, ao passo que as faixas mais altas da vulnerabilidade social predominavam na maior parte do país. Dez anos depois, observa-se um avanço significativo.

O panorama de desigualdade social regional ainda é bastante forte, como podemos ver pela incidência do vermelho no mapa; porém, os resultados mostram avanços significativos na redução da exclusão e da desigualdade social e de acesso a serviços do Estado.

Entre 2000 e 2010, as faixas de maior vulnerabilidade social do país sofreram uma redução, passando de 64,8% para 35,6%. O IVS Capital Humano no Brasil teve uma redução de 28%, passou de *muito alto* (0,503) para médio (0,362). O IVS de Renda e Trabalho foi o subíndice que sofreu maior redução no país, 34%, passando de *alto* (0,485) para médio (0,320). Sendo as maiores evoluções da estrutura social ocorridas na região Nordeste (72,4%), que passou da faixa de *muito alta* vulnerabilidade social (0,564), para a faixa de *alta* vulnerabilidade social (0,414) (Ipea, 2015a).

Gráfico 9- Distribuição dos municípios nas faixas de vulnerabilidade social (2000-2010)

Fonte: IPEA, 2015a.

Em relação à cidade de Recife -onde realizamos a maior parte das entrevistas qualitativas (Ipea, 2016)-, em 2000 a capital pernambucana apresentava IVS "igual a 0,515, situando-se na faixa de *muito alta* vulnerabilidade social. Já em 2010, a região metropolitana apresentava IVS de 0,392, passando para a faixa de *média* vulnerabilidade social" (IPEA, 2015b.p.167). O IVS Capital Humano da cidade, em 2000, era 0,504, passando, em 2010, para 0,349. O IVS Infraestrutura Urbana era 0,533 e, em 2010, correspondeu a 0,442. Já o IVS Renda e Trabalho era 0,507 e passou para 0,385 em 2010 (IPEA, 2015b.p.167).

Apesar de se manterem as desigualdades estruturais, vemos uma redução elementar da pobreza e da vulnerabilidade social, já que, entre 2003 e 2014, 32 milhões de brasileiros saíram da condição de miséria e outros 30 milhões deixaram a condição de pobreza. Esse contingente representa quase um terço da população brasileira (SINGER, 2018, p. 78). É um cenário que contraria as previsões de Francisco de Oliveira (2003.p.97), que afirmou que "o ornitorrinco o privará [Estado] de redistribuir a renda"[55]. A redistribuição de renda nos governos do PT realizou uma reestruturação da estrutura social e uma pequena abertura no espaço social.

Os avanços foram estruturais, embora tímidos, comparados ao abismo da desigualdade sociohistórica do país. Os avanços sociais precisariam de ainda mais força para mudar a estrutura de desigualdade social; porém, mesmo de maneira "fraca", garantiram um novo cenário de avanço do bem-estar social, uma correção das desigualdades sociais, regionais e históricas, um avanço da cidadania, que era uma bandeira de luta desde Constituição Federal de 1988. O que garantiu as transformações na base estrutura da sociedade brasileira. Essa começa a sofrer sérios impactos no começo do século XXI, o que afeta os mais pobres e promove uma abertura parcial no espaço social, uma mobilidade social em massa da "massa"

[55] Oliveira (2003) chama de "ornitorrinco" o sistema capitalista periférico e "incompleto" do Brasil, uma das sociedades capitalistas mais desigualitárias do mundo.

que faz emergir, por consequência, uma nova condição de classe social na estrutura da sociedade.

5.5 A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA CLASSE SOCIAL?

Depois de um longo período de estagnação nos anos 1980 e 1990, que levou à manutenção de elevados níveis de miséria e pobreza, entre 2003 e 2014 o Brasil cresceu e redistribuiu renda.

> Ao longo do governo Lula, viu-se progressiva reativação do mercado de trabalho formal, das oportunidades de negócios e do trabalho autônomo melhor remunerado, reforçada pela expansão do crédito ao consumo e pela política de aumento real do salário mínimo, que também se refletiu nos benefícios previdenciários e assistenciais vinculados / A forte geração de empregos na base do mercado de trabalho e nos segmentos intermediários inferiores, com sensível e contínua melhora em seus rendimentos, foi marcante neste novo momento, com grande impacto sobre a população de baixa renda (Quadros Et Al, 2013.p.33).

O lulismo foi marcado pela redução expressiva daqueles que se encontravam na situação de miseráveis. 32 milhões de brasileiros saíram dessa condição de miséria e outros 30 milhões deixaram a condição de pobreza; ao todo, cerca de 60 milhões de pessoas melhoraram de vida entre 2003 e 2014. Esse contingente representa quase um terço da população brasileira (Singer, 2018, p. 78).

Desses, os que passaram por uma mobilidade social formam, com isso, o maior agrupamento social do país, uma “classe intermediária” que emerge da pobreza extrema. Esses grupos ascensionais passam por um afastamento relativo das pressões econômicas e da absoluta precariedade material, o que aconteceu em maior escala nas regiões com maior vulnerabilidade social, como o Nordeste e o Norte. Tem-se a erradicação trabalhadora da miséria, estruturando, com isso, mudanças na estrutura de classes ocorridas durante a década lulista (2003-2013), uma reconfiguração a partir de fatores como : a emergência de um vasto subproletariado ainda precarizado; a ascensão de uma nova classe trabalhadora; o surgimento de uma pequena “baixa burguesia” e o surgimento de trânsfugas de classe nas universidades.

Não há um consenso quando se procura determinar com exatidão a integração, pois, devido a distintas abordagens metodológicas de apreensão do fenômeno, revelam-se diferentes

facetas dessa realidade[56]. De acordo com Quadros (2018), que utiliza um recorte acima da estratificação social oficial empregado pelo governo (mais crítica, com uma estratificação de classes neomarxista), temos o quadro abaixo[57]:

TABELA 9 - Mudança de Estratificação Familiar Entre 2002 e 2015

	200201	2011121	2012121	2013121	2014121	2015121
Alta classe média	7,0%	7,9%	8,9%	8,5%	9,1%	8,5%
Média classe média	11,0%	14,0%	15,6%	14,3%	14,8%	14,4%
Baixa classe média	29,2%	42,0%	43,0%	44,3%	46,2%	44,4%
Massa trabalhadora	28,6%	27,7%	25,1%	24,8%	23,2%	25,2%
Miseráveis	24,1%	8,3%	7,4%	8,1%	6,6%	7,5%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Quadros (2018)

Vemos que o número de miseráveis sofreu uma redução forte, porém a pobreza ainda se mantém (massa trabalhadora). Enquanto a miséria foi reduzida em dezoito pontos percentuais, a pobreza caiu apenas cinco. Ou seja, o Brasil caminhou para a erradicação da miséria. Os antigos miseráveis se tornam uma espécie de "novos pobres", ou melhor, um estrato intermediário entre os pobres e a antiga classe média.

> a posição intermediária, embora não seja classe média. Consiste numa camada intermediária, porque sob ela há outra, que é o subproletariado. Mas essa camada intermediária não tem a estabilidade, a escolaridade, a renda e a inserção profissional que caracterizam a classe média propriamente dita. Há diferenças também em relação à fração organizada da classe trabalhadora, isto é, ao segmento que está associado aos sindicatos, o que os insere plenamente na luta de classes, e na "Média Classe Média" de Quadros". (Singer, 2018.p.34)

[56] O programa do PT, apresentado na segunda candidatura Dilma Roussef, ressaltava que "36 milhões de brasileiros foram tirados da extrema pobreza" desde 2003. O economista Marcio Pochmann afirmava que "22,5 milhões de pessoas [...] deixaram a condição de pobreza" entre 2002 e 2012. O ex-secretário-geral da Presidência Luiz Dulci sublinhava que 39 milhões de pessoas "foram incorporadas à classe trabalhadora e às classes médias" entre 2003 e 2010 (Singer, 2018.p. 29). E o economista Waldir Quadros propõe um corte mais crítico para medir a miséria e a pobreza – ele coloca a linha de corte da pobreza acima da empregada pelo governo-, onde os miseráveis e pobres, vistos em conjunto, teriam diminuído de 53% para 30% da população entre 2002 e 2014 (Ibid.p.31-32). Mesmo com esse conflito metodológico, essa luta pela classificação, como fala Bourdieu, não significa que a redução da pobreza tenha sido pequena; muito pelo contrário, ela foi estruturalmente ampla. Segundo Singer (Ibidem.p.31), em um cálculo aproximado, seria possível dizer, diante de uma suposta meta de erradicação da pobreza proposta pelo lulismo, que, em doze anos, ele havia cumprido cerca de 40% do percurso: "o lulismo possibilitou a cerca de 30 milhões passarem da "Massa Trabalhadora" para a "Baixa Classe Média" (Ibidem.32).

[57] Não estamos com isso querendo privilegiar a metodologia do autor, em detrimento das outras pesquisas, mas essa classificação em cinco níveis, além de ter sido citada por André Singer e Jessé Souza, nos permite visualizar a nossa argumentação. Dito isso, "o 'padrão de vida' de Alta Classe Média é aquele que toma como referência os profissionais de nível superior, microempresários, dirigentes etc.; na Média Classe Média, os técnicos de nível médio, supervisores, professores do nível médio etc.; e, na Baixa Classe Média, os auxiliares de escritório, professores do nível fundamental, balconistas, auxiliares de enfermagem etc. Em seguida, estabeleceu-se que o recorte para os Miseráveis é o valor real do Salário Mínimo de janeiro de 2004 (arredondado para 250 reais). Por fim, a Massa Trabalhadora (pobres) situa-se entre a Baixa Classe Média e os Miseráveis" (Singer, 2018 p. 30.nota 11).

Os empregos de baixa remuneração foram os que mais se expandiram no período lulista (21 milhões de postos de trabalho criados na primeira década do século XXI, 94,8% desses com rendimento de até 1,5 salário-mínimo mensal). Tais trabalhadores passam pela situação ambígua dessa nova classe social brasileira: por um lado, de não ter nada em comum com a classe média tradicional, principalmente o *capital cultural*, como destaca Jessé Souza (2010;2013); por outro lado, também não pertencem à base de excluídos da sociedade. Elas têm um vizinho mais pobre no seu bairro para se comparar, a maioria, mesmo com o aumento do volume do seu *capital econômico*, não se muda do seu bairro e, como o real é relacional, se "identificam" (projeção imaginária sem a socialização (Lacan, 1985) com a classe média e não com esses vizinhos "pobres"/ da "ralé", mesmo pertencendo também a uma classe popular.

A ascensão social ainda se encontra no espectro das classes populares, ficando difícil chamar esses trânsfugas de classe da pobreza extrema de "nova classe média, o lado brilhante da pirâmide" (Neri, 2010), já que o deslocamento no espaço social, a "translação estrutural", se dá no interior das classes populares, que continuam dominadas no sistema capitalista contemporâneo (Pontes, 2015), sem consciência de classe e identificando-se com a classe média - uma "identificação com o lugar social a que querem chegar" e não do universo popular de origem -, o que depois vai se voltar como uma arma contra o próprio lulismo (Singer, 2018).

Um caso exemplar: Ascensão em Meio à Pobreza e Identificação Imaginária com à Classe Média

No caso desta entrevistada, Janete[nome fictício], uma mulher negra, com 35 anos e um filho de três anos. A sua mãe se alfabetizou tarde, o seu pai se aposentou como Gari, pela prefeitura da cidade do Recife, deixando uma pequena pensão para a sua mãe após a sua morte. Ela completou o colégio (ensino médio), mas não ingressou na Universidade. Sempre trabalhou, desde nova. Quando menor de idade, fez trabalho irregular, sem carteira assinada, em um Jóquei. Também foi vendedora de produtos de beleza, comerciante e chegou até a abrir o seu próprio empreendimento, um restaurante que funcionava apenas na hora do almoço entregando marmita.

No momento da entrevista, ela vivia da renda do Bolsa Família - afirmando que "parou de trabalhar depois que teve um filho, faz três anos".No entanto, antes disso sempre trabalhou, meio que seguindo os passos da sua mãe como comerciante. Ela somava sua renda com a renda da sua mãe, que recebia uma pensão, e do seu marido, que era porteiro e segurança.

Ela mora em uma comunidade onde as casas e famílias são das classes populares. Com casas de alvenaria (a maioria), mas também casas de madeira, precárias e até mesmo algumas famílias que se encontram em palafitas, vivendo na beira da maré, sem estrutura básica, na mesma localização. É uma localização de alta vulnerabilidade social. No entanto, a casa da entrevistada é relativamente "boa". Mesmo morando perto da maré, a casa é grande, de alvenaria, bem cuidada, com eletrodomésticos, sofá, televisão, computador, máquina de lavar, moto... Como a sua rua é pouco movimentada, é frequentada apenas pelos moradores, esses colocam o sofá no meio na rua, o deixam lá sem medo de serem roubados, porque sabem que quem frequenta aquela comunidade são apenas os moradores. Eles fazem a festa de aniversário das crianças na rua e não dentro de casa - presenciei uma festa de aniversário quando fui fazer as entrevistas-, até devido à precariedade de algumas casas, com famílias enormes, quase todas formadas apenas pelas mães, filho (as) e netos, sem a presença de pais.

Nessa condição social, mesmo convivendo com a vulnerabilidade social no seu meio, a entrevistada se considera da classe média.

Hoje em dia quando todo mundo é [classe média], a classe média tá crescendo. Você vê pela quantidade de carro aumentou na rua tudinho. Porque ninguém quer mais tá fazendo escada para os outros [Ricos]. A pessoa quer trabalhar para ter seu próprio dinheiro, entendesse, quer ter o seu próprio negócio, ser o seu próprio empresário, porque cansou de trabalhar para rico e você quando trabalha para eles, eles não te dão valor, não reconhecem o seu trabalho, acha que aquilo é obrigação. Você cai doente, eles ficam com raiva de você, diz na sua cara que você não é insubstituível, então isso cansa, entendesse (...). Porque hoje em dia tá quase igual, não tá igual na parte financeira, mas se você entrar na casa do rico tem essa televisão de LED, na sala, no quarto. E na casa do pobre também tem uma dessa, máquina de lavar, geladeira duplex, frost free (...). Tem a vida do pobre miserável, que eu conheço que tem, é só você ir nos interiores que tem [não foi preciso ir muito longe: no beco ao lado da casa dela existem pessoas que vivem em condições de miséria, morando em barracos e palafitas na beira da maré, como aparece nas fotos que tirei], aquelas pessoas que vivem de luz de candeeiro, têm aquela casa de taipa, que ainda vão para maré, ainda fabrica o seu próprio alimento no terreno de sua casa, que plantam, eles mesmos plantam para comer, uma vida mais sacrificada né, e não tem saneamento, aquela parte ruim assim. Eu sei por que tem uma tia minha que é assim. Lá no fundo do quintal aí tem umas palha de coqueiro com um rolo, aquilo ali era um banheiro, você tinha que usar assim a luz do dia (sol) ou da noite (reflexo da lua) (...).

E a classe média que a gente diz é assim, você já tem saneamento, tem carro do lixo passando na porta, você já pode ir no shopping comprar um sapato, uma roupa, um perfume, parcelar em dez vezes. Você já tem um salário fixo, não falta nada para você, você abre a geladeira o que dá vontade de comer tem, você compra no supermercado o que você quiser, o que você quiser comer você pode comprar, você tem condições financeiras no final do mês de pagar. Você já pode ter um carro, uma moto, dentro de casa, uma televisão, duas, dez, uma máquina de lavar essas coisas. E quem vive em situação mais promíscua (de miséria) não tem.

Se posicionando contra os ricos, a entrevistada percebe os mesmos,

Como ladrões fera, porque quanto mais eles têm, aí eles querem (mais). E eu cresci escutando isso da minha avó, meu avô, do meu pai, da minha mãe, meu padrasto...que ai do rico se não fosse o pobre para ele subir, que a gente sempre faz escada para ele subir. Então tem muita gente que não quer mais isso, tanto é que a classe média ta crescendo assustadoramente e, hoje em dia quando todo mundo, é..., a classe média ta crescendo.

Vemos que ela interiorizou o discurso da "nova classe média". Quando perguntava em que classe social está posicionada, respondeu:

Rapaz, eu acho que tô na média. Eu sempre tive porque nunca faltou nada para mim, como eu disse para você no início, eu nunca tive uma vida sofrida, eu não sei o que é isso, eu não sei o que é realmente sacrifício, aperto, eu não sei o que é, nunca tive isso, essa parte, entendeu.

Como a entrevistada "não passou grandes apertos", possui eletrodomésticos, moto, faz poupança, tem um marido que trabalha – em um contexto social onde a maioria não tem-, gosta de ir ao shopping e faz poupança. Chegou até a abrir o seu próprio negócio, um restaurante que só funcionava na hora almoço, que fez um certo sucesso no bairro, devido a uma obra da Prefeitura que estava acontecendo, onde os operários da obra almoçavam lá. É uma trânsfuga de classe que saiu da pobreza. Ela se encontrava em uma condição social de vida melhor do que muitos da sua vizinhança. No entanto, ainda pobre, em uma condição muito próxima à pobreza. Mesmo assim, se considera de classe média, mesmo que a classe média possua um estilo de vida muito distante do seu *habitus de classe*. Tanto em relação ao lazer, que ainda era bastante limitado, como no âmbito do capital cultural. A sua identificação com essa classe se dava em comparação com o seu bairro e pela estrutura da sua casa.

O único momento em que essa identificação com a classe média vacila, com lapsos no discurso (como fala a psicanálise), foi quando perguntada sobre o Programa Bolsa Família, já que recebia o mesmo.

Rapaz, tem gente que... É uma coisa boa e ao mesmo tempo ruim, é uma ajuda de custo para quem precisa mais, mas as pessoas fazem disso uma fonte de renda. Eu acho que tem um lado positivo e outro negativo, o que não deveria ser, entendesse... É uma renda extra, uma renda a mais, como muitos dizem que dá para pagar uma luz, pagar um gás, mas tem gente que faz disso como se fosse uma profissão, aí se dana a fazer filho, a educação já está ruim, não tem educação nem pra ele, aí se dana a fazer filho por causa do bolsa família. É como eu disse, é positivo e negativo.

E- Aqui recebe bolsa família?

Recebe, eu recebo (fala ela com voz baixa).

Para a entrevistada: “Rapaz, todo político para mim... sei lá, é uma porcaria pô, vão roubar mesmo (...). Essa parte de política aí, primeiro que eu nem entendo muito, e segundo todos [esquerda ou direita] fazem errado pô”.

Vemos, ao mesmo tempo um habitus clivado em multideterminações: uma ascensão social em meio à pobreza extrema (condição da emergência dos batalhadores), uma identificação imaginária com a classe média (interiorização do discurso da “nova classe média”, uma posição contrária aos ricos que exploram os mais pobres e contra a política, inclusive as políticas públicas que garantiram a sua segurança material mínima, como o Programa Bolsa Família), um *patrimonialismo* que vira um senso comum que orienta o povo brasileiro (o ódio à política)- a maior violência simbólica do Brasil, onde o Estado é visto como o berço da corrupção, como destaca as obras de Souza (2009; 2010)-, sendo a única salvação o esforço e a meritocracia do povo.

Houve uma micromobilidade[58], as condições de vida do povo brasileiro melhoram, sem dúvida, com investimento em faculdade – a maioria no ensino superior privado- um aumento do padrão do nível de consumo. Muitos inclusive se aproximando de um padrão de consumo de classe média (Pochmann, 2015). Mas a aproximação com a classe média se formou no âmbito do consumo e não na ocupação (Scalon e Salata, 2012) nem *no capital cultural* das classes (Souza, 2010).

De acordo com o economista do Ipea Serguei Soares (2010), a queda do índice de Gini do Brasil foi compatível com os melhores momentos da construção do *welfare state* na Inglaterra e nos Estados Unidos. No entanto, o nosso ponto de partida foi muito pior que o desses países - em 1930 eles partiram de um Gini que girava em torno de 0,40, enquanto o Brasil, setenta anos depois, parte de um Gini de 0,60. As raízes profundas da desigualdade brasileira (o atraso brasileiro) dificultam o avanço estrutural da sociedade, no que diz respeito à melhora da vida. Nesse ínterim, as condições materiais de existência melhoram, mas a

[58] Ricardo Antunes estuda uma parcela dessa fração ascensional a partir de uma concepção ampliada de trabalho assalariado com as ocupações de telemarketing, call center, motoboys, os assalariados do fast-food, os funcionários de hipermercado, os digitadores de banco, como membros dessa nova morfologia da classe trabalhadora. Se aproximando, com isso, com o que Ruy Braga chama de “precariado”. São os que Quadros (2010) chama, na sua estratificação, de “baixa classe média” , e ainda inclui ocupações como balconista, recepcionista, motorista, garçom, barbeiro, cabeleireiro, manicure auxiliar de escritório, auxiliar de enfermagem e professor de ensino fundamental. Esses são diferentes da "Média Classe Média", na qual estariam "os *técnicos de nível médio, supervisores, professores do nível médio* etc.". Nesse âmbito, foi a "Baixa Classe Média” e não a “média classe média” que teve o maior impacto de crescimento no período considerado, elevando-se de 29% para 44% entre 2002 e 2013 (Singer, 2018.p..33).

experiência de vida continua precária. O buraco do Brasil é enorme. Beira o absurdo o abismo da desigualdade social.

Essa nova classe em ascensão, em razão das suas condições materiais de existência, ainda precárias[59], pobres, tem que continuar em movimento ascensional, em "batalha" (Souza, 2009) para "crescer na vida" (Pontes,2015) com o "suor do seu trabalho" (Alves,2018). Ela não pode ficar parada: precisava inclusive continuar em movimento ascensional para escapar de um futuro inseguro, ou seja, não voltar de onde partiu, da miséria.

De todo modo, a ascensão promoveu uma vida mais digna, com a saída da miséria, com autoestima e bem-estar (principalmente o acesso ao consumo). Também é importante reconhecer o surgimento de uma fração de classe de pessoas que "deram um passo a mais no movimento ascensional, como se tivessem subido dois degraus em lugar de um" (Singer, 2015). São os que Jessé Souza (2009) chama de "batalhadores empreendedores", ou seja, a fração mais bem sucedida dessa nova classe social em ascensão, do ponto de vista do *capital econômico*[60]. Eles formaram em seu habitus de classe um *ethos empreendedor e ascético*, que permitiu uma inclusão subordinada à atividade produtiva, adentrando também, com isso, no mercado de consumo e em socializações subsequentes no ensino superior, por seus membros mais novos (variação intergeracional). É uma fração ascensional mais vinculada ao empreendedorismo do que ao emprego formal/sindicato. São os 21% que o DIEESE chama de "trabalhadores por conta própria": indivíduos que estão tentando mudar de vida por meio de atividades ou negócios autônomos, fugindo e/ou sendo excluídos do assalariamento e participando do empreendedorismo -estaria associado à pequena camada que se aproxima de padrões de classe média, deixando para trás a identificação com o universo popular (Singer, 2015.p.12). "Além disso, ele é um atual ou futuro empregador, portanto está virtual ou realmente do outro lado do balcão da relação capital-trabalho" (Ibid.p.12).

Esse pequeno empreendedor ou "batalhador por contra própria" incorporou a prática da poupança e a restrição do consumo imediato (ascetismo) que constituem disposições essenciais para assegurar sua sobrevivência em um mercado altamente competitivo (Souza, 2010). Sua

[59] A presidente Dilma decidiu colocar como limite, para identificar a pobreza extrema, R$ 70 per capita por mês, ou seja, quem recebia um pouco mais de R$ 2,30 por dia saiu da pobreza extrema. Nesse caso, a importância do Programa Bolsa Família foi enorme para assegurar as condições materiais para quem tinha baixíssima renda no Brasil. "Sem contar que em 2009, 20% dos empregados continuavam sem carteira assinada, acompanhados de 21% de trabalhadores por conta própria e 8% de trabalhadores domésticos (...). Assim, o subproletariado, como fração específica dentro do proletariado, parece ainda pesar na formação social brasileira"(Singer, 2015.p.9).

[60] No último capítulo desta tese vamos apresentar os perfis ascensionais dos Batalhadores Brasileiros.

ascensão se deu através da aquisição de capital econômico, resultante do trabalho árduo. Esse batalhador empreendedor constitui o pequeno proprietário de fundo de quintal, que, diferentemente do novo proletariado de serviços (os "batalhadores precários"), conseguiu incorporar disposições ascéticas fundamentais para abrir o próprio negócio, conseguindo sobreviver no mercado competitivo, a partir de uma autossuperação (sublimação ascética) e adesão neoliberal ao discurso da nova classe média.

Vemos que essa emergência de uma nova classe na estrutura de classes combina uma dupla articulação de: *forças endógenas*, da dimensão política do Lulismo, com o discurso da "justiça social e da correção das desigualdades socio-regionais históricas"; e *forças exógenas*, da acumulação global do capital, com o discurso do empreendedorismo individualista hiper capitalista. Ou seja, essa nova classe social é clivada por um antagonismo social em suas condições materiais de existência, uma multideterminação causal. O antagonismo foi institucionalizado no Brasil, numa correlação de classes, onde as mudanças ocorreram dentro de uma contradição da ordem social: justiça social e capitalismo neoliberal ao mesmo tempo.

O avanço social foi real, mas não podemos negar que as políticas de inclusão social do Governo do PT se desenvolvem em um momento econômico do capitalismo globalizado neoliberal, em aliança com ele. Com isso, as classes populares se submeteram à mudança do capital: "o capitalismo só se legitima e se mantém no mesmo tempo por meio de um espírito que justifique o processo de acumulação do capital" (Souza, 2010.p.29). O avanço dos mais pobres é, ao mesmo tempo, manutenção social e política do capitalismo, a partir da introjeção simbólica da visão de mundo do capitalismo financeiro pelos dominados, uma antropofagia.

Com isso, a realidade social se constitui de determinações antagônicas e antropofágicas. Por um lado, promoveram bem-estar social e a ascensão das condições materiais de existência, a partir da saída/fuga das condições de miséria. Ao mesmo tempo, por outro lado, mantêm uma ideologia capitalista de preservação da ordem social, com um domínio de uma elite que contingencia a sua ideologia para as classes populares ascensionais. Ou seja, ocorre uma mobilidade do imobilismo histórico. Em relação às classes populares, o lulismo foi exitoso do ponto de vista econômico, da redução da desigualdade de renda, do desenvolvimento do consumo e do avanço do bem-estar social, mas, do ponto de vista simbólico e político, a "coalizão de classes" manteve inalterada o status quo das elites que continuam no topo, irradiando a sua ideologia capitalista para a base (*o poder simbólico*), para o povo brasileiro. A não problematização da luta de classes oculta o conflito e, com isso, transforma a percepção do

avanço político das políticas sociais de combate à desigualdade em um discurso e "visão de mundo" individualista e meritocrático entre os grupos ascensionais.

5.6 A POSIÇÃO DE PARMÊNIDES OU ONDE NADA MUDA

Na filosofia antiga, um dos debates mais instigantes se travou entre Parmênides e Heráclito. Esse defendia o mobilismo, a dialética, "*panta rei*" (tudo passa); logo, a filosofia deveria estudar o movimento, já que tudo se move e se transforma, nada é para sempre, exceto a mudança ("ninguém toma banho duas vezes no mesmo rio"). Com isso, o pensador defendia que tudo está em fluxo/movimento. Já Parmênides defendia o oposto, o imobilismo, onde existia uma realidade única, que não se movia. Se algo se movimentasse, tratar-se-ia da aparência e não da essência, já que essa é imóvel e imutável; é aquilo que é, logo, não está, pois se está, não é, porque teria deixado de ser o que era na sua essência. Para Parmênides, o que verdadeiramente é jamais deixaria de ser. Com isso, o filósofo grego defendia a busca daquilo que é eterno da mudança, o imobilismo no mobilismo, o que é estável, o que não muda é o princípio ordenador do real, a essência da realidade pesquisada.

Removendo os excessos metafísicos, do ponto de vista social, aquilo que não se move no Brasil, mesmo com tanta mobilidade social, é a concentração social e econômica no topo da estrutura de classes sociais; esse é o princípio ordenador da realidade social brasileira. A concentração no topo continua; essa não mudou na mudança da estrutura de classes recente do país. A fração do centésimo mais rico permaneceu num patamar muito alto, entre 20% e 25%. Nna maior parte do tempo (Souza, 2016), não houve modificações significativas no período recente Nenhuma política social alterou em nada o topo da estrutura de classes. As mudanças se concentraram na base, apertando a classe média tradicional.

De acordo com Pedro Souza, os dois principais problemas estruturais do Brasil são "desigualdade social" e "concentração no topo": somente a abertura desses dois espaços promove uma democratização da sociedade. Mas nem mesmo a Constituição de 1988, com todos os seus avanços na cidadania, sequer chegou perto de representar uma inflexão da concentração no topo. Desde os anos 1990, a repartição da renda dentro do centésimo mais rico parece relativamente estável até os dias atuais.

> A permanência da desigualdade deu-se em meio a mudanças econômicas e sociais muito profundas em um país cuja população multiplicou-se por seis e o PIB *per capita* aumentou 12 vezes ao longo de nove décadas. Para recuperar

> a boa e velha metáfora culinária, o bolo cresceu, mas não foi dividido, nem mesmo nos últimos anos: na contramão dos resultados mais positivos das pesquisas domiciliares, nos dados tributários a fatia da renda apropriada por todos os estratos no topo – do 0,01% aos 15% mais ricos – ficou, na melhor das hipóteses, relativamente estável entre 2006 e 2013 (Souza, 2016.p.265)

Desse modo, as políticas sociais do governo do PT redistribuíram o capital econômico, mas sem mexer nas elites, sem luta de classes com o topo da estrutura social, composta pelos mais ricos. Basicamente, os mais pobres ascenderam e os mais ricos enriqueceram. E a classe média bateu panela de ódio de classe de ver os mais pobres chegando perto dela (no seu espaço social e simbólico), em relação ao consumo – nos restaurantes, shoppings e aeroportos – e, talvez principalmente, na universidade dos seus filhos.

Enquanto isso, mesmo com as políticas públicas de Lula/Dilma, há dimensões da desigualdade social que permanecem imóveis, como a estrutura fundiária, com o coeficiente de Gini da distribuição da posse da terra estacionado em 0,86 desde os anos 1970 (Hoffmann; Ney, 2010). O aumento da fração da remuneração dos empregados entre 2003 e 2011 ocorreu mais pela queda da fração do rendimento misto bruto (i.e., dos autônomos) do que pelo declínio dos rendimentos do capital (excedente operacional bruto), o que muito provavelmente se explica pela rápida geração de empregos formais no período. Não há indícios de que tenham ocorrido grandes transformações da distribuição do patrimônio.

Vemos também que o índice de Gini não compreende as elites, já que o aumento substancial da renda das classes pobres não é equivalente ao nível da redução das desigualdades (Fleury, 2013). O acréscimo da renda foi maior do que a redução da desigualdade social. Ocorreu, sem dúvida, uma aproximação entre os estratos empreendedores dos batalhadores e a baixa classe média, que tem uma aproximação econômica (Quadros, 2013) e no âmbito do consumo e do bem-estar social (Pochmann, 2015). Os filhos dos batalhadores também se aproximaram da classe média na institucionalização do capital cultural a partir do ingresso na educação de nível superior (mudança intergeracional): os “batalhadores culturais” (Alves, 2018). O índice Gini baixou efetivamente no Brasil, porém, “de um nível obsceno a um nível ainda intolerável” (Fleury, 2013). Ele mede a distribuição de renda por salários e remunerações monetárias, mas não inclui a propriedade, a imobiliária e fundiária principalmente, a fonte da riqueza da classe média alta e alta no Brasil. Desse modo, as políticas distributivas atuam sobre os efeitos da desigualdade e não sobre as suas causas estruturais históricas e sistêmicas; essas permanecem sem alteração na estrutura social, não se movem, no sentido parmenedesiano: se é imóvel, constitui a essência da sociedade brasileira, a essência por trás da aparência para

Marx, o *real* por detrás da realidade (construída simbolicamente) para Lacan, a verdade por detrás do véu.

A distribuição funcional da renda não apresenta modificações. A abertura do espaço social não alterou a alta concentração de renda no topo da distribuição, nem mesmo na esfera educacional (Souza, 2016),a que teve o maior avanço estrutural - em 1976, por exemplo, cerca de 80% dos trabalhadores não tinham completado o Ensino Fundamental, enquanto, em 2013, quase 55% possuíam pelo menos o diploma do Ensino Médio. Mesmo com toda a abertura do capital cultural e econômico, muitos privilégios ficam inalterados: "as reações endógenas às mudanças no conflito distributivo e a própria necessidade de normalização das relações torna difícil que a desigualdade mude radicalmente de patamar" (Ibid.p.227). Os grupos de poder na História do Brasil sempre tentam frear grandes avanços estruturais democráticos, inclusive através de golpe , promovendo um *drift*, um bloqueio das políticas por um longo período.

Nesse circuito fechado, as aberturas dos canais de mobilidade social foram a partir de arranjos institucionais que alteraram mais a posição da classe média tradicional do que dos abastados do topo, onde a concentração de renda é maior, já que 10% das famílias são detentoras de 51% de toda riqueza nacional. Em 2013, o 0,1% mais rico recebia uma renda média mensal de quase R$ 235 mil, e os 1% obtiveram rendimentos de R$ 53 mil mensais (Ibidem.p.231).

A redução da desigualdade sociohistórica ocorreu sem confronto com os detentores do capital. E esses, mesmo sem nenhum ataque direto à sua situação de classe social, ainda se articulam contra os avanços sociais democráticos do país. O reformismo, embora fraco, ameaça os detentores do poder.

Contudo, houve um deslocamento no espaço social, para além do circuito fechado que se reproduzia ao longo da História, com a emergência de uma nova classe social, mas sem alterar o topo da estrutura de classe. A reestruturação se deu pela base, atingindo as classes populares, em uma "dinâmica a um só tempo ascensional, porém popular" (Pontes, 2015.p.22). Com isso,

> uma nova classe trabalhadora brasileira começa, finalmente, a ter acesso aos direitos sociais e a se tornar participante ativa do consumo de massa. Como a tradição autoritária da sociedade brasileira não pode admitir a existência de uma classe trabalhadora que não seja constituída pelos miseráveis deserdados da terra (...), imediatamente passou-se a afirmar que surgiu uma nova classe média, pois isso é menos perigoso para a ordem estabelecida do que uma classe trabalhadora protagonista social e política (Chauí,2013.p.130).

Nessa sociedade onde os direitos da cidadania, que deveriam ser coletivos, se tornam um privilégio de poucos, a classificação das classes é fetichizada. Chamar esses trânsfugas de classe da pobreza de “nova classe média” gera uma “proximidade social e ideológica com a burguesia, e não com os trabalhadores” (Chaui 2013.p.129), uma fetichização da eficiência do mercado enquanto substituição do poder do Estado. Com isso, a democracia fica ausente (Fleury, 2013). Nesse cenário, a objetivação da classe social emergente entra em “luta de classificação”, já que não se tem um consenso na definição da sua mobilidade, nem da sua nomenclatura e nem da posição na estrutura de classes. A luta de classes se encontra em luta de classificação no Brasil contemporâneo.

6 LUTAS DE CLASSE E DE CLASSIFICAÇÃO NA MUDANÇA DA ESTRUTURA SOCIAL

O real é fruto de múltiplas determinações, o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos. Existem diferentes princípios de visão e de divisão do "real" para a apreensão da "realidade". Quando as classes são divididas do ponto de vista de categorias socioprofissionais ou ocupação, por exemplo, objetivadas em classes "A, B, C, D e E", essas pesquisas servem para apreender, com uma previsibilidade máxima, as condutas de consumo desses respectivos grupos de indivíduos e/ou uma mobilidade de uma categoria para outra dentro de uma estrutura. Essa apreensão do real toma a ordem social como um dado estatístico objetivo.

Por outro lado, quando um pesquisador analisa a realidade social das classes a partir da relação entre as forças produtivas e relações sociais de produção, por exemplo, por detrás dessa análise ele objetiva apreender o conflito social, a dominação, a desigualdade e a luta entre as classes. É uma sociologia que busca desvendar os desequilíbrios da ordem social, servindo para gerar avanços sociais e políticos nessa ordem societária (ou a ruptura com ela, para a emergência de uma outra ordem social).

Vemos que as classes sociais têm uma gênese e funções sociais diferentes, dependem do método e de uma objetivação social da realidade ; com isso, se situam em espaços distintos, geram mais lucro social, simbólico e político em um terreno específico e assim elas se situam numa discussão que envolve a classe e a classificação, que entram em uma luta, a luta pela definição da realidade social, sua cognoscibilidade, sua percepção legítima, sua constituição do senso comum, que não deixa de ser uma luta de classes.

"Não existe uma classificação social que não seja um instrumento e um objetivo de lutas" (Bourdieu, 2020.p.73): a objetivação da realidade social se encontra em lutas de classificação, que também atua como luta de classes; lutas de classificações que visam transformar as categorias de percepção e apreciação do mundo social e, por conseguinte, o mundo social, constituem uma dimensão esquecida da luta de classes". (Bourdieu, 2008). É uma luta que não só apreende o mundo social, mas o constrói na consciência e nas inconsciências da ordem social, o que fica visível e que fica invisível, o que é perceptível aos agentes sociais e as classes e uma dimensão sociopolítica que é ocultada.

Trava-se uma luta de classes em torno da "visão de mundo", do "sentido do mundo", do "visível do mundo". Ou seja, o que fica natural e aceitável na sociedade e o que fica apagado, esquecido, ocultado da ordem social.

Enquanto numa perspectiva da "classificação", tudo está em ordem, basta ser constado estatisticamente, do outro, a partir da aplicação de um método distinto, tudo está em desequilíbrio antagônico, e alguma dimensão oculta e conflituosa precisa ser desvendada/revelada (geralmente, um lugar onde alguém lucra com esse desconhecimento).

Atualmente no Brasil, o fenômeno da emergência de uma nova classe social na estrutura de classes passa por essa luta de classificação. Não há consenso na nomenclatura, nos métodos, nos resultados, na identificação da posição de classe que esses grupos emergentes ocupam na sociedade, no que possibilitou essa emergência e nem no grau de abertura da sociedade (espaço social) que serviu como canal para essa ascensão. Ora essa classe social emergente é chamada de "nova classe média" por uns, ora de "nova classe trabalhadora" para outros, assim como de "proletários", "novos pobres", "precarizados", "classe dominada", "baixa burguesia" "pequena classe média", "empreendedores populares", "infoproletários", "batalhadores", "trânsfugas de classe" etc. São poucos os consensos e muitos os dissensos. As pesquisas engendram múltiplos sentidos da realidade social, o que precisa ser elucidado.

Se vamos chamar uma classe emergente no cenário brasileiro de nova classe média ou de nova classe trabalhadora, por exemplo, isso diz respeito ao que vai ser apresentado para o público (divulgado no trabalho científico), assim como ao que vai influenciar a opinião pública (formar o senso comum) ao mesmo tempo. Falar de classes sociais, além de expressar as divisões no interior de uma sociedade, diz respeito ao poder de criar a realidade[61], se estão ocorrendo permanências ou mudanças na História nacional, se está ocorrendo uma conservação ou transformação da estrutura social. Houve canais de mobilidade ou apenas a reprodução invisível da desigualdade? A estrutura de classes do Brasil sofreu alguma alteração ou as mudanças foram no interior de uma mesma posição de classe social?

Isso é o que estamos buscando apreender com esta tese. Para isso, precisamos agora objetivar a gênese e o desenvolvimento desse problema contemporâneo do surgimento de uma "nova classe social" na estrutura social brasileira.

[61] Estamos aqui falando do "poder simbólico"(Bourdieu): o "poder" de "inverter" a realidade, de a constituir simbolicamente nas pulsões da percepção: são mecanismos ideológicos inconscientes que tornam aceita a desigualdade social. Um "poder de impor um ponto de vista seja na teoria ou na realidade"(Bourdieu, 2020.p,97), de impor o consenso sobre o senso do mundo social.

6.1 A “NOVA CLASSE MÉDIA” OU A CLASSE “C”

O Brasil, apesar de em vários momentos na História ser colocado entre as maiores economias do mundo, é um país tanto com riquezas materiais como naturais. A questão da distribuição desses bens sempre foi um problema nacional: a desigualdade social é o traço estrutural marcante da nossa sociedade, com a pobreza concentrada na base e a riqueza concentrada no topo. Com isso, a reprodução constante da opressão e da miséria se tornam algo aceito como natural por toda a sociedade, uma realidade comum, um senso comum.

Nos anos 1970, o economista Delfim Netto, ministro da Fazenda em vários governos militares, transformou o seu ponto de vista da desigualdade social numa política de governo, sugerindo que era preciso “fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”. Com isso o bolo (PIB) cresceu concentrado nas mãos de poucos, enquanto a pobreza se reproduziu na vida de muitos, enquanto tudo isso foi aceito como uma “natureza da sociedade brasileira”. Uma construção da realidade social, por meio de políticas públicas e econômicas de transferência de renda para as classes altas, se torna aceita como natural (vira senso comum) e, com isso, aceitamos o inaceitável, a perversão/sadismo de um grupo, uma minoria, que explora a maioria do povo brasileiro. Enquanto as elites gozam, a maioria vive em privação das suas necessidades materiais, que não são atendidas. O “capitalismo perverso” é instaurado e a sociedade aceita o inaceitável.

Com a redemocratização, é promulgada uma nova Constituição Federal em 1988, que consagra uma correlação de classes e grupos antagônicos, garantindo ao mesmo tempo uma exploração capitalista e a universalização de políticas sociais em solo nacional (a “mão esquerda do Estado”, como fala Bourdieu). A constituição vigente consagrou um avanço social, mesmo em um cenário pouco favorável para a sua concretização, o da “década perdida” dos anos 1980, com o Consenso de Washington, a dependência financeira com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, a crise nas finanças públicas nacionais, a instabilidade econômica e a expansão do neoliberalismo, com cientistas políticos sugerindo que a intervenção de um Estado “clientelista” e “paternalista”, com precária infraestrutura, poderia até produzir um sistema público de seguridade social com direitos universais, mas com acesso excludente e limitado (trabalhadores formais), o que iria desfavorecer os mais pobres, além de gerar imobilidade social, ampliando a desigualdade de renda (Kopper e Damo, 2018)

Nesse âmago, os anos de 1990 foram marcados pelo fracasso do combate à pobreza, sem estratégias fortes do Estado para promover uma equidade social, que não fazia verdadeiramente parte da agenda nacional. Somente nos anos 2000, após uma década de

discussões públicas, políticas e legais, a pobreza se torna um problema de governo (Sprandel, 2004). E o IPEA, presidido pelo economista Ricardo Barros, criticou o caráter persistente e naturalizado da desigualdade brasileira (Paes de Barros; Henriques; Mendonça, 2000), afirmando que a raiz da pobreza não estava na escassez de recursos (absoluta ou relativa), mas na distribuição desigual da renda estável, que gerava uma alta taxa de desigualdade.

Em 2002, com a eleição de Lula, o combate a pobreza vira uma questão central na implementação das políticas sociais e econômicas, saindo da classe no papel (das pesquisas do Ipea) em direção às classes reais (os grupos sociais mais vulneráveis), por meio do Ministério do Planejamento. Ocorreu o aumento real do salário mínimo, a expansão do crédito financiado pelo BNDES, os programas de transferência de renda que impactaram a redistribuição. O antigo Bolsa Escola (1995) é ampliado para o Programa Bolsa Família, proporcionando uma maior inclusão social e correção da desigualdade social regional, onde a transferência de renda é condicionada à matrícula escolar e à vacinação, gerando um avanço do *capital cultural* e da qualidade de vida para os mais pobres, e não somente *capital econômico*. Ocorreu também o desenvolvimento do consumo interno (como superação da crise de 2008), com subsídios fiscais a produtos industrializados (IPI) – que afetou eletrodomésticos e automóveis.[62]

Com esse projeto social desenvolvimentista, em 2010, o então presidente do Ipea, Marcio Pochmann, mensurou o sucesso dos avanços alcançados pelo país no enfrentamento à pobreza e à desigualdade, enfatizando uma "melhora social" resultante da estabilidade monetária, da expansão econômica com aumento do emprego formal e, sobretudo, da ampliação de políticas públicas (Kopper e Damo, 2018).

Nesse cenário nacional, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), coordenada pelo economista Marcelo Neri, tinha publicado em os resultados de uma pesquisa desenvolvida entre 2003 e 2008 em relação aos então recentes avanços socioeconômicos (Barros et al, 2010), afirmando que, entre esses anos, a maior parte da população brasileira se encontrava na camada intermediária de renda: a "Classe C". Essa "classe econômica" "C" corresponde, de acordo com essa metodologia de pesquisa, a um consumo de "classe média".

[62] Em meio à crise estadunidense que eclodiu com o pedido de falência do quarto maior banco de investimentos dos E.U.A, o *Lehman Brothers*, o presidente Lula vai otimista à TV, sugerindo que, se o "tsunami" chegasse ao Brasil, teria o efeito de uma "marolinha". Reduzindo sucessivamente os impostos do IPI, da indústria automobilística e de eletrodomésticos, Lula estimula a população a consumir. Um ano após o anúncio, a "marolinha" comprova-se verdadeira, e o jornal Francês *Le Monde* escreve uma matéria afirmando que Lula tinha acertado. (Kopper e Damo, 2018)

Apesar de “Classe C” ser uma denominação econômica (diz respeito ao consumo), e não social, a pesquisa da FGV, lançou luzes sobre uma grande transformação socioeconômica que, de fato, estava em curso no país, já que, do ano de 2002 até o ano de 2008, milhares de indivíduos e famílias tiveram um aumento substantivo em seus rendimentos e, como consequência, aumentaram seu poder de consumo. Com isso, as camadas inferiores da distribuição de renda tinham agora atingido “níveis intermediários” (Salata, 2014).

Com essas pesquisas da FGV, que têm como principais resultados as “melhoras na estrutura social do Brasil” , Marcelo Neri (2010) começa a afirmar que o país tinha virado um país de classe média. Com base na “Pesquisa de Orçamentos Familiares” POF[63], o economista faz uma interpretação pautada numa lógica empresarial – “classe econômica”, do ponto de vista do mercado, focando sobretudo na renda e no aumento do poder de compra das famílias (grupos ascensionais), onde o faixa de renda composta pelo agrupamento da “classe C” é de aproximadamente 50% da população brasileira.

Tabela 10 - Estratificação da população brasileira em faixas de renda, 2009*

Faixas A e B	10%
Faixa C	50%
Faixas D e E	40%

Fonte: Neri (2010) - Reelaborado (Singer, 2015)-. *Números aproximados, para dar uma ordem de grandeza

Para o economista, as posições medianas da estrutura social passaram a englobar as famílias com renda domiciliar entre R$ 1.126,00 e R$ 4.854,00 (em 2009), atingindo, com isso, um padrão de consumo que é típico da classe média e não da classe pobre. Desse modo, ele agrupou a antiga classe média com essa nova classe social emergente (C), que juntas formam 50% da sociedade. Ou seja, nessa metodologia, por atingir metade da sociedade, a conclusão é que agora o Brasil era um país de classe média, um país de “campeões mundiais de felicidade futura”, pois teria uma nova classe média dominante que só aumentava (Neri, 2010).

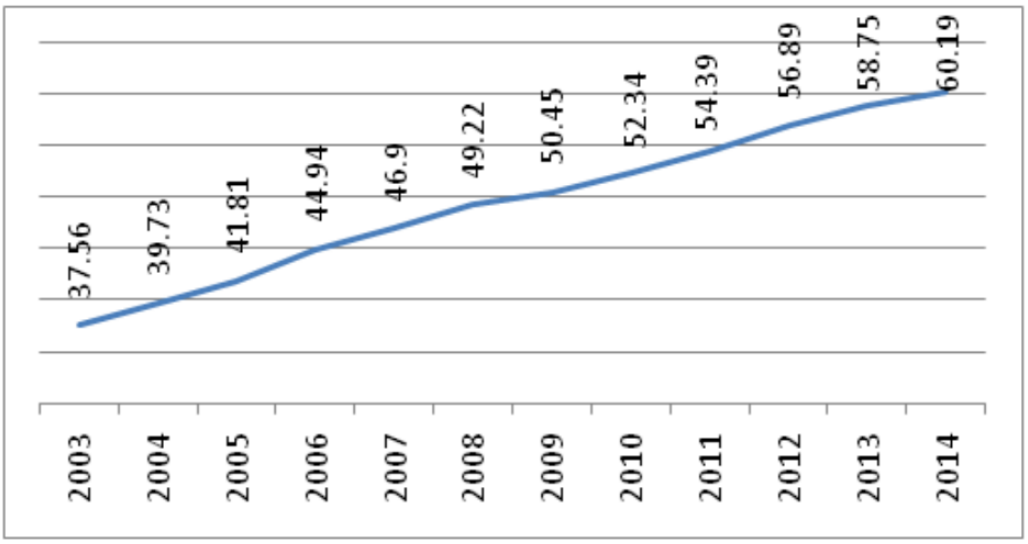
> Neri projetava (...) que, se o país continuasse "na trajetória de crescimento e redução da desigualdade", "a classe média chegaria aos 60,19%" em 2014. 33 Na realidade, chegou em 2013 e parece ter recuado um pouco em 2014, quando

[63] “A Pesquisa de Orçamentos Familiares é executada pelo IBGE e busca obter informações gerais sobre domicílios, famílias e pessoas, hábitos de consumo, despesas e recebimentos das famílias pesquisadas, tendo como unidade de coleta os domicílios. Atualiza a cesta básica de consumo e obtém novas estruturas de ponderação para os índices de preços que compõem o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor do IBGE e de outras instituições” (Kopper e Damo, 2018.P.347).

> a economia parou de crescer. 34 Seja como for, a classe C apresentou um crescimento notável: quase 50% em uma década. Mas o que é a classe C? Em valores de 2011, estariam na classe C os que tinham renda familiar entre 1200 e 5174 reais, o que equivalia de pouco mais de dois salários mínimos a pouco menos de dez salários mínimos. Trata-se, na verdade, de uma faixa de renda alargada, que engloba o segundo e o terceiro (da renda mais baixa para a mais alta) dos intervalos utilizados tradicionalmente pelos institutos de pesquisa (...). Misturam-se na classe C desde trabalhadores com baixa qualificação, que Quadros colocaria na "Baixa Classe Média", cujo rendimento encontra-se próximo da subsistência, a outros com maiores recursos, cuja inserção profissional permite auferir salários da "Média Classe Média". (Singer, 2018.p.33)

Segue a projeção da classe C de Neri (2010):

GRÁFICO 10 - Projeções de classe: Classe C - %



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Elaboração: Neri (2010)

O autor supracitado está afirmando um aumento exponencial da classe média, a partir da junção da antiga classe média tradicional com os grupos ascensionais que saíram da pobreza extrema, afirmando até que 60% da população brasileira teria alcançado a classe C ao final de 2013, tendo essa faixa apenas 38% em 2003: "cerca de 39,6 milhões ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média entre 2003 e 2011", escreveu Neri (Singer, 2018.p.33).

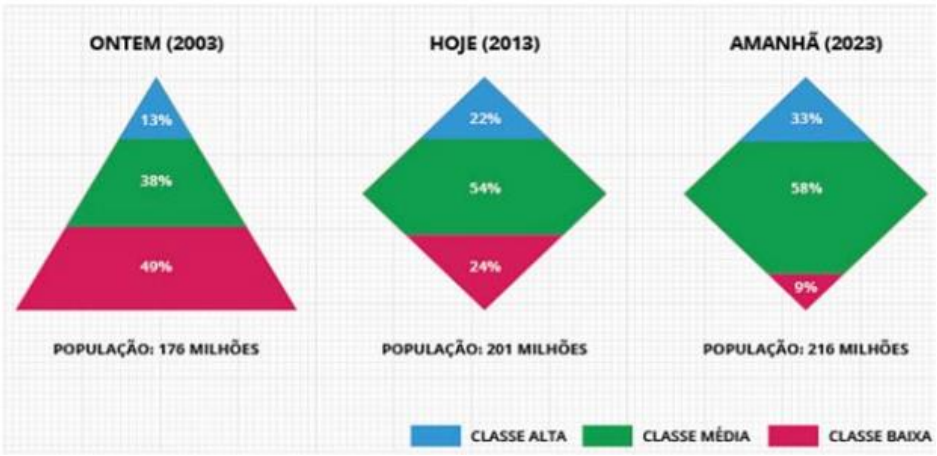
Nesse cenário, o Governo Lula[64] ficou fascinado com a ideia de criar um "Brasil de classe média" e, do ponto de vista ideológico, esqueceu a luta de classes e as ideias gramscianas da gênese do partido. Os governos Lula/Dilma começam a impulsionar essas ideias, se baseando agora numa lógica empresarial de mercado (a partir do conceito de "classe econômica C" e não mais o conceito de "classe social" que orientava a cartilha do PT antes, na "Carta ao Povo Brasileiro"). Nessa lógica economicista, os antigos pobres são agora a "nova classe média".

Essa ideia de uma "nova classe média" sai da teoria, do papel, e ganha o espaço público, gera o consenso coletivo, vira "poder simbólico", como fala Bourdieu, já que adentra ao mesmo tempo na burocracia estatal do governo, nos meios de comunicação e na esfera pública; ganhando o debate coletivo e se enraizando no senso comum. Ou seja, a chamada "nova classe média" vira realidade social no Brasil, uma realidade simbólica que ganha materialidade no corpo social. Uma realidade que se mantém arbitrária em um tempo e coisificada no espaço, graças ao poder simbólico que reflete a vontade do grupo que se torna dominante na luta de classes e de classificações, a que estabelece a classificação. Nessa perspectiva, "as regularidades inerentes a uma condição arbitrária (no sentido de Saussure ou de Mauss) tendem a aparecer como necessárias, até mesmo naturais, pois estão no princípio dos esquemas de percepção e de apreciação por meio dos quais são apreendidas" (BOURDIEU, [1980]) 2009, p. 88).

A tese da nova classe média ganha enorme sucesso nos meios de comunicação de massa, com muitas reportagens em jornais impressos, na internet, rádio e televisão a respeito da ascensão da "Classe C". Muitos institutos de pesquisa começam a divulgar imagens e gráficos afirmando que a estrutura de classe do país agora era um losango e não mais um triângulo: com "representações holográficas da estratificação, elas recriaram as mudanças na distribuição de renda em esquemas visuais que, ademais, aventaram prognósticos de crescimento da classe média que passaram a ser retratados na figura do losango social" (Kopper e Damo, 2018.p.342).

[64] Com a eficácia simbólica do discurso da "nova classe média", o próprio governo contribuiu com ele. Tanto que Marilena Chauí, no evento do lançamento do livro de Emir Sader (2013), fez uma crítica ao Partido em relação à tese da nova classe média, defendendo uma metodologia marxista e afirmando que no Brasil a classe média "é o que tem de reacionário, conservador, ignorante, petulante, arrogante, terrorista. É uma coisa fora do comum (...). A classe média é uma abominação política porque ela é fascista. Ela é uma abominação ética porque ela é violenta. E ela é uma abominação cognitiva porque ela é ignorante". Lula, que assistia à palestra, exclamou em seguida: "agora, depois de tantos anos de luta, que eu cheguei a ser considerado de classe média, essa mulher avacalha com a classe média! Não é possível! [risos]". – Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FeP4rWe0zdw

FIGURA 4- A pirâmide e o Losango: “A Classe C já é maioria”:



Fonte: Serasa Experian/Data Popular. Referência: (Kopper e Damo, 2018)

Ocorre uma manipulação dos símbolos para a criação da realidade (Durkheim, 1996; Bourdieu, 1989; Lacan, 1986), a ordem simbólica corta o real “criando divisões, lacunas e entidades distintas e elimina o real (...), o suga para dentro dos símbolos usados para descrevê-lo, e desse modo o aniquila. Ao neutralizar o real, o simbólico cria a realidade(...), a construção social da realidade” (Fink, 1998.p.44). Ocorre uma dissimulação do real - os símbolos permitem a sua substituição e deslocamento - a partir da criação de uma “realidade” social em nossa percepção, esse é o poder dos símbolos. Por isso, para Bourdieu, a luta de classes passa pela luta simbólica que define o mundo percebido, ou seja, a imposição de uma forma legítima de visão de mundo. O *poder simbólico* tem o “poder de impor um ponto de vista, seja na teoria ou na realidade” (Bourdieu, 2020.p.97), ele fixa a realidade no espaço dos possíveis das práticas sociais: uma teoria se torna uma visão coletiva do mundo e a visão coletiva torna-se o próprio mundo (o *conformismo lógico*, para Durkheim ou a confusão entre as *coisas da lógica* e a lógica das coisas, em certa leitura de Marx). “O campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes; é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção” (Bourdieu, 1989.p.12). Os sistemas de classificação legítimos têm o poder simbólico na luta de classes, manipulam a consciência coletiva de forma irreconhecível a partir de taxionomias políticas que se ocultam como políticas, transfiguram o real (o conjunto empírico de fatos) pelo simbólico: “os sistemas simbólicos devem sua força ao fato de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível”

(Ibid. 14), exercendo, com isso, um efeito ideológico de inculcação de sistemas de classificação política na aparência de naturais.

Ocorrem manipulações simbólicas do nosso olhar para fazer ver e fazer crer (de produzir e impor a sua classificação legítima) o que é socialmente reconhecido. O simbólico muda a visão real dos grupos, os constrange, desloca e dissimula a sua percepção. O olho é capturado pelas leis e regras do simbólico (pulsão escópica) que "superpõe-se à anatomia, isto é, a existência real dos indivíduos" (Lacan, 1999.p.207), "a aparência que o simbólico gera é a da própria aparência" (Zizek, 2013, pp. 403-4), uma letra, na fórmula pascaliana, que inconscientemente leva a nossa mente consigo, nos fascina, encanta, lança um feitiço, "do latim fascinum que também quer dizer "falo" ou "emblema fálico" (Quinet, 1997.p. 193), de que fala a psicanálise. Se "modelo freudiano é apenas um caso particular do modelo mais geral que converte toda expressão em produto de uma transação entre o interesse expressivo e a necessidade estrutural de um campo que aí atua sob forma de censura, pode-se então repatriar para o terreno da política" Bourdieu,2008b .p.132). A força criativa da palavra "inscreve no plano do real esse outro plano a que chamamos aqui o plano do simbólico" (Lacan, 1983.p.299). Desse modo, por detrás dessas afirmações de uma nova classe média produzidas e reproduzidas por corpos de especialistas, temos um:

> resultado de estratégias de eufemização que consistem ao mesmo tempo em dar forma e em ajustar às formas. Tais estratégias tendem a assegurar a satisfação do interesse expressivo- pulsão biológica ou interesse político (no sentido amplo do termo) - nos limites da estrutura de possibilidades de lucro material ou simbólico que as diferentes formas de discurso podem proporcionar aos diferentes produtores, em função da posição que ocupam no campo, ou seja, na estrutura de distribuição do capital específico em jogo nesse campo" (Bourdieu,2008B .p.131-132)

É uma censura estrutural, um recalque coletivo que nos impede de ver a verdade social, alcançando o seu maior grau de perfeição e invisibilidade "quando cada agente não tem mais nada a dizer além daquilo que está objetivamente autorizado a dizer(...), pois já se encontra de uma vez por todas censurado através das formas de percepção e de expressão por ele interiorizadas, e que impõem sua forma a todas as suas expressões" (Ibid.p.132). Com isso, o poder simbólico produz e impõe sua classificação legítima, no mundo social e nas formas de classificação. Um trabalho simbólico é feito sobre o imaginário e real (Lacan, 2007), "onde o olho como órgão e o olhar do Outro se ligam por uma relação de engano" (Lagoas, P.270), uma "*sombra* que faz ver os objetos do campo" (Merleau-Ponty, 1999.p.412-413) aliena e assombra o que vem a ser a "realidade" (Derrida, 1995).

Bourdieu, em uma síntese da fenomenologia, estruturalismo e psicanálise no novo movimento teórico da sua sociologia, afirma que o poder simbólico é uma luta pelo conhecimento e pelo que é acessível ao nosso conhecimento, em uma luta pelo reconhecimento social do que pode ser socialmente reconhecido.

> É uma luta pelo reconhecimento, ou seja, pela imposição de uma forma de conhecimento do mundo social que seja reconhecida. A luta pelo poder simbólico é então uma luta pela imposição de um princípio de percepção do mundo, de um princípio de classificação, de divisão, de diacrítica, de crítica, de juízo, que seja reconhecido como legítimo, fundamentado no consensus omnium [assentimento de todos], que recebe desse consenso uma forma de objetividade (Bourdieu, 2020.p.1o6)

O consenso lógico invisibiliza a luta de classes, oculta o conflito social das classes. Com isso, a desigualdade fica naturalizada e aceita pelo coletivo; por ser imperceptível, vira a própria realidade. Foi o que aconteceu no Brasil, onde a luta de classes é recalcada/invisibilizada e as "classes econômicas" ganham a luta simbólica, constituindo, com isso, a realidade social, uma sociedade de classe média. A percepção cria o ponto de vista social (o impõe simbolicamente). Com isso:

> o elemento revolucionário, intrínseco à ciência e à tecnologia baseada na ciência, é cortado, inibido, neutralizado, ou congelado de acordo com os interesses ou com valores que não partem do horizonte intelectual do cientista ou do tecnologista, mas que se impõem a partir da base econômica, da organização social e dos dinamismos políticos da sociedade capitalista. A contaminação burguesa visível ou invisível do pensamento racional intrínseco a ciência e à tecnologia científica opera nesse plano irremediável (Fernandes, 1980.p.24).

A teoria vira a realidade, os números e tabelas substituem a realidade empírica e histórica do país, "destinados a nos convencer de sua *veracidade*, mas, na verdade, servindo a algum inconfesso interesse particular do poder" (Zizek, 1996.p.15), ficando o vidente "preso nisto que ele vê, é ainda a si mesmo que ele vê, há um narcisismo fundamental de toda visão (...), um corpo habitado (...), seduzido, captado, alienado pelo fantasma, de sorte que vidente e visível se mutuem reciprocamente, e não mais se saiba quem vê e quem é visto" (Merleau-Ponty, [1964] 2007. p. 135). Os símbolos substituem a realidade social nas representações coletivas do mundo social, um consenso social é formado.

Nesse consenso social, os governos de Lula e Dilma comemoram a classificação de uma nova classe média, os pobres também, melhorando a sua autoestima. A revista *The Economist* publica uma reportagem de capa intitulada "*Brazil takes off*", com a imagem do Cristo Redentor

decolando em foguete. A mídia nacional fala aos quatro cantos a notícia da mudança do país. A direita afirma que a nova classe média foi produto do mercado e do neoliberalismo, enquanto a esquerda afirma que foi o Bolsa Família. O povo acha que foi o seu esforço e mérito. Há uma disputa de narrativa, mas todos se *identificam*, os proletários e os burgueses (que encomendam pesquisas para entender o consumo dos mais pobres para ofertar produtos a essa nova classe consumidora), o governo e a oposição, formando, com isso, a cumplicidade ontológica, um consenso do senso comum e um consenso do senso psicológico, uma *doxa* da vida cotidiana, uma exterioridade mútua nas interioridades, um consenso coletivo, ou seja, um mito nacional. Uma metáfora que substitui a realidade sociohistórica é contada, a saber, a tese de que o Brasil é um país de classe média e não pobre e desigual. Algo semelhante ao operado por Freyre em "*Casa Grande e Senzala*", ao formar um sentimento coletivo em torno da *democracia racial*. Todos se identificam, formando um laço social que forma a unidade nacional. Esse consenso unifica as consciências individuais (identidades) e encobre o conflito social, tudo ao mesmo tempo, um *fato social total* (Mauss, 1974) é realizado.

Se no passado tivemos o mito da *democracia racial* (Freyre, 2002), hoje estamos vivendo um novo roteiro simbólico - "comunicação sistematicamente distorcida: um texto em que, sob a influência de interesses sociais inconfessos (de dominação etc.), uma lacuna separa seu sentido público oficial e sua verdadeira intenção" (Zizek, 1996.p.16)-, o *mito da democracia das classes sociais*. O mito é o que dá uma formulação discursiva a algo que não pode ser transmitido pela verdade, o roteiro imaginário impossível de se seguir, a angústia, o vazio, o *real* que atormenta, o *significante do impossível* (Lacan, 2008). Jacques Lacan aplica as teses de Lévi-Strauss para os casos de neurose obsessiva compulsiva, chamando isso de "o mito individual do neurótico", a estrutura psíquica dos sujeitos que têm o fardo de representar o mundo em desacordo com a sua existência social. É uma presença na ausência e uma ausência na presença, onde, no hiato entre a passagem da natureza para a cultura (Leví-Strauss, 2009), na falha impossível de se representar algo deixada pela ordem social – que se mantém na naturalização da ordem simbólica- , nos significantes soltos e flutuantes (Laclau e Mouffe, 2004), se instala o mito inaugural (ordenamento psíquico) que liga o sujeito a um valor simbólico à custa de uma degradação perversa do seu ser. E, com isso, vêm todos os sofrimentos psíquicos (Lacan, 1998) [65], algo que aparece como psicológico, mas, na verdade, é a sua

[65] "As razões dos psicólogos que projetam as relações individuais no campo inter-humano, ou inter-psicológicos, ou social, ou nas tensões dos grupos(...). Do mesmo modo os sociólogos deverão levar em conta relações estruturais que nisso constituem nosso denominador comum (...). no complexo de castração intervém no nível de uma perversão que chamarei de primária, no plano imaginário" (Lacan, 1999.p.204-205).

condição degradante de classe social explorada que aceita simbolicamente a sua exploração. A classe social afeta a saúde do corpo e da mente.

No hiato deixado pelo vazio da ordem social, um sentido é fixado simbolicamente como articulação hegemônica (Laclau e Mouffe, 2004), formando um t*opos*, "lugares-comuns que operam apenas enquanto naturalizados, apenas enquanto os empregamos de maneira automática, 'inconsciente' - uma argumentação bem-sucedida pressupõe a invisibilidade dos mecanismos que regulam sua eficiência" (Zizek, 1996.p.17). E isso fica ocultado pelo mito (das raças e das classes), pela metáfora social criada em desacordo com a nossa existência concreta. Se esta fosse vista, "a vida da sociedade seria simplesmente impossível"(Balibar,1995.p.76), por isso a sua ocultação sombria. As condições sócio-históricas não permitem a sua visibilidade, não sem um enfrentamento simbólico, um redimensionamento do sintoma social, uma mudança da ordem.

O que quer dizer a tese de que o Brasil é um país de classe média? O que fica invisível neste discurso da medianização da sociedade? O sentido real do que é uma classe social. A luta de classes que fica invisível, com um pertencimento social e imaginário da maioria da sociedade em uma grande classe social (que não é pobre e nem excluída, mas aceita socialmente). Com isso, os antagonismos sociais ficam adormecidos, são empurrados para fora da capacidade perceptiva da consciência. A desigualdade social e histórica também se oculta, operando um desconhecimento da estrutura social brasileira. Também se oculta, por detrás deste discurso da nova classe média, um interesse de mercado, que se movimenta para assimilar o novo mercado consumidor emergente[66].

Com isso, fica invisibilizada uma ideologia política que agrupa setores contraditórios em uma mesma classe social, alinhando, a nível imaginário, a identificação em um mesmo projeto político conservador, patrimonialista, em defesa do mercado e contra as políticas públicas do Estado (que priorizam os pobres e não eles, a classe média). O controle da energia de uma classe em defesa de um projeto político de outra, que está acima na estrutura social, uma dissimulação da consciência. Ou seja, fica realizada, de várias formas, uma manipulação

[66] É criado um "mercado da nova classe média", onde "institutos de pesquisa de mercado e experts especializados nesse público consumidor foram gestados e celebraram contratos milionários de consultoria com empresas interessadas em comercializar para o novo público-alvo" (Kopper e Damo, 2018.p.362). Ocorre uma reinvenção do marketing voltado ao mercado consumidor de baixa renda, com agências de comunicação especializadas em "fetichizar" as classes populares emergentes, os ex-pobres. Foram criados institutos de pesquisa especializados em compreender o consumo da chamada "classe C". Como o Data Popular – especialista na "nova classe média" (termo adotado pelo instituto)- , com junção de especialistas científicos: economistas, sociólogos, antropólogos para que objetivam as peculiaridades do consumo, os anseios, desejos dessa nova classe em ascensão (Ibid).

simbólica da ordem social e do controle energético (libido) das classes em ascensão social, o que outrora se chamava de "ideologia", atuando nessa luta de classes e de classificação na mudança da estrutura social brasileira.

O mito da nova classe média é um símbolo de um vazio ausente, a presença de uma ausência. Há uma ausência (o que não pode ser dito, o não dito como fala Foucault) onde o sistema de símbolos interpõe o seu poder sobre a realidade social concreta (o poder simbólico) -as relações não existem sem o sistema de palavras/símbolos que exprimem os interditos que regulam a troca humana e as alianças. O simbólico que captura o imaginário para produzir a verdade objetiva e a percepção dos sujeitos, contribuindo para produzir a experiência do mundo social, que aparece como evidente (*doxa*), uma crença que não se percebe enquanto crença. Com isso, a realidade sociohistórica é esquecida, em favor da *amnésia da gênese* que atua simbolicamente em todas as criações sociais (Bourdieu, 2014), nas classificações de classe que se ocultam como luta de classes.

6.2 A CLASSIFICAÇÃO OFICIAL

Com o sucesso da estratificação social que classificou do Brasil como um país de classe média a partir de 2011, Marcelo Neri passou a participar de avaliações de programas sociais e de reuniões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Governo Federal. E em 2012, após Pochmann anunciar sua candidatura à prefeitura de Campinas, o economista assume a presidência do Ipea e, pouco tempo depois, em 2013, com a saída de Moreira Franco para a Secretaria de Aviação Civil (SAC), torna-se ministro interino da SAE. A troca institucional ocorreu num momento em que a tese da "nova classe média" atingiu seu pico na esfera pública, incentivada pelo crescimento do PIB e pela subida do Brasil ao posto de sexta maior economia mundial em 2011 (Salata, 2014). Neri foi oficializado no ano seguinte, em 2014, no mesmo cargo, onde deu continuidade à sua agenda de pesquisas sobre a classe média, agora legitimada como estratificação oficial do Estado. "Nesse mesmo período, Neri foi escolhido como um dos cem brasileiros mais influentes, segundo uma pesquisa anual realizada pela revista Época" (Kopper e Damo, 2018.p.353).

A partir da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR), foi formulado um *novo critério oficial de estratificação da sociedade brasileira*, buscando mapear e sistematizar os conceitos de "nova classe média" aplicados à realidade brasileira. Nessa perspectiva, uma abordagem empresarial foi combinada a outras abordagens presentes

na instituição, na formulação de um modelo matemático de estimação da vulnerabilidade social brasileira. Essa estratificação pode ser vista a seguir:

Tabela 11 . Novo critério de estratificação social da SAE-PR

	Faixas de renda per capita familiar (em 2012)	Renda familiar média (para família de 4 membros)	Vulnera-bilidade (probabi-lidade de voltar à pobreza)	% da população
Extremamente pobre	Até R$ 81,00 (US$ 34,00)	Até R$ 324,00 (meio SM)	N.A.	5%
Pobre	R$ 82,00 – 161,00 (US$ 67,00)	R$ 324,00 – 644,00 (1 SM)	N.A.	10%
Vulnerável	R$ 162,00 – 291,00 (US$ 121,25)	R$ 644,00 – 1.164,00 (1,8 SM)	N.A.	19%
(Nova) classe média	R$ 292,00 – 441,00 (US$ 184,00)	R$ 1.164,00 – 1.764,00 (2,8 SM)	Até um ano	17%
(Nova) classe média média	R$ 442,00 – 641,00 (US$ 267)	R$ 1.764,00 – 2.564,00 (4,1 SM)	De um a cinco anos	17%
(Nova) classe média alta	R$ 642,00 – 1.019,00 (US$ 425)	R$ 2.564,00 – 4.076,00 (6,5 SM)	Mais de cinco anos	15%
Baixa classe alta	R$ 1.020,00 – 2.480,00 (US$ 1.033)	R$ 4.076,00 – 9.920,00 (16 SM)	N.A.	13%
Alta classe alta	Acima de R$ 2.480,00	Acima de R$ 9.920,00	N.A.	4%

Fonte: (Kopper e Damo, 2018)

Nessa interpretação supracitada do *critério Brasil*, a sociedade é dividida em quatro faixas (AB, C, D, e E), cujos limites são dados pela renda. Em relação a essa, vemos um crescimento da faixa "C", que se encontra entre a mediana e o nono decil da distribuição, ou seja, entre os remediados e a "classe alta". Nesse caso, as classes em vulnerabilidade social correspondem a 34% da sociedade, alguns beirando a miséria social (E). A "nova classe média" corresponderia a 49% da sociedade, e a "classe alta" (AB) corresponderia a 17% da sociedade.

Os autores pretenderam capturar o ganho de renda na estrutura da sociedade brasileira, como mecanismo de saída da situação de pobreza extrema (vulnerabilidade social/miséria). Com o avanço dos ganhos sociais, a desigualdade social e regional se reduz, com uma mudança significante da situação de miséria/pobreza extrema, da fome estrutural enquanto problema social. Essas melhorias viram um slogan do governo: a retirada de milhões de brasileiros da miséria, um "Brasil sem Miséria", como aparece no governo Dilma.

> O programa do PT, apresentado segunda candidatura Dilma, ressaltava que "36 milhões de brasileiros foram tirados da extrema pobreza" desde 2003 (...). O ex-secretário-geral da Presidência Luiz Dulci, sublinhava que 39 milhões de pessoas "foram incorporadas à classe trabalhadora e às classes médias" entre

> 2003 (...) Em um cálculo aproximado, seria possível dizer, diante de uma suposta meta de erradicação da pobreza, proposta pelo lulismo, em doze anos ele havia cumprido cerca de 40% do percurso " (Singer, 2018.p. 29-32).

As principais melhoras materiais foram as questões de cidadania, como rede de esgoto, coleta de lixo e acesso à educação, inclusive do ensino superior, com as cotas raciais e sociais, o Prouni e o Fies. Além desses avanços na estrutura social, em relação à cidadania, Marilena Chauí (2013b) ainda destaca avanços na superestrutura, que não podem ser medidos pela pesquisa estatística do mercado. Com as mulheres como as beneficiárias do Bolsa Família, ao invés do homens, uma alteração nas relações sociais conjugais é promovida, um redimensionamento do machismo. O Prouni colocou os jovens no ensino superior privado, mostrando que a educação não caiu de nível; pelo contrário, esses beneficiários tiverem bons desempenhos, promovendo um redimensionamento da meritocracia. Finalmente, as cotas na educação incluíram negros, indígenas e jovens oriundos do ensino público na universidade pública, e essas ainda se mantendo no topo do ensino superior a nível internacional, promovendo, além de inclusão social, um redimensionamento disruptivo com a indústria da educação privada. Isso, nas palavras da filósofa, foi uma verdadeira revolução social.

Agora de volta ao "critério Brasil", outro avanço significativo das camadas populares foi em relação ao consumo, como nas aquisições de geladeira, motos, carros, televisão e um lazer mínimo, como restaurantes e viagens nacionais. Ou seja, tanto do ponto de vista da "classe social" (Chauí) como do ponto de vista da "classe econômica" (Neri), houve melhoras estruturais na vida dos mais pobres. Os avanços do declínio da miséria foram inegáveis

> Nos últimos anos, a renda dos mais pobres cresceu de forma substantiva, acarretando um declínio dos níveis de pobreza e miséria. Seja do ponto de vista da distribuição de renda, da diminuição de pobreza, ou do crescimento do emprego e da formalidade no mercado de trabalho, a última década trouxe melhorias significativas para uma grande parte da população brasileira (Scalon e Salata, 2012.p.388).

Por outro lado, esse *novo critério Brasil* de estratificação social *não apreende as elites nacionais*. Ele coloca a renda de R$ 5.000,00 como critério de integração à classe alta e não como classe média, desconhecendo totalmente o topo da sociedade de classes - ou seja, para ele, um professor substituto, por exemplo, já seria da classe alta. Esse critério substitui a classe média com a classe alta, assim como mistura as classes populares com a classe média. Desse modo, ele não consegue apreender a estrutura social brasileira de forma correta nem mesmo em relação ao *capital econômico*, sem falar ainda dos outros "capitais" da análise bourdieusiana

das classes. Ele apreende o avanço da renda dos mais pobres, mas oculta a renda dos mais ricos, não mostra as reais elites nacionais e não evidencia a contradição social brasileira (a luta de classes), que fica invisível. Fica oculto o tamanho do abismo da desigualdade social brasileira, focando-se apenas na melhora de econômica dos mais pobres.

A História do Brasil é de muito sofrimento para os que vêm de baixo e, esses avanços em relação à renda, ao desenvolvimento da cidadania e ao consumo são significativos, sem dúvida. No entanto, sem uma mudança estrutural da desigualdade social, o que é apenas uma melhora relativa das condições de vida pode retroceder se as políticas sociais forem desmanchadas (o que ocorreu em seguida, no governo Bolsonaro, com o fechamento do Ministério do Planejamento e solapamento das políticas públicas educacionais, de gênero, da questão indígena, dentre outros, o que promoveu um retrocesso estrutural da "questão social" no Brasil). O real precisa aparecer, o "buraco" precisa ser mostrado, a distância entre as classes precisa ser revelada, para um projeto de Nação e não de governo, com o objetivo de pôr um fim no ciclo da pobreza, de mudar de fato a estrutura social.

É um "fetiche dos números" (Adorno), uma "ilusão positivista" (Bourdieu) colocar as classes "A", a classe alta, o topo da estrutura social, como os grupos que têm um rendimento acima de $.2500,00, enquanto as verdadeiras elites ficam ocultas, escapam dessa classificação e seus rendimentos, bem como o seu estilo de vida, não são apreendidos pelo PNAD, IBGE ou Critério Brasil. É sempre difícil a sua objetivação quantitativa e qualitativa. A elite se faz desconhecer e, com isso, o abismo da desigualdade das classes sociais fica invisível no Brasil, assim como as suas condições históricas.

6.3 A CLASSIFICAÇÃO DO TOPO DA ESTRUTURA SOCIAL

De acordo com Pedro Souza (2016), numa metodologia que busca apreender as elites pelo imposto de renda, em 2013, o centésimo mais rico do Brasil abocanhou quase 23% da renda nacional, e o décimo mais rico teve mais de 51%. Ou seja, vejam o nível do abismo da desigualdade de renda, onde 10% das famílias são detentoras de 51% de toda riqueza nacional. Desse modo, "em 2013, o 0,1% mais rico recebia pouco mais de R$ 2,8 milhões anuais, o que equivale a uma renda média mensal de quase R$ 235 mil (...) e os 1% mais ricos também obtiveram rendimentos muito elevados: R$ 636 mil por ano ou R$ 53 mil mensais (Ibid.p.231).

Isso não aparece no critério oficial de estratificação social. Já o imposto de renda da "classe média assalariada" mostra:

> as médias de R$ 230 mil anuais (R$ 19mil mensais) para os 5% e de R$ 140 mil anuais (R$ 12 mil mensais) para os 10% mais ricos são compatíveis com os salários de grandes contingentes do funcionalismo público federal. Em média, o 0,1% mais rico ganha por mês mais do que os 5% e os 10% mais ricos recebem por ano. Como esperado, a renda média de toda a população adulta era bem mais baixa, atingindo R$ 26 mil anuais, pouco menos de R$ 2,2 mil mensais (Souza, 2016.p.232)

Vemos que a distância econômica é grande, já que o centésimo mais rico vive em condições muito diferentes dos estratos da classe média e da base, vivendo um estilo de vida privilegiado em detrimento do restante da sociedade. E os seus R$ 235 mil mensais não aparecem nas medições estatísticas. Pelos dados observados, fica claro que a "Classe Média no Brasil" não diz respeito àquela camada estatisticamente intermediária, a "Classe C" do critério Brasil, mas sim aos indivíduos mais abastados (faixa "AB") (Salata, 2014). Segundo as pesquisas de Salata, a faixa "AB" do critério de Neri e do novo Critério Brasil fala mais a respeito da classe média do que das classes altas. Enquanto as classes altas praticamente não são objetivadas. Como fala Bourdieu (1977), os dominantes têm o privilégio de controlar a sua própria objetivação e a produção da sua imagem.

As pesquisas de Neri e os desenvolvimentos posteriores neste novo *critério Brasil* exacerbaram a base e esconderam o topo, dando uma ilusão de poder aos grupos intermediários e ocultando os verdadeiros donos do poder. É uma classificação que deixa invisível as classes detentoras do poder econômico e simbólico. Ao mesmo tempo que forma uma ilusão de classe média nas classes populares (o que posteriormente vai se voltar contra o governo da presidente Dilma nos atos de junho de 2013). Como fala Freud (2014) é sempre algo de obscuro aquilo que é negado.

Dividir a sociedade em "A,B,C,,D,E,F,J..." diz respeito a uma lógica empresarial para medir o consumo, a uma estratégia de mercado que oculta as classes sociais reais. Nesse âmbito, algumas críticas, a maioria delas oriunda da sociologia, surgem contra essa lógica empresarial do mercado na objetivação das classes sociais e nas pesquisas acerca da mudança da estrutura social brasileira.

6.4 A NEGAÇÃO DA NEGAÇÃO

Neri criou uma ilusão ao falar que a classe C "é a classe dominante do ponto de vista econômico, pois concentram 46,24% do poder de compra"(Neri, 2010.p.14). Ele negou as reais elites econômicas do país e confundiu as classes populares com a classe média, o que foi incorporado ao "novo critério Brasil", tornando-se a classificação oficial da estrutura social brasileira. Nesse ínterim, as suas pesquisas passaram por duras críticas, a maioria delas oriunda da sociologia: uma "virada sociológica" na busca de uma melhor estratificação da estrutura social do país.

Dentre os mais críticos podemos destacar Jessé Souza, que contesta a tese da "nova classe média" (Souza, 2009, 2010), ao mesmo tempo que critica o atraso dos intelectuais brasileiros - a serviço das elites quando servem para deixar a realidade social ainda mais invisível. O sociólogo afirma que o Brasil teria assistido à emergência de uma "nova classe trabalhadora" e não uma "nova classe média", pois lhe faltava a principal característica que marca a classe média brasileira - que seria, como vimos no começo desta tese, o acesso privilegiado ao *capital cultural*, que lhe possibilita ganhos legitimados na educação, no mercado e nas instituições do Estado, na sua reprodução social. O capital cultural, por ser insensível (Bourdieu, 2008), deixa a reprodução dessa classe invisível.

Jessé Souza, dessa forma, começa a analisar a estrutura de classes do Brasil, mediante pesquisas qualitativas, a partir de um quadro conceitual que envolve Bourdieu e Taylor, numa apreensão das classes além da renda, envolvendo ao mesmo tempo: renda, cultura e moralidade nas práticas sociais. Souza chama essa classe social ascensional de "Batalhadores Brasileiros", um estrato acima da "Ralé Estrutural"

> No setor logo acima da ralé que abrande também setores importantes de uma "elite da ralé" capaz de ascensão – desde que existam oportunidades para a sua classificação e de inserção produtiva no mercado competitivo – é que encontramos a nova classe trabalhadora. Essa é uma classe tão esquecida e estigmatizada quanto a própria ralé. Mas, ao mesmo tempo, conseguiu (...) internalizar e incorporar disposições para crer e agir que lhe garantiram um novo lugar na dimensão produtiva de um novo capitalismo financeiro (Souza, 2012b.p.47-48).

A partir da incorporação de disposições como disciplina, autocontrole, comportamento e pensamento prospectivo (que são disposições primárias para o trabalho duro, um *ethos econômico*), os batalhadores brasileiros, em contexto favorável com a implementação das

políticas públicas do PT, conseguiram mudar a sua posição no espaço social (Souza, 2010), fizeram uma "reestruturação do habitus de classe" (Silva, 2016), um efeito de *histerese posicional* da sua classe social. Com isso, conseguirem adentrar em uma sociedade capitalista competitiva, por meio de um *ethos econômico* que guia a sua prática social. Uma disposição que os estratos abaixo não possuem. No entanto, essas são disposições diferentes daquelas do *habitus* da classe média, engendrado por: capital social (relações interpessoais, como amizades e relacionamentos erótico-afetivos, que ajudam no mundo social e profissional); capital cultural (estudo incorporado na forma de cultura, assim como as competências da disciplina e autocontrole – que não são cognitivas, mas construções sociais incorporadas, indispensáveis para ser bem-sucedido no capitalismo; e até uma gramática social da moralidade (Taylor, 1997) que governa sua autopercepção como "dignos" e, portanto, portadores de direitos sociais.

Com isso, criticando a "cegueira do economicismo", Souza (2010; 2013) demonstra que as vantagens estratégicas da *classe média tradicional* não se materializam pela renda, apenas, mas pelo capital social e cultural que os "batalhadores" não possuem à disposição, pois não incorporaram em sua socialização. Nesse ínterim, por detrás de uma sociedade moderna com aparência de justa e igualitária, bem como do sucesso social meritocrático de indivíduos e grupos que se esforçam em seu deslocamento no espaço social, se encontra, na verdade, o pertencimento a uma classe social e todos os privilégios de contatos de grupos de status (*capital social*), até as disposições sociocognitivas engendradas em sua posição de classe (*capital cultural*), no seu *habitus de classe*. Temos, com isso, a questão mais importante para entender a estrutura e a legitimação de toda a ordem social, que é "o tema da produção e reprodução das classes sociais" (Souza, 2013.p.55). Quem está ganhando, no topo da estrutura de classe, com acesso privilegiado a recursos materiais e simbólicos, "têm interesse na reprodução da sociedade injusta e desigual tal como ela é e a legitimam – afirmam que todo privilégio vem da ideologia do *mérito individual*, o que termina por fechar o círculo que constrói a nossa cegueira acerca do efetivo funcionamento do social" (Ibid.55), que é, na realidade, a constituição de classes sociais. O grande segredo da dominação social moderna em todas as suas manifestações e dimensões é o "caráter de classe" e não do mérito. No entanto, não são raras as vezes em que as classes são escondidas pela ideologia do mérito, como no caso do mérito da ascensão das classes populares – "o lado brilhante dos pobres", como fala Neri (2010). Mantém-se, com isso, uma reprodução social das classes, da desigualdade e da pobreza, que fica invisível aos olhos. Falar que o Brasil é um país de classe média:

> Isso significa que o país está se tornando equivalente a países como a França, a Alemanha ou os EUA. Essa é a mensagem que é passada. Ou seja, é um país de primeiro mundo onde a classe média passa a ser a classe mais importante e os pobres trabalhadores são o grupo residual. Trata-se de uma estratégia, de uma forma de apresentar uma sociedade sem conflitos, sem contradições entre as classes. [Desse modo] só a enxergamos como uma coisa boa (Souza, 2010.p.213).

A ciência, dessa forma, ao invés de revelar os mecanismos sociais de dominação e da desigualdade da reprodução das classes, cumprem um papel "semelhante às propagandas de cigarro, às telenovelas e à fragmentação da consciência cotidiana. As ciências da ordem perfazem 80% ou 90% do que se passa por ciência, seja no Brasil seja fora dele" (Ibidem.p.56). Lembrar a dimensão social das estratégias científicas é invocar o *capital simbólico* (Bourdieu) como arma e alvo de lutas científicas, ou seja, como essas pesquisaram ajudam a ocultar ainda mais a realidade sociohistórica do país. Foi o que fizeram "lamentavelmente, as obras recentes de dois dos mais festejados e reconhecidos economistas brasileiros" (Ibidem.56)[67].

Souza atacou diretamente essa classificação de uma "nova classe média", afirmando que ela, na verdade, reproduz a desigualdade social, que fica invisível.

> reproduzem também a invisibilidade do processo social de produção de privilégios – que se realizam na privacidade dos lares – e que podem "aparecer", posto que sua gênese é encoberta, como "mérito individual" e, portanto, como "merecimento" dos filhos das classes médias. Mas o economicismo é incapaz até de perceber adequadamente o próprio capital econômico. A reprodução das classes altas – que têm no capital econômico seu elemento principal na luta pelos recursos sociais escassos – também depende em boa medida de outros capitais (Souza.213.p..58-59).

Para o sociólogo, a realidade social da reprodução das classes sociais no Brasil só será revelada quando fizermos uma análise "além do economicismo". "O conhecimento estatístico é um "meio" e não um "fim em si", posto que está "a serviço" da necessidade "interpretativa", ou seja, daquilo que vai permitir reconstruir uma realidade que não é visível a olho nu de modo novo e inédito" (Ibidem.p.60).

---

[67] Pochmann inicialmente poderia ter desmistificado a obra de Neri a respeito da "classe média", pelo que vimos nos seus textos, mas manteve a problematização que estava vigente na época. Isto dito, em 2015 o economista adota um tom mais crítico a respeito da mobilidade social recente, se aproximando de Souza e Marilena Chauí, ao falar do "mito da grande classe média" e defender uma "classe trabalhadora brasileira" (Pochmann, 2015) que teve o aumento da renda, o que propiciou um bem-estar social tardio em relação ao consumo, mas sem acesso a mudanças na ocupação. "Inicialmente, a hipótese da alteração na estrutura da sociedade expressa pela identificação de uma nova classe média se estabeleceu rapidamente com dominância explicativa. Gradualmente, contudo, outras interpretações mais profundas a respeito do curso das transformações no capitalismo contemporâneo e de seus efeitos condicionantes no interior da estrutura social brasileira foram surgindo, capazes de questionar a versão da nova classe média por conta de sua fragilidade e de seu simplismo, e por ser tal hipótese desprovida de maior rigor acadêmico" (Ibid.p.44)

Um número não é substituto da realidade empírica – negando muitas vezes a própria realidade, transformando o real em simbólico, mas sugerindo tratar-se da mais pura realidade. O economicismo parte do indivíduo sem passado, já adulto e igual a todos, negando o investimento libidinal na gênese das classes, a incorporação invisível de atributos disposicionais da prática (a economia simbólica dos capitais). O capital cultural é constituído antes da vida adulta e da medição de apressados institutos de pesquisa. Numa circulação bourdieusiana do capital, o investimento em *capital econômico* serve para comprar o tempo da inculcação do *capital cultural*, que no futuro se transubstancia em mais capital econômico.

"Embora Karl Marx tenha sido um autor genial e o pai de toda a ciência social crítica, o conceito central de 'capital' foi desenvolvido por outros autores, como o sociólogo francês Pierre Bourdieu" (Souza, 2013.p.58). As ideias desenvolvidas pela economia simbólica de Bourdieu permitem verificar que os indivíduos e as classes sociais que agem na sociedade não são resultado exclusivo das determinações econômicas, muito menos indivíduos que agem livremente calculando a sua ação, tendo em vista apenas a otimização da ação e a maximização dos lucros. A percepção da luta de classes exige tornar visível a formação e a gênese das classes sociais e, portanto, do conjunto de capitais que irão pré-decidir toda a competição social por recursos escassos. Sem isso, a luta de classes fica "escamoteada e invisível do Brasil contemporâneo", como também "a exploração sistemática e cotidiana dos nossos desclassificados sociais, o que apenas contribui para sua reprodução no tempo" (Ibidem.p.62).

O economicismo não consegue sequer entender o capital econômico, quanto mais a gênese das classes: "sempre que não se percebem a construção e a dinâmica das classes sociais na realidade temos, em todos os casos, distorção da realidade vivida e violência simbólica, que encobre a dominação e a opressão injusta" (Souza, 2010.p.21). O que complica essa situação é que as mentiras sociais, ou seja, a violência simbólica, são meias verdades; do contrário, não convenceriam ninguém. O que a lógica empresarial de pesquisas de mercado faz é "dizer que existem classes e negar, no mesmo movimento, a sua existência ao vincular classe à renda. É isso que faz com que os liberais digam que os emergentes são uma nova classe média, por ser um estrato com relativo poder de consumo" (Ibid.p.22).

Como lembra Marilena Chauí (2013), na Europa os trabalhadores tinham um bem-estar social, mas ninguém dizia que eles eram classe média devido ao seu consumo.

> operários dirigindo pequenos carros (na França, o famoso "dois cavalos" da Renault; na Inglaterra, o "biriba" da Morris; na Itália, o Cinquecento da Fiat), passando as férias com a família (em geral em alguma praia), fazendo compras em lojas de departamento populares (na França, o Prixunic; na Inglaterra, o

> Woolworths e a C&A), enviando os filhos a creches públicas e, quando maiores, à escola pública de primeiro e segundo graus, às escolas técnicas e mesmo às universidades. Também veria que os trabalhadores tinham direito, assim como suas famílias, a hospitais públicos e medicamentos gratuitos e, evidentemente, possuíam casa própria. Era a Europa do período fordista do capitalismo industrial, portanto da linha de montagem e fabricação em série de produtos cujo custo barateado permitia o consumo de massa. Mas era, sobretudo, a Europa da economia keynesiana, quando as lutas anteriores dos trabalhadores organizados haviam levado à eleição de governantes de centro ou de esquerda e ao surgimento do Estado do Bem-Estar Social, no qual uma parte considerável do fundo público era destinada, sob a forma de salário indireto, aos direitos sociais, reivindicados e, agora, conquista dos pelas lutas dos trabalhadores. Segunda surpresa: a diferença profunda entre, por exemplo, a situação dos trabalhadores suecos – desde os salários e direitos sociais até os direitos culturais – e a dos espanhóis, portugueses e gregos, ainda submetidos a ditaduras fascistas e forçados a emigrar para o restante da Europa em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Entretanto, não passaria pela cabeça de ninguém dizer que os trabalhadores europeus haviam ascendido à classe média. Curiosamente, é o que se diz hoje dos trabalhadores brasileiros (Chauí, 2013.p.123)

Chamar de classe média uma classe trabalhadora, que ainda enfrenta situações de privação, de pobreza, de batalha para se inserir no mercado de trabalho, oculta a luta de classes e a luta política de implementação de políticas sociais em um momento histórico profundamente neoliberal. São:

> cientificamente superficial e politicamente conservadora é precisamente a negação sistemática do sofrimento e da dor do dominado e do humilhado socialmente. Afinal, é apenas conhecendo e reconhecendo a dor e o sofrimento injustos que podemos mitigá-lo. "Enfeitá-lo" e negá-lo é, ao contrário, a melhor maneira de torná-lo eterno. De certo, apenas, a certeza de que um Brasil melhor se faz olhando nossos problemas e mazelas nos olhos, difíceis e desafiadores como eles são. Não existe nenhum outro caminho para o aperfeiçoamento individual ou coletivo" (Souza, 2013.p.67)

Nesse ínterim, como comenta Singer (2018.p.34) acerca da classe emergente, "a polêmica em torno de identificá-la como *nova classe média* ou *nova classe trabalhadora* é política, não sociológica, e reflete a disputa pela consciência coletiva do grupo"(p.34). A *nomenclatura* vira uma *luta política*, um aspecto da luta de classes. É isso que Souza está falando há muito tempo, tentando deixar visível a luta de classes invisível da sociedade brasileira. Objetivar o capitalismo para "perceber o seu núcleo simbólico é reconstruir as suas formas de legitimação tornadas invisíveis" (Souza, 2010.p.29).

Nesse âmago, os esforços realizados por Jessé Souza foram: 1- expor a luta de classes; 2- argumentar que as classes se estabelecem além da renda; 3- demonstrar que e como intelectuais (inclusive de esquerda) contribuem para o mascaramento da realidade social (seja em sua versão economicista ou culturalista). Souza busca, com isso, uma "*luta em aberto* que pode ser refeita em qualquer tempo. Ainda que essa luta exija mobilização política e ação coletiva organizada, a desconstrução conceitual da economia e das suas justificações como algo

natural, e não como construído socialmente" (Ibid., p.29). Sem esse esforço de fazer ver, de deixar visível o sofrimento das classes populares, esse continua se reproduzindo de maneira invisível ao longo do tempo.

O sociólogo não está negando as transformações do espaço social promovidas pelo redirecionamento das políticas públicas para os mais pobres (a ralé), nem as instituições sociais do Estado que foram levadas para os meios populares, capacitando as classes que "lutam ativamente, com energia e engenho para escapar da ralé e entrar no rol da pequena burguesia empreendedora emergente" (Unger, 2010.p.10). Mas ele está afirmando que essa classe que emergiu não tem as condições materiais e simbólicas para ser chamada de uma nova classe média, porque, além de permanecerem exploradas - e, por isso, continuam "classe - trabalhadora" –, são designadas por uma nomenclatura que contribui para obscurecer e invisibilizar ainda mais a realidade socioempírica do Brasil, o que serve mais aos interesses do mercado e do neoliberalismo político do que à maioria da sociedade.

Além de Jessé, outras críticas surgiram contra a concepção triunfalista de uma nova classe média, que oculta a situação precária da classe trabalhadora e a luta de classes, como, por exemplo, Celi Scalon e André Salata, que também analisaram os estratos intermediários além da renda: "para a definição da classe média, além da renda tem que ter a posição na ocupação, investimento em educação, plano de saúde e carteira de trabalho assinada (Scalon e Salata, 2012.p.389). Isto aparece na definição conceitual para as "classe(s) média(s)" de Wright Mills (1951), no seu estudo da diminuição da antiga classe média nos Estados Unidos na primeira metade do século XX, composta pelos pequenos proprietários e o crescimento da nova classe média de *whitecollar workers (*administradores, gerentes, supervisores, técnicos, trabalhadores de escritório, vendedores).

Para essa análise, Scalon e Salata utilizam o esquema de classificação desenvolvido por Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979), comumente conhecido como EGP, na estrutura de classes do Brasil, que é dividida em seis: Profissionais e Administradores; Trabalhadores Não-Manuais de Rotina; Pequenos Proprietários; Trabalhadores Manuais Qualificados; Trabalhadores Manuais não Qualificados; Rural.

Ao agrupar os dois primeiros estratos, as camadas médias dos *profissionais e administradores* - posições de alto nível dentro da nova classe média, como dirigentes, diretores, gerentes, especialistas, técnicos e profissionais de status elevado em geral (engenheiros, advogados, médicos, etc.) - e os *trabalhadores não manuais de rotina* -

secretários, professores do ensino fundamental, delegados de polícia, escritores, jornalistas e vendedores de lojas -, começam uma análise da "nova classe média" ou *white collars*, no sentido atribuído por Mills. Desse modo, apesar da enorme distância, em termos de renda média, que separa as classes, todas as classes apresentaram aumento em suas rendas. No entanto, as classes que mais se beneficiaram proporcionalmente por esse aumento foram aquelas localizados na metade inferior da estrutura social, no setor dos trabalhadores manuais (Scalon e Salata, 2012).

Os autores se aproximam do diagnóstico das demais metodologias de análise quantitativa da estrutura social, segundo o qual a base da sociedade foi a maior beneficiada no período estudado. A classe C de que fala Neri (2008) foi a que teve o maior crescimento substantivo nos últimos anos. Porém, quando ela é definida através de critérios como tipo de ocupação e posição no mercado de trabalho, vemos mais "manutenção" do que "mudança social". Ou seja, Scalon e Salata chegam à conclusão de que, no Brasil, nessa emergência de uma nova classe social, muda a renda, mas não muda a ocupação.

Os sociólogos chegam, a partir de pesquisas quantitativas, a uma conclusão semelhante àquela feita por Jessé Souza, apesar desse se basear em pesquisas qualitativas: a do "fechamento da classe média" devido ao *capital cultural*, o que Scalon e Salata chamam da variável quantitativa dos "anos de estudo",

Tabela 12 – Média e Faixa de Anos de Estudo por Composição Sócio-Ocupacional (EGP) no Brasil (2002-2009) para indivíduos do sexo masculino, entre 24 e 60 anos de idade

EGP (6 classes)	Ano	Anos de Escolaridade					
		Média	de 0 a 4	de 5 a 8	de 9 a 12	mais de 12	Total
			%	%	%	%	%
Profissionais e Administradores	2002 2009	13,4 14,2	5,8 2,5	8,2 4,9	24,1 20,8	61,9 71,8	100
Trabalhadores não manuais de rotina	2002 2009	10,7 11,7	11,8 7,0	23,3 15,3	44,4 49,1	20,6 28,5	100
Pequenos proprietários	2002 2009	9,3 10,0	25,6 19,6	24,7 22,8	31,5 37,3	18,2 20,4	100
Trabalhadores manuais qualificados	2002 2009	7,5 8,8	36,6 25,0	34,9 30,0	24,1 37,4	4,7 7,7	100
Trabalhadores não qualificados	2002 2009	6,8 7,9	44,1 32,2	33,9 32,6	19,8 30,8	2,2 4,4	100
Rural	2002 2009	4,0 4,9	78,9 68,1	15,0 19,1	4,9 10,1	1,2 2,7	100

Fonte: PNADs, 2002, 2009 / IBGE. Elaboração: (Scalon e Salata, 2012).

Os autores também conseguem observar um fechamento social em relação à "cor", estabelecendo uma relação entre racismo e classes sociais, já que "em nenhum dos grupos de classe média, a participação dos negros chegou a 50%. Entre os profissionais e administradores, ela não chega a 30%, fica em 45% entre os trabalhadores não manuais de rotina, e não chega a 40% entre os pequenos proprietários" (Scalon e Salata, 2012.p.400). Quanto mais alta a posição social, menor a frequência de negros/as, eles são os que menos adentram na classe média. No entanto, em todas as outras classes, "ela ultrapassa os 50% em 2009 e ultrapassava 45,4%, em 2002 (...) [ficando com] concentração de indivíduos da raça negra no setor rural e no manual não-qualificado" (Ibid.p.400).

De maneira geral, os autores chegam a algumas conclusões importantes: 1- uma distância (fechamento social) se mantém entre as classes médias e as classes manuais (em relação ao nível educacional, distribuição por raça e posse de alguns bens de consumo); 2- há divisões internas dentro da "classe média", ocorrendo uma aproximação dos trabalhadores não manuais de rotina com os trabalhadores manuais (especialmente os qualificados), dentre outras. "Nesse sentido, talvez, possamos dizer que, nos últimos anos, tenha havido uma aproximação entre a *baixa classe média* e os estratos mais qualificados *da classe trabalhadora*" (Ibidem.402). A aproximação dos setores emergentes foi com a classe trabalhadora qualificada, e não a classe média, que tem um alto grau de fechamento em relação ao capital cultural e à raça. "Ficam claras, dessa forma, as dificuldades de se falar no Brasil como um país predominantemente de classe média, tendo como base o crescimento expressivo dos grupos de renda intermediários nos últimos anos" (Ibidem.p.403)

Para os autores supracitados, o termo "nova classe média" se mostra fora de contexto: "ao invés de falarmos de uma nova classe média poderíamos ponderar, talvez, sobre uma parcela da classe trabalhadora que, em relação a certas características, quase exclusivamente os rendimentos, estaria se aproximando dos setores mais baixos das classes médias" (Ibidem., p. 403). De todo modo, destacam a aproximação pela renda dos grupos emergentes com setores mais baixos da classe média, havendo, de fato, um aumento do bem-estar social e uma redução da desigualdade, apesar de não ser no nível que aparece nas pesquisas de Neri (2010). Ocorreu a "expansão do mercado de trabalho e crescimento da renda no Brasil, em particular para as classes inferiores da estrutura social. Mas não foi verificado aumento da participação das classes médias (entendidas através de uma classificação sócio-ocupacional) no seio da estrutura social brasileira nos últimos anos, entre 2002 e 2009" (Scalon e Salata, 2012.p.404). A mudança foi de rendimentos (bem-estar, consumo) e não na posição ocupacional de classe.

Como afirmam as pesquisas do economista Marcio Pochmann (2015), a transformação da estrutura social brasileira do século XXI incorporou os trabalhadores de baixa renda ao padrão tardio de consumo fordista. “De forma tardia, o país incorporou uma parcela considerável da classe trabalhadora que ainda se mantinha à margem do acesso ao consumo dos bens duráveis” (Ibid.p.98-99). A parcela constitutiva dos 40% mais pobres do conjunto da população brasileira foi a receptora de uma “difusão do padrão fordista”, com uma “incorporação dos trabalhadores de baixa renda no padrão tardio de consumo fordista, equivocadamente associado à ascensão social de classe média” (Ibidem.p.44). Desse modo, quem antes vivia na miséria agora podia consumir; desse modo, a aproximação com a classe média foi no âmbito do consumo, de acordo com o economista. O consumo de bens duráveis, serviços e créditos bancários alcança a “classe trabalhadora”, “inclusive daqueles de maior valor unitário, como automóvel e casa própria, o que simbolizou um ciclo de expansão econômica associado a certa desconcentração de renda”(Ibidem.p.44).

Souza e Lamounier (2010), por sua vez, apresentam uma publicação encomendada pela Confederação Nacional da Indústria, analisando ambições, valores e projetos de sociedade do “grupo emergente da classe C” (ali caracterizado como a nova classe média brasileira). É um livro de referências empíricas a respeito dos sentimentos destes grupos, onde os autores parecem estar focados em apreender a percepção desses grupos (lógica do seu padrão de consumo). Com isso, acabam priorizando a sua ênfase interpretativa mais no mercado do que nas políticas sociais do Estado. Por outro lado, afirmam a importância das reformas essenciais, como trabalhistas e tributárias, para uma redução estrutural de desigualdade mais significativa – o que, sem isso, só resulta na presença de setores informais na economia. Além disso, um ponto de consenso entre os demais críticos, aqueles autores afirmam que a mobilidade foi constituída sobre a ampliação do consumo, e não de novos padrões de organização da cultura, dificultando a consolidação de uma tese de uma nova classe média. Essa seria uma incógnita que dependeria de fatores econômicos (ritmo e composição do crescimento e processos estruturais dele decorrentes), de elementos weberianos (como educação, empreendedorismo, atitudes em relação ao trabalho) e de recursos políticos – como capacidade de articular seus interesses, de pressionar o sistema político (Souza; Lamounier, 2010, p. 4).

Para Quadros, Gimenez e Antunes (2013), a Classe C não deveria ser chamada de classe média, já que essa teria sido produto do Milagre Econômico durante a ditadura militar, do dinamismo econômico associado à profunda desigualdade social da época, estando muito longe dos padrões e estilo de vida dessa “nova classe média” oriunda das políticas sociais do governo

do PT atreladas a um contexto neoliberal. Esse nome seria um *marketing das grandes empresas*, que percebem as potencialidades dos consumidores de baixa renda com o avanço social recente. Por isso, vemos que não foi despretensiosamente que a pesquisa de Lamounier e Souza (2010) foi encomendada pela Confederação Nacional da Indústria.

Quadros et al (2013) parte de uma estratificação em quatro faixas: *alta classe média* (ocupações típicas, definidas aprioristicamente, inspiradas no sociólogo americano Wright Mills - médicos, professores do ensino superior, engenheiros, empresários); *média* e a *baixa classe média*; *massa trabalhadora* (engloba os trabalhadores pobres que se encontram entre os miseráveis e a baixa classe média); e os *Miseráveis* (que vivem com menos que um salário mínimo). Os autores constatam a "inequívoca melhora dos padrões de vida das camadas inferiores e um avanço importante nas camadas superiores, no que tange às famílias. A volta do crescimento econômico, os aumentos do salário-mínimo e os avanços das políticas sociais (...) como decisivos para tal transformação" (Quadros et al, 2013.p.36).

Para os autores citados acima, as interpretações dos entusiastas de uma "nova classe média" exaltam as virtudes do neoliberalismo e defendem a desindustrialização. É uma matriz de interpretação de analistas conservadores, que se dizem identificados com a justiça social, mas que estão na verdade preocupados com o livre mercado. Esses têm forte penetração nos meios de comunicação e, com isso, confundem a opinião pública proclamando que o Brasil virou um país de classe média. Essa é a agenda deste discurso: os analistas neoliberais comemoram a "classe média das empregadas domésticas e dos analfabetos, a menor desigualdade social e a queda da pobreza. Mas escondem o impacto do crescimento acelerado e a necessidade da reindustrialização e da reestruturação do setor público" (Ibid.p.36-37), que, por meio das políticas públicas contra neoliberais, atuam para "suprir as carências históricas da educação, saúde, segurança, habitação etc." (Ibidem.p.37). Ou seja, as interpretações de classe social que privilegiam o mercado escondem as políticas sociais de reforço da dimensão social e pública do governo do PT. Abrindo brechas para FHC, por exemplo, afirmar que a nova classe média foi criação do seu governo, fruto do desmonte do Estado, e não do seu fortalecimento (bem-estar social) no governo de Lula/Dilma.

> Em 2011, Fernando Henrique Cardoso alertava as forças antilulistas para o fato de que "o que vem sendo chamado sem muita precisão de 'classe C' ou de nova classe média", conectada às redes sociais, deveria ser o alvo principal da mensagem oposicionista, uma vez que o "povão" estava fechado com o governo petista (Singer,2018.p.34).

A luta de classes vira luta de classificação (Bourdieu, 2020), sendo o poder simbólico em torno da nomenclatura um perigo para a luta de classes, pois mobiliza setores populares (classe trabalhadora) nas fileiras da classe média anti-lulista, como ocorreu nas manifestações de junho de 2013. A ascensão econômica, de renda, não garante consciência de classe. Muito pelo contrário, ela pode fazer as classes emergentes se identificarem com os grupos sociais acima (projeção identitária com quem querem ser, uma identificação imaginária, como fala Lacan) e se desidentificarem com os de baixo (quem foram no passado, antes da reestruturação da estrutura social). A mudança material, de renda, não veio acompanhada da mudança "simbólica das formas de consciência" (Durkheim e Mauss, 2000; Lacan, 1999). Por isso, para Singer (2018.p.34), "Dilma desperdiçou o potencial classista dos novos trabalhadores. Ao aderir à interpretação sugerida por Neri, segundo a qual a camada em ascensão seria uma nova classe média, a presidente levava água para o moinho que iria moê-la".

Nesse âmago, em uma socioanálise da percepção, vemos que o debate entre a nomenclatura de uma "nova classe trabalhadora" ou nova "classe média" deixa de ser em torno de uma classificação científica e vira uma luta política, uma luta por fazer existir aquilo que é dito, uma luta para virar a realidade, o "poder de impor um ponto de vista, seja na teoria ou na realidade" (Bourdieu, 2020.p.97). Não podemos esquecer que o senso comum se forma de imposições - pressão social - e não de constatações (Durkheim, 1995), e que as operações de pesquisa formam atos de constituição da realidade social (Bourdieu, 2020). O poder simbólico, nesse caso, impõe um ponto de vista seja na teoria ou na realidade, na constituição de um consenso sobre o senso do mundo social; ou seja, são estratégias classificatórias que os agentes têm para conservar ou transformar o espaço social e simbólico na defesa dos interesses dos seus membros - nesse caso pesquisado, as classes dominantes.

A nomenclatura de uma nova classe média só interessa às elites e às estratégias de marketing das empresas que vendem bens de consumo para as classes populares. É um ponto de vista sobre o social, que manipula as estruturas profundas do imaginário, prendendo essas classes e grupos emergentes à violência simbólica, do esforço, do merecimento e da ascensão social meritocrática, ao mesmo tempo que oculta a sua real posição na estrutura social.

Afirmar que a mudança da estrutura social ocorrida no governo Lula/Dilma foi a "emergência de uma nova classe média é, do nosso ponto de vista, inadequado. Isto porque o conceito de nova classe média, introduzido por Wright Mills nos anos 1950, se referia à expansão do emprego de colarinho branco" (Quadros et al, 2013.p.37). O que não aconteceu no Brasil, como vimos na pesquisa de Scalon e Salata (2013), que teve um avanço significativo na

renda, mas sem alterações na estrutura ocupacional do país. O mercado não funciona livremente. A estrutura ocupacional (Mills), assim como a posse de capitais (Bourdieu), é importante na definição da classe média. A tese de uma nova classe média não tem respaldo sociológico, é um discurso economicista, articulado com marketing para os novos consumidores emergentes, que esconde as classes dominantes do país e o tamanho do abismo social da desigualdade entre as classes, mas que capturou o senso comum, tornando-se uma "imposição de uma classificação homologada e universalmente reconhecida" (Bourdieu, 2020.p.97), uma "técnica social muito misteriosa que permite ao detentor do selo autenticar todos os seus atos e todas as suas palavras como sendo atos coletivos e que, ao mesmo tempo, faz existir o grupo"(Ibid.143).

Somente no final do governo de Dilma Rousseff as lutas de classificação instituintes são instituídas no órgão de pesquisas econômicas do Governo Federal - mesmo sem que ela vire discurso oficial, que continua o da nova classe média -, com a nomeação de um dos sociólogos mais críticos da ideia de uma nova classe média, Jessé Souza, para a presidência do IPEA.

No início do segundo mandato de Dilma Rousseff, Jessé Souza é alçado ao posto de presidente do Ipea, sucedendo Sergei Dillon Soares[68]. O autor do livro "*Batalhadores Brasileiros*" foi indicado por Mangabeira Unger[69] quando esse estava à frente da SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República -, que desenvolvia políticas públicas de longo prazo voltadas à prosperidade da Nação.

Para Mangabeira Unger (2010.p.11), os batalhadores brasileiros deveriam ser "os primeiros destinatários das iniciativas de capacitação não por uma lógica de caridade (em que o critério é quem sofre mais), se não por uma lógica de eficácia transformadora (...). A existência dos batalhadores importa, também, para a prática da política transformadora", um grupo prioritário das políticas públicas, para um projeto desenvolvimento do país a longo prazo, numa lógica de eficácia transformadora da sociedade.

Nessa repercussão, Neri sai de cena, dando lugar ao principal porta-voz de uma crítica sociológica na interpretação dos dilemas contemporâneos do Brasil, Jessé Souza, que se torna o primeiro sociólogo a assumir a presidência do Ipea. A tese do livro sobre os "Batalhadores"

[68] Que presidiu o Ipea entre 2014-2015.

[69] Filósofo e Professor da Universidade de Harvard, filiado ao partido do então vice-presidente José de Alencar (PRB) (Kooper e Damo, 2018), foi por duas vezes ministro-chefe da SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

(2009) é a de que retratar o país como uma grande classe média, como E.U.A, França, Alemanha, os países modernos de primeiro mundo, só escondia a extensão da pobreza no Brasil. Seria uma ideologia neoliberal que esconde a verdade sobre a estrutura social, que tem por maioria os pobres e excluídos.

"Entre nós confunde-se o tempo todo o poder interpretativo dos conceitos com as posições políticas pessoais dos autores que as enunciam com resultados previsivelmente lamentáveis (...), o debate de ideias científicas é a primeira trincheira da luta política e da luta de classes" (Souza, 2013, p. 8). Porém, para o sociólogo, "o termo não é o principal; é inegável que houve ascensão", destacando que mais importante que a classificação é a capacitação dessa nova classe trabalhadora, para que ela seja capaz de assimilar novas tecnologias e aumentar sua produtividade (Kopper e Damo, 2018). Nesse âmbito, em entrevistas, Souza falou algo que deveria ser óbvio para todo mundo que sai na rua, mas que foi tão dissimulado que caiu na invisibilidade social, a saber, que o Brasil era um país pobre.

Sem ocultar as classes sociais, Souza afirma que o mascaramento da ideologia neoliberal empresarial impede os agentes de perceberem o óbvio. Nesse sentido, o sociólogo acaba revelando o que estava oculto por trás de uma ideologia neoliberal, no Governo Lula e Dilma, a permanência da pobreza que ainda precisava ser combatida. Houve uma redução da miséria, mas o país continua com altas taxas de pobreza. Com isso, após sua nomeação, ele apresentou uma nova agenda de pesquisas intitulada "Radiografia do Brasil moderno: onde estamos e para onde podemos ir", afirmando em entrevistas que "O Brasil não conhece o Brasil, só faz de conta" (Ibid).

6.5 A LUTA DE CLASSES E DE CLASSIFICAÇÃO NA TRANSIÇÃO LULA-DILMA

Fica institucionalizada no Governo Dilma uma agenda para erradicar a miséria: "um país sem miséria". Para isso, a presidente aprofunda ainda mais as políticas sociais do governo Lula, aumentando o investimento em "equidade social" (Ipea, 2011), mas em uma perspectiva diferente do seu antecessor – que era coalização de classes-, se direcionando em conflito social com o capital financeiro. No primeiro governo, o objetivo foi eliminar o rentismo com a dívida pública, como meio sistemático de acumulação de capital, o que era um elemento de poder estrutural da burguesia brasileira, desde o início dos anos de 1980 (Bastos, 2017).

Enquanto Lula, “não gosto muito da palavra hegemonia, sabe. O exercício da hegemonia na política é muito ruim. Mesmo quando você tem numericamente a maioria, é importante que, humildemente, você exerça a democracia. É isso que consolida as instituições de um país” (Silva, 2013.p.20); “o exercício da democracia é a convivência na diversidade (...), é uma sociedade em movimentação” (Ibidem., p.20). O presidente acaba se afastando da gênese gramsciana das teses do PT, do socialismo, da hegemonia da esquerda, se aproximando de uma perspectiva de coalização entre as classes e não de luta pela hegemonia da classe trabalhadora. Tal perspectiva já emergiu quando o PT escreveu a “Carta ao Povo Brasileiro” em 22 de junho de 2002, renunciando às bandeiras históricas do partido. Com isso, o comitê da campanha de Lula “decidiu comprometer-se com as exigências do capital, cujo pavor de suposto prejuízo a seus interesses com a previsível vitória da esquerda levava à instabilidade nos mercados financeiros, foi dado o sinal de que o velho radicalismo petista tinha sido, no mínimo, suspenso” (Singer, 2012.p.77). “O que estava em jogo, na verdade, era o abandono da postura anticapitalista que o partido adotara na fundação” (Ibid.p.79), estabelecendo pontes com a direita e adotando uma posição pragmática. Nesse momento, o nome socialismo sai da cartilha do PT, e esse estabelece alianças com a direita e empresários da burguesia nacional, como o seu vice José Alencar.

Singer (2018) afirma que esse momento foi a união de dois espíritos, um socialista e um pragmático. Com isso, o PT joga o jogo do capital. Mantém a reforma social das suas bandeiras históricas, desde a luta pela cidadania na transição democrática, mas, sem alterar o status quo do topo da estrutura social, sem mexer com as elites - nas palavras do sociólogo, um “reformismo fraco”. Ou seja, um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem social.

Já a presidenta Dilma Rousseff, por sua vez, pretendeu acelerar o lulismo em uma perspectiva “rooseveltiana”, segundo Singer (Ibid), e criar, em um curto espaço de tempo, uma vida material digna e similar para os mais pobres. Mas, para isso, diferentemente de Lula, entrou em confronto com os detentores do grande capital.

Ela “sentou na cadeira presidencial tendo atrás de si um crescimento de 7,5% do PIB, uma taxa de desemprego de 5,3% e uma participação do trabalho na renda 14% acima da que havia em 2004” (Singer, 2018.p.8). Com uma massa de trabalhadores que realizava um consumo antes apenas destinado à classe média, como viagens de avião, tratamento dentário e ingresso em larga escala nas universidades. Aumentar o ritmo do reformismo fraco lulista poderia promover um país integrado, a partir da superação do abismo social entre incluídos e

excluídos. Ao invés de apenas dar continuidade ao que Lula fizera, na coalização de classes, a presidenta teria optado por uma direção com autonomia relativa, deslocando as políticas do governo para um "reformismo forte" e, não, o " reformismo fraco". No entanto, dentro dos limites da mudança pelo alto e sem mobilização da base da sociedade (Singer, 2018), uma tentativa de criação de um Estado de bem-estar social, sem mobilização social, com o objetivo de promover um crescimento econômico alinhado com a reindustrialização do país. Para isso, formou uma coalização de classe diferente daquela de Lula, agora entre a "classe trabalhadora organizada" e os "empresários industriais".

Nesse âmbito, "o governo decidiu desvalorizar o real, taxar o capital especulativo, reduzir os juros e pressionar os bancos privados, por meio dos bancos públicos, de modo que reduzissem as suas taxas, financiando a produção e o consumo internos" (Ibid. p.12-13). Estava formada uma aliança entre a classe trabalhadora e o capital industrial, pressionando, para isso, o capital especulativo e, os grandes bancos. A presidência, pelo Ministério da Fazenda, reduziu os juros dos grandes bancos forçando os *spreads* para baixo, desacelerando o rentismo, afirmando que os lucros dos bancos com cartão de crédito e cheque especial eram muito altos, comparados a outros países do mundo. O ministro Guido Mantega chama os *spreads* de "absurdos" e reitera que o poder Executivo "os fará cair". O Banco do Brasil fez uma redução agressiva nos juros e elevou os limites de várias linhas de crédito para empresas e consumidores com o objetivo de acirrar concorrência com os bancos privados e estimular a economia interna. O preço da eletricidade foi reduzido, acenando para indústrias nacionais e as classes populares. O real foi menos valorizado, aliviando o pagamento da mão de obra das empresas. As compras e tarifas se voltaram para a produção nacional. Foi lançado um investimento em infraestrutura (Ibidem), dentre outras políticas que tinham como objetivo o desenvolvimento interno do país e a reindustrialização, indo ao contrário da lógica neoliberal globalizada vigente.

Nesse contexto, com a redução do preço da energia elétrica, o governo recebe elogios públicos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Foram atendido várias das bandeiras defendidas pela Fiesp ao longo dos anos, o que se chamaria de "nova matriz econômica", com redução de taxas de juros e tarifas de energia elétrica; desonerações tributárias e crédito subsidiado; desvalorização cambial e protecionismo industrial seletivo; concessões de serviços públicos para a iniciativa privada. Algumas dessas iniciativas foram, inclusive, solicitadas em documento entregue ao governo e assinado em conjunto com outras organizações empresariais e centrais sindicais em 2011 (Bastos, 2017).

Nesse cenário a pressão neoliberal foi dialeticamente forte contra a política que estava sendo desenvolvida. O capital financeiro fez uma feroz campanha (a nível internacional) contra o intervencionismo estatal promovido por Dilma, que estava interferindo na livre circulação do capital. O que, somado a uma entrevista do presidente do Banco central, em conversa com a jornalista Miriam Leitão em 2013, deixa escapar que a inflação estava "mostrando uma resiliência forte" e que a situação não era "confortável". Foi o suficiente para que os investidores passassem a apostar na alta dos juros, “o que significava demolir a viga mestra da construção desenvolvimentista” (Singer,2018.p.21).

Começou uma pressão forte em favor do neoliberalismo, que veio de onde menos se esperava, do empresariado industrial que estava sendo beneficiado pelas políticas públicas de desenvolvimento nacional. À medida que essas eram implementadas, para o fortalecimento da burguesia nacional, a burguesia industrial mostrava-se paradoxalmente refratários ao programa governamental do PT, preferindo uma aliança com a burguesia rentista.

As burguesias rentistas (capital financeiros) e as burguesias produtivistas (capital industrial) se unem contra o projeto desenvolvimentista que estava sendo implementado[70], promovendo uma “virada neoliberal”. Onde a CNI, em defesa de flexibilização, defende medidas contra as leis trabalhistas (CLT). A Fiesp (2013) divulga um estudo mostrando vantagens das indústrias brasileiras se instalarem no Paraguai (por não haver lá encargos trabalhistas), o que promoveu uma adesão dos setores industriais, do agronegócio, do comércio e dos serviços à ideologia e proposta do setor financeiro, contra os gastos públicos e a proteção dos direitos trabalhistas. Vitória do capitalismo financeiro, que mostra o seu poder estrutural, mais lucro (para os grandes empresários) e menos bem-estar social (para as classes trabalhadores). Uma retórica alarmista se volta contra a presidenta.

O governo achava que conseguiria avançar na luta de classes dos trabalhadores e da burguesia industrial, contra a burguesia rentista, pelo desenvolvimento nacional e o Estado de bem-estar social. Ele construiu as condições para isso, no primeiro mandato, mas a burguesia não cumpriu a sua “missão histórica” mais uma vez, fechando o circuito contra a cidadania (Fernandes, [1975] 2006) em favor do lucro desenfreado e perverso das elites nacionais e internacionais. O que se agravou com a crise, no segundo mandato.

[70] Lula conseguia fazer essa correlação de força entre as burguesias, dando ora vitória para uma, ora vitória para outra. Foi um líder carismático especialista em fazer consensos (experiência que trouxe do sindicalismo, no acordão entre o patrão e o empregado). Mas Dilma não teve essa mesma habilidade. Enquanto Lula pode ser associado a metáfora do “envergo, mas não quebro”, Dilma seria “quebro, mas não envergo” (Singer, 2018).

Nas palavras de Dilma:

> Eu [...] nunca percebi a história, a não ser *a posteriori*, das classes mais enriquecidas do Brasil em relação aos juros. Eu não percebi, também, qual era o nível de aversão deles a pagar qualquer parte da crise. E nunca percebi que eles achavam correto arrebentar o Estado em relação a qualquer política de conteúdo nacional mínima. *Achei que eles tinham interesse efetivo num projeto nacional de desenvolvimento,* não no sentido nacionalista da palavra. Por exemplo, que usar política de conteúdo nacional, recuperar a cadeia de petróleo e gás, criar a cadeia de fármacos, colocar aqui uma parte da estrutura da indústria automobilística, através de toda aquela política que nós fizemos de garantir que as grandes empresas viessem para o Brasil - que se interessariam por isso. E o que eu vejo é que esse processo é tão duro que eles não se interessam, não. Não se interessam e a internacionalização ultrapassa as pessoas. A financeirização ultrapassa as pessoas. Você pode ter um grupo que o seu dirigente perceba que isso deva ser feito, mas o conjunto do grupo, não (Rousseff, 2017)[71]

"Não vamos pagar o pato!", foi o lema que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) lançou, para rejeitar elevação de tributos e defender o corte (seletivo) do gasto público. O que, em conjunto com as manifestações de junho acabam colocando as classes emergentes em coalização de classes com a classe média e, os setores mais conservadores da sociedade contra o governo: "ao denominar de 'nova classe média' o segmento que ascendia, Dilma ajudou, sem perceber, o partido que puxou as mobilizações de 2015-6 contra o lulismo" (Singer, 2018.p.32). Dilma e o PT perdem a luta de classes de classificação [72]. O PT conseguiu inicialmente fazer uma mudança econômica dos mais pobres, mas não uma mudança simbólica das formas de consciência - o que formou um laço social entre classes antagônicas.

> Não se passa da classe-no-papel à classe "real" a não ser por um trabalho político de mobilização: a classe "real", se é que ela alguma vez existiu "realmente", é apenas a classe realizada, isto é, mobilizada, resultado da luta de classificações como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social, ou, melhor, uma maneira de construí- -la, na percepção e na realidade, e de construir as classes segundo as quais ele pode ser recortado. (BOURDIEU, 2011, p. 26)

A existência de uma classe real, uma classe mobilizada, só acontece quando se produzem processos coletivos de construção simbólica. Os setores ascensionais, com o discurso

[71] Marcos Piccin e Valter Pomar, "Entrevista exclusiva: Dilma Rousseff sem censura, ou quase", Esquerda Petista, 12 jun. 2017, p. 9.

[72] Nem a esquerda compreende o momento crítico: naquele momento, não era mais um dia comum na História, e sim uma luta de classes que se acirrava. A esquerda criticava o governo, as bases do PT pediam o "volta Lula", o que, alinhado à crítica dos setores conservadores e à ofensiva da burguesia nacional, se instalou um clima para um ataque contra o governo democraticamente eleito.

da “nova classe média”, se identificam com essa e, não, como proletariado/trabalhadora ou oriunda das classes populares. O processo de formação da classe é um processo de autoconfecção, de identificação, de uma ligação que não é dada, mas precisa ser construída. Mesmo que a nível imaginário, o discurso forma alianças simbólicas, como o aconteceu no caso da nova classe média.

Até mesmo os grupos que apoiaram a presidenta, no primeiro mandato, se sentiram traídos com o “zigue-zague” do governo no segundo mandato, com as medidas de austeridade empregadas, como replica às reações conservadoras – o que acabou esfriando os avanços sociais-, alegando estelionato eleitoral, ao fazer o oposto do que foi prometido na campanha. Nessa conjuntura, um movimento que articula várias frações de classe contra o governo, que teve as suas contradições, mas, democraticamente eleito, se inicia a favor do impeachment, mesmo sem provas de crime de responsabilidade. Um “golpe” dentro da lei. Mas, o golpe não é de Estado, que na grande maioria vezes é pela tomada do poder pelas Forças Armadas, e sim um golpe parlamentar, um “golpe branco”, dentro da ordem, televisionado na íntegra.

Para entender o uso do termo “golpe” aqui empregado, em vez de impeachment, entrando mais uma vez na *classificação como luta de classes*, faz-se necessário não confundir *as coisas da lógica* (o código, o direito) pela *lógica das coisas* (a práxis). Do ponto de vista legal, do direito, o que ocorreu foi um impeachment, já que todos os rituais legais foram cumpridos: a denúncia foi aceita pelo presidente da Câmara dos Deputados (Eduardo Cunha), cria-se uma comissão para avaliar a denúncia, a Câmara aprova a instauração do processo, que segue para o Senado, que instala uma comissão, e em seguida autoriza a abertura do processo O relatório a favor do impeachment é aprovado no plenário no Senado. O ritual é realizado.

No entanto, do ponto de vista sociológico crítico, desde o momento em que o presidente da câmara aceita o processo até o julgamento em “sim” ou “não”, todo esse julgamento foi político e não jurídico. O impeachment vai depender de quem está sendo “impedido”, se a pessoa tem a maioria de votos ou não a seu favor na câmara dos deputados, para seguir para o senado; ou seja, a votação se torna, mais uma vez, uma luta de classes, política, que sobrepuja a questão de saber se Dilma Rousseff cometeu, ou não, o crime de fato - uma “*fictio juris*. É verdade, mas é uma ficção de juristas, dando a *fictio* o sentido forte do termo, de *fingere* [“construir”, “fabricar”]: é uma fabricação, uma construção, uma concepção, uma invenção” (Bourdieu, 2014.p.591.Grifos do autor): “há uma lógica política que é indiferente aos fins éticos” (Ibid.p.598). O *impeachment* foi realizado por forças políticas, cansadas de perder pelo voto, pela democracia. Com isso, o processo assume a forma de um golpe parlamentar:

> é mister recordar que o Parlamento brasileiro tem passado histórico golpista: em 1964, quando o presidente João Goulart, temendo ser preso no Palácio do Planalto, decidiu sair de Brasília e assim tentar refazer sua base popular de apoio, o Parlamento declarou a vacância do cargo, legitimando o golpe militar que estava em curso (Antunes, 2018.p. 264).

Primeiro como tragédia, segundo como farsa: "Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa (Marx, [1852] 2011b.p.23). Desse modo, "Caussidière como Danton, Luís Blanc como Robespierre, a Montanha de 1848-51 como a Montanha de 1793-95, o sobrinho como o tio. E essa mesma caricatura se repete nas circunstâncias que envolvem a reedição do 18 de brumário" (Ibid.p.25), Collor por Dilma[73].

O Estado pelo direito entra em luta de classes (detentores do capital político e jurídico), assumindo aqui uma luta de "palavras ou conceitos — mas as palavras e os conceitos são instrumentos de construção da realidade e, em particular, da realidade social" (Ibidem.p.591). Não são simples palavras – "golpe" ou "impeachment" -, mas palavras que criam a "realidade social", a verdade socialmente aceita, a "linguagem como poder simbólico" (Bourdieu, 2008b) e o "simbólico enquanto construção da realidade" (Lacan, 2005).

> o poder das palavras e o poder sobre as palavras são poderes políticos; a rigor, o poder político é em grande parte um poder pelas palavras, na medida em que as palavras são os instrumentos de construção da realidade. E já que a política é uma luta sobre os princípios de visão e de divisão do mundo social, o fato de impor uma nova linguagem a respeito do mundo social é, em grande parte, mudar a realidade (Bourdieu, 2014.p. 591-592).

O inominável (aquilo que não pode ser dito) se torna nominável (vira a realidade), se fazendo existir, conhecer e reconhecer: "os juristas têm, assim, um capital de palavras, um

[73] A Burguesia nacional falha duas vezes, uma como tragédia e a segunda como farsa. A primeira não consolidou a revolução burguesa na formação da sociedade de classes, deixou as elites se assenhorarem do poder, sem promover as reformas necessárias para a sociedade capitalista moderna (reforma agrária, urbana, social, integração dos negros na sociedade de classes, dentre outros), o que acarreta numa cultura autoritária e posteriormente no fechamento da sociedade e do Estado mediante a ditatura militar (Fernandes, [1975] 2006). E segundo, quando não compareceu á chamada do desenvolvimento nacional, na coalização com a classe trabalhadora, se alinhando ao capital internacional, que sucateia o povo brasileiro a condições precárias. No Brasil, as posições reformistas do PT "têm conteúdo perigoso, uma vez que envolvem diminuir lentamente o limbo. Embora não ameacem o sistema capitalista, afetam o modo de reprodução do ornitorrinco. Se alguém, como Dilma, resolve apressar a passada, a situação fica ainda mais tensa" (Singer, 2018,p.53).

capital de conceitos, e nessa condição podem contribuir para a construção da realidade" (Ibid. 592). Desse modo,

> o trabalho de construção da realidade social é um trabalho coletivo, mas nem todos contribuem para ele no mesmo grau. Há pessoas que têm mais peso que outras nas lutas simbólicas pelo poder de se construir a realidade social (...), os juristas (como corpo diferenciado), pelo fato do capital específico que detinham, exerciam no campo das lutas pela construção da realidade social uma influência desmedida em relação a outros agentes correntes (Ibidem.p.592).

Com isso, o PT já havia perdido a luta na opinião pública, na formação do senso comum, perdeu pelo poder simbólico das palavras: a *visibilidade do impeachment* e a *invisibilidade do golpe*. A luta de classes vira luta de classificação (Bourdieu, 2020), sendo o "poder simbólico" a "nomenclatura" dominante: "o poder de nomear os objetos estrutura a própria percepção" (Lacan, 2008, p. 215*)*. Com a luta de classes invisibilizada/ocultada, a sociedade não conseguiu entender o que estava acontecendo. A maioria das pessoas achou que Dilma foi removida por corrupção. Para a maioria da população, nas formas simbólicas de (in)consciência social, foi isso. Poucos lembram de "pedalada fiscal". Nem os deputados que sufragaram "a favor do impeachment", 367 dos 513, fazendo declarações de quinze segundos cada, lembraram disso, votando "sim" por motivos diversos, cada um tornando pública a sua ideologia e a sua posição discursiva na luta de classes.

> O presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pediu "que Deus tenha misericórdia dessa nação". O palhaço Tiririca (PR-SP) votou "pelo meu país". O gaúcho Sérgio Moraes (PTB-RS) mandou "feliz aniversário, Ana, minha neta". O ex-capitão Jair Bolsonaro (PSC-RJ) reivindicou a "memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra", torturador [de mulheres] durante a ditadura militar (Singer.2018.p.9).

Além de "sim" "pelos maçons do Brasil", "pela paz de Jerusalém", "pelos produtores rurais, que se o produtor rural não plantar, não tem almoço nem janta", "pelo comunismo que assombra o país", "pela minha família", "pelo estatuto do desarmamento", "em homenagem ao aniversário da minha cidade", dentre outros. Um "trôpego show de variedades interrompia a experiência lulista dentro dos limites da lei, ainda que ferindo a alma da Constituição" (Singer, 2018.p.9.). Como já afirmara Marx, a "constituição se encontra fora do domínio do poder legislativo [o ordena], mas, indiretamente, o poder legislativo modifica a constituição. Ele faz, por um desvio, o que ele não pode e não deve fazer pela via direta" (Marx, 2010b.p.73-74).

> Dilma por Jango. Lula por Getúlio. A toga de 2016 pelos tanques de 1964. O PT pelo PTB, o PSDB pela UDN, o PMDB pelo PSD. O advogado Michel Miguel Elias Temer pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Se

> tudo desse certo para os golpistas, o PT seria afastado do jogo por pelo menos uma década, como o golpe de 1964 freou o crescimento do PTB, fruto do realinhamento da época. O partido popular só retornaria à liça, sob a capa do MDB, em 1974. (Singer, 2018.p.9)

A luta de classes e classificações na estrutura de classes do Brasil, que começa como uma luta entre a nomenclatura das classes ("nova classe média" x "nova classe trabalhadora"), passando pela polarização política eleitoral entre "ricos" e "pobres ", é finalizada com a disputa entre "golpe" ou "impeachment". Com isso, vemos que palavras não são apenas palavras, mas palavras de ordem: elas ordenam a realidade, constroem as formas simbólicas das consciências e da visão de mundo que fixam e constituem a realidade social e os rumos do país. A linguagem, as formas simbólicas de classificação e percepção do mundo social entram em luta de classes.

> A língua comum não é apenas uma reserva infinita de formas sensíveis à disposição dos jogos poéticos ou filosóficos ou, como no último Heidegger e seus seguidores, das livres-associações daquilo que Nietzsche chamava *Begriffsdichtung*; ela é também um reservatório de formas de percepção do mundo social, de lugares-comuns, onde se depositam os princípios da visão do mundo social comuns a todo um grupo (germânico/welsch ou latim, comum/refinado, simples/complicado, rural/urbano [grifo nosso: classe média/ classe trabalhadora, golpe/impeachment] etc.). A estrutura das relações de classe acaba sendo nomeada e apreendida através de formas classificatórias que, mesmo quando veiculadas pela linguagem comum, nunca se tomam independentes dessa estrutura (fato freqüentemente esquecido tanto por etnometodólogos como por quaisquer análises formalistas destas formas). Na verdade, embora as oposições mais "gritantes" socialmente (vulgar/distinto) possam receber significações muito diferentes conforme os usos e os usuários, tanto a linguagem comum (produto do trabalho acumulado de um pensamento dominado pelas relações de força entre as classes) como a erudita (produto de campos dominados pelos interesses e valores das classes dominantes) constituem, de algum modo, ideologias primárias que se prestam mais "naturalmente" a usos ajustados aos valores e interesses dos dominantes" (Bourdieu, 2008b.p.144. Grifos nossos)

Espero com isso ter contribuído para essa perspectiva da socioanálise da percepção, ou seja, da percepção como luta de classes, na análise da estrutura social do Brasil que, em meio a tensões econômicas, sociais e políticas, passou por uma reestruturação. Resta agora objetivar em que nível foi essa reestruturação da estrutura das classes oriunda da emergência dos batalhadores brasileiros.

7 A REESTRUTURAÇÃO DO HABITUS DE CLASSE DOS BATALHADORES

Essa classe dos batalhadores pode não ter passado por uma mudança simbólica das suas formas de consciência e percepção, em sua grande maioria, mas passou por um redimensionamento social. Mas, em que nível? Quantas frações de classe compõem os batalhadores? Qual a sua estratificação interna? Será que também houve mudanças simbólicas, ou apenas mudanças econômicas? É isso o que pretendo discutir nesta última parte. Nesta parte o nosso objetivo é entender as mudanças do *habitus* de classe dos batalhadores, a partir do conceito bourdieusiano de *efeito de histerese* , apreendendo, com isso, as variações internas dessa classe social emergente, no momento histórico da reestruturação da estrutura social brasileira; ou seja, o efeito de histerese se dá em relação à sua posição de classe de origem, estruturada no meio sociofamiliar atravessado pela pobreza.

A classe dos batalhadores brasileiros é muito fracionada, não é homogênea. As variações internas do seu *habitus* são grandes, incluindo desde batalhadores precários, passando por batalhadores empreendedores e chegando até os batalhadores culturais. Entender essas variações da classe dos batalhadores permite ver os graus de deslocamento no espaço social na trajetória dos trânsfugas de classe, agentes que estão se desenraizando em relação à sua condição de classe social de origem. Pretendemos explicar e compreender as modificações do *habitus* dos batalhadores (histerese) em relação à pobreza e suas variações internas de classe social. Isso contribui para esclarecer tanto as mudanças quanto os limites da transformação da estrutura social.

> Bourdieu também analisa situações em que a "cumplicidade ontológica" (Heidegger) entre o *habitus* e o *campo* é rompida (o assim chamado *efeito de hysteresis*) (...) não há razão nenhuma para não se ler o sistema teórico de Bourdieu, contra a corrente, como uma teoria sistemática das condições de possibilidade da mudança social (Vandenberghe, 2010.p.290).

Ao analisar os casos de efeito de histerese, vemos que a ascensão social dos batalhadores não foi apenas econômica, mas veio acompanhada de situações de quebra da cumplicidade ontológica entre posição de classe social de origem e o *habitus*, que alteram toda uma prática social, gerando novas disposições para a ação, um *habitus* atualizado, reestruturado na vida das disposições sociocognitivas da prática.

A mudança do *habitus* de classe dos grupos em ascensão, mediante as variações das práticas sociais, visões de mundo e estilos de vida incorporados em novos contextos de socialização, "é sem dúvida um dos fundamentos do *desacordo estrutural* entre as ocasiões e as disposições" (Bourdieu, IBID.p.77) que promove transformações da estrutura subjetiva da ação do *habitus*: uma modificação morfogenética das disposições forjadas anteriormente no meio social originário na posição social, a ruptura da cumplicidade ontológica entre o *habitus* e o *campo*. O *efeito de histerese* associa-se a um efeito de variação psíquica da prática social, dizendo respeito às variações que clivam, reestruturam e transformam o *habitus* de classe, que nesse caso:

> se define e se redefine continuamente na dialética da intenção de objetivação e da intenção já objetivada, da mesma maneira é pela *confrontação* (...) desses mesmos esquemas, mas capazes de *transformá-lo* que se constitui essa *unidade de sentido* que, retrospectivamente, pode parecer ter precedido os atos e as obras anunciadoras de significação final, *transformando retroativamente os diferentes momentos da série temporal* em simples esboços preparatórios. (...) é porque *o habitus, como toda a arte de inventar, é o que permite conduzir as práticas em número infinito*, e relativamente imprevisíveis (Bourdieu, 2009b.p.92).

Compreendendo as mudanças sociopsíquicas em relação a classe social de origem, no caso brasileiro, se faz necessário, na objetivação dos trânsfugas de classe, um estudo que apreenda a convergência entre a transição social (mobilidade social recente) e a transição psíquica individual (reestruturação das disposições do habitus), sua histerese. Ou seja, pretendemos apreender em que medida *o presente modifica o passado*, o desenraiza. Para com isso entender a divisão interna dos batalhadores brasileiros, a partir dos seus *habitus* e efeito de histerese realizado em relação à pobreza material, cultural e simbólica.

7.1 A HISTERESE POSICIONAL

As mudanças recentes da estrutura social fazem emergir uma nova classe trabalhadora, "intermediária" entre os mais pobres e as classes médias, que foi incluída recentemente como produtora de bens e serviços ou, ainda, consumidora de bens duráveis que antes eram privilégios da classe média: os batalhadores. Esses convivem no espaço social com o antigo proletariado fordista (os que restaram da reestruturação produtiva do capital).

Os batalhadores são tão esquecidos ou estigmatizados quanto a ralé estrutural: são classes populares, emergentes da base da sociedade, mas, diferentemente dos membros da ralé,

internalizaram novas disposições no seu *habitus* de classe, o atualizaram. As mudanças sociais promoveram o que chamo de uma *histerese posicional* em relação a ralé estrutural, formando novas disposições que reestruturaram o *habitus* de classe de origem, como disposições para o trabalho duro, inclinações empreendedoras de inserção no mercado competitivo, cálculo prospectivo (capacidade de pensar o futuro), autocontrole e a disciplina e incorporação de capital cultural tardio.

Se a ralé estrutural constitui um grupo pobre "não só sem capital cultural e econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida (...) das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação" (Souza, 2009, p. 21), os batalhadores constituem uma classe que, de forma limitada, incorporaram algum *capital econômico e cultural*, desenvolveram, em sua socialização familiar, uma ética do trabalho duro e contínuo, modificaram o seu *habitus* de classe social a partir da formação de novas disposições práticas para o agir no mundo do trabalho contemporâneo, reestruturando a estrutura do seu *habitus* de classe engendrado na ralé, a partir dessas novas disposições em sua história de vida batalhadora.

Formações contínuas das disposições

HABITUS:
D1 →D2 →D3(...)

Ocorreu um deslocamento sociopsíquico mediante novas socializações de classe, um deslocamento metonímico, como fala Lacan (1998). Por mais que a estrutura social engendre uma metáfora, uma ortodoxia dominante que se reproduz, os sujeitos se deslocam nessa estrutura social promovendo uma dialética do desejo que precipita a subjetividade, torce a ordem simbólica promovendo novas disposições na vida psíquica e a sublimação como operação ascensional, ou seja um direcionamento da energia libidinal dos agentes em novos campos sociais de socialização que reestruturam a sua prática social. Com essa mudança sociopsíquica, os batalhadores brasileiros incorporam novas disposições para a sua ação, novas posições sublimadas perante a sociedade. O sujeito é *aberto,* o significado se ganha com o mundo, o *habitus* muda, ele se reestrutura a cada nova disposição incorporada, operando numa lógica da prática contínua: "o *habitus*[...] sendo produto da história, é um sistema de disposições abertas que não cessa de ser afrontado por experiências novas e, portanto, não cessa de ser afetado por elas. Ele é durável, mas não imutável". (Pinto, 1998. p108. Apud: Brandão, 2010).

Os batalhadores não são a mesma classe social da ralé, pois passaram por uma reestruturação do *habitus* de classe (Silva, 2016). Vemos que "o *campo* dos possíveis tende a se alargar à medida que a pessoa se ergue na hierarquia social" (Bourdieu, 1979.p.79), trilha uma trajetória, um *cursus* da vida, "um caminho, um percurso, uma estrada, com suas encruzilhadas, ou como uma caminhada, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento - *a mobilidade*" (Bourdieu, 2011, p.74), o *desenraizamento* pela *hysteresis*, *a heresia* da ortodoxia, *a sublimação* da posição de classe popular.

As entrevistas qualitativas em profundidade (Ipea, 2016) revelam que a socialização primária dos batalhadores se constituiu em ambiente de capital cultural, econômico e social superior à ralé, mas ainda assim relativamente baixo: a sublimação é parcial e não total. Desse modo, a partir do efeito histerese, do afastamento relativo em relação às posições de classes pobres, vamos dividir os batalhadores em *perfis* a partir dos resultados empíricos obtidos nesta tese, oriundos da pesquisa qualitativa e dos estudos recentes acerca da mudança social dos batalhadores. Nesse ínterim, observamos empiricamente que os batalhadores se subdividem em quatro grupos (frações de classe): 1- *Batalhador Precário*; 2- *Batalhador Empreendedor*; 3- *Batalhador Hedonista*; e 4- *Batalhador Cultural*.

Os limites entre esses estratos são fluídos. O *batalhador precário* é uma nova classe trabalhadora de serviços, que tiveram a sua ascensão vinculada à reestruturação do capital, ocupando os postos de trabalho precários do neoliberalismo. Se configuram como um proletariado de serviços. Os *batalhadores empreendedores* são micro-empreendedores, que labutam para ter uma condição de vida acima da pobreza, a partir de uma ascese empreendedora dos seus próprios negócios. Os *Batalhadores Hedonistas* são as frações que se aproximaram de uma cultura de consumo, mais próxima da classe média do que das classes populares, realizando uma histerese no âmbito do estilo de vida. E os batalhadores culturais são os trânsfugas de classe, que ascenderam a partir da incorporação de capital cultural legítimo, do ingresso em universidades e de políticas públicas socioeducacionais, como a expansão e interiorização das universidades públicas, as cotas sociais e raciais, o Prouni nas instituições privadas, dentre outros. É um estrato que pouco aparece nas pesquisas quantitativas e que também não foi objetivado nas pesquisas de Jessé Souza. É um fenômeno novo, intergeracional em relação aos batalhadores: são *os seus filhos*. Essa fração dos batalhadores culturais aparentemente é mais observável nas regiões do Nordeste e do Norte do Brasil, onde os impactos das políticas públicas socioeducacionais foram maiores.

Enquanto a maioria dos estudos acerca dessas frações de classes populares emergentes se concentra na renda/capital econômico, vamos tentar apreender a mesma por uma perspectiva simultaneamente material e simbólica, envolvendo o capital econômico, mas também os capitais: cultural, social, simbólico, as visões de mundo e estilos de vida do *habitus* de classe.

7.2 BATALHADORES PRECÁRIOS

A reestruturação do capitalismo em países periféricos, como no Brasil, vem acompanhada de uma redefinição da vida coletiva, do metabolismo coletivo com a natureza: a economia, ou seja, a relação metabólica entre o capital e o trabalho, que resulta em mutações da organização social, no surgimento de novas tecnologias (trabalho morto) e na morfogênese de formas de gestão que afetam o setor de serviços (Antunes,2009). Com isso, uma força centrípeta se exerce nas antigas fábricas fordistas, que diminuem (desindustrialização), dando lugar a empresas que não precisam de despesas (como vínculos de trabalhos formais) e nem de sindicatos (Souza, 2010). “O meio de trabalho é modificado segundo o seu valor de uso; ou seja, segundo a sua existência (*Dasein*) material, em uma existência adequada ao capital fixo e ao capital em geral” (Marx, 2009.p. 241-242).

Na reestruturação produtiva do capital ocorre uma transfiguração histórica do meio de trabalho, adequando o mesmo à nova forma de metabolismo social, o capitalismo flexível e financeiro. Essa reestruturação produtiva acompanha um redimensionamento da configuração da classe trabalhadora, que converte o trabalho em atividade livre, com base no tempo à disposição do trabalhador, o “que significa dizer que a nova estruturação societal deve recusar o funcionamento com base na separação dicotômica entre tempo de trabalho necessário para a reprodução social e tempo de trabalho excedente para a reprodução do capital” (Antunes, 2009.p.179). No Fordismo, “em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam colados um ao outro como o caracol e sua concha” (Marx, [1867], 2011.p.538), mas, nessa nova configuração do capitalismo globalizado, “o capital operou a separação entre trabalhadores e meios de produção, entre o caracol e a sua concha, aprofundando-se a separação entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humano-sociais e as necessidades de autorreprodução do capital” (Antunes,2009, p. 178). Ocorre uma subsunção do trabalho vivo pelo trabalho morto: o trabalho vivo torna-se, então, mero acessório vivo dessa da tecnologia, meio de sua ação (Marx, 2009).

Esse contexto do capitalismo flexível, da exploração neoliberal do trabalho ou do capitalismo perverso, como fala Florestan Fernandes, entra em coalização com o bem-estar social promovido pelas políticas públicas do lulismo, um antagonismo entre a acumulação livre e perversa do neoliberalismo e o desenvolvimento de uma bandeira da cidadania do lulismo. Com isso, o batalhador fica ambiguamente clivado entre a tragédia da existência e a esperança de ascender socialmente. A principal marca dos *batalhadores precários* é essa clivagem do seu *habitus* de classe, formado pelo antagonismo social em solo nacional.

No Brasil, uma ascensão social ocorre no século XXI, mas, em condições sociais adversas, em meio à pobreza e à exploração desenfreada do capital, que assola tenebrosamente o território nacional. Somando ao fato histórico que a dialética materialista da imanência histórica da realidade brasileira é a dos ricos e bem-empregados no topo da sociedade, de um lado e, de outro, a massa emergente de pessoas para servir aos de cima.

As marcas da expansão do capitalismo financeiro são a queda das antigas classes médias (devida ao desmonte do Estado e das privatizações neoliberais, principalmente as oriundas do governo FHC)[74], vivenciando, com isso, um aumento do desemprego e intenso processo de proletarização (Antunes, 2018); a modificação do estatuto do trabalho, sendo agora as suas principais características os contratos com duração determinada e o emprego por conta própria, formando uma confluência entre terceirização empresarial, privatização neoliberal e financeirização do trabalho (Braga, 2012), numa dinâmica financeira (que deixa de ser D-M-D`, como fala Marx, para D-D`) onde a maquinaria intervém para substituir o trabalho, a apropriação do trabalho vivo por meio do trabalho objetificado (Marx, 2009); e o aumento da desigualdade social.

[74] "Combinando flexibilidade produtiva garantida pela informatização com novas configurações entre o centro e a periferia da força de trabalho, as empresas brasileiras entraram, tardia porém decididamente, na era do *reporting* (prestação de contas aos acionistas), do *track recording* (histórico de desempenho) e do *downsizing* (enxugamento). E, ao longo da chamada "Era FHC", um novo modelo de desenvolvimento pós-fordista periférico consolidou-se, renovando as formas de desigualdade no contexto do aumento do desemprego de massas. Por exemplo, entre 1989 e 1999, a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhão para 7,6 milhões, com uma elevação da taxa de desemprego aberto de 3% para 9,6% da PEA (População Economicamente Ativa). Associada ao aumento do desemprego, a onda de privatizações da segunda metade dos anos 1990 foi uma das formas encontradas pelo governo FHC para criar um ciclo de negócios capaz de potencializar a acumulação de capital financeiro. Não é demais lembrar que todo o ciclo das privatizações, tendo o sistema Telebrás à frente, foi financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A estrutura econômica brasileira, não sem conflitos, é verdade, foi finalmente integrada à mundialização do capital e ao neoliberalismo, transformando-se em uma autêntica plataforma de valorização financeira internacional" (Braga, 2012.p.192-193).

Nessa desigualdade estrutural e sistêmica, no capitalismo periférico brasileiro, enquanto os setores da classe média caem (redução do serviço público, terceirização, flexibilização dos contratos), uma fração de classe social acima da "ralé' (Souza, 2009) sobe, ascende da pobreza extrema: um grupo intermediário que conseguiu internalizar as disposições necessárias para a inserção na dimensão produtiva desse novo capitalismo financeiro, o que chamamos aqui de Batalhadores Precários.

Os batalhadores precários são uma massa de trabalhadores flexíveis, um grupo de renda instável, de vida sofrida, que, para sobreviver, trabalha o máximo que pode, entre 10 e 14 horas por dia. Um novo trabalhador "desenraizado, sem identidade de classe e sem vínculos e pertencimento à sociedade maior" (Souza, 2010.p.37). São as frações dos Batalhadores Brasileiros que saem da miséria econômica e existencial, para ocupar postos de trabalho precários nessa reestruturação produtiva do capital.

Os Batalhadores Precários escaparam da miséria e tiveram condições materiais de comprar um carro ou uma moto, terminar o ensino médio e sonhar em comprar a casa própria - mesmo que na periferia- e, com isso, garantir a existência da sua família por meio do trabalho duro. São trânsfugas da pobreza, que ascenderam em meio a:

> precariedade da educação, saúde, transporte etc. A polarização é o resultado lógico de uma economia globalizada da III Revolução Industrial em que o Estado, marcado pelo neoliberalismo, se retrai, desregulando as finanças, reduzindo o emprego público, a progressividade dos impostos e o gasto social (...). Logo, é dentro deste contexto que devem ser observadas as importantes transformações econômicas e sociais recentes no Brasil. A subida da renda e do salário mínimo, o aumento do emprego formal, o acesso ao crédito, a melhoria do padrão de consumo são fatos importantíssimos, que demonstram a relevância da retomada do crescimento econômico acelerado para o enfrentamento da ainda grave questão social no Brasil (Quadros et al, 2013.p.39)

A sua atividade produtiva é nos *call-centers*, *telemarketing*, *fast-food,* hotéis, hipermercados, restaurantes, como vendedores, como assalariados do comércio e do escritório, os trabalhos terceirizados (em sua variedade), o trabalho informal em cooperativas, dentre outros. São produtores simples de mercadorias, um trabalho vivo residual, que constituíram uma *nova classe trabalhadora* (Souza, 2010), *precária* (Braga, 2012) e de *serviços* (Antunes, 2018).

O *call center*, por exemplo, tem na sua atividade produtiva o registro de todas as suas ações, como controle do tempo da refeição (20 minutos para comer), da ida ao toalete, da quantidade de ligações feitas ou atendidas, das pausas para lanche, do resultado favorável à empresa, além da gravação de todos os seus atendimentos (para objetivar as falas ou justificar

a demissão). Trata-se de um hiper-toyotismo, um controle sobre o corpo, onde a recompensa pelo trabalho duro não é o aumento de salário, mas a permanência no emprego e o bônus na forma de prêmios: o "reconhecimento social objetivo pelo seu trabalho lhe é totalmente negado" (Visser, 2010, p.70). "O batalhador formal precarizado corresponde, então, a este trabalhador capaz de altos sacrifícios pessoais, físicos e psicológicos, adaptável às imposições arbitrárias das empresas que exigem nada mais do que somente a sua flexibilidade" (Ibid.p.70). É um novo tipo de exploração, não pela qualidade no trabalho, mas pelo controle do tempo e do corpo, uma "vigilância panóptica" como fala Foucault (2014).

Essa exploração se aproveita do "trabalho supérfluo", daquele que não consegue mais se reinserir no mercado de trabalho (Marx, 2009), tendo sido empurrado para fora com o avanço do trabalho morto (antigos postos de trabalho que foram destruídos com o avanço das tecnologias), da miséria social, da exigência da baixa escolaridade, da inflação de diplomas[75] e da necessidade material e existencial de quem veio de baixo e já passou por algum tipo de privação (como a alimentar) e está disposto a se submeter a quase tudo.

Os Batalhadores Precários passaram por uma "micro-mobilidade" (Pontes, 2015), subindo um degrau acima da ralé na estrutura social, saindo da pobreza extrema e da miséria social, da vida sem dignidade, onde tinham que lutar diariamente para conseguir o seu sustento (Souza, 2009). Muitos até lutavam para não passar fome, tendo que fazer um bico para garantir algum dinheiro para as suas necessidades básicas (Santos, 2009).

As políticas públicas para as populações mais vulneráveis mitigaram a miséria social, propiciando, nesse âmago, uma segurança material mínima para os que vêm de baixo ascender um degrau acima da pobreza extrema, sedimentando as condições socioeconômicas para o impulso do salto social. Mas esse caiu em contextos estruturais precários, atravessados pela exploração capitalista perversa. As coalizões de classe do lulismo, ao mesmo tempo que, por um lado, priorizaram os mais pobres por intermédio das políticas públicas, continuaram

[75] Jessé Souza (2010) afirma que o aumento da escolarização formal nas últimas décadas produziu um contingente de trabalhadores minimamente escolarizados para o trabalho formal precário. No entanto, como bem explica Alves (2018, p.52), "o ensino formal não constitui uma garantia de integração estável no mundo do trabalho. O autor afirma que o processo de democratização escolar contribuiu para uma precarização dos níveis escolares mais baixos e para uma inflação dos diplomas, que faz com que o valor relativo de um diploma diminua no mercado de trabalho devido ao maior número de pessoas com o mesmo nível de escolaridade. Portanto, embora a distância entre qualificados e desqualificados seja cada vez maior, a obtenção de um diploma de nível médio relega o batalhador precarizado aos setores mais desprotegidos do mercado de trabalho formal, como é o caso do setor de telemarketing" (Ibid.).

“beneficiando enormemente as diversas frações do grande capital, sobretudo o industrial e o financeiro (que, como sabemos, têm uma forte simbiose entre eles, ainda que com frequência disputem espaços na condução da política econômica), além do agronegócio” (Antunes, 2018.p. 254 -255). O lulismo tanto diminuiu a miséria econômica como fortaleceu os grandes detentores do capital, ao mesmo tempo. A ordem social se mantém sem grandes mudanças.

Desse modo, por um lado, os grandes capitais lucraram como poucas vezes na história recente do país, e, por outro, na base da pirâmide social, uma grande parcela da população pôde ascender alguns degraus. Uma ascensão social ocorre (*histerese*), mas, em meio à precariedade neoliberal do trabalho, o efeito de histerese desses batalhadores é uma transição da miséria para a precariedade, da massa para o trabalhador precário. Essa é a maior contradição do governo do PT, e que vai se refletir no *habitus* de classe dos batalhadores.

De todo modo, seria pior sem os esforços do direcionamento das políticas públicas redistributivas para a base da sociedade, o que manteria os mesmos padrões históricos de desigualdade e miséria (trabalho precário e miséria social, ao mesmo tempo, uma reprodução da desigualdade), como vimos na história da estrutura social brasileira, uma “mobilidade” caminhando junto com a “desigualdade”, e não “mobilidade com redução da desigualdade econômica”. Uma parte do circuito abriu, formando diferentes perfis de batalhadores, desde os mais precarizados até os mais culturais, passando pelos hedonistas e empreendedores.

7.3 BATALHADORES EMPREENDEDORES

Os Batalhadores Empreendedores são uma fração que ascendeu socialmente da ralé estrutural, do povo brasileiro pobre, para uma situação de classe intermediária. No entanto, de modo diferente daquele do Batalhador Precário, que, como vimos, se insere no mercado a partir de um proletariado de serviços, com vínculos de trabalho supérfluos. O batalhador empreendedor atua por conta própria e como pequeno empreendedor. É um pequeno proprietário (muitas vezes de fundo de quintal), cuja ascensão se deu através de um maior acúmulo capital econômico (mais do que a fração precária), resultante do trabalho árduo e com vínculo sociofamiliar. Foi uma ascensão em conjunto com a família, um “capital familiar” enquanto ética do trabalho (Souza, 2010). Os laços familiares são a principal marca deste grupo, constituindo uma afinidade elementar entre “unidade familiar e unidade produtiva” (Berg, 2010). Em contraste, os indivíduos na ralé estrutural são socializados em um ambiente atravessado pelo alcoolismo e pela desestruturação familiar afetiva e econômica , com todos

necessitando trabalhar muito cedo para suprir as suas necessidades imediatas no aqui e no agora (para vencer a privação material); com isso, não dispõem de tempo para estudos e nem de disposições para calcular o futuro. Ou seja, a "não incorporação familiar, escolar e social dos pressupostos de qualquer aprendizado e trabalho moderno é o que produz e reproduz a ralé (Souza, 2013.p.66). A necessidade da sobrevivência do corpo biológico os prende ao presente, à dimensão psicológica da necessidade humana, são "*reféns do presente eterno,* do incerto pão de cada dia e dos problemas que não podem ser adiados" (Souza, 2010, p. 52). Os batalhadores empreendedores, por sua vez, "representam a fração das classes populares que lograram sair deste círculo vicioso" (Souza, 2013.p.66), a partir de uma família nuclear que reproduz/ se identifica com a classe burguesa, realizando uma "identificação religiosa entre a família nuclear burguesa e a Sagrada Família, que faz dela emanação do divino, cumpre essa função: torna a estrutura familiar burguesa princípio normatizador, ou seja, modelo que guiará toda a sociedade" (Berg, 2010.p.127).

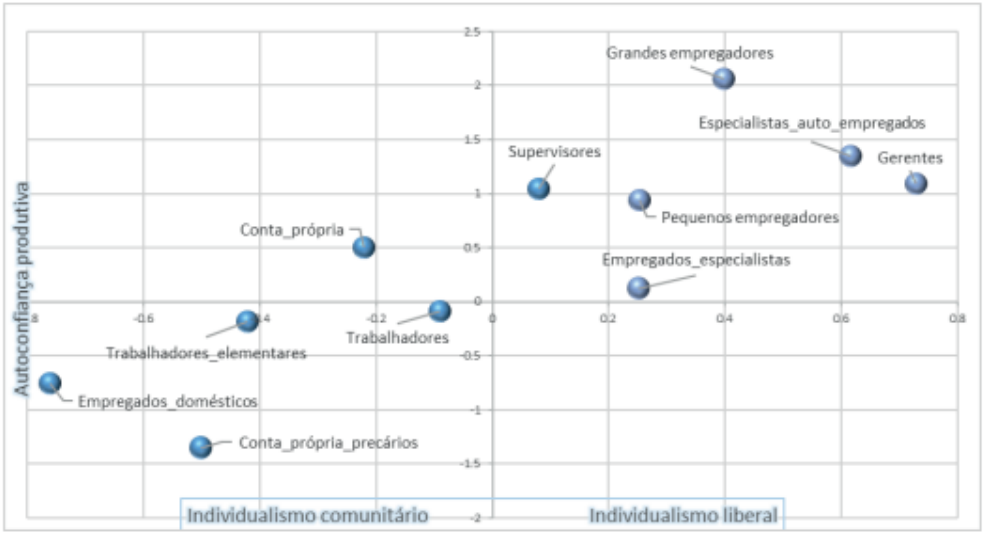
A família lhe possibilitou a segurança material para planejar a vida, pensar o futuro, incorporar disposições econômicas e ascéticas que a tiram do círculo vicioso do presente eterno. A diferença fundamental entre ralé e batalhador empreendedor é a "crença no futuro, a socialização familiar e/ou interações face a face que buscam cumprir a função da família de antecipar as estruturas do mundo" (Arenari e Torres, 2010.p.280), formando com isso, de maneira sublimada (como fala Freud) ou ascética (para Weber), um adiamento do prazer imediato e do consumo, um *ethos* do trabalho duro e abnegado:

> Dentre os valores e disposições constitutivas do ethos do trabalho duro, o autor [Souza] destaca a centralidade assumida pela família, considerada fundamental para garantir a ascensão social do batalhador (capital familiar), diferenciando-o dos membros da ralé, na medida em que a maioria desses últimos não conta com uma família estruturada, composta por pai e mãe, como é o caso dos batalhadores. Segundo ele, a família seria a instituição moderna mais próxima dos corpos, responsável por ligar os indivíduos afetivamente, dotando-os de uma racionalidade prática, capaz de antecipar a ordem do mundo, ou seja, uma visão de mundo adaptada à sua posição social. A socialização familiar do batalhador seria totalmente dependente da transmissão de um aprendizado prático do trabalho desde a mais tenra infância, que possibilita a incorporação de uma disposição do trabalho duro pelos seus membros (Alves, 2018.p.53)

Para objetivar isso, em uma relação entre a *posição socioeconômica* e *atitudes*, Rocha (2020) utiliza o conceito de "espaço social" de Bourdieu (relações de proximidade ou de distância social a partir da distribuição de capitais econômico e cultural), para formular escalas de atitude (referentes ao trabalho, à família, à comunidade, à política e ao consumo cultural) da

estrutura social do Brasil pesquisada no âmbito do Ipea (2016)[76]. O autor define o comportamento dessa fração de classe dos batalhadores empreendedores como um "individualismo comunitário", uma estilização da vida voltada a valores de "sobriedade, objetividade, dedicação e compromisso (pragmatismo, orientação à família e ethos do trabalho). A orientação tendencialmente autoritária e a ênfase na meritocracia (...), reforça o "eu" como lócus de controle ao mesmo tempo que o ata a projetos de vida convencionais" (Rocha, 2020.p.20):

GRÁFICO 11 - Espaço da autoconfiança produtiva e das modalidades de individualismo



Fonte: Ipea (2016).

Elaboração: Rocha (2020)

Como vemos no gráfico acima, o "individualismo comunitário" é uma característica das classes menos favorecidas (quadrante inferior esquerdo), formadas por: trabalhadores por conta própria precários; empregadas domésticas; trabalhadores elementares; e trabalhadores por conta própria. Esses têm uma atitude baseada em um estilo de vida de um "senso de objetividade perante a vida, que se impõe àqueles cuja luta econômica pela existência não pode ser dada por vencida" (Ibid). Ou seja, atravessa grupos e classes sociais que vivem em condições materiais de existência precários – como no caso dos batalhadores precários, do tópico anterior. São classes com baixa autoconfiança produtiva.

Já as atitudes voltadas para o "individualismo liberal" (quadrante superior direito), ou seja, para autorrealização pessoal (autoexpressão idiossincrática) e não familiar, são mais

[76] Dados gerados a partir da sub subamostra de 304 indivíduos da pesquisa do Ipea (2016). Ver na "Introdução".

comuns entre as classes com as melhores condições socioeconômicas e com posse do capital cultural (trabalhadores especializados): empregados especialistas, pequenos empregadores, gerentes, supervisores, especialistas autoempregados e empregadores. São as classes médias, médias-altas e altas as que têm a maior autoconfiança produtiva.

No entanto, das classes e frações de classe com tendência ao individualismo comunitário (do primeiro grupo), a única que possui autoconfiança produtiva, entrando nos quadrantes superiores, é formada por trabalhadores por conta própria, os batalhadores empreendedores - e os mais bem-sucedidos destes, os batalhadores hedonistas, como veremos no tópico seguinte-, o que os diferencia dos batalhadores precários. Ou seja, quanto maior o sucesso econômico do empreendimento, maior a dignidade e a autoconfiança das classes (Souza, 2010); um aspecto simbólico e moral é adicionado à dimensão material das classes sociais.

Desse modo, o individualismo comunitário "não está exclusivamente relacionado a uma orientação geral de proteção, determinada pelo desalento econômico. Pode estar vinculado também a um sentido de apoio mútuo na competição por chances de vida no mundo do trabalho" (Rocha, 2020, p.24). A família estruturada – não do ponto de vista do gênero, mas das condições sociocomunitárias, emocionais e afetivas (implicações sociais e psicológicas de segurança, dimensão essencial para o desenvolvimento do ser, segundo a psicologia)-, alinhada às condições políticas e econômicas favoráveis, forneceu *valores comunitários* ao *habitus* das classes populares, para fortalecimento da autoconfiança necessária na batalha da ascensão social e da competição capitalista. Uma segurança material (laço social) e simbólica (crença no futuro, reforçada também pelo vínculo religioso desse grupo) que lhe permitiu as condições psicossociais de incorporação de *disposições ascéticas,* como o autocontrole, a poupança e o pensamento prospectivo, a "tríade disciplina". "Sem disciplina e autocontrole é impossível, por exemplo, se concentrar na escola. Essa 'virtude' não é natural, mas um aprendizado de classe" (Souza, 2013.p.65); por outro lado, "sem pensamento prospectivo – ou seja, a visão de que o futuro é mais importante que o presente - não existe sequer a possibilidade de condução racional da vida pela impossibilidade de cálculo e de planejamento da vida pela prisão no aqui e agora" (Ibid., p.65). Esses grupos internalizam disposições fundamentais para assegurar sua sobrevivência em um mercado altamente competitivo (Souza, 2010), são "conhecimentos valorizados pelo mercado. Isso o livra da completa desclassificação social, ainda que para este trabalhador conte mais o suor do próprio rosto" (Visser, 2010, p.84). Os batalhadores empreendedores se inserem no mercado pelo ethos do trabalho duro, em conjunção com a base

familiar minimamente organizada e a religião, estando dispostos, dentro de uma moral rígida, a superar quase tudo para vencer na vida com o suor do seu trabalho.

Os batalhadores estruturam na estrutura do seu *habitus* de classe disposições ascéticas fundamentais para abrir o seu próprio negócio. Um conhecimento prático capitalizável no mercado é incorporado no *habitus* de classe, um conhecimento útil e rentável no capitalismo contemporâneo (que atua fortemente no corpo e no tempo): a ética do trabalho duro, que os faz se elevar acima da ralé estrutural, com uma disposição para crer e agir, como fala Lahire (2002).

E quando a família não está organizada a ponto de formar essas crenças e os laços sociais fortes que os inclinam à ação abnegada/ascética/sublimada com o presente e visando um futuro melhor em sua percepção e ação enquanto classe, as igrejas (a maioria evangélicas em suas múltiplas denominações) cumprem ou complementam (um "resto a simbolizar", como fala Lacan) essa função social e simbólica da família[77], que forma "fontes importantes de autoconfiança individual e de solidariedade familiar baseada na socialização religiosa (...), na possibilidade de se conquistar tardiamente estímulos morais e afetivos que, nas classes do privilégio, estão no horizonte familiar em tenra idade" (Souza, 2013.p.65)[78].

> Na trajetória da maioria dos batalhadores que encontramos, que é uma trajetória de ascensão por meio da ascese do trabalho duro, a fé em Deus aparece como uma dimensão que permite suportar a dor de viver, ter força de vontade e conseguir vencer os obstáculos. Entretanto, para alcançar essa graça com a qual o cristão se sente fortificado nos momentos mais difíceis de sua jornada, é preciso penitência, é preciso abrir mão da própria vida pelo trabalho, ou melhor, dedicar a própria vida ao trabalho e a família (Medeiros, 2010.p.2011).

[77] **"**Dentro dos 22,2% de evangélicos apontados pelo Censo do IBGE (2010), 44,6% são brancos enquanto que os negros são 54,9%. Na desagregação dos dados o ramo pentecostal tem o maior contingente de negros, 57,4%. A maioria dos neopentecostais está nas periferias das cidades e 63,7% ganham até um salário mínimo. Os rendimentos da maioria do público dessas igrejas não ultrapassam os dois salários míninos (75,3% dos evangélicos de missão, 86,1% dos de origem pentecostal e 78,4% das evangélicas não determinadas). A escolaridade é baixa, 8,6% são analfabetos e 42,3% têm ensino fundamental incompleto. Isso não significa dizer que a classe média tradicional não faça parte deste contingente, porém ela possui menor representação, pois o pentecostalismo ainda não é atraente para esse grupo, enfrentando a concorrência do catolicismo e do kardecismo, além do protestantismo histórico" (Paula, 2013, p. 129).

[78] Segundo Souza (Ibid, p. 65): "o tipo de religiosidade pentecostal, crescentemente importante nas classes populares brasileiras, tende a ser, nos "batalhadores", dominado pelas denominações mais "éticas" – ao contrário da ralé, em que predominam as denominações mais "mágicas" do pentecostalismo - nas quais a regulação racional da vida cotidiana e a crença na própria capacidade passa a ser o valor máximo".

A ética protestante, como fala Weber (2004), em sua versão no Brasil contemporâneo, inclina na orientação subjetiva da ação a incorporação ética do trabalho para muitas famílias ascendentes da pobreza, formando disposições que impulsionam a mobilidade social empreendedora, fazendo com que sublimem o sofrimento das condições materiais de emergir da pobreza, chegando a ter orgulho desse comportamento distanciado com o mundano; afirmam até "ser ricos espiritualmente" (Alves,2018). Fica estabelecida uma ascese protestante onde "é possível perceber na base de todo o orgulho que o batalhador sente de sua trajetória de labuta e sofrimento esse pano de fundo religioso da ascese do trabalho como penitência em um mundo onde todos estão perdidos" (Medeiros, 2010, p. 212). O ascetismo serve como renúncia ao erotismo, ressignificação da miséria e planejamento econômico. A sua batalha é superar as necessidades básicas por meio da mobilidade social da sua família. A mobilidade do *batalhador empreendedor* é sempre uma conquista familiar.

Essa fração dos batalhadores empreendedores ascende socialmente, mas mantém o vínculo de classe em relação à família, bairro e amigos, não saem do meio social onde moram; até mesmo os setores mais bem sucedidos em seu empreendimento preferem ser os "ricos" do bairro do que os vizinhos "pobres" do prédio. O desenraizamento em relação à posição de classe de origem é curto, um baixo efeito de histerese, sendo destacado pelo montante de *capital econômico*.

Já os que passaram por um maior distanciamento em relação ao seu meio social de origem (*desenraizamento*), usufruindo da sua ascensão econômica para entrar no universo do consumo (seja econômico, mas também culturais e de bens simbólicos), correspondem a outra fração dos batalhadores, com *variações interpsíquicas* em seu *habitus de classe* (Lahire, 2002) que os orientam para a cultura do consumo. Esses expressam a sua autoconfiança (gráfico anterior acima) a partir do consumo como distinção de quem venceu a pobreza (vive além das necessidades materiais), de que o trabalho é digno, os *batalhadores hedonistas*.

7.4 BATALHADORES HEDONISTAS

O aumento de renda e do consumo das classes populares ocorreu nas mudanças recentes da estrutura social. No Brasil, o consumo é sinal de distinção social, de posicionamento da classe média, com acesso a cidadania e direitos sociais. Ter um carro, algo tão comum nas

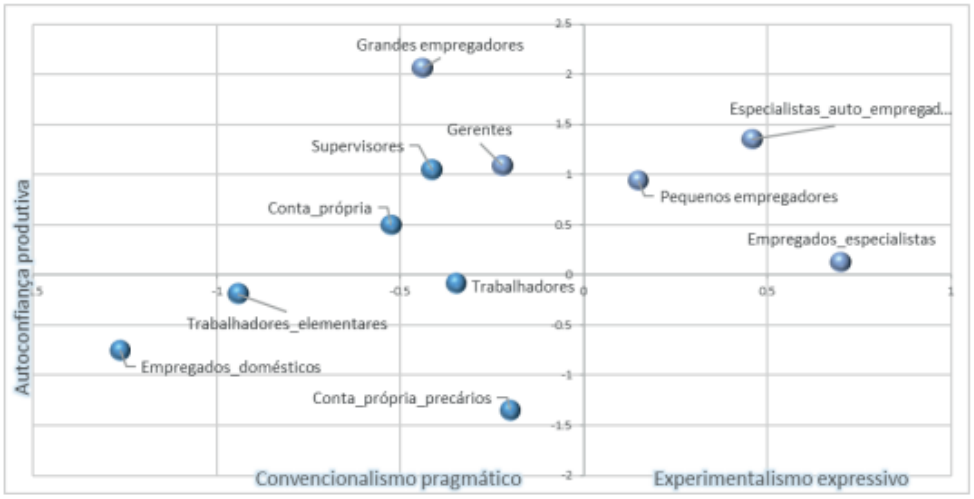
classes trabalhadoras dos países do capitalismo central, aqui é historicamente sinal de ser da classe média, de "ser de cima". Ou seja, o consumo é uma distinção social em relação aos pobres, é privilégio de um "estilo de vida" que diferencia quem consome na sociedade, uma demarcação no espaço social, um privilégio dos grupos e classes mais prósperos da estrutura social. Enquanto a massa vive apenas na satisfação das necessidades básicas, na sua condição de existência, os que estão acima têm o desejo incluído no seu consumo.

A reestruturação da estrutura de classes promoveu um novo consumo no país, de uma classe social outrora excluída deste estilo de vida, de padrões de classe média como idas ao restaurante, perfumes importados, carro, eletrodomésticos, casa própria (mesmo que em um bairro pobre), viagens de avião etc. Isso constitui para as classes emergentes dos batalhadores a confirmação de uma conquista, de uma vitória a partir de uma luta dura para sair da pobreza em direção a uma vida melhor.

Os batalhadores que obtiveram um sucesso econômico no seu empreendimento e adotaram um estilo de vida marcado pelo consumo são o que Ana Alves (2018) chama de "batalhadores hedonistas". Esses têm um "*habitus* clivado" (Bourdieu) entre as disposições do ascetismo e do hedonismo ao mesmo tempo, uma "mistura de estilos" (como fala Bakhtine) em seu estilo de vida e prática social. Nesse sentido, o *habitus* de classe é formado de maneira antagônica por conflitos que são interiorizados na socialização: um conjunto de valores e disposições ascéticas (da posição sociofamiliar) e os valores e crenças da socialização secundária exposta no seio de uma sociedade capitalista e de mercado, permeada por uma cultura de consumo (Ibid). O batalhador hedonista combina a ética do trabalho duro com uma ética do consumo, concilia os "seus valores e disposições em conflito através de um ajuste com relação ao ethos do trabalho duro, adotando, em determinados contextos, uma ética do consumo "(Ibidem.p.174); há uma "combinação complexa de ascetismo e hedonismo, presente em todos os entrevistados" (Ibid., p.197).

Nesse contexto, o conforto do lar/família é percebido como uma recompensa pelo esforço e dedicação do trabalho duro. Uma saída (trânsfugas de classe) da condição material de privação e pobreza extrema, aumentando, com isso, a sua "autoconfiança produtiva" no espaço social das classes (Rocha, 2020). Nesse sentido, o trabalho vira uma realização sociofamiliar, o que Rocha chama de "convencionalismo pragmático".

GRÁFICO 12 - Espaço da autoconfiança produtiva e dos estilos de vida



Fonte: Ipea (2016). Elaboração: Rocha (2020)

Observa-se no gráfico – a partir dos dados obtidos na pesquisa qualitativa do Ipea (2015/2016) - uma cumplicidade ontológica entre a autoconfiança e o poder econômico. Quanto maior o volume do capital econômico no espaço social, a autoconfiança produtiva aumenta na mesma razão.

No quadrante esquerdo ("convencionalismo pragmático"), temos um ethos do trabalho que refere-se ao "papel da experiência laboral na construção da autoestima (...), a esfera do trabalho constitui um espaço de autorrealização em que se nutre uma postura ativa e prospectiva com relação à vida (orientação a objetivos)" (Rocha, 2020.p.18), uma sustentação emocional se interioriza no *habitus* das classes populares, na "satisfação com o estado presente e em expectativas otimistas com relação ao futuro" (Ibid., p. 18). Ou seja, entra na dimensão da "dignidade" das classes discutida por Souza (2009; 2010). Desse modo, a autoconfiança e a dignidade revelam o caráter hierárquico da sociedade brasileira.

No quadrante direito ("experimentalismo expressivo"), temos as classes que têm o seu fundamento no capital cultural, com "forte ênfase na fruição", afastadas em relação ao trabalho, atravessados por uma inclinação humanista de autorrealização (valores mais igualitários e libertários) (Rocha, 2020). Entrementes, os batalhadores hedonistas, posicionados no "convencionalismo pragmático", se dedicam ao trabalho duro – ethos econômico e competitivo – onde o seu sucesso é revertido ao consumo da sua família, uma recompensa pelo suor do seu trabalho. Com essa inclinação psíquica eles se distanciam da cosmovisão religiosa, não têm rejeição a bens de luxo: os seus desejos e necessidades estão legitimados não pelo divino

transcendental, mas pela posição social que lhes garantiu o poder econômico do consumo (Alves, 2018), operando uma "des-esquematização, isto é, uma ruptura ou dissolução de conexões disposicionais socialmente partilhadas" (Peters, 2017.p. 155).

Nessa fração de classe, o efeito de histerese em relação à pobreza é maior. O acesso ao consumo e a atividades de lazer - até então características das classes dominantes - se torna uma busca, um desejo, para os batalhadores expressarem na sua experiência vivida a nova condição social alcançada, distanciando-se da condição de classe social de origem.

Nesse ínterim, para Campbell (2009), o consumo não é a desintegração da cultura da classe social de origem; ao contrário, ele contribui para o reconhecimento da identidade social. Pelo consumo, os grupos emergentes preenchem o "vazio" deixado pela sociedade, combatendo a "insegurança ontológica" que todos sofremos. Nesse caso, os gostos e desejos definem identidades de grupos socialmente reconhecidos e aceitos.

> Esse segmento emergente pode agora, além de sonhar, adquirir e busca ter uma casa "normal": com todos os eletrodomésticos, móveis e objetos, o que faz com que se sinta incluído simbolicamente naquilo que foi socialmente construído como o ideal de vida, usufruindo de bens de consumo como eletrodomésticos de primeira linha, aparelhos de TV gigantescos, viagens em cruzeiros pela costa brasileira, alimentação delivery etc. Nesse sentido é possível imaginar que as pessoas desse segmento percebem no consumo uma possibilidade de construir uma identidade que se conectem ao imaginário social do que é ser um cidadão (Vicente, 2013.p.90)

Pelo consumo eles se descolam (histerese) da ralé estrutural, da "gentinha", do "povão" e podem ser vistos como "alguém", reconhecido no seu meio social de origem, torna-se "gente", cidadão. Ter uma casa pronta, um nome limpo, poder emprestar o nome e, principalmente, ter a sua imagem descolada do "vagabundo" reforça a autoestima e ajuda na confirmação de uma identidade que possa ser dignamente compartilhada (Ibid). "Sua adesão a novas práticas de consumo visam expressar um poder sobre a necessidade dominada, marcando um distanciamento com relação à condição passada, característico de seu processo de autoafirmação" (Alves, 2018.p. 184), se aproximando, com isso, de hábitos de consumo da classe média.

O trabalho duro dessa fração de classe serve para justificar o hedonismo, o merecimento pelo seu esforço, sacrífico e autoafirmação. Eles têm uma inclinação para aproveitar o presente, e não apenas sacrificá-lo em favor do futuro incerto. "O protestante prefere comer bem, enquanto o católico quer dormir sossegado (...) é possível caracterizar, embora de modo

incompleto, mas pelo menos em parte correto, a motivação daquela parcela de protestantes mais indiferentes à Igreja" (Weber, 2004.p.34).

Os batalhadores hedonistas, além de um afastamento material em relação ao seu meio social de origem, conseguiram de maneira incompleta um afastamento simbólico, se integrando à sociedade pelo consumo, se aproximando parcialmente da classe média. Como no caso de um dos entrevistados, Severino, que começou a trabalhar com o padrasto, que era feirante desde os cinco anos de idade. Cresceu privado de lazer e consumo; no entanto, formou um *ethos do trabalho duro*. Hoje abriu o seu próprio negócio: começou vendendo frutas, depois abriu um fiteiro, com o dinheiro abriu uma locadora e, quando a locadora não estava mais sendo rentável, abriu uma *lan house*, e, quando essa deixou de gerar lucro, uma gráfica. Tudo no mesmo estabelecimento, que era a sua antiga casa, onde ele foi atualizando o negócio a partir da dinâmica do mercado.

> O fruteiro era o que.... Vendia lá bombons. Eram chicletes, confeites, pipoca, lanches (...) E despachava, dava troco e tudo. As pessoas se impressionavam como uma criança conseguia saber quanto dava duas carteiras de cigarro, mais dois confeites, sem precisar de calculadora. Era eu! Fazia as contas, passava o troco certinho.

Hoje em dia tem carro, plano de saúde para a esposa e viaja – "o plano de saúde começou a aumentar desesperadamente. Hoje... eu não tenho mais o plano. Só a minha esposa tem. A gente paga quinhentos reais de plano de saúde pra ela".

> A gente chegava a juntar, de moedas de um real... três mil reais... e viajava. E era isso. A gente passava seis meses, juntava três mil. Juntos nós já viajamos pra quase o Brasil todo já. Eu já conheci o Brasil quase todo. E fiz questão de levar minha esposa pra Gramados, Canela, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Maranhão. Já fomos pra Natal, fomos pra São Paulo. Eu fui para o Rio de Janeiro com ela. Já fomos pra Caxias do Sul. Enfim. Só falta agora levar ela pra.... Meu sonho é levá-la pra conhecer o Encontro das Águas. Que eu já conheço, mas.... Pretendo levá-la pra conhecer o encontro das águas, que fica lá em Manaus. Eu lembro que fui em Belém, mas agora estamos querendo ir pra Manaus ver o Encontro das Águas lá. Muito bom!

Os batalhadores hedonistas conseguiram uma certa segurança material, se beneficiaram da redução do IPI promovido pelo governo Lula para aumentar o consumo interno, enquanto resposta da crise econômica externa (o que deu certo na economia do país), comprando carros, motos, celular, eletrodomésticos; também frequentam restaurantes, com uma certa frequência, e fazem viagens de avião. Ou seja, têm um estilo de vida que, outrora, na História do Brasil, estava restrito apenas às classes médias e altas. Foi acionada, assim, a base produtiva moderna

e o consumo das famílias (60% da demanda agregada), puxando a taxa de crescimento a partir de dentro do país (Araújo, 2013).

Esses grupos em ascensão, trânsfugas de classe, se aproximaram da baixa classe média no âmbito do consumo (Pochmann, 2015; Quadros et al, 2013), uma "aproximação entre as classes" ocorrida também no rendimento (Scalon e Salata, 2014). Porém, continuam distantes da baixa classe média em relação ao capital cultural (Souza, 2010), o que fecha o circuito para ocupações com maior *status* social, das classes médias e das altas classes médias. O *capital cultural* (Bourdieu) é que fica sendo o grande diferencial em relação ao espaço social e simbólico entre as classes.

No entanto, na variação intergeracional da trajetória social dos filhos dos batalhadores, por mais que os pais não tenham cursado o nível superior, muitos fazem questão que o seu filho o faça por procuração. Aos que realizam essa trajetória, chamamos aqui de batalhadores culturais. Esses engendram um efeito de histerese no nível do capital cultural. Algo pouco discutido nas pesquisas recentes acerca da mudança da estrutura social. Essa fração de classe de que vamos falar a seguir é composta pelos trânsfugas de classe social que estão incorporando - tardiamente - *o capital cultural* legitimado pela sociedade.

8 BATALHADORES CULTURAIS

A partir das reuniões regionais da pesquisa Radiografia do Brasil Moderno (Ipea,2016) com os bolsistas da equipe de campo da região Nordeste, sob a coordenação regional de Roberto Torres, apareceu, nas observações oriundas da pesquisa qualitativa em profundidade, o termo "Batalhadores Culturais", referente aos:

> batalhadores que conseguiram aproveitar as oportunidades advindas com o processo de expansão educacional em curso no Brasil ao longo das últimas décadas e, mais recentemente, as políticas de inclusão ao ensino superior tais como o FIES, o Prouni e as cotas implementadas nas universidades públicas a partir de 2012, que tornaram o acesso aos diferentes níveis educacionais mais democratizado (Alves, 2018.p.212)

De acordo com a autora supracitada, as pesquisas desenvolvidas por Jessé de Souza, que resultaram no livro "Os Batalhadores Brasileiros", não abordam os casos em que "haveria essa ascensão social, com mudanças significativas na ordem do estilo de vida dos batalhadores" (Alves, 2018.p.55). Os autores, ao analisar os batalhadores, destacam a falta da incorporação do "capital cultural" a essa nova classe, o que acarreta um distanciamento simbólico com a classe média, que tem esse capital como principal meio da sua reprodução invisível. De fato, isso é o que acontece fortemente com as frações dos "Batalhadores Precários" e "Batalhadores Empreendedores", que são os estratos com mais pesquisas publicadas acerca dessa nova classe trabalhadora na estrutura social. Em certa medida, o mesmo acontece com os Batalhadores Hedonistas. No entanto, há uma outra fração, pouco discutida nas pesquisas contemporâneas, onde o capital cultural foi um elemento essencial na sua trajetória de vida.

> ao lado do batalhador cuja ascensão foi assegurada pela entrada no mercado competitivo e maior montante de capital econômico, uma fração das classes populares que busca ascender socialmente através do acúmulo de capital escolar e outros tipos de capital cultural, denominada (..) de batalhadores culturais (Ibid., p.16)

A socióloga Ana Alves (2018), que também participou da equipe de pesquisa de campo da região Nordeste (Ipea, 2016), destaca esse grupo em sua tese, onde buscou apreender o consumo dos Batalhadores Brasileiros. Para isso, em sua metodologia, Alves combina uma análise multidimensional envolvendo, por um lado, as práticas de consumo e estilo de vida das classes populares, a partir de uma análise das classes ancorada na perspectiva teórica de Bourdieu – lutas simbólicas que se desenvolvem no estilo de vida. E, por outro lado, uma

análise da sociologia em escala individual de Lahire, objetivando o rastreamento dos contextos heterogêneos de socialização dos entrevistados, capturando as variações interindividuais no interior das classes populares no que diz respeito às suas práticas de consumo. Nesse caso, Alves consegue delimitar quatro perfis dos batalhadores: Batalhadores Ascéticos, Batalhadores Empreendedores, Batalhadores Hedonistas e Batalhadores Culturais.

Essa análise das classes sociais na região Nordeste evidenciou um tipo específico de batalhador, o "batalhador cultural". Considerando as diferenças na trajetória, as práticas de consumo e o estilo de vida, esse estrato emerge no estudo da reestruturação da estrutura social do Brasil. As suas principais características são o ingresso na universidade, uma orientação mais hedonista em relação às práticas de consumo e a formação de uma disposição política: já que defendem a esquerda e as políticas sociais, algo que não aparece nos demais estratos dos batalhadores, que defendem uma posição em defesa da meritocracia e contra o PT (Alves, 2018; Singer, 2018).

Na minha dissertação de mestrado, também desenvolvo uma pesquisa acerca da reestruturação do *habitus* das classes populares, a partir da análise dos impactos da política educacional do *Mais Educação*, que levou a educação integral às escolas públicas (no contexto do município de Jaboatão dos Guararapes), onde observamos mudanças morfogenéticas em relação ao *habitus* dos estudantes engendrado na posição de classe da família, um choque biográfico entre socializações familiar e escolar (Silva, 2016). Para esse estudo, articulo Bourdieu, Lahire e Lacan, buscando apreender as variações psíquicas da prática social dos estudantes em relação à classe social da sua família. Ficando, com isso, a educação aberta em um jogo/disputa entre a reprodução e a mudança social, dependendo do impacto que a política pública educacional (no caso pesquisado, o Mais Educação) pode gerar em um contexto específico (Barbosa, 2009), estruturando, nesse caso, uma reificação da estrutura (conservação social) ou uma "reestruturação do *habitus*" (a condição de possibilidade da mudança social) (Silva, 2018).

Vale destacar também as pesquisas de Melo e Araújo (2019) – "Da Periferia à Universidade" - acerca do sucesso escolar e da qualidade de vida de jovens de classe popular, que analisou as transformações na vida de jovens, mediante a expansão e interiorização das universidades públicas em Vitória de Santo Antão, cidade da zona da mata de Pernambuco. A expansão e interiorização das universidades públicas institucionalizam os "espaços dos possíveis" de que fala Bourdieu (2007), permitindo uma mudança de posição social, um salto em qualitativo em relação capital cultural herdado e o adquirido de forma secundária na socialização acadêmica. Nesse estudo, as autoras utilizam o método de Lahire, em entrevistas

de longo prazo com três jovens universitários beneficiários dessa interiorização universitária, que são os primeiros membros da família a ingressar na universidade. Nessa translação, além de se formar e trabalhar na área, alguns ainda investem na carreira acadêmica fazendo mestrado e doutorado.

Nesses casos de trânsfugas de classe social:

> Enquanto os resultados quanto a marcadores de estilo de vida dos chefes de domicílio são pouco alentadores, indicando que se está bem distante do que seria esperado de integrantes da classe média, poderia ser o caso de às *novas perspectivas de renda terem correspondido oportunidades que estariam sendo colhidas principalmente pelos filhos desses chefes*, indicando a presença de *transformações estruturais importantes* que se manifestariam não tanto nesta geração, mas nas chances de vida das *novas gerações.* (Kerstenetzky e Uchôa, 2013.p.24. Grifo nosso)

Os estudos das classes populares na região Nordeste do Brasil mostram que essas transformações produziram um impacto na estrutura social maior do que sugerem as publicações recentes acerca dessa nova classe social emergente dos batalhadores. Se há uma luta de classificação na explicação e compreensão das mudanças da estrutura social do país (socioanálise da percepção), umas destacando a flexibilização/precarização do mercado (neoliberalismo) e outras destacando as políticas sociais (do governo do PT), a fração de classe dos batalhadores culturais, dos que ascenderam mediante a incorporação do capital cultural, pelo sucesso em ambiente acadêmicos, é a que mais deixa visível o impacto do segundo movimento, já que ela se liga diretamente às transformações pelas políticas públicas e não à inculcação do *ethos econômico*.

A redução do subdesenvolvimento e a redução das desigualdades sociais, regionais e históricas não ocorrem de maneira natural e espontânea pelas livres forças do mercado, mas por redistribuição da renda, sobretudo na base da pirâmide social, com políticas públicas educacionais para as classes de baixo. Não foi o mercado que reduziu a desigualdade; seria até ingênuo achar isso. É só ver os dados de investimento/gasto social das políticas públicas em "equidade" ao longo do tempo (Ipea, 2011) e vemos que a reestruturação da estrutura de classes no país coincide com os momentos históricos onde os investimentos em políticas sociais foram maiores, promovendo a saída de 40 milhões de pessoas da pobreza extrema, redução das desigualdades sociais e históricas e mobilidade social ascensional de uma nova classe social.

O Estado redistribuiu os recursos públicos para as camadas da população que mais pagam imposto – contraditoriamente, as de menor rendimento-, as classes populares,

diferentemente do que ocorreu no passado, onde o ornitorrinco (Estado) realocou os recursos públicos para as classes altas, principalmente no momento de fechamento social autoritário (ditadura militar). Já nesse cenário histórico contemporâneo, em contraste, as classes populares foram as que mais receberam um maior investimento pelas políticas sociais do Estado, o que impactou diretamente na redução do índice de Gini (Ibidem), sendo grande parte desse movimento redistributivo aplicado no âmbito das políticas educacionais (Ipea, 2011).

O gasto social representou uma ferramenta fundamental para a coesão da sociedade, um avanço socioestrutural que veio acompanhado da multiplicação e incorporação do mercado de consumo (Pochmann, 2013), ou seja, de um desenvolvimento do bem-estar social para as população mais vulneráveis do país, configurando uma "singular experiência de liderança mundial, sobretudo após a crise internacional de 2008, que fazem de Brasil, Índia e China os propulsores do novo desenvolvimentismo internacional" (Ibid.p.155), saindo da posição de devedor para credor a nível internacional.

Nesse ínterim, vemos, ao longo das últimas décadas, uma redução da desigualdade regional histórica no âmbito da educação, ocorrendo uma "diminuição constante da associação entre classes de origem (dos pais) e classes de destino (dos filhos)" (Ribeiro, 2017.p.62). A expansão educacional reduz o efeito de classe social de origem: "a desigualdade de oportunidades educacionais está diminuindo para completar o ensino elementar e para entrar e completar o ensino superior (...). Em suma, houve diminuição da desigualdade de oportunidades ao longo das últimas décadas no Brasil" (Ibidem.p.62), o que tem um impacto direto na estrutura da sociedade, onde membros das novas gerações das classes populares, os batalhadores culturais (variação intergeracional), filhos dos batalhadores, "conseguiram adentrar esses espaços tradicionalmente ocupados pelas classes médias e altas, como consequência das políticas públicas de acesso ao ensino superior, mas também pela incorporação de disposições gerais para os estudos ao longo de sua trajetória" (Alves, 2018, p.59).

Ao entrar em espaços outrora ocupados apenas pela classe média e alta, ocorre uma aproximação simbólica entre essas e os trânsfugas de classe batalhadores, minimizando o espaço simbólico entre as classes (apesar de se manterem as barreiras sociais), já que os filhos dos batalhadores estão sendo socializados em seu *habitus* no mesmo espaço social das classes médias e altas. Ocorre uma redução da desigualdade, uma aproximação parcial entre as classes, por meio do *capital cultural*.

Ou seja, a retomada da mobilidade social no século XXI foi diretamente vinculada aos segmentos de menor rendimento gerando movimento na estrutura ocupacional e efeitos educacionais na redução das desigualdades sociais, oriunda da redistribuição para a base sobre intermédio das políticas públicas. Nesse sentido, levar acesso a esses grupos excluídos do passado é reduzir a desigualdade, promover a democracia e a cidadania. E o maior impacto dessa redução das desigualdades sociais, econômicas e culturais (do capital cultural institucionalizado, como fala Bourdieu) se deu no Nordeste e no Norte do Brasil, as regiões historicamente mais vulneráveis. Que, dialeticamente, foram as que mais reduziram o seu IVS -Indice de Vulnerabilidade Social no período supracitado.

> O aumento real do salário-mínimo, por exemplo, teve impacto mais forte no Nordeste, onde 45% dos ocupados recebem até 1 salário- -mínimo – bem acima da média brasileira que é de 26% –, do que no Sudeste, onde esse percentual é de apenas 17,6%, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Essa mesma pesquisa mostra que, entre 2003 e 2009, o valor do rendimento médio das famílias residentes no Nordeste cresceu 5,4% ao ano, quando a média nacional foi de 3,5%, e no Sudeste essa taxa foi de apenas 2,9%. Uma observação interessante deve ser feita sobre o impacto diferenciado do programa Bolsa Família quando analisado em termos regionais. O Nordeste, por concentrar mais da metade da população muito pobre do país, capta 55% dos recursos desse programa. Na região, a pobreza rural se concentra em pequenos municípios, em especial os do grande espaço semiárido. Nesses municípios é interessante observar que, como as bases produtivas locais são muito modestas, o novo e sistemático fluxo de renda não só dá a cobertura social aos beneficiados diretos, como dinamiza lojas, farmácias, padarias, feiras livres etc. Gera, assim, nesses pequenos municípios um impacto econômico num movimento virtuoso que os estimula a crescer. Tal resultado não é identificado na região Sudeste, na qual o Bolsa Família capta o segundo maior volume de recursos, ou seja, 25% do total aplicado. Como ali é o domínio da pobreza urbana e como a base produtiva é ampla e forte, o impacto do programa é apenas o de levar o manto protetor do Estado aos que vivem em situação de dura miséria no coração da região mais rica do país (Araújo, 2014.p.162-163)

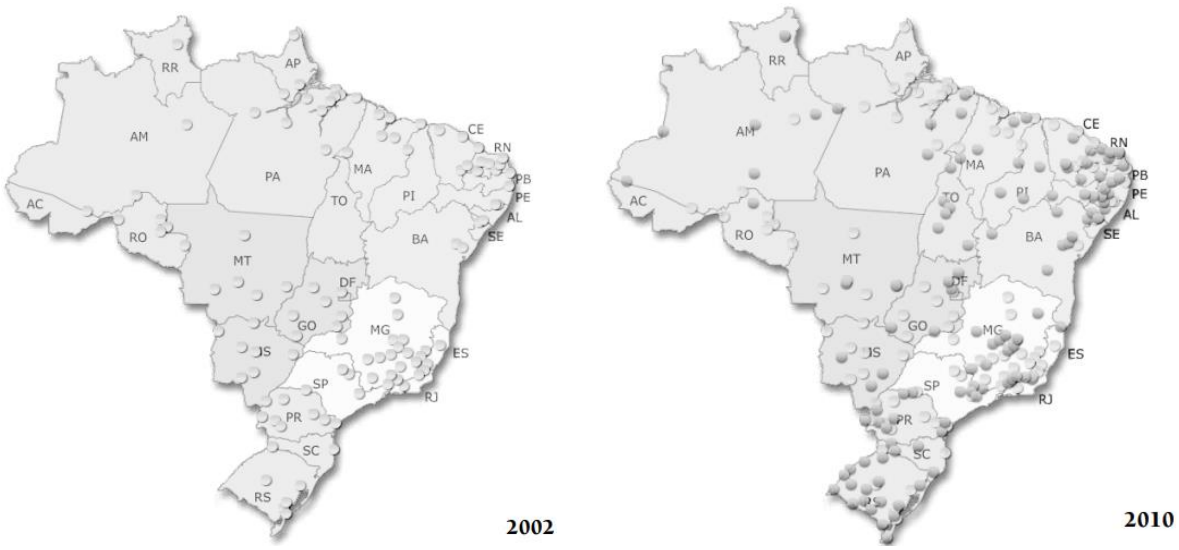
O maior crescimento foi no Nordeste e no Norte do país, que, além de aumentarem praticamente o dobro dos empregos formais, foi institucionalizada uma combinação de políticas socioeducacionais e econômicas – sobretudo na base da pirâmide social -, gerando as maiores mudanças da estrutura social brasileira.

As pesquisas recentes acerca da nova classe trabalhadora pouco valorizam o impacto das políticas educacionais no Nordeste, no que diz respeito à reestruturação do *habitus* das classes populares, que passaram, nessa região, por uma ascensão além do capital econômico. Ocorreu uma reestruturação do capital cultural institucionalizado, pelos ritos de instituição acadêmica, mediante o aumento da renda das famílias – o que possibilitou investir nas gerações futuras -, as cotas raciais e sociais – que abriram os campos sociais para as maiorias que são

"minorizadas" - e a expansão e interiorização do ensino superior público; além da abertura de vagas no ensino superior privado pelo Prouni, uma via de fuga se abriu na estrutura social[79].

Além das universidades privadas, onde os batalhadores têm que trabalhar e estudar, o que não ocorre na classe média (Souza, 2010). As Universidade Federais tiveram um avanço significativo, que foi democratizado pelas políticas de inclusão.

FIGURA 5: Localização dos campi das universidades federais (2002 e 2010)



Fonte: Ministério da Educação; Araújo ,2013.

> O primeiro mapa mostra que, em 2002, o Brasil tinha 43 campi de universidades federais implantados, e sua localização revelava a herança de concentração destacada no início deste artigo: privilegiava o Sudeste, o Sul e o litoral. Em 2010, com a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o número de campi pulou para 230. Do ponto de vista regional, o segundo mapa mostra, com clareza, a tendência à interiorização e à desconcentração regional, o que possibilitou o acesso ao ensino superior a milhares de pessoas que, dado o padrão anterior, não conseguiriam tal oportunidade. A presença desses campi em cidades médias tem um impacto imediato e significativo não somente na vida cultural, mas também no comércio e nos serviços locais (Ibid., p.169-170).

Em 2002 a grande concentração de universidades estava no Sudeste, com uma concentração média no Nordeste. Em 2010, no entanto, o Brasil passou por uma mudança

[79] "Uma via de fuga poderia estar aberta para os filhos se à disposição deles estivessem oportunidades sociais efetivas, como a educação de qualidade, que permitissem melhorar suas chances de vida – para além da melhora nos rendimentos das famílias decorrentes de uma melhor situação no mercado de trabalho para os pais" (Kerstenetzky e Uchôa, 2013.p.28)

silenciosa com um avanço significativo na região Nordeste, o que promoveu uma reestruturação do capital cultural institucionalizado nas classes populares. O maior impacto educacional foi nessa região. O que resultou em um grande canal de ascensão nessa nova classe social emergente, a partir da junção entre expansão e interiorização universitárias, em conjunto com as cotas raciais e sociais. Ocorreu uma prioridade em relação à educação, na política de recursos humanos do Governo Federal, onde "o Ministério da Educação foi responsável por quase metade dos novos servidores públicos no período 2002-2013" (Gomes e Sória, 2014). Nesse sentido, a reestruturação da estrutura social brasileira não foi apenas da renda (redistribuição econômica), mas também da cultura: uma redistribuição cultural institucionalizada nas universidades públicas e privadas.

Nas universidades privadas, o Prouni também permitiu o acesso de jovens oriundos das classes populares (patrocinado com renúncia fiscal). Com isso, segundo Tânia Bacelar:

> Os Censos Demográficos de 2000 e 2010 mostram que o número de pessoas com ensino superior completo mais que dobrou, passando de 5,9 milhões para 13,5 milhões. Nordeste, Centro-Oeste e Norte experimentaram maior incremento, pois ganharam participação no total nacional: de 14,1% para 16,2%, de 7,1% para 8,6% e de 3% para 4,7%, respectivamente. A região Sul mais que dobrou seu número de portadores de diploma de nível superior, mas mantém seu peso relativo no total do país, em torno de 16%; já o Sudeste, embora também tenha dobrado o contingente de titulados nesse nível de ensino, perdeu peso no total, passando de 59,7% para 54,1% (Ibidem.p.169-170).

Os dados da população com ensino superior concluído mostram uma melhora estrutural na primeira década do século XXI no Brasil, em todas as regiões, mas com destaque para o Norte e o Nordeste, que praticamente triplicaram a sua taxa de escolarização bruta. A nível nacional, a matrícula no ensino superior, na população entre 18 e 24 anos (2000-2010), foi de 10%, para 23,4%. O Norte que tinha 5,2% da população com ensino superior concluído, foi para 16,5%. Já o Nordeste, que também tinha 5,2% em 2000, passou para 14,1% em 2010. O Sudeste foi de 12,4% para 27,1%; o sul de 14,6% para 34,6%; e o centro-oeste foi de 11,6% para 28,5% da população com ensino superior (Araújo, 2013).

Esses batalhadores culturais são trânsfugas de classe social. Eles emergiram principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde as ações das políticas sociais no campo da educação contribuem para a mudança de hábitos formados inicialmente na posição de classe da família, promovendo mudanças do *habitus de classe*, ou seja, variações da prática social, o que Bourdieu chama de *efeito de histeresis.* As políticas socioeducacionais promovem esse efeito de histerese nos beneficiários, um descompasso com a sua classe social de origem. No entanto, essa trajetória descompassada, quando confrontada pelos indivíduos, gera uma maior

reflexividade em sua ascensão social, contribuindo, além da redução das desigualdades sociais, regionais e históricas oriundas da sua posição de classe social, para *um aumento da sua consciência reflexiva e social*[80]. A partir do capital cultural na universidade e dos ritos de passagem que modificaram a natureza (variações intraindividuais) desses trânsfugas em trajetória de mobilidade social, com reestruturações transpassadas na estrutura subjetiva da sua ação, mediante os deslocamentos e socializações subsequentes em contextos contraditórios e distintos em relação à posição de classe da família (Lahire, 2002), se configura também no ensino superior um sucesso das classes populares.

Nesse cenário, observamos que, apesar de não cessar a estrutura material e simbólica da desigualdade social, as políticas recentes do Estado Brasileiro ocasionaram mudanças na sua redução, gerando, com isso, um patamar mínimo de segurança material, que possibilitou as condições sociais da emergência de um nova fração dos batalhadores, os batalhadores culturais, possibilitando uma travessia intergeracional entre as classes e frações de classe, com incorporação do capital cultural institucionalizado (socialização em campos acadêmicos) e do capital cultural objetivado (obtenção de diplomas).

As políticas públicas possibilitaram um avanço democrático, a partir do acesso histórico a instituições sociais outrora negadas ao povo brasileiro. Desse modo, com os ajustes dos arranjos institucionais promovidas pelas políticas sociais, "a educação funciona como um dos fatores da democratização da sociedade" (Fernandes, 1989.p.13). Com isso, a educação deixa de ser apenas reprodução (Bourdieu, 2009b) e se transforma em estratégias de mobilidade social dos trânsfugas de classe.

Os novos contextos de socialização não deixam de atualizar antigas estruturas subjetivas que se reestruturam em um processo contínuo, já que "mudar de contexto é mudar as forças que agem sobre nós" (LAHIRE, 2002.p.59). Desse modo, ao mudar as estruturas subjetivas do *habitus de classe* formado inicialmente no seio da estrutura sociofamiliar, a partir de novos contextos de socialização ricos em capital cultural, uma abertura no espaço social se conjectura. A socialização continua em contextos heterogêneos, para além do campo da família, produzindo

[80] "Os desafios objetivamente inscritos na situação de ação provocam no indivíduo um sentido de descompasso entre suas propensões e os seus cenários de experiência, propelindo assim seus esforços reflexivos para lidar com tal descompasso" (Peters, 2017.p.349). Uma passagem da *angústia constituinte* para a *angustia constituída*, do *habitus* de classe para a variação da prática, saindo, com isso, os batalhadores do senso prático – da sua classe social de origem – para o logos reflexivo. "No caso da angústia constituída, o objeto mora dentro dos limites da fantasia, ao passo que só temos angústia constituinte quando o sujeito 'atravessa a fantasia' e confronta o Vazio" (Zizek, 2008, p. 89).

mudanças na estrutura subjetiva dos trânsfugas em ascensão, transformando infinitesimalmente, mas com discerníveis efeitos cumulativos, antigas disposições do *habitus* de classe social.

Os ritos de instituição acadêmicos incorporam um novo tipo de capital nos trânsfugas batalhadores, o capital cultural institucionalizado e objetivado. As socializações heterogêneas atuaram como transição social ancorada a uma *transição psicológica* (sublimação), um salto em relação as categorias mentais do *habitus* da classe da origem social, promovendo novos anseios, desejos e sonhos, uma existência autêntica, como fala Duarte e Gomes (2008).

Esses anseios e sonhos de batalhadores culturais que conseguiram aproveitar as oportunidades advindas do processo de expansão educacional no Brasil, no curso das últimas décadas; que, apesar de toda incerteza, sacrifício e frustração temporária da sua estratégia de autoafirmação para mudar a sua condição social, marca as "frações ascensionais das classes populares que conseguiram ingressar no ensino superior e alcançar uma posição mais qualificada no mercado de trabalho" (Alves, 2018.p.212), conseguindo um estilo de vida melhor em relação aos capitais econômicos e culturais em relação aos seus pais.

Se nos Batalhadores Precários a mudança de vida foi sair da pobreza extrema, nos Batalhadores Empreendedores ter acesso ao acúmulo econômico, nos Batalhadores Hedonistas ter um consumo próximo ao da classe média (o desenvolvimento de um bem-estar), os Batalhadores Culturais apontam, enfim, para um direcionamento da mudança que é cultural e hedonista ao mesmo tempo.

De acordo com o relato desta entrevistada[81]:

Acho que houve bastante [mudança na condição social], a condição social melhorou bastante daquela época pra o que é agora, é, é, talvez seja o fato de você ter um acesso mais fácil a uma universidade, que melhora o campo de trabalho, melhora o campo financeiro, você tem mais uma amplitude, você tem uma visão maior quando você tá numa universidade, você consegue enxergar as coisas de maneira diferente. (Tainá [nome fictício], 30 anos, publicitária e estudante de direito por meio das políticas públicas educacionais).

A entrevistada supracitada foi beneficiária do Prouni, no curso de publicidade, e das cotas, no curso de direito, tendo a condição social da sua vida tomado um novo rumo

[81] Banco comum de entrevistas da pesquisa "Radiografia do Brasil Contemporâneo" (2015/2016).

ascensional, acompanhado da melhora no campo econômico e cultural. O que só foi possível devido ao ingresso no ensino superior que definiu a sua profissão.

Sou beneficiária, né? [do ProUni] Eu acho que o governo do PT, ele, ele possibilitou que jovens, é, da... jovens pobres tivessem acesso à universidade, porque, como eu tava te dizendo, quando eu era criança, eu nem falava em universidade, nem sabia que universidade existia, então isso era um mundo desconhecido pra mim, universidade era uma coisa tão distante que eu nem pensava nisso. Quando eu vim começar a pensar, aí o que foi que eu pensei, eu pensei: eu vou fazer vestibular agora e eu não me sinto preparada, então eu sei que eu vou fazer e não vou passar, então eu prefiro não fazer agora. Aí depois de cota, depois de Prouni é que o jovem pobre teve acesso à universidade.

Além de promover o acesso ao ensino superior, o vínculo institucional da política social promoveu o desenvolvimento de competências cognitivas e emocionais, como a autoestima. Para uma classe social que nem sabia que a universidade existia, estava fora do seu horizonte: "quando eu vim saber de universidade, na época, a gente estudava em escola pública, eu converso sempre isso com a minha irmã, eu vim saber que universidade existia, eu tava já no terceiro ano, à beira de fazer o vestibular". Olhar um objeto é vir a habitá-lo e, com isso, um novo sentido se forma na reestruturação da estrutura de percepção e ação do habitus (Silva, 2016), um novo horizonte se abre para os trânsfugas de classe filhos dos batalhadores.

8.1 A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO OBJETO DE TRANSIÇÃO SOCIAL E PSÍQUICA

A ascensão social é, na maioria dos casos, reflexo de uma *polarização*. Por um lado, temos um *fator psicossocial*, uma batalha, a luta individual do trânsfuga para superar barreiras sociais, preconceitos e discriminações de sua classe social de origem na sua ascensão. Por outro lado, isso só foi possível a nível estrutural, a ponto de formar uma fração de classe social, devido ao vínculo institucional das políticas educacionais pautadas pelo discurso da justiça social (correção das desigualdades), que promoveram um canal de abertura do espaço social, além de "torções simbólicas" da ordem social (Lacan, 2007), no *habitus* de classe dos batalhadores culturais. Vemos, nesse aspecto, o aumento de forças positivas que impactam a trajetória social dos batalhadores culturais, na modificação dos fatores psicossociais do seu *habitus* de classe de origem, promovendo mudanças psíquicas que atualizam a prática.

Ocorre, nesse caso, uma abertura da percepção, uma nova visão de mundo se forma, um novo "esquema de percepção" (Bourdieu, 2008), um novo "ponto-horizonte" (Merleau-Ponty). As políticas públicas educacionais, no contexto pesquisado na região Nordeste, funcionaram como objeto de transição social e psicológico em relação ao meio social de origem.

Apesar do seu sistema híbrido, o Estado novo-desenvolvimentista dos governos do PT "possui uma dimensão social inequívoca, expressa na forma de políticas distributivas que buscam a inclusão das parcelas historicamente excluídas do acesso aos bens públicos" (Silva e Gomes, 2018.p.112). Essa preocupação política com a *justiça social* e a *correção das desigualdades regionais históricas,* tem bases ontológicas em uma *educação ética, como na* formulação de Platão. O seu sentido é associado ao costume (hábito) como desenvolvimento ético de uma trans-formação a partir do aprimoramento íntimo do sujeito (Severino, 2006).

Um aprimoramento a partir da abertura de novos conhecimentos e incorporações de disposições práticas, oriundas de contextos de socialização propiciados pela política educacional. Por mais que a socialização primária da família seja a mais fortemente entrincheirada na consciência, construindo a realidade social (Berger e Luckmann, 2009). Essa não se fecha na formação do habitus de classe dos agentes. O processo de socialização continua no decorrer da vida social da política pública educacional como objeto de transição social e psíquico, reestruturando a estrutura do habitus de classe. As *disposições do habitus* não podem ser entendidas somente como reificação do passado, a "cada novo contexto (práticas ou interações) será só um simples terreno de expressão ou atualização deste passado incorporado" (LAHIRE, 2010.p.18).

Nesse sentido, a estrutura estruturada e estruturante do *habitus* não se fecha na estruturação sociofamiliar dos Batalhadores (o que seria o eterno retorno da reprodução social dessa classe), ele continua atualizando as suas disposições mediante as socializações posteriores da trajetória social dos agentes batalhadores culturais. Ele "se define e se redefine continuamente na dialética da intenção de objetivação e da intenção já objetivada, da mesma maneira é pela confrontação (...) desses mesmos esquemas, mas capazes de transformá-lo (Bourdieu, 2009b.p.92). A "confrontação" que propiciou a quebra da cumplicidade ontológica entre o *habitus* (sociofamiliar) e o campo dos possíveis foi o choque biográfico do capital cultural institucionalizado e objetivado, incorporado nas socializações acadêmicas-universitárias.

Na promoção das políticas educacionais, com:

> preocupação com o acesso ao ensino superior pelo maior número possível de segmentos da população em idade de ingresso no mesmo. Fazem parte desta frente ações voltadas para jovens de baixa renda, indígenas, negros, pessoas com deficiência e habitantes de localidades distantes. Aqui entram programas como o Prouni e o Fies, fontes tanto de ingresso facilitado de jovens pobres e socialmente vulneráveis ao ensino superior, quanto de novo fôlego ao sistema privado de educação superior. O segundo aspecto, em parte decorrente do primeiro, diz respeito à expansão do sistema de ensino superior estatal. A multiplicação de campi de universidades e institutos federais, bem como a elevação do número de novas universidades, revela um inequívoco compromisso do governo com a recuperação da participação do Estado na provisão de educação superior (Soria e Gomes, 2018.p.112).

O Estado, desse modo, funciona no sentido de Elias (1994) como racionalização da conduta, para as classes populares, promovendo subjetivações inéditas na história de vida dos agentes transfugas de classe. Para isso, o arranjo institucional das políticas educacionais forneceram a "relação de objeto" (Lacan, 1995), que atua como objeto de *transição social e psíquica*, onde o sujeito se identifica com outro *objeto causa do desejo*, um laço social (demanda) que não seja a da sua classe social de origem. Ele a substitui pela identificação com algo da sociedade, no seu campo existencial. O objeto-causa de desejo faz uma transubstanciação simbólica do investimento libidinal dos trânsfugas em ascensão, suas formações de compromisso com os campos de socialização. "De que maneira efetuar a passagem descrita por Freud, de uma organização narcísica da libido, na qual a criança toma a si própria (ou seu próprio corpo) como *objeto de desejo*, para um outro no qual ela se orienta para uma outra pessoa, tendo acesso então ao mundo das *relações de objeto*?" (Bourdieu, 2007.p.201), pergunta o sociólogo defendendo uma socioanálise.

> O trabalho específico de socialização tende a favorecer a transformação da libido originária (...) série de transações insensíveis, de compromissos semiconscientes e operações psicológicas (projeção, identificação, transferência, sublimação, etc.) socialmente encorajadas, sustentadas, canalizadas, até organizadas, tais disposições se transformam aos poucos em disposições especificas, ao cabo de todo ajustamento infinitesimais necessários para "estar à altura" (...). Nesse processo de transmutação, os ritos de instituição, em especial aqueles arranjados pela instituição escolar (...) os campos utilizam as pulsões dos agentes constrangendo-os à submissão ou sublimação (Bourdieu, 2007.p.199-200)

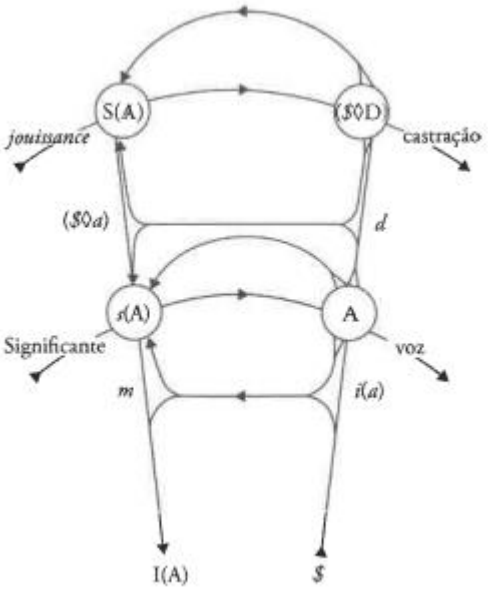
A primeira simbolização no espaço social da família nunca se completa, ela não é total. A identidade é um vazio eternamente a ser preenchido (Perrusi, 2003). Há sempre um resto a se simbolizar, um resto deixado pelo *ser* que não foi capturado na sua formação do *ideal do eu* enquanto sujeito da cultura/linguagem. É aí que a relação de objeto atua, na série de

substituições promovida pela sublimação das estruturas, um re-endereçamento da mensagem para além de si mesmo (do que foi construído na relação com o Outro).

Nessa relação dialética, novas identificações ajudam a reestruturar os hábitos, já que "daquilo que o seu desejo fomenta (em escala fenomênica), que dá a curvatura essencial ao seu mundo e à sua ação" (Lacan, 2010.p.302), buscando "encontrar seu lugar no nível social, as atividades culturais, com todas as incidências e os riscos que elas comportam, inclusive o remanejamento dos conformismos anteriormente instaurados, ou até mesmo a sua explosão" (Lacan, 2016.p.518).

Essa mudança da posição do sujeito em relação à pulsão e os seus objetos no redimensionamento nas relações sociais é o que o psicanalista supracitado tenta mostrar, na travessia dos vários andares da dialética do desejo expressa no grafo abaixo.

FIGURA 6 - Grafo do Desejo



Fonte: Lacan, 1995

A "diferença entre pulsão e desejo é precisamente que, no desejo, esse corte, essa fixação num objeto parcial, é, por assim dizer, 'transcendentalizada', transposta para um substituto do Vazio da Coisa" (Zizek, 2008.p.91), a estrutura social da família é parcialmente superada, desenraizada. A política social atuou como objeto de transição social e psíquica do desejo dos trânsfugas em ascensão. Elas promoveram furos na ordem simbólica no choque de socializações que heterogeneizaram o espaço social, canalizaram a abertura dos "espaços dos possíveis" (Bourdieu) para os trânsfugas de classe se deslocarem encontrando objetos para sua

atuação libidinal nos campos. Nesse caso, os trânsfugas passam a buscar um "para além da demanda", desejando o que lhe foi perdido no encontro com o Grande Outro (metáfora), a falta de si mesmo que tenta ser recuperada na trajetória social, na sublimação de antigas estruturas que o atravessaram. "Esse gozo de segunda ordem – leva o sujeito além do seu nada, além de sua mera existência como um marcador no nível da alienação, e oferece uma sensação de ser" (Fink, 1998.p.84), uma vida autêntica (Duarte e Gomes, 2008), ser algo além do que a imagem do outro da sua percepção de classe social.

Com isso, o agente pode se movimentar pelo espaço (deslocamento metonímico), desde que reestruture as formas simbólicas da sua percepção, do seu *habitus*, incorporando novas disposições para a sua prática social (*efeito de histerese*), sublimando, com isso, o que foi estruturado na posição social da família. Uma torção da ordem simbólica pela relação de objeto (transição sociopsíquica) é promovida pelo acesso das políticas sociais, onde "o sujeito falante se confronta, o resto de toda demanda possível" (Lacan, 2016. p.512).

As políticas educacionais promoveram essa relação de objeto, a expansão do simbólico, promovida pela transição social e psíquica, permitindo novos referenciais para o trânsfuga em ascensão, uma maior variedade de sentidos para a inovação pulsional da sua prática social.

A reestruturação do *habitus* depende dessa torção da ordem simbólica para efetivar a sua trans-formação da estrutura subjetiva da ação (Silva, 2013). A mudança não é do nada: é necessário que um novo objeto se interponha no sujeito, formando, com isso, novos circuitos pulsionais da percepção (*pulsão escópica*) e da ação (*habitus*), como autoestima, autoconfiança, capacidade de se concentrar, capacidade de calcular o futuro, dentre outros. O objeto de transição faz essa passagem da realidade construída no psiquismo para uma outra realidade constituída a partir da inscrição e sobreposição de novos significantes na trajetória social com que se identifica, promovendo, com isso, novos sentidos da ação.

A mudança simbólica a nível psicossocial fica notória na posição política dos batalhadores culturais, que, diferentemente dos outros dois estratos dos batalhadores - *precários e empreendedores*, que são "ultra-neoliberais" como afirmam André Singer (2018) e Ricardo Antunes (2018) -, passam a ter posições contra o neoliberalismo e a favor das políticas públicas do Estado e da esquerda.

Sou cotista [do curso de Direito], como cotista de estudante que estudou em escola pública. Sou favorável à política de cotas, porque o ideal era o quê? Que não precisasse existir cotas, mas, enquanto precisa, vamo botar cotas, até que um dia não seja preciso mais ter cotas. Porque não acho justo que um pai que pagou uma escola de mais do valor de um salário mínimo pro filho a vida inteira, aí quando chega na universidade, ele quer que esse filho dele estude na escola, na... na universidade pública.

Enquanto seu pai, que não pôde pagar uma escola pra você, quando você chega na idade de fazer universidade, ou você trabalha pra pagar uma ou você não vai poder fazer na do Estado, porque o Estado está cheia de gente que tem condições de pagar uma universidade. (Tainá)

Esses conteúdos se repetem nos discursos dos Batalhadores Culturais. Como vemos também nessa outra entrevista, de uma agente oriunda do município de Manari, Joana, que tem 28 anos (na data da entrevista) e atua como cineasta. A entrevistada nasceu e cresceu em Manari, município do interior de Pernambuco que ficou conhecido como "o mais pobre do país" devido à divulgação da O.N.U., que colocou esse município como o pior IDH – Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil. A entrevistada é a oitava filha de uma família de nove irmãos, onde os seus pais trabalhavam na roça como agricultores familiares; mas, mesmo sem terminar os estudos, priorizaram a educação dos seus filhos e todos terminaram o ensino médio. Nesse caso, três foram trabalhar na indústria, em São Paulo, ela migrou para a capital [Recife] para ingressar no ensino superior privado no curso de Jornalismo (já que, na sua cidade, o curso que chegou com a interiorização do ensino superior foi o de Pedagogia) e os demais irmãos continuaram no município.

Como o município de Manari foi um dos prioritários na pesquisa do Ipea, fiz perguntas buscando apreender as permanências e mudanças do mesmo e em sua trajetória de vida, comparando a situação da sua cidade na infância e o que ela observa atualmente.

a maioria [dos jovens] não tinha muito estímulo, não, para ir para a escola, a gente não tinha ônibus para ir todos os dias, então a gente tinha que ir de caminhão. A estrada hoje é asfaltada, mas antes não era, então era estrada de barro, assim, era estrada de chão, tinha ir de caminhão, e assim, hoje em dia a gente leva cerca de 20 minutos, no máximo meia hora, para chegar até a outra cidade, até Inajar, mas na época era, sei lá, quase duas, uma hora e meia para ir por conta da estrada, então assim, era muito complicado (...). Mudou, muita coisa, principalmente a questão de estudo, porque até no ensino médio lá em Manari não existia ensino médio, então todo mundo que queria estudar tinha que ir até a cidade mais próxima, e não tinha ônibus, na maioria das vezes tinha que ir de caminhão, então hoje em dia, graças a Deus, lá tem, então os jovens que querem ter acesso ao ensino médio, já tem. Na verdade, lá já tem até Faculdade, tem uma extensão da UPE nela que as pessoas fazem pedagogia (..). Os pais tiveram como tirar, por exemplo, os filhos do roçado e do trabalho na roça e colocar na escola, porque já existia esse dinheiro para subsidiar (...). Porque, assim, a população de lá da área urbana é carente, mas se a gente for para área rural assim, é precária, porque o acesso às informações que as pessoas têm lá, lá em Manari já é mínimo, agora você imagina a zona rural de Manari. Então eram pessoas que viviam esquecidas do mundo de uma forma geral, então a partir desses programas sociais..., e elas só dependiam da roça, então, por exemplo, quando o ano era bom de chuva e o que eles conseguem colher tudo bem, quando não era não tinha nada, então assim, algumas pessoas criticam esse programa [as políticas públicas], mas, para a maioria das pessoas e para quem conhece a realidade, surtiu efeito. Eu não vou ser hipócrita em dizer que não. Até porque eu venho desta realidade também (...). Hoje em dia continua assim, mas hoje em dia, por exemplo, os jovens já procuram outros cursos para fazer até fora da cidade mesmo, não estagnaram, acabou mais aquela coisa que completou 18 anos e ir para São Paulo, hoje em dia os jovens estão ficando mais lá(...) ou indo para as cidades vizinhas estudar. Eu acho que eu tenho uma condição social boa hoje porque eu acho que o Brasil mudou, por exemplo, hoje em dia eu posso ir ao cinema e

eu pago meia entrada, hoje em dia eu tenho acesso ao teatro porque hoje em dia as peças estão mais acessíveis, antigamente não. Então, por exemplo, eu morando aqui em Recife com a condição social que eu tenho hoje eu tenho acesso a coisas que antigamente eu não tinha (...). É a questão de cultura, hoje em dia, por exemplo, eu posso andar de avião (Joana, 28 anos, cineasta)

Com isso, a política social não atua apenas como transição psíquica, mas também social. Foram esses pequenos investimentos e reformas que promoveram avanços e mudanças, na saúde e na educação, que deram a condição de possibilidade da sua transição. O pai da entrevistada hoje tem uma padaria, virou comerciante (Batalhador Empreendedor) ao invés de depender somente do roçado. O que possibilitou as condições materiais necessárias para o estudo da filha (que, mesmo assim, teve que trabalhar e estudar), gerando o chão ontológico para o seu salto, sua emergência enquanto batalhadora cultural na universidade de jornalismo. E a educação sofreu bastante impacto nesse cenário, com a extensão universitária e a interiorização de universidades públicas levando o ensino superior para localidades onde nem existia ensino médio.

Atualmente ela trabalha na área em que se formou e, até produziu documentário (que passou em festivais de cinema), tem dois vínculos de trabalho: um diurno, com produção de vídeos, para a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, e à noite como professora do Pronatec – Ensino a Distância. Para a entrevistada: “hoje em dia já se pode sonhar, porque, hoje em dia elas [as pessoas], já conhecem o mundo além de onde elas vivem”.

Ocorreu no interior do Estado de Pernambuco uma:

> incorporação posterior do capital consagrado, através do acesso à universidade. Para os seus filhos [Batalhadores], porém, a expectativa é de que o capital cultural legitimado seja incorporado de modo inconsciente, parte integrante do processo de socialização familiar. Na condição de egressos da universidade pública, num processo de afirmação no espaço dos estilos de vida, esses indivíduos afirmam o seu capital cultural no estado objetivado, como forma de distinção, já que seus diplomas lhes conferem, na condição de capital institucionalizado, a competência cultural para ingressar no mercado de trabalho (Melo e Araújo, 2019.p. 81).

O que acarreta mudanças qualitativas na vida dos jovens egressos do ensino superior: os batalhadores culturais que, na busca (desejo) de uma existência autêntica, promovem a “invenção de um futuro a conquistar” (Duarte e Gomes, 2008, pp. 52-3) na sua história de vida.

> Falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a *vida é uma história* e que uma vida é inseparavelmente o *conjunto de acontecimentos de uma existência individual*, concebida como uma história e a narrativa dessa história. É o que diz o senso comum, isto é, a linguagem cotidiana, que descreve a vida como um caminho, um percurso, uma estrada, com suas encruzilhadas (Hércules entre o vício e a virtude), ou como uma caminhada,

> isto é, um trajeto, uma corrida, um *cursus*, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um *deslocamento linear, unidirecional (a "mobilidade")*, que comportam um começo ("um início de vida"), etapas, e um fim no sentido duplo, de termo e de objetivo ("ele fará seu caminho", significa: ele terá sucesso, ele fará uma bela carreira), um fim da história" (Bourdieu, 2011, p.74).

A reestruturação da estrutura do *habitus* de classe gera novas disposições na trajetória de vida, enquanto estratégia de trânsfugas de classe em trajetória social ascensional. Assim como a história coletiva está em movimento constante de transformação, como sugere o método dialético (Marx), a história individual formada pelo *habitus* também se abre para a possibilidade de mudança. Entretanto, essa mudança não é algo fácil, já que precisa enfrentar diversas barreiras sociais e simbólicas em sua jornada, na relação de força que os trânsfugas mantêm com a história do presente na reestruturação do seu passado interiorizado.

8.2 OS FILHOS DE BATALHADORES: CLASSE, RAÇA E HABITUS INTERSECCIONAL

Os *filhos dos Batalhadores* estão compartilhando social e simbolicamente contextos de socialização com setores da classe média, como é o caso do acesso ao ensino superior. Com isso se configura uma condição de mobilidade social ascensional em relação ao seu meio social de origem, o que Bourdieu chama de "trânsfuga de classe", similar ao sentido em que Florestan Fernandes fala acerca da ascensão social do negro e do mulato (trânsfuga negro).

Esses trânsfugas de classe são agentes sociais que estão rompendo as barreiras sociais e simbólicas da sua classe social de origem (*hysteresis)*. Para os trânsfugas filhos dos batalhadores, fazer o desenraizamento cultural do seu meio social de origem (a classe social da família) é necessário para "adaptar-se incessantemente a contextos parcialmente modificados e construir a situação como um conjunto dotado de sentido" (Bourdieu, 2007.p.169-70). A "ascensão social, sempre muito rara, supõe a ruptura com o meio familiar" (Bourdieu, 1979.p.79). O "presente define, delimita aquilo que do passado incorporado pode ser atualizado" (Lahire, 2002.p.59).

Os batalhadores culturais têm apoio da família em sua jornada, precisam disso para suportar a trajetória batalhadora: essa ruptura, de que fala Bourdieu e Lahire acima, é a nível simbólico, a ruptura da cumplicidade ontológica entre o habitus e o campo social da família, e

não do vínculo social. A reestruturação das disposições da prática formadas na base familiar não apaga tais disposições; elas permanecem no inconsciente, sendo atualizadas por novas regras da linguagem que permitem que eles avancem em relação à estruturação inicial do campo familiar. Nas palavras de Labov: as "regras iniciais apreendidas dos pais são simplesmente abandonadas, desaprendidas, reescritas? (...) ninguém desaprende regras vernáculas, mas simplesmente acrescenta regras novas" (Labov,2008 p.351).

Nesse caso, um outro vínculo se forma como objeto de transição, os vínculos institucionais das políticas sociais, onde essa nova socialização para além da classe social de origem promove, no presente, variações psíquicas da prática social formada no passado incorporado da posição de classe social da família, mediante a aquisição de novas disposições em um processo demorado, com rupturas, pressões, perseguições e enfrentamentos de barreiras raciais e sociais, que geralmente não passam pela experiência vivida das classes altas - ricas em capital econômico- e da classe média -rica em capital cultural. Esses vivem o seu meio social como algo "natural".

> Os estudantes das classes altas podem se contentar com projetos vagos, pois nunca tiveram que escolher verdadeiramente fazer o que fazem, coisa banal em seu meio e mesmo em sua família, enquanto os estudantes das classes baixas não podem deixar de se interrogar sobre o que fazem porque têm menos chances de esquecer que poderiam não fazê-lo (Bourdieu, 2014.p.84).

Nas classes alta e média, estudar é um curso "natural"; já para o batalhador cultural, estudar é a realização de um desejo, um sonho a ser alcançado.

Enquanto, nas classes médias e altas, a trajetória acadêmica é linear, para o batalhador a socialização é "não linear com desestímulos e barreiras" (Alves, 2018, p.235). Mesmo com aquisição do capital cultural, o trânsfuga batalhador não é da classe média, ele "não é dali", não está em seu "meio natural" ou social de origem, está atravessando um espaço social historicamente fechado para ele, vivendo uma batalha, fazendo uma "invasão" (Goldthorpe e Marshall, [1992] 1997), o atravessamento de espaços privilegiados restritos e monopolizados (Parkin, 1975).

Nesse cenário fechado/monopolizado, para os trânsfugas de classe social a ascensão não é algo fácil, mas sempre um desafio, um "drama" (como fala Florestan) enfrentado no *cursus* da sua vida. São eles: o drama racial, o drama social e o drama educacional; barreiras tríplices vividas na emergência do povo na História (Fernandes, [1965], 2008a; [1965], 2008b; 1989).

Ao articular a classe com a raça, "lutas de raças e classes", como afirma Fernandes, o hiato fica ainda maior, em relação ao acesso à educação do ensino superior:

TABELA 13 - Taxas de frequência à educação superior da população de 18 a 24 anos, segundo a cor/etnia (2010)[82]

(Em %)

	a) Branca	b) Preta	c) Parda	b/a	c/a
Taxa de frequência líquida	20,8	7,3	8,4	35,3	40,7
Taxa de frequência pregressa	7,4	2,6	2,6	35,5	35,7
Taxa de acesso à educação superior	28,1	9,9	11,1	35,4	39,4

Fonte: Corbucci, 2014. A partir dos microdados do censo demográfico (IBGE, 2010). Elaboração: Disoc/Ipea

"Os jovens pardos e pretos têm uma desvantagem de 60% a 65% em relação aos brancos, no que concerne ao acesso à educação superior, considerando-se para tanto os que frequentavam e aqueles que tiveram acesso a este nível de ensino" (Corbucci, 2014, p.21). Entretanto, essas diferenças variam em função da região. As maiores disparidades se encontram nas regiões Sul e Sudeste, enquanto "Centro-Oeste e Norte respondem pelas menores diferenças nas taxas de frequência à educação superior" (Ibid.21).

De acordo com Florestan Fernandes, a educação é a possibilidade que os de baixo têm para possuírem poder sobre si mesmos, por isso o enfrentamento dessas barreiras sistêmicas pelo batalhador, na obtenção do:

> desenvolvimento intelectual independente. O filho do trabalhador não pode ser submetido a uma reprodução sistemática, ou seja, a escola reproduz o trabalhador através dos seus filhos. É preciso quebrar esse elo. É preciso que o trabalhador encontre condições de auto-emancipação intelectual, cultural e política e que, portanto, seja tirado desse nexo através do qual o trabalhador é incorporado à reprodução da ordem do modo de produção capitalista (Fernandes, 1989.p.150).

No caso desses trânsfugas de classe, há uma dialética que se estabelece entre a socialização primária, na posição classe do seu meio social de origem (campo sociofamiliar), e a socialização secundária em outros contextos heterogêneos de socialização (inculcação de capital cultural e formação de competências cognitivas). Esse *choque biográfico* (Dubar, 2005) com o passado é o que promove no presente a mudança no *habitus* de origem, a formação de

[82] Desagregação da taxa de frequência líquida, segundo a cor, nas macrorregiões do Brasil, a partir dos microdados do censo demográfico DO IBGE (2010) (Corbucci, 2014).

novos sentidos da ação, desejos, a atualização das disposições psicossociais, configurando uma possibilidade de ascensão social de setores historicamente menos favorecidos (não devidamente integrados à ordem social competitiva) (Silva, 2016).

Os trânsfugas de classe filhos dos Batalhadores, ao ingressar na Universidade, apreendem noções que não desenvolveram no interior do seu ambiente sociofamiliar, incorporam novas disposições práticas em sua socialização (ritos de instituição/de passagem que transformam o seu *habitus* de classe) em contextos ricos em altos volumes de capital cultural institucionalizado e objetivado na forma de diplomas e títulos que alteram o seu *status* social na sociedade. Estão trazendo títulos acadêmicos e científicos para o interior de sua família e influenciando, com isso, as gerações seguintes. Só entre 2000 e 2010, o acesso à educação superior na faixa etária de 18 a 24 anos mais que dobrou: "a taxa de frequência líquida nesta faixa etária, que abrange apenas os que estavam regularmente matriculados, ampliou-se de 7,4% para 14% no mesmo período" (Corbucci, 2014.p.11). E, nas regiões Norte e Nordeste, que detinham as menores taxas de acesso, praticamente triplicaram seus índices ao final deste período, configurando um crescimento mais intenso entre os que se encontravam em situação de maior precariedade (Ibid)[83]. O Norte e Nordeste concentram as maiores proporções de matrículas em instituições públicas do Brasil (43,3% e 41,6% do total), e o "crescimento mais acentuado das matrículas (...) contribuiu para reduzir a desigualdade existente em relação às demais[regiões], no que se refere à taxa de frequência líquida na educação superior" (Ibidem.p.16)[84].

[83] Mesmo ampliando três vezes mais a frequência, "as regiões Norte e Nordeste mantiveram-se em desvantagem quando comparadas às demais. Entretanto, deve-se ressaltar que houve redução das desigualdades regionais ao longo desse período. Se, no ano inicial, a menor taxa regional correspondia a apenas 28% do índice registrado no Sul, ao final do período, esta proporção havia sido ampliada para 48%. Outro fato que merece destaque foi o crescimento registrado no Centro-Oeste, que passou a ocupar a segunda posição entre as cinco macrorregiões, tanto em relação à taxa de acesso, quanto em termos da taxa de frequência líquida" (Corbucci, 2014.p.12).

[84] No entanto, ainda há um "certo represamento da demanda nas cidades do interior das regiões Norte, Nordeste e Centro- -Oeste, tendo em vista que a proporção de jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo é maior que a de vagas ofertadas nestas regiões. Este fato aponta para a necessidade de ampliar a oferta nestas cidades, não só como forma de equalizar as oportunidades de acesso aos jovens aí residentes, mas também como forma de evitar sua migração para as capitais" (Corbucci, 2014.p.32). As políticas públicas nessas regiões precisam se ampliar ainda mais, para uma efetivação da redução das desigualdades regionais históricas.

Com a expansão educacional, ocorreu o maior acesso ao ensino superior da História do Brasil, uma mobilidade social estrutural intergeracional. De acordo com Carlos Ribeiro (2017), que destaca uma diminuição significativa da desigualdade de oportunidades, com base nos dados da Pnad de 2014, é possível observar uma alteração na força centrípeta da associação entre posição de origem e destino, a partir do coeficiente Unidiff (que passou de 1, em 1973, para 0,77, em 2014). Tem-se uma diminuição do "efeito de classe de origem" no nível educacional alcançado pelos filhos, estruturando, desse modo, "mudanças constantes nas taxas absolutas de mobilidade social. A dissimilaridade entre classes de origem e de destino aumentou entre 1973 e 1982, e depois diminuiu constantemente até 2014".

E vemos esses resultados mais intensos naquelas regiões que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social histórica. O acesso ao ensino superior, promovido pela política educacional, apesar de não romper com a estrutura de desigualdade de raça e de classe, deixou mais acessíveis e democráticas as condições de possibilidade de ascensão social vertical em contextos de desigualdade social e regional extrema. Uma travessia do espaço social, mas com batalhas e dilemas.

O dilema de pessoas em mobilidade ascendente é que, nessa travessia, encontram novas barreiras que tentam impedir a sua ascensão, como no caso do racismo institucional. Elas passam por uma desvantagem que é ao mesmo tempo de raça (cor) e classe (origem social). Uma dupla barreira que é enfrentada pelos trânsfugas na sua entrada no "meio branco", as universidades, historicamente um espaço social ocupado pelas classes média e elites e fechado para a massa. Nesse cenário histórico, os batalhadores culturais passam por muita hostilidade na sua trajetória, principalmente o trânsfuga negro. Por isso, se faz necessário para esse, como fator dinâmico de sua ascensão social, a potência (*dynamis*) de ser inquebrantável, atravessar o racismo institucional com uma força pessoal de "compulsão para subir que não cede facilmente as pressões negativas do meio" (Fernandes, [1965] 2008b.p.230).

Diferentemente do branco pobre, que tem que batalhar para incorporar um capital cultural legítimo, o trânsfuga negro, além disso, passa por pressão e perseguição em sua ascensão, em um meio social que não é o dele de origem. A partir das taxas de mobilidade, vemos que a universidade convive com mais facilidade com as mulheres e brancos pobres do que com os homens e mulheres negros/as. O trânsfuga negro enfrenta essa dupla barreira (uma tripla, quando se leva em consideração o gênero), a primeira também de classe, das disposições psicossociais ou do *habitus* da classe social, e a segunda do racismo institucional, já que, na

História do Brasil, não foram integrados às instituições da sociedade, mas, pelo contrário, impelidos para fora, pois representavam a antiga ordem social tradicional e autoritária (Fernandes, [1965] 2008b). Ou seja, independentemente das condições psicossociais da superação da barreira de classe, temos a barreira da raça, *um apego sociopático ao passado* que impede o salto para o futuro, a democratização das instituições sociais.

As barreiras de classe promovem desafios de difícil enfrentamento dos trânsfugas, como ter que trabalhar e estudar – não ter o mesmo tempo livre para se dedicar única e exclusivamente aos estudos, como a classe média. A não linearidade de sua ascensão social e a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho são realidades que o confrontam mesmo como portador de diploma.

> Apesar de alcançar as condições objetivas para incorporar capital cultural, sobretudo sob a forma de capital escolar, que caracteriza a posição social dos membros da classe média, os batalhadores culturais se afastam da trajetória destes últimos por não conseguirem assegurar uma trajetória linear nos estudos (...), os batalhadores culturais começam a trabalhar, geralmente, antes de ingressar no ensino superior, até mesmo como condição para possibilitar seu posterior acesso a este espaço (Alves, 2018.p.235)

Trabalhar e estudar; batalhar. Essa é a vida dos que vêm de baixo, para adquirir um capital cultural com muito esforço. A maioria dos trânsfugas trabalham para custear os estudos - com exceção dos que conseguem bolsa (Prouni) ou ingressam nas universidades públicas.

Porém, essa trajetória não-linear aumenta a reflexividade da sua consciência, a partir do efeito de histerese. O grande diferencial do Batalhador cultural, em relação as outras frações dos batalhadores, é uma *histerese reflexiva*, que lhe permite ser mais crítico em relação a sua classe social. Como o seu deslocamento no espaço não foi apenas econômico, adquirindo capital cultural, a mudança não se constitui unicamente pela renda, mas com choques biográficos de uma ascensão heterodoxa na trajetória social de suas socializações secundárias. Nessas, ocorreram torções da ordem simbólica que modificam o seu olhar, a sua forma de ver o mundo, gerando uma consciência de classe em sua percepção que as demais frações dos batalhadores não possuem. O "batalhador cultural tende a apresentar um maior interesse por questões políticas, distanciando-se gradativamente dos julgamentos éticos, o que pressupõe um maior distanciamento do mundo das necessidades materiais" (Ibid.p.261), destaca Ana Alves, acrescentando que "todos os entrevistados se mostraram favoráveis a políticas de inclusão social através da educação" (Ibidem.p. 264).

Enquanto as demais frações dos batalhadores tendem a criminalizar a política em seu discurso, os batalhadores culturais acreditam na mudança pelo voto, "percebem sua ascensão social como diretamente ligada às mudanças sociais e políticas mais amplas e não somente ao seu trabalho e esforço individual, como acreditam alguns batalhadores" (Ibidem.p.265). Nesse sentido:

> todos os batalhadores culturais entrevistados avaliaram positivamente os governos do PT, devido ao reconhecimento de seu investimento em políticas de inclusão social, a despeito das denúncias sobre corrupção, e muitos deles acreditam na importância da política como instrumento de mudança social, buscando se informar sobre questões políticas ou mesmo participar de movimentos sociais e políticos (Ibidem.p.265).

Os batalhadores culturais se distanciaram da visão de mundo ultra-conservadora das outras frações ascensionais. A sua posição de classe social ficou mais definida em sua consciência, devido aos choques da sua travessia. A tomada de consciência surge com o distanciamento em relação ao campo social (posição de classe): a "tomada de consciência é uma das maneiras de se distanciar em relação à posição, mas penso que, na tradição Marxista, ela recebeu um lugar completamente desproporcional" (Bourdieu, 2020.p.93). A passagem do implícito para o explícito não é automática, mas se dá a partir de um desenraizamento (Bourdieu, 1989), uma histerese por onde se constitui uma disposição política dos batalhadores culturais. É na confrontação entre a lógica dos contextos do presente - de implementação de políticas públicas de bem-estar social- com o passado da estrutura de classe de origem (campo familiar) que as estruturas do pensamento, da percepção e da ação se transformam. Ficando o *habitus,* aberto às "circunstâncias" do presente (Wacquant, 2004), "essa estrutura não é imutável e a topologia que descreve um estado de posições permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da *transformação* da estrutura" (Bourdieu, 2011.p.50).

Vemos com isso que "o *habitus*, como toda a arte de inventar, é o que permite conduzir as práticas em número infinito, e relativamente imprevisíveis" (Bourdieu, 2009 b.p.92). "Mergulhado em sua situação que, por mais rotineira que ela possa parecer, sempre encerra a possibilidade de que algo novo aconteça" (Boltanski, 2005.p.162); ele é "produto da história, um sistema de disposições abertas que não cessa de ser afrontado por experiências novas. Ele é durável, mas não imutável" (Pinto, 1998. p108. Apud: Brandão, 2010).

Tudo se move, tudo se transforma, já que nada é para sempre, exceto a mudança. A maior mudança do *habitus* de classe, entre os grupos ascensionais pesquisados acerca da reestruturação recente da estrutura de classes do Brasil, são os Batalhadores Culturais. Eles,

além da mudança econômica e do consumo, também realizaram a mudança simbólica das formas de consciência, reordenaram a percepção da política e da sociedade. Ocorreu uma "*passagem da práxis habitual ao logos reflexivo*. O desajuste entre estruturas subjetivas e objetivas forçaria os atores envolvidos a tematizar explicitamente elementos de sua conduta e experiência que, até então, vinham sendo deixados à confiável proficiência do senso prático" (Peters, 2017.p.347-348). Com isso, uma consciência social se forma na visão dos agentes. Uma consciência oriunda do desajuste, da quebra da cumplicidade ontológica entre estruturas sociais e estruturas mentais – *efeito de histeresis* - oriunda da trajetória dos trânsfugas de classe. Os batalhadores culturais são os beneficiários que mais reconhecem as forças do Estado e não unicamente o Mercado neoliberal, como motor da sua ascensão social. O efeito de histerese gerou as condições sociais de possibilidade da formação de uma visão de mundo crítica.

Por outro lado, "embora acreditem na importância da educação como instrumento de inclusão social e busquem ascender socialmente mediante o acúmulo de capital escolar" (Alves, 2018.p.365), os batalhadores culturais não conseguiram em sua totalidade realizar uma reconversão de classe após a obtenção do diploma de nível superior. É como se houvesse "o número certo de pessoas que cruzam a fronteira para que se possa dizer que todos são capazes de fazê-lo, mas não há tantos assim de modo que os pretendentes cheguem a representar uma concorrência para aqueles que já estão do lado bom" (Bourdieu, 2020.p.116). Inegavelmente, no Brasil, hoje já está virando quase "normal" ver homens e mulheres negras médicos/as e pessoas oriundas das classes populares com o mestrado e/ou doutorado concluído. "Os ritos de instituição (as aprovações em tese em doutorado, por exemplo) produzem uma espécie de transubstanciação" (Ibid.p.141), elevando um membro das classes populares para uma outra posição social: ele tem a posse do diploma (capital cultural objetivado), a marca do rito concluído, do processo atravessado, o que também modifica a sua natureza na sociedade, o seu status social. O título tem uma função que transcende o indivíduo, uma oficialização, um mandato para realizar uma função social dotada de racionalização (no sentido Weberiano), uma "técnica social muito misteriosa que permite ao detentor do selo [título] autenticar todos os seus atos e todas as suas palavras como sendo atos coletivos e que, ao mesmo tempo, faz existir o grupo como uma única pessoa" (Ibidem, p. 143). A "colação de grau na universidade é um ato mágico exatamente do mesmo jeito que Lévi-Strauss descreve em *O feiticeiro e a sua magia* " (Ibidem, p.140), um grupo enquanto corpo, a classe enquanto corpo constituído (o mistério do ministério ou os ritos de instituição, como fala Durkheim [2007]).

Desse modo, “o que faz a vida, a mudança, e a existência das instituições é o encontro entre esses dois estados da história, o estado incorporado e o estado objetivado” (Bourdieu, 2020.p.149), o *habitus* de classe e a sua atualização dos ritos de instituição com a posse do título do ensino superior, que reestruturam a sua posição social, ou pelo menos deveria reestruturar, já que o ritual foi atravessado. No entanto, mesmo com a incorporação do capital cultural institucionalizado e a posse do capital cultural objetivado na forma de diplomas, os batalhadores culturais ainda enfrentam barreiras para conseguir uma ocupação na sua área de estudo. O fechamento do espaço social é grande, principalmente em relação à cor (Scalon e Salata, 2012); os circuitos são relativamente fechados. Os motivos desse fechamento vão desde o racismo de raça e de classe, a inflação de diplomas – alto número de pessoas com título de nível superior-, e a falta da incorporação de um montante de “capital social” (Bourdieu, 2009) que abra as portas no mercado, principalmente em uma conjuntura de inchaço de diplomas.

O diferencial no ingresso no mercado de trabalho não ficaria sendo o *capital cultural* (adquirido tardiamente pelo batalhador cultural), mas o *capital social*, o conhecimento de pessoas influentes no mercado competitivo. Algo de que Florestan Fernandes (2005) já falava desde a década de 1930, acerca do apadrinhamento de algum “branco da alta” na indicação de “empregos [que] só podiam ser garantidos por aqueles que se dispusessem de forte proteção de algum *figurão branco*”. (Ibid.p.167-168). O capital social fecha o espaço social para garantir a indicação, os grupos conhecidos e reconhecidos socialmente, e não o mérito; o que volta a favorecer as classes médias e altas, os grupos de privilégio. A sociedade mudou em muitos aspectos, melhorou (economicamente e culturalmente), mas, o espaço continua fechado para a realização de uma sociedade justa, aberta e democrática.

Os espaços sociais se fecham para garantir a reprodução sistêmica do *status quo* das classes dominantes. Ou seja, mesmo com toda essa batalha, os batalhadores culturais se configuram em grande parte como *seres de fronteira*, trânsfugas de classe que se encontram em “trajetórias cíclicas”, com mobilidades ascendentes e descendentes (Pontes, 2015). Eles estão em histerese em relação a sua classe sociofamiliar, mas, no entanto, também não se encontram, em sua grande maioria, na classe média. Estão em batalha.

De todo modo, o seu habitus de classe foi impactado (*histerese disposicional*). Ocorreram transições sociais e psíquicas. Eles têm um estilo de vida, em relação ao capital econômico e, ao consumo cultural, superior ao dos seus pais. E, uma parcela significativa conseguiu completar a transição em relação ao campo de origem (*histerese posicional*), obtendo sucesso em sua batalha ascensional, logrando atravessar o espaço social entre as classes e

ingressando relativamente nas classes médias pelo título, com muita luta (de classe e de raça), muita batalha cultural. Como o caso exemplar que apresentaremos a seguir.

9 “PERSISTÊNCIA E TEIMOSIA”

A reconfiguração dos arranjos institucionais das políticas sociais em um contexto do capitalismo contemporâneo, engendraram um patamar mínimo de condições materiais da emergência dos estratos culturais dos batalhadores, estabelecendo uma relação entre vínculo institucional e mobilidade social ascensional. O capital cultural legítimo das Universidades mudou vidas, principalmente no Nordeste e no Norte do país, onde o impacto da expansão do ensino superior foi superior. Com isso, os batalhadores adquirem uma propensão para viver acima dos seus meios sociais, buscando superar sua posição de classe social.

Esse é o caso de Janaina, uma jovem mulher negra, de 38 anos, Psicóloga, com mestrado em Psicologia e está cursando a graduação em Ciências Sociais. Ela foi a primeira pessoa da sua família nuclear a ingressar na universidade, em 2005. Atualmente é concursada em um hospital da prefeitura da cidade do Recife, ministra aula no ensino superior privado e atende em uma clínica, que divide os dias na semana com uma colega em Olinda. A sua batalha começou logo no início das políticas públicas educacionais do governo Lula, já que ela pegou os primeiros anos da implementação delas. Na época, ainda não existia as cotas raciais, mas um pequeno acréscimo na nota de quem vinha de escola pública- e, as políticas sociais sofriam “muitas críticas, estava sofrendo muita crítica [da opinião pública]. Eu peguei aquela história dos 20% ou 10% na nota, para ajudar a primeira fase”. Na época o vestibular não era pelo ENEM, e sim pela COVEST, onde você escolhia apenas um curso para tentar, não tinha segunda ou terceira opção de acordo com a sua nota, e, a prova era composta por duas fases: a primeira, com provas de todas as matérias que eram ensinadas no ensino médio, e, a segunda, de conhecimentos específicos a partir da área do curso que você iria estudar (exatas, saúde ou humanas), “era trezentas provas”.

Na sua família, ela é a filha mais velha e tem um irmão cinco anos mais novo. Os pais têm o segundo grau completo, são cristãos - evangélicos. Na infância o pai era pedreiro de construção e fazia bico, “trabalhou em chão de fábrica desde os quatorze anos” (...), ele trabalhou em edificações, fez curso de edificações e tal, e, quase conseguiu terminar o técnico em Edificações” (não conseguiu pegar o diploma). E, a mãe, como auxiliar de Enfermagem, atuando mais de quarenta anos no mesmo hospital, da prefeitura da cidade, chegando a concluir o curso técnico de enfermagem, “depois de eu e meus irmãos já grande(...), já estava no começo

do ensino médio o hospital meio que obrigou ela a fazer o curso técnico", para continuar exercendo a função.

Quando criança o seu único lazer era brincar na rua, não podia sair muito porque cuidava da sua vó, que quebrou as duas pernas, além das condições econômicas da família. A condição social na sua infância "foi bem sofrida a coisa(...), a infância era apertada, teve tempo da gente começar soja um tempãoo. Mas não faltava".

Ela estudou na mesma escola, da primeira série até o terceiro ano. Uma escola pública do bairro, que ele gostava de estudar, tirava boas notas, era vista como inteligente pelos professores. "Agora, depois da quinta-série, a gente tudo adolescente, um monte de aula vaga, professor com dengue. Professor com dengue com mais de seis meses. Esse tipo de dificuldade que a gente tinha. De gente vendendo droga na frente da escola, da gente precisar chamar a polícia. Hoje em dia isso é comum né". Era uma escola e, um bairro, sem muita condição de ascensão, que em seus contextos de socialização engendravam nos *habitus* uma formação para o proletariado:

*Sempre estudei em escola pública; como muitos jovens, jovens negros eu cresci em um bairro periférico, onde não tinha muitas condições de ascensão, a não ser... A gente era formado para o proletariado, então o que vinha para as escolas era cursinho profissionalizante, cursinho do exército, para quem queria carreira militar, mas não é uma carreira militar de um universitário, aquela carreira militar assim bem soldado e tal. E eu nem tinha essa compreensão na época [*da formação para o proletariado*]. O que vinha para a gente era isso. Era jovem aprendiz, pessoas ofertando estágios, preparação para estágio para funções nível médio. Inclusive em pensei em fazer, mas teve uma intervenção da família e eu priorizei os estudos.*

A "intervenção" que Janaina fala, é que "quando eu falo que queria trabalhar, ele [o seu pai] chegou e disse que não, que ele tinha condição de bancar [a família] enquanto eu podia [estudar], até porque antes disso, naquela mesma época que eu queria fazer jovem aprendiz" [85]. E o seu pai afirmava: "se você for trabalhar você vai se acostumar com a mixaria que você vai receber". O que alimentava os sonhos da família é que Janaina iria conseguir passar no vestibular e mudar o curso da sua vida, alcançar um "espaço inédito", como fala a entrevistada, ou "novos contextos de socialização" que impactas as disposições, como fala Lahire (2002).

[85] O Jovem Aprendiz é uma modalidade de emprego que busca a capacitação, orientação e inserção de pessoas de 14 a 24 anos no mercado, desde que estejam frequentando o ensino fundamental e o médio.

Essa fé dela e, de sua família, que de que iria conseguir passar no vestibular e ingressar na universidade, se deve muito a sua prima, que conseguiu passar - ela conseguiu uma bolsa de estudos em uma escola particular, o que teve um impacto direto em sua trajetória ascensional-, sendo a primeira pessoa de todo o clã familiar e fazer esse feito de mobilidade social ascensional, a influenciando na persistência da jornada cultural da entrevistada. A sua prima exerceu um *choque biográfico* em seu *habitus*.

9.1 CHOQUE BIOGRÁFICO

O *choque biográfico*, segundo Dubar (2005), é um processo de identificação que altera a biografia formada na socialização do campo familiar.

Nessa mesma época eu tinha uma prima que foi pesquisadora, professora universitária, na UPE e tal. E ela foi uma das primeiras pessoas da família a entrar na universidade e tal. Foi aquela coisa de motivo de orgulho na família. Ela se formou em pedagogia. Depois fez o mestrado em educação. Depois ela fez o doutorado dela em relação a educação de negros, se não me engano, de um determinado período; e tem livro e tal. Ela é da UPE [Universidade Estadual de Pernambuco]. Ela passar na faculdade foi no início da adolescência. Eu dizia que queria ser feito ela. Só que foi sofrido, só que eu não tinha isso, ***eu não estudava em uma escola particular, ai foi difícil****, tinha que concorrer com gente que estudava no contato, gente que estudava no Santa Maria [escolas privadas de classe média que são referências na cidade], né, GGE e companhia limitada. Naquela época não tinha seriado [vestibular],* ***não tinha Prouni****... Os meus primeiros vestibulares foram em 2002, 3 e 4 [2004], que foi quando eu passei [nessa época foi o início das políticas públicas educacionais do Governo Lula]. Aí pronto, eu dizia que queria ser feito ela, ser igual a minha prima [choque biográfico]. Aí meu pai dizia: quer ser feito ela, estude. Se você for trabalhar você vai se acostumar com a mixaria que você vai receber, vai por mim.*

9.2 A DECISÃO DO QUE ESTUDAR

Eu tinha três opções, bem contraditórias, era radialismo e tv, nutrição e psicologia. Ai eu fui na antiga radio cidade, vi uns locutores trabalhando e vi que não era para mim. Porque enfim, presenciei uma situação, tava até , era Jairo Lima, tava lá fazendo umas coisas e ele conversava com a gente como era a profissão, de repente abriu um negócio lá para ele entrar e ele improvisou a notícia ! Fez um improviso lá, que ele não sabia pronunciar o nome da figura lá que estava sendo a notícia, além de outras coisas lá, tinha que ter um domínio de língua muito bom, aí eu cara, como eu tenho isso, se eu não tenho curso nem de ler direito [escola], eu não tenho esse improviso que ele tem, ai já eliminei.

Nutrição também, aconteceu uma coisa no hospital onde minha mãe trabalhou durante quarenta anos, lá no infantil, ai vendo uma nutricionista trabalhando, aí eu vi que não era para mim, sobrou psicologia. Em psicologia eu tive o prazer de ver um psicólogo homem, aquela coisa mais rara, naquela escola que eu estudava, infelizmente por causa de umas coisas que estavam acontecendo na escola lá. E eu achei muito massa a forma que ele se chegou, a forma que ele começou a falar da sexualidade da gente lá, do como a gente tem que se cuidar. Aí eu achei bacana, falei eu quero fazer isso. Foi na escola, mas veio por causa de umas coisas bem graves que estavam acontecendo, em Nova Descoberta, porque corria que tinha acontecido um aborto, aí foi uma orientação.

A escolha subjetiva depende das condições sociais objetivas (Bourdieu, 2008). Mas, que foram posteriormente impactadas pelas políticas educacionais em sua trajetória de vida.

9.3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS, TRAJETÓRIA E TENTATIVAS

Vemos na maioria dos trânsfugas de classe entrevistados a necessidades de bolsas, ou ingresso em algum programa socioeducacional. No caso da Janaina, ela participou de políticas educacionais da Secretaria da Educação do Estado de Pernambuco, o *Rumo a Universidade*[86], que é um programa que tem o objetivo de ampliar o acesso à universidade em jovens matriculadas na rede estadual de ensino. Além das iniciativas ligadas a UFPE, de oferecer cursinho preparatório para estudantes das classes populares.

Eu fiquei lá nessa escola da primeira série até o terceiro ano. Fiz uma prova lá no terceiro ano aí passei no Rumo a Universidade. Foi um dos primeiros anos do Rumo a Universidade. Fiz e passei. Lembro como se fosse hoje, a gente ganhava cinquenta reais para estudar; aí tinha um jornal fedido para caramba, aí a gente tinha aula no jornal [papel]. Tinha um programa lá Rumo ao Futuro, no jornal de novo ! Que vinha no JC [Jornal do Comércio], minha vizinha pegava o jornal e me dava lá. A gente estudava junto com a escola [o rumo a universidade] era sábado e domingo, junto com a escola, aí só deu para passar na primeira fase. Aí veio no ano seguinte, um tio meu me estimulou bastante, um tio, que ele também fez faculdade, ele fez Católica [uma IES privada tradicional na cidade], enfim, era todo um processo, ele era policial e tal, altos processos na vida dele, só que ele sempre estimulou todo

[86] Projeto Rumo a Universidade: disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/2012/10/18/projeto-rumo-a-universidade/#:~:text=O%20projeto%20Prepara%C3%A7%C3%A3o%3A%20Rumo%20%C3%A0,e%20egressos%20%C3%A0s%20Universidades%20P%C3%BAblicas.

mundo que gostava de estudar, e aí ele tinha um colega que era dono de um cursinho pré-vestibular, ele conseguiu uma isolada de uma matéria que eu era fraca, aliás, duas, biologia e química, e eu comecei a estudar gratuitamente. Aí eu fiz junto de outro pré-vestibular, da faculdade de direito [da UFPE], que era o vestibular cidadão. Não ! Nesse ano eu fiz Silvio Costa, que era dez reais. Entrei na primeira fase e não passei na segunda, porque não era ENEM ainda, era trezentas provas. Aí eu fiz, dessa vez vai, foi em 2004 [a terceira tentativa], 2004 sai tentando todos os pré-vestibulares [vaga para estudar gratuitamente], passei na federal, passei no "vestibular cidadão", que é da faculdade de direito [FDR], e aí eu cheguei e fui para o mesmo pré-vestibular [do ano anterior], que era cursinho, aí eu fui e pedi bolsa de novo, que eu era cara de pau, só que aí dessa vez eu falei desse jeito para eles, que eu precisava passar, e o que tinha me reprovado no ano anterior foi Física, que eu precisava de isolada de física, de qualquer coisa de física, já tava no final do ano já. Ele disse, olhe, vai ter uma revisão, uma revisão de conteúdo, vai ter uma revisão, eram poucas aulas só resolvendo questões, e..., você vai fazer, agora tem que comprar a apostila. Aí eu dividi em duas vezes, que eu sou dessas, e eu entrei em Psicologia, no remanejamento, eu fui a primeira colocada(...). Os meus primeiros vestibulares foram em 2002, 3 e 4 [2004], que foi quando eu passei.

Ao ingressar no ensino superior público, começa o seu "corre da Universidade".

9.4 O "CORRE" DA UNIVERSIDADE

*No ano que eu passei na faculdade, só foram eu, Aldair [87] e outra pessoa, só foram três pessoas, de uma turma de cinquenta. Aí teve uma turma que passou na privada, mais uns dois ou três [depois], mas isso foi depois do Prouni [88] mesmo visse (...).[Quando passou] Foi um misto de tempo planejando o futuro e só se vive uma vez [Risos]. Curti muito. E assim, durante um tempo eu fiquei me cobrando por isso. Assim, durante um tempo eu passei ganhando duas bolsas, do quarto para o quinto período [que foram os seus primeiros rendimentos]. Antes disso, chegou a faltar lanche para o integral, chegou a faltar xerox. Aí eu vou pegar o violino aqui e começar a contar as histórias [*Segundo o relato de uma outra entrevistada trânsfuga de classe: *"tinha dia que você tinha que escolher se ia fazer um lanche ou tirar uma xerox"](...). Tinha dia que ia sem lanche mesmo. Pegava aqueles guaraná bate entope para aguentar o dia. Eu assinei "N" atas para o RU, mas não tinha. O meu irmão que hoje pega o RU [também ingressou na universidade, depois dela, no curso de Engenharia da Computação]. Meu avô me*

[87] "*Agora Aldair o bicho foi muito guerreiro, que foi um cara da minha turma que estudava bastante, era muito esforçado, ele recebeu uma bolsa para estudar na escola Motivo [escola privada de referência] estudou e passou. Hoje ele é professor da UFAL, de Filosofia."*

[88] O Prouni – Programa Universidade para todos, passou a ser implementado em 2005, dois anos após o início do Governo Lula, ampliando o acesso ao ensino superior privado a jovens de classes populares/oriundos de escola pública.

ajudou muito. Teve dia que eu pedi para o meu pai e ele não tinha para mim dar, esse me pegou para caramba. Meu avô ajudou bastante. Quando não conseguiu tirar a xerox, pega o livro, pega anotação, e quando não dava não fazia a prova, pega a anotação de um colega, tinha que fazer um corre.

A maior dificuldade da entrevistada não foi passar nas matérias específicas de Psicologia, mas, a permanência na universidade, principalmente com alimentação e xerox, que exigiam rendimentos que a sua posição de classe social não forneciam, ou forneciam com muita dificuldade. Somente quando conseguiu as bolsas de estudos (uma de extensão e uma do PET) foi que isso deixou de ser um problema. E, foi também quando ela, pela primeira vez na sua vida, começou a ter um lazer em relação ao consumo. "O primeiro dinheiro que eu juntei eu comprei uma caixa de chocolate (...).Torrei a grana, bebia, saia". O que na visão de mundo ascética da sua socialização sociofamiliar, ter esses pequenos prazeres, normais para a classe média, para ela era "torrar a grana". "Até me culpei por isso". Nesse ínterim, sublimava essa culpa estudando muito, para compensar o "hedonismo" vivido. Com isso, passava com uma certa facilidade, com exceção das "disciplinas de Exatas. Que é onde eu sempre tive muita dificuldade. Que a gente tem duas disciplinas de estatísticas. A gente tem métodos quantitativos, uma série de disciplinas que a grade curricular era outra. Entrei em 2005".

De todo modo conseguiu se formar bem, foi do PET e da Extensão do curso: "Lá dentro da faculdade teve a *conexão dos saberes*, aí você utilizava o que você aprendeu na faculdade em prol de alguma comunidade. Como eles se inspiravam muito em Paulo Freire, aí fazia um projeto e executava". Também alega que teve "sorte de entrar numa turma muito bacana [aqui ela me mostra uma foto da placa de formatura]".

Em sua trajetória de trânsfuga, as *barreiras* mais fortes que teve que enfrentar foram depois que se formou.

9.5 BARREIRAS E BATALHA CULTURAL

Janaina quando conseguiu ingressar no curso de Bacharelado em Psicologia, na UFPE, se tornou a primeira pessoa do seu núcleo familiar a fazer faculdade. No entanto, a sua ascensão social para o mercado de trabalho, depois de formada, não foi fluída ou natural, mas, uma batalha repleta de dramas, de barreiras de classe e de racismo institucional a serem superadas com muita "persistência e teimosia", o que herdou do seu pai, e também, "paciência", o que

herdou da sua mãe, já que demoraram quatro anos para se inserir em uma ocupação, na sua área de formação (histerese posicional). Antes disso, teve que passar por ocupações precárias, que não condiziam com o seu nível educacional, como no caso de uma empresa de telemarketing.

Não entrei [no mercado de trabalho] de jeito maneira. Fazia seleção, e isso inclusive me revoltava bastante , porque o único emprego que me aceitava a princípio era o telemarketing. Mesmo formado pela Federal em Psicologia ! Mesmo formado pela Federal fui parar na Contax [empresa de telemarketing; ela fala isso com muita indignação]*! Já com o diploma e inclusive fiz as duas habilitações (...). E eu tentando seleções e tal, tiveram pessoas que entraram depois, da minha pessoinha, e conseguiram emprego, enfim. Por "N" meios, contatos, enfim, por "N" questões, por racismo estrutural também. Porque, por exemplo, eu fiz uma seleção num local, onde a pessoa que passou bem depois de mim [entrou], e essa seleção eu não passei; eu tendo bem mais conteúdo.*

Mesmo formada pela UFPE, com uma trajetória acadêmica de sucesso, onde teve vínculos de pesquisa e extensão, além de duas habilitações, – "a habilitação de trabalhar de Psicólogo, mais generalista, e, tinha o bacharel"-, não conseguiu emprego na área de formação. As barreiras por que passam os transfugas de classe, principalmente os negros, são enormes, mesmo com *capital cultural incorporado e institucionalizado (*Bourdieu, 2008*)*. Por isso, o alto índice de "trajetórias incompletas" (Alves, 2018) e "cíclicas" (Pontes, 2015).

Nos batalhadores culturais entrevistados, as principais barreiras para o ingresso no mercado de trabalho são o *capital social*, "os contatos" e, o *racismo institucional*. Não são apenas barreiras de *capital cultural*, como fala de Bourdieu (2008) na França. Mas, o enfrentamento do pacto perverso da branquitude [89]. De acordo com o relato de Janaina, ela chegou a perder vagas para pessoas oriundas de instituições de ensino superior privadas e pessoas que se formaram depois dela, com menos experiência - com apenas uma habilitação, enquanto ela tinha as duas-, ou seja, com menos capital cultural incorporado e legitimado.

Além disso (reprodução social pelo *capital social*), quem tem a posse do *capital econômico*, nem precisa passar por essas "seleções", já que os amigos universitários da entrevistada, que tinham uma condição econômica melhor, já montavam a sua própria clínica, ou alugavam sala para trabalhar, e construíam a clientela aos poucos, conseguindo adentrar em posições ocupacionais. Algo que ela só conseguiu fazer depois que passou em um concurso (em 2022). Enquanto isso, os que eram oriundos de posição de classe mais alta na estrutura social

[89] Como falamos no segundo capítulo, no tópico: "O objeto a de Bourdieu: mais-valia e mais-gozar".

tinham convites de emprego mediante o *capital social*, eram selecionados com mais "facilidade". *O capital econômico* é metamorfoseado em *capital social e simbólico*.

Nessa conjuntura estrutural de desigualdade social, ocorreu na entrevistada um hiato entre o diploma e o ingresso do mercado de trabalho de quatro anos. Por isso, vemos em grande parte dos Batalhadores Culturais entrevistados uma *histerese disposicional* (transformações das disposições), mas, que não se converte com facilidade em *histerese posicional* (transformações da posição social).

Nas mudanças recentes da estrutura social brasileira, os transfugas de classe batalhadores culturais conseguiram os títulos e a cultura, ocorre uma histerese disposicional, uma reestruturação psíquica do habitus de classe (Silva, 2016). Com isso, o agente atinge os pré-requisitos burocráticos e disposicionais necessários para ocupar uma ocupação. No entanto, não necessariamente isso se conversa na contração, em uma posição ocupacional em que o agente é formado. As transições sociais são acompanhadas de muita batalha, muita frustração, muita "teimosia e persistência".

Como no caso de outro trânsfuga negro entrevistado (Roberto), que relatou que mesmo formado em Administração, na UPE, com experiência de estágio a partir de uma seleção pública na Receita Federal [Pernambuco], ficou dois anos desempregado depois que se formou (teve o estágio em um local distinto, mas não o emprego, enquanto os seus colegas de classe média, não conseguiram um estágio no status do dele, mas fizeram uma conversão mais rápida para o mercado de trabalho). E, quando ingressou no mercado de trabalho, em uma empresa privada, dois anos depois de formado, bateu todas as metas que a instituição exigiu, mesmo assim, viu pessoas com menos metas alcançadas ascender rapidamente para cargos mais altos dentro da empresa. Quando foi perguntar para ao chefe, o motivo da sua não-ascensão, esse respondeu: "você não tem o perfil". E o que seria esse perfil ? Se os agentes tiveram todas as qualificações e ações necessárias ? Vemos algo que já discutimos nos capítulos anteriores, barreiras do racismo institucional, que operam com e, para além, das classes. Esse é o drama dos transfugas negros entrevistados. Roberto conseguiu a sua ascensão de cargo dentro da empresa, hoje ele lidera várias pessoas no seu trabalho, mas, para chegar a essa posição demoraram três anos. Enquanto, o colega dele, citado no começo do parágrafo, assim como outros, oriundos de um outro grupo racial e de posição de classe social, essa ascensão foi com um pouco mais de um ano. Os transfugas negros persistem mais que o dobro para alcançar o seu objetivo ascensional.

Voltando para o caso de Janaina, ela não aceitou ter a sua histerese pela metade. E, ao escutar o conselho de um colega, decidiu fazer um curso de especialização em Saúde Mental, buscando, com isso, trabalhar na sua área de formação. Ela utilizou metade do seu salário, que recebia na empresa de telemarketing e, foi se especializar, continuou em sua batalha cultural, estudando para tentar furar as barreiras de raça, classe e gênero que foram historicamente erguidas.

Eu fiquei um ano e meio, certinho [de batalhadora ascética, no telemarketig], foi o tempo de pagar uma especialização em Saúde Mental na UPE. Fiz uma seleção lá e passei (...). ***Na especialização, eu era a única que não tinha emprego na área****. Eu no telemarketing, pagando R$ 450,00 na época [a especialização], era quase metade do meu salário. A outra metade eu pagava o cursinho pro meu irmão entrar na faculdade também. Foi um ano e meio sem gastar comigo praticamente nada.*

Assim como Roberto, Janaina consegue passar nas seleções que exigem prova, mas teve dificuldades em ser selecionada entrevistas de emprego. Forçando-a a uma vida de *batalhadora ascética*, mesmo com trajetória de *batalhadora cultural*. Vemos que essa divisão dos batalhadores em "perfis" é cíclica (Pontes, 2015).

Mesmo formada (batalhadora cultural), a entrevista tinha uma vida de batalhadora ascética, já que apenas trabalhava e estudava. Fez uma especialização e, nessa, devido a sua trajetória, conseguiu uma bolsa para fazer uma segunda especialização sem precisar pagar, em Neuropsicologia (uma batalha cultural constante).

E, com isso, continuou persistindo em ingressar no mercado de trabalho, na sua área da sua formação, agora, com mais estudo. Porém, "aí depois da especialização foi outro problema, porque eles queriam a tal experiência. Eles utilizam a experiência como filtro". Por isso, "eu tive que trabalhar de graça" [ligada a especialização na universidade], no entanto, "só trabalhava nas sextas, lá no grupo de *toque* (...) e no consultório", um vínculo conseguido a partir da sua professora na especialização, que ela chegou a ficar um ano e oito meses de experiência.

Aí, o que foi que eu fiz; a professora que era uma das coordenadoras desse curso de especialização, me convidou para funcionar como uma espécie de ouvinte no grupo terapêutico que ela fazia, que era um Centro de Pesquisa de alguns transtornos de ansiedade, mas o foco era o TOC, porque eles estavam com um polo de pesquisa, que era ela, tinha no Rio Grande do Sul, eram vários responsáveis, e ela era aqui. Aí ela me chamou, eu fui junto com outras colegas da especialização. Fizemos, passamos um tempo como ouvinte desse grupo, aí ela me convidou: você quer fazer as triagens ? Aí eu disse, quero, ai eu fiz. Eu passei lá um ano e oito meses. Nisso, sem receber, [agora] só trabalhava nas sextas, lá no

grupo de TOC, foi a minha experiência. Uma outra experiência, foi que ela [a professora] me estimulava bastante, a mim e as minhas colegas também na especialização, me estimulava a pagar a sala mesmo, pegar consultório. Fui para sala, de uma colega, a gente dividia. Fui para a sala de Neuropsicologia aplicada, me apaixonei por neuropsicologia, lá eu pagava mais barato a sala e eu fazia a psicoterapia como parte da habilitação neuropsicológica das pessoas que não tinham condições de pagar. Em troca eu tinha essa sala mais barato. Aí eu fiquei um ano e pouco lá também, que foi concomitante, lá com o grupo de pesquisa da especialização. Aí fiquei com duas experiências, aí peguei a declaração das duas experiências. [Mas] Eles não aceitavam trabalho voluntário nas seleções, então elas [as professoras] fizeram [declaração] como se eu tivesse experiência profissional naquele local, tiveram que mudar. Aí foi quando eu entrei aqui pela Prefeitura de Olinda, em 2014, foi uma seleção simplificada. [Isso] Porque botaram no Ministério Público, inclusive, porque eles estavam fazendo outra sem chamar a gente que estava na vaga. Haa, tem muitas histórias, tem muitas barreiras né. A gente fazia muita fé que ia passar, tinha tentado três seleções já, no caso em Paulista, mas não sei quantas em Camaragibe. Em Recife, já era um sonho, era só quem tinha em peixe muito grande. No caso o Ministério Público deu em cima, porque eles estavam ficaram só fazendo concurso, sem chamar.

Vemos que um trânsfuga de classe batalhador cultural negro tem que estudar e se esforçar mais, para ser aceito no mesmo nível de um branco de classe média. De todo modo, com todo esse esforço e tempo investido em uma batalha cultural (nesse caso, a sua família não ter exigido que ela ajudasse em casa, **como muitos casos dos batalhadores culturais entrevistados**, a liberando para estudar, ajudou a garantir essa vitória). Ela conseguiu, finalmente, trabalhar na área em que se formou, ao passar em uma seleção simplificada na prefeitura de Olinda – "trabalhei em Olinda, acho que foi o meu primeiro emprego na área, recebendo", mesmo ganhando pouco.

Fiquei aqui [na Prefeitura] um total de oito anos e um mês, dividido em dois contratos. Na prefeitura de Olinda, em Saúde Mental, eu fiquei como Gestora, em Residência Terapêutica [um "postinho do SUS"], que é um dos dispositivos na rede de atenção psicológica social, para inserir as pessoas com período de internamento no hospital psiquiátrico, uma casa para que eles passem por esse processo de uma forma mais humanizada, que eles tenham gosto, que eles se apropriem daquele lar; também estreita vínculos familiares, porque havia muitos estigmas familiares. Depois de um ano e seis meses na residência terapêutica, eu fui para um CAPS. Aí no CAPS, eu fiquei até agosto de 2022. Aí eu fiquei no CAPS, em transtorno, mas assim, tive a oportunidade de trabalhar nas ações com um olhar psicossocial, então as vezes a gente vai fazer ação, as vezes a gente monta um consultório de rua, vai fazer ação no Ministério Público. Amo o que eu faço, amo, mas, mesmo assim quando a gente chegou aqui eu fiquei durante esse tempo todinha ganhando, mil reais, durante oito anos da minha vida, sem reajuste, sem

décimo, sem férias. Aí sai em 2022 daqui, aliás, em 2021 eu entrei para dar aula numa universidade privada, tive a oportunidade de lecionar.

Ao começar a trabalhar na área psicossocial, o encontro com o real da sociedade fez com que ela se interessasse em estudar questões relacionados ao racismo estrutural: "nesse meio período, nesse meio tempo aí, quando eu estava no CAPS, me interessei por pesquisar a saúde mental da população negra, mais especificamente as questões relacionadas ao racismo estrutural dentro da instituição de saúde". E, com isso, "eu entrei no mestrado, na UPE também. Só que aí na UPE de Garanhuns. Foi um mestrado em Psicologia relacionado a saúde mental".

9.6 RELAÇÕES RACIAIS

"Pesquisar relações raciais foi bem marcante [no mestrado], só haviam duas pessoas comigo na minha sala que estudavam as relações raciais". Esse contato, com os estudos raciais ampliou a sua consciência social acerca das experiências vividas.

No meu trabalho eu sofria assédio moral, aí eu fui entendendo que era racismo. Eu fui entendendo isso. O impacto da minha saúde mental vinha diretamente do que eu sofria na [desde a] minha família. O racismo está enraizado, você [observa] no discurso. Comigo, esse trabalho teve uma parcela significativa [de autoconsciência](..). No telemarketing eu sofria o que a galera sofria, eu sofria por não ter conseguido trabalho [dimensão de classe], eu era muito apagada ali. Já no trabalho..., assédio moral [o que ela descobriu estar atrelado ao racismo institucional].

No mestrado:

Uma vez teve um relatório onde todos os professores iam ver a gente apresentando os trabalhos. Todos os professores se revezavam para ver. Aí numa dessas eu fui falar sobre a minha pesquisa, e o professor lá começou a dizer, a falar, a deslegitimar o meu trabalho. Chegou num ponto em que, é..., nem sei se tinha rolado o caso de Miguel [90], eu cheguei lá e falei para ele e disse; ele disse que eu queria ver o que

[90] "O menino Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, morreu após cair do 9º andar de um prédio de luxo no Centro do Recife em 2 de junho de 2020. No momento do acidente, ele tinha sido deixado pela mãe— ex-trabalhadora doméstica que estava na parte de baixo do prédio passeado com o cachorro dos patrões — aos cuidados da então patroa dela, a primeira-dama do município de Tamandaré, Sari Corte-Real". -Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/06/01/caso-miguel-a-queda-de-menino-do-9o-andar-que-levou-a-condenacao-da-patroa-da-mae-dele-por-por-abandono-de-incapaz.ghtml

eu queria, como se eu tivesse forçando os dados a confessarem. Tiveram duas questões sobre o meu trabalho, uma a professora falou que eu estava falando para a branquitude entender. Ele não, ele veio para deslegitimar, aí eu falei que o jeito dele não era o jeito de fazer pesquisa, foi bem chato, eu cheguei até a baixar o nível, eu disse o seguinte, você sai do seu bairro de classe média alta e vem morar aqui um tempinho aqui na minha casa, ganhando o que eu ganho, você não aguentar uma segunda-feira minha. Ai ele, e só tem preto onde tu mora ? Eu garanto que a maioria é. Então foi um bate boca, desnecessário [para não admitir que existe racismo, que raça é um conceito central para entender a sociedade e o impacto na saúde mental].

Um dos casos de racismo que mais chamou a sua atenção a entrevistada foi "no curso de Ciências Sociais, por incrível que pareça", onde ela está cursando a segunda graduação (entrou em 2014, no mesmo ano que passou na primeira seleção simplificada, para trabalhar no CAPS, em Olinda). Nessa instituição de ensino superior conseguiu ter acesso as políticas educacionais de cotas raciais, já implementadas pelo governo do PT .

Sobre o caso, relata:

Um professor, que eu não vou dizer o nome, chegou contando umas histórias de uma pessoa que tinha cabelo de quê, ele falou lá... E a menina saiu chorando. Ele contou uma história... e as histórias dele era dos países que ele viajava, que a gente não tinha condição de ir, dos empregados que a família dele tinha, enfim, ele era quase um aristocrata. Eu sei que eu não estava lá, porque se eu tivesse eu ia baixar o nível, eu ia falar com ele, eu ia tentar dar um choque de realidade, que o perfil de alunos que ele quer não é aquele, de alunos de curso da noite, de universidade federal, que tem toda uma dificuldade.

Vemos um choque cultural entre as ações das políticas públicas educacionais, visando uma justiça social pela correção das desigualdades históricas, com o que é vivenciado no interior dos contextos de socialização historicamente ocupados pela classe média, ainda arraigados pela tradição da sociedade.

No seu trabalho, uma vez:

que pediram para eu fazer uma declaração. Ai eu lá no computador esperando a pessoa, que disseram "haa, entre na sala que a psicóloga vai falar com você". Ai a mulher entrou e só tinha eu na sala e ela não falou nada, depois de muito eu esperar, ela chegou e ficou esperando a psicóloga, aí depois de muito ela esperar, eu fiquei esperando ela falar alguma coisa, isso ela tava com uma criança, ai ela chegou e falou: olha a psicóloga já chegou ? E eu, aqui, sou eu. Aí ela chegou para a menina e falou, ouxxx minha filha, tá vendo, e olha ai, é psicóloga. Quando estava no CAPS também, o pessoal diz, vai lá e procura Janaina lá que é psicóloga, vai no dia do expediente dela. Aí quando chegava lá estava eu e Beatriz, que era uma galega, pintada né, mas é loira, tem toda o estereótipo né, teve uma vez que a

menina veio, parecia experimento social, a menina veio, psicóloga fulana é você ? Não é ela. A menina veio com uma feição de constrangimento. É como se as pessoas [público] não acham normal mulheres negras em profissões que são valorizadas, que naquela teia social dali, aquela profissão que é valorizada. Nas seleções a gente sempre sente isso com frequência. Há também uma viagem no campo dos afetos, porque a gente tem um resquício né, de exploração da mulher negra, de hiper sexualização corpo negro de uma forma geral, nós enquanto mulheres. É como se a gente não fosse digna dos afetos. Já senti isso várias vezes, de você chegar num canto e as pessoas tratarem você como se fosse para tirar uma onda, e não para relacionamento sério.

Nesse âmago, quando perguntada qual a maior barreira que passou para acessar um emprego, respondeu: "a cor chega primeiro, eu posso não dar uma palavra, eu posso estar até bem-vestida, a tua cor chega primeiro nos tratamentos". Para a entrevistada, o principal problema do Brasil é " A História dele, a mazela do racismo, esse pensamento de colonizador-colonizado, a gente tem até hoje". Mas, será que as políticas públicas conseguem resolver essas questões ? De acordo com a entrevistada:

Tudo que tá aqui é um meio de manter um poder na mão de poucos, poder econômico, poder político. A política pública ela vem, quando vem uma política pública que ajuda, ela vem quando ta muito exacerbada a coisa. Quando a galera vem falar de racismo na escola, tu olha a História, foi lá atrás pow. E ainda tem gente que fala sobre isso tentando deslegitimar, "tá fazendo os dados confessarem o que você quiser" [mais uma vez se referindo ao professor que tentou deslegitimar o seu trabalho dos impactos do racismo na saúde mental, no mestrado]. *Ou então quando tá morrendo muita gente. Vemos na pandemia, saúde mental só veio ser importante depois da pandemia deixou um monte de gente ansioso ali, mas não é uma preocupação com a saúde das pessoas, pessoas muito ansiosas, depressivas elas não trabalham, não produzem*.

[As classes altas] Vem mantendo um poder né. Na grande maioria das vezes é uma galera que eles não querem abrir mão do privilégio. Preferem que as coisas continuem na miséria. O capitalismo faz isso com a gente. Dói né, não devia ter. Eu tenho só o básico, o básico que é sofrido. Para ter acesso a algumas coisas você corta daqui, corta dali. Já foi mais, de ter que me ferrar trinta horas, 60 horas por semana, para poder ter um salário que não supri tudo que os direitos humanos colocam... Classe abaixo da minha é sofrido. Hoje em dia quando eu pego um uber eu penso, caraí a gente se expõe muito, se expõe enquanto mulher, se expõe na parada, no ônibus, porque entra um e pede, outra não pede, intimida, vira a tornozeleira.

Quando questionada se teve acesso a políticas públicas, respondeu:

Nas Ciências Sociais eu sou cotista. Cota tanto de questão financeira, como racial. Para concurso também, eu fiz um concurso em Belo Jardim e fiquei em sexta, eram cinco vagas, eu tentei com cotas

também, não fui chamada (...). O concurso que eu tentei [que foi aprovada] não tinha cota [era apenas uma vaga]. Eles fazem um perfil que não é para preto entrar. Tinha cota para doador de medula. A inscrição era cento e vinte cinco reais. Você filtra os concursos que você vai tentar pelo preço [da inscrição], ou se oferece alguma condição, de cota.

Quando saiu do ensino médio, no ingresso na universidade, além das cotas sociais por ter indo de escola pública: "[tive] acesso ao "CadÚnico"[91] , o Nis [número de identificação social, que é ligado ao CadÚnico], para conseguir isenção na tentativa de concursos depois de formada:

Cad-único , o Nis -Número de Inscrição Social da pessoa, ele dá isenção. Consegui fazer concurso, seleção para residência, sem pagar a inscrição. Agora eles dão uma semana para você correr; o mestrado eu tive que pagar, pedi emprestado. É difícil acessar a política pública, tive que virar uma noite para uma manhã para poder fazer o NIS lá perto de casa, a gente teve que madrugar, fazer um café da manhã, tomar um cafezinho, a gente dormiu na fila para conseguir o NIS. Ele dá acesso a energia a preço popular, ele dá outros benefícios, mas para mim o benefício foi isenção em concursos.

9.7 UM RESUMO DA TRAJETÓRIA DE UMA TRÂNSFUGA DE CLASSE BATALHADORA CULTURAL

Fiquei quatro anos desempregada. Nesses quatro anos fiz tudo quanto é tipo de bico, de vender carteira de estudante, para a UEP [UNE] a trabalhar no telemarketing, que foi o meu primeiro emprego com carteira assinada. *Fiquei ali para pagar a especialização e o cursinho do meu irmão. Aí veio a experiência de graça* [as duas, a partir de vínculos formados no curso especialização, onde], *eu tive duas bolsas para estudar neuropsicologia lá, eu tenho duas especializações em neuropsicologia, que eu fiz depois da de saúde mental. Fiz a especialização em saúde mental, depois neuro. Nisso eu desempregada. Estudando e fazendo bico, vendendo carteira de estudante, eu nunca estava parada, tinha que fazer alguma coisa, tinha que ganhar dinheiro para trabalhar, dei aula para uma vizinha minha, um reforço, eu sempre me virei. Eu entrei na Rural* [UFRPE, em Ciências Sociais] *e aqui em Olinda* [seleção simplificada/emprego] *, foi ao mesmo tempo quase. Entrei na residência terapêutica que foi o meu primeiro emprego como psicólogo mesmo, recebendo, era contrato através de uma seleção simplificada, aí fiquei até 2016, ganhando mil reais, com desconto, novecentos e vinte. 2016 eu*

[91] Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico, "é um grande mapa das famílias de baixa renda no Brasil. Ele mostra ao governo quem essas famílias são, como elas vivem e do que elas precisam para melhorar suas vidas". Ver em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico

entrei no CAPS, também por seleção simplificada e ganhando quase a mesma coisa. Depois eu entrei no mestrado, entrei em 2019; que foi o que me fez entrar para dar aula na faculdade eu acho, enviei currículo pelo instagram a todos os coordenadores, uma me respondeu e fui dar aula de Psicologia, de Psicologia Social em 2021[conciliou graduação, mestrado e dois trabalhos na sua trajetória ascensional]. *Quando estava só dissertando, comecei a dar aula.* ***Em 2022 me chamaram para um concurso que eu tinha feio em 2019****. Sou concursada pela Prefeitura da Cidade do Recife, onde sou a primeira psicóloga deste hospital, estou implantando em serviço lá (...).*

As políticas públicas educacionais no ensino superior não se convertem, com facilidade, na inserção no mercado de trabalho, na área de formação. Para quem vem de baixo o esforço é maior, além de ter que fazer o *efeito de histerese* e internalizar o *capital cultural* de forma tardia, ainda existem as barreiras sociais e raciais para ingressar no mercado. Tendo que o trânsfuga de classe negro ter uma "compulsão para subir", como fala Florestan Fernandes [1965] 2008b.p.230):

> requisito psicossocial importante consiste na atualização de compulsões "para subir" na escala social. Por duas vias, o negro muda sua mentalidade com referência a concepção do seu "destino social" e do seu lugar na sociedade. Primeiro, pela aquisição de um meio de ganho e pela inclusão consequente na estrutura ocupacional na sociedade; segundo, graças aos efeitos psicossociais da modernização do seu horizonte cultural médio (Ibid.p.228)

Uma "compulsão para subir" muito grande, ou, nas palavras da entrevistada, uma "teimosia" e "persistência", o que herdou do seu pai [92], e, da mãe, "paciência" - "olha, eu tenho que fazer tal coisa para conseguir tal coisa. Eu nunca fui direto na coisa que eu queria, porque, justamente eu tinha que vencer sempre uma dificuldade. Era uma passagem, era uma matrícula. Era sempre alguma coisa (...). Para vencer eu fazia bico, fazia qualquer coisa que tivesse ao meu alcance". Completando o triângulo edipiano para entrar no mundo da cultura (Freud, [1924]1996).

Depois de muita batalha, finalmente em 2022 ela conseguiu ser chamada para um concurso, trabalhando a partir de então, na área de Psicologia Hospitalar, o que acumula com a clínica, que divide com uma colega e, as aulas de Psicologia Social, em uma IES privada.

[92] "Coisas que eu achava que eram chatas, hoje eu vi que foi mais uma estratégia de proteção para mim mesmo, para que eu estudasse, para que eu não tivesse filho cedo o fim de pessoas da minha família, que tiveram filho cedo e tiveram que abandonar os estudos. Teve muita gravidez cedo na família e na escola". [O que quis fazer de diferente da mãe foi], não me enquadrar no perfil de dona de casa. Eu quis fazer faculdade. Não quis ter filho. Um processo de vida".

Trabalhando de “carteira assinada em um, concursada no outro. Eu alugo uma sala também, tenho sete pacientes. Três dias da manhã estou na clínica, dois dias pela manhã dou aula, todas os dias a tarde trabalho no hospital... O rendimento varia, devido a clínica e a faculdade [depende da quantidade de turmas, que ministra por semestre]. A principal renda é a do hospital, 3 mil” e, ainda concilia com a segunda graduação. É uma batalha, mas que é feita com alegria já que “ama o que faz”, mesmo se enxergando na sociedade como uma pessoa “cansada”.

9.8 MUDANÇAS DE VIDA

[Passar no concurso] No hospital me ajudou bastante. Inclusive eu estou vindo de Salvador [a entrevistada chegou de férias em Salvador um dia antes da pesquisa]. Estou a um ano e três meses. É um hospital da prefeitura do Recife, onde sou a primeira psicóloga deste hospital (...), estou implantando em serviço lá [de Psicologia Hospitalar].

Quando perguntada sobre o que mudou em relação à sua infância, depois que passou no concurso, afirmou:

Você chegar comprar o que você quer, comprar uma bolsa, comer o que você quer, você chegar e explorar outros lugares que você achava que não era para você, que a gente sabe o porquê que a gente não se sente bem nesses lugares. Está viajando para lugares que não seja para concurso, que não seja apresentando trabalho. Hoje se eu me esforçar, eu vejo o gostinho do que eu faço. Eu me sinto empoderada; de você está indo num restaurante de uma galera de um poder aquisitivo maior, antes eu não gostava de ir, agora não, eu vou sim. Restaurante, festas...Um lugar simples, com uma vista boa, um café. Eu não pisava num lugar desses, eu pisava no maracatu, no afoxé, no preto velho da vida, que rola um sambão. Mas para tu chegar para um local assim que você toma um café a doze reais, você não fazia. Na época que doze reais dava para comprar xerox até umas horas, dava para fazer um monte de coisas. Tu poder chegar, se locomover, não depender só de ônibus [pegar Uber ou taxi], essas pequenas coisinhas que a gente agradece né (...). Comer uma comida japonesa, que não fazia parte antes, hoje em dia eu gosto para caramba. Comida chinesa, café(...). Comprar livro, bolsa, coisas em brechó, roupa (...). Estou na classe média para a baixa, eu conheço gente que está numa situação bem pior que a minha. Hoje em dia você pode ter a geladeira cheia, ter umas cosias que antes não tinha.

E, as mudanças não foram apenas na sua vida pessoal, mas também na sua família, já que o seu pai também sentiu os reflexos das mudanças sociais. Segundo a entrevistada, somente de uns anos para cá as coisas começam a melhorar, já que o seu pai, que trabalhou desde os

quatorze anos em chão de fábrica, bicos e obras, " largou o chão de fábrica hoje, para trabalhar para ele [batalhador empreendedor]. Ele vive da renda do aluguel das casas que ele fez". Mesmo sem o diploma de nível técnico em edificações, ele aprendeu a fazer a "casa de base", com isso, ele "fez o milagre da multiplicação do espaço", no terreno que eles moram desde que ela nasceu, que tinha erguida apenas uma casa, e hoje tem "uma, duas, em breve cinco casas". Com isso, o seu pai deixou de trabalhar em construção e em fábrica, e, vive com o dinheiro do aluguel das casas.

Ela contou também que hoje em dia virou algo normal fazer faculdade na sua família, ocorreu uma "luta pra fazer da exceção uma regra". O seu "irmão passou na UFPE e está tentando se formar em Engenharia da Computação". Dos primos mais novos, a maior parte se formou ou está estudando, no entanto, a maioria pelo Prouni, em faculdade privadas. Ocorreu, de maneira relacional, uma mudança intergeracional grande, com melhoras de vida em toda a estrutura familiar. Se Singer (2018) afirma que o lulismo foi um "reformismo fraco", no Nordeste do Brasil, ele foi bem maior do que isso.

No entanto, do ponto de vista da estrutura social nacional, essa batalha cultural dos trânsfugas de classe, continua uma exceção, os batalhadores lutam para fazer a exceção virar regra em suas trajetórias, "tem que correr o dobro", para "entrar em um espaço inédito", "fazer da exceção uma regra vai exigir muito tempo de gente disposto a duplicar as suas lutas".

A entrevistada conta

No ano que eu passei na faculdade, só foram eu, Aldair e outra pessoa, só foram três pessoas, de uma turma de cinquenta. Aí teve uma turma que passou na privada, mais uns dois ou três, mas isso foi depois do Prouni mesmo visse. Agora Aldair o bicho foi muito guerreiro, que foi um cara da minha turma que estudava bastante, era muito esforçado, ele recebeu uma bolsa para estudar na escola Motivo [escola privada de referência] estudou e passou. Hoje ele é professor da UFAL, de Filosofia (...). Para você entrar num ***espaço inédito****, para um preto, para um pobre, você tem que tá ali correndo atrás, enfrentando um bocado de dificuldade,* ***correndo o dobro****. Isso para entrar em um espaço político, acadêmico, jurídico. Tem que dobrar a luta. Eu digo isso que para entrar em um concurso eu tive que estudar o dobro mais do que eu estudava. Se você quiser entrar(...). Cresci com esse processo, "essa menina é inteligente, essa menina é inteligente". Só que quando você faz uma coisa chamada vestibular, você vê que a sua inteligência precisa ser dobrada. [Foi] sofrendo. Ver as matérias como química e vai vendo o tamanho de desafio. Hoje eu estou tentando escutar mais, para não aprender quebrando a cara (...). Eu fico imaginando um dia desses, aquela menina que o pessoal ficava: queremos uma mulher negra no STF, o quanto ela teve que estudar para estar ali fazer das exceções uma regra.* ***Fazer da***

exceção uma regra vai exigir muito tempo de gente disposto a duplicar as suas lutas*, para conseguir um espaço mais igualitário em termos de oportunidade (...). Eu lutei o que eu achei que fosse necessário para poder me proporcionar algo. Estava conversando com uma colega um dia desses, ele já dormiu na rua e está se formando em direito, fez mestrado na rural, é todo um processo. Ultimamente ela está bem revoltada com esse negócio do ensino. Hoje ela está concursada e tal, na área da educação.*

A entrevistada começa a relatar casos exemplares de trânsfugas de classe que, assim como ela, furaram as barreiras sociais, ambos concursados, um na área acadêmica (UFAL) e, a outra – que já passou até pela vulnerabilidade social de estar em uma situação de rua – que hoje está concursada na área da educação. Além de seus familiares, que a maior parte decidiu fazer faculdade e está passando também por essa batalha cultural. Já o seu pai está vivendo uma batalha empreendedora. As mudanças sociais no seu estilo de vida e, do seu meio social, foram bastante significativas.

Se a sua prima foi o seu *choque biográfico* (Dubar, 2005) no passado, hoje, nas transições psíquicas e sociais das políticas educacionais, ela quem exerce essa função no seu bairro. Nesse, "duas pessoas fizeram psicologia e disseram que estavam fazendo porque lembravam de mim. Uma era agente de saúde e agora faz psicologia. As pessoas que entram na faculdade também, dizem que se lembram de mim". Ela está influenciando outras pessoas apenas por ocupar os espaços que ela ocupa, espaços historicamente inéditos no meio social em que vive. Quando um trânsfuga de classe negro ocupa um "espaço inédito", os outros, que estão em batalha cultural ascensional, veem em seu olhar que é possível chegar ali também. Mas, para isso, "você tem que ser teimoso e persistente".

É possível, eles não querem que você faça, tem que ser teimoso mesmo, tem que fazer. Quer entrar, entre ! O espaço é seu também. O espaço é seu mas infelizmente a galera não quer né, ai tem que lutar né, tem que ser teimoso, tem que ser persistente (...). As oportunidades para eles [classes médias e altas, hegemonicamente brancas] se abrem mais facilmente. Comigo tudo é seleção, tudo seleção, não teve uma indicação. Até no telemarketing eu tive que fazer seleção. (...). A gente tem que ser teimoso, teimosos, foi uma palavra que eu escutei muito "você é muito teimosa". Hoje eu sou orgulhosa por ser teimosa.

10 CONCLUSÃO

No Brasil contemporâneo, a mobilidade social dos mais pobres veio acompanhada de uma luta de classificação, de uma disputa pela explicação e compreensão desse fenômeno recente de mudança da base da estrutura social, onde esses trânsfugas de classe ascensionais foram classificados como "nova classe média", "nova classe trabalhadora", dentre outros rótulos. A mudança da estrutura social se torna, de acordo com Bourdieu (2014.p.61), um "lugar de luta entre pontos de vista", o que é uma dimensão esquecida da luta de classes.

A luta de classes, nesse caso, não é apenas a greve sindical no âmago do trabalho ou a revolução vislumbrada pelo materialismo histórico; ela é um exercício silencioso de tornar algo "visível" e deixar uma outra dimensão "invisível", de fazer o controle simbólico da ordem social, estabelecendo com isso a própria "realidade". Nesse âmago, a exploração social da miséria dos mais pobres fica se reproduzindo de maneira naturalizada, aceita por todos nas representações coletivas do mundo, deixando em silêncio o absurdo da História. Com isso, os mais perversos mecanismos de exploração da miséria brasileira ficam aceitos como naturais pela sociedade: o racismo estrutural, a precarização do trabalho, o feminicídio, dentre outros. O antagonismo social, por mais que esteja inscrito na História, tem de permanecer ausente, não tematizado, invisível, para assegurar a ordem social. Nesse controle simbólico da libido do aparelho visual (*pulsão escópica*), o absurdo se reproduz bem diante dos nossos olhos, como se fosse algo "natural".

Por isso, na História nacional, a reprodução das desigualdades sistêmicas de classe, raça e gênero é aceita como se fosse uma constante da natureza, sem grandes espantos, aceita pelas representações coletivas e individuais que estabelecem o que é "normal", comum, o senso comum, o socialmente aceito como natural, o que, na verdade, é uma construção social naturalizada nas nossas consciências. Com isso, a reprodução das desigualdades sócio-históricas fica invisível e corroborada pela própria ciência, pela classificação legítima do mundo. Ou seja, a classificação se torna dimensão esquecida da luta de classes, uma luta simbólica "em que a própria ciência está envolvida" (Bourdieu, 2020.p. 145).

Com as mudanças da estrutura social brasileira no século XXI, principalmente a partir de 2004, com a confluência entre fatores políticos (políticas públicas do Estado) e econômicos (reestruturação produtiva do capital), que promoveram impactos diretos na redução das desigualdades sociais e um movimento na estrutura de classe social do país que formou classes

"intermediárias" entre a massa e a classe média; esses foram chamados de "nova classe média", o que ocultou a realidade social e histórica do país "Essas palavras que nunca dizem ingenuamente o que elas querem dizer(...), consistem em reduzir o irredutível, traduzir o intraduzível, em dizer o que elas querem dizer na forma ingênua que elas têm precisamente como função primeira de negar" (Bourdieu, 2008b.p.146): a negação da realidade empírica em prol da construção simbólica de uma narrativa que invisibiliza as classes sociais, a desigualdade e os antagonismos sistêmicos.

A mobilidade social dos mais pobres veio acompanhada de uma classificação que construiu um roteiro simbólico, um mito, o mito da nova classe média. Uma metáfora que substitui a realidade sociohistórica é contada: o Brasil é um país de classe média e não pobre e desigual. Algo semelhante ao que foi operado por Gilberto Freyre em "Casa Grande e Senzala", ao formular o mito da *democracia racial*. Tivemos, na História recente do Brasil, um mito da democracia das classes, ou o mito da grande classe média, segundo o qual o país virou um país de classe média, e esse roteiro simbólico, ficcional, foi aceito praticamente por todos , formando um consenso social. Essa nomenclatura foi aceita e comemorada pelos mais pobres, que melhoraram a sua autoestima; pelos governos de Lula e Dilma, que incorporaram essa classificação na sua estratificação social oficial; pela oposição da direita, que afirma que a nova classe média foi produto do mercado e do neoliberalismo; pela esquerda, que argumenta que foram as políticas públicas do seu governo, como por exemplo, o Bolsa Família; pelo mercado, que encomenda pesquisas para entender o consumo dos mais pobres; pelos grupos emergentes, que acham que foi o seu esforço individual e mérito etc. Ocorre uma disputa de narrativa, mas todos se *identificam* com a ideia de um país de classe média. Se forma um novo mito nacional, uma metáfora que substitui a realidade sociohistórica, a metáfora de que o Brasil é um país de classe média e não pobre, desigual e extremamente racista. O passado é negado, na construção de um roteiro simbólico no presente.

Passamos por uma "construção de uma ficção de homogeneidade e de unidade entre brasileiros tão desiguais" (Souza, 2010.p.47), que oculta a verdadeira realidade social em que vivemos. O mito é o que dá uma formulação discursiva a algo que não pode ser transmitido pela verdade, o roteiro imaginário impossível de se seguir (Lacan, 1995), o real que atormenta, a saber, que o abismo social entre a grande maioria da população e as classes dominantes é enorme, maior do que as pesquisas centradas na economia conseguem entender.

Fica oculto o tamanho do abismo da desigualdade social brasileira, um abismo social profundo e durável na estrutura de classes sociais do país, onde as classes dominantes se fazem

desconhecer e, com isso, reproduzem os seus privilégios históricos. Ficando, com isso, ocultada desigualdade e a luta de classes do Brasil.

Tanto que as mudanças sociais, ou melhor, as aberturas do espaço social para a mobilidade, se consubstanciaram pela base da estrutura social, sem alterar praticamente nada o topo. Essa foi a mudança possível, sem alterar o *status quo* dos grupos dominantes, que fecham o espaço social para garantir a reprodução do seu privilégio. E ainda ficam historicamente contra a ordem social institucional, sempre que essa ameaça alguma perda democrática e/ou social dos seus privilégios

Falar que a ascensão social dos mais pobres é a constituição de uma grande classe média nacional é invisibilizar a luta de classes, é não tematizar o que é ser classe média, assim como ocultar as verdadeiras classes dominantes.

Um dos objetivos da luta de classes é estabelecer a "posição da classificação legítima(...), convenções sociais(...), uma espécie de classificação reconhecida por todos" (Bourdieu, 2020.p.160-161). "Com isso, a perspectiva dominante deixa de ser percebida enquanto perspectiva, se universaliza e o antagonismo fica esquecido, dissimulado, a própria luta produz os efeitos propícios para negar a existência da luta, enviando "os possíveis laterais descartados não ao esquecimento, mas ao inconsciente" (Bourdieu, 2014.p.322)

O trabalho sociológico, nesse caso, assim como o da psicanálise, é um trabalho de tomar consciência social, e não apenas de constatação social. Enquanto a História faz a Psicanálise do passado, a Sociologia faz a História do presente - tomando consciência do que está invisibilizado na sociedade contemporânea, ou seja, a "luta de classes no cotidiano de todos nós, no qual ela opera de modo velado, naturalizado em práticas sociais sem discurso e sem articulação consciente, e, por isso mesmo, muito mais eficaz socialmente (Souza, 2013.p.61) . Uma ciência crítica é aquela que retira do "inconsciente social" (Bourdieu, 2020), do negado, do recalcado, do invisibilizado da ordem social e leva para a "consciência". Esse é um trabalho de *socioanálise da percepção*.

Por outro lado, as mudanças recentes da estrutura social são maiores - principalmente as que ocorreram no Norte e no Nordeste do país - do que os resultados mais discutidos na literatura contemporânea da realidade brasileira das classes, com a ascensão de trânsfugas de classe ligados à interiorização da cultura e não apenas à economia. Observamos uma redução da desigualdade regional histórica no âmbito da educação, a partir da diminuição da associação entre a posição de classe de origem (dos pais) e a posição de classe de destino (dos filhos). A

Expansão educacional do século XXI, ou seja, as políticas públicas socioeducacionais reduziram o efeito de classe social de origem, o que teve um impacto direto na estrutura da sociedade, onde membros das novas gerações das classes populares, os batalhadores culturais, filhos dos batalhadores, conseguiram adentrar em espaços sociais e simbólicos tradicionalmente ocupados pelas classes médias altas e altas. E o maior impacto dessa redução intergeracional das desigualdades sociais, econômicas e culturais se deu no Nordeste e no Norte do Brasil, as regiões historicamente mais vulneráveis. O que também não deixa de ser uma expressão da luta de classes histórica do país: a redução das desigualdades regionais, assim como a PEC das domésticas, as Cotas e, o Prouni no ensino superior, reduzem os efeitos das raízes mais perversas do Brasil colonial.

Nesse cenário, observamos que, apesar de não cessarem a estrutura material e simbólica da desigualdade social, as políticas recentes do Estado Brasileiro, implementadas em um contexto de reestruturação do capital, ocasionaram mudanças na sua redução, um reformismo, uma trans-formação dentro da ordem - por mais que fosse pela base da estrutura social-, gerando, com isso, um patamar mínimo de segurança material, que possibilitou as condições da transição social de novas frações de classe ascensionais, uma travessia intergeracional entre as classes. Um avanço tanto na base ou estrutura - como rede de esgoto, coleta de lixo e acesso ao consumo-, quanto na superestrutura - como um redimensionamento do machismo, com as mulheres como as principais as beneficiárias do Bolsa Família (alterando as relações sociais conjugais outrora pautados no machismo), o Prouni que colocou os jovens da periferia no ensino superior privado, as Cotas na educação, que incluíram negros(as), indígenas e jovens oriundos das classes populares na universidade pública, esses últimos causando um redimensionamento da meritocracia brasileira (outro grande "mito" nacional). Tudo isso representou uma mudança conjugada dentro da ordem, uma transformação de fato, mas dentro da lógica do capital, o que promoveu tensões e choques de identificação com os trânsfugas ascensionais, principalmente os que tiveram a sua mobilidade baseada no *capital econômico*, que foram a maioria.

De todo modo, no âmago dessa contradição, quando iniciamos essa pesquisa, estávamos em um cenário nacional de avanço das correções sociais históricas, que reduziram a miséria social, garantindo um patamar mínimo de segurança material ontológica para o salto de novas frações de classe. No entanto, os movimentos políticos conservadores do Brasil contemporâneo frearam esse processo. Desde a ruptura institucional que levou Michel Temer à presidência – onde a pesquisa de campo foi encerrada- e, em seguida, no governo que o sucedeu, de Jair

Bolsonaro, as políticas sociais de combate às desigualdades sociais e sistêmicas foram fortemente reduzidas, levando à extinção do próprio Ministério do Planejamento. Se as lutas de classes nos governos de Lula e Dilma foram de coalizão, ora com vitória da ampla maioria da população, com algumas rupturas com o passado escravocrata, ora com vitória para o grande capital - que não permite que as mudanças atinjam o seu espaço social, deixando essas no âmbito da base da estrutura social-, na manutenção do seu poder social e simbólico. Os governos que se sucederam fizeram mudanças sociais neoliberais contra a dimensão social - da ampla maioria da população - em ritmo revolucionário: um desmonte da legislação social do trabalho e das políticas públicas de raça, classe, e gênero, além dos ataques a universidades (produção do conhecimento) como tentativa de modificação simbólica da ordem social, agora não mais pela *doxa*, pelo consenso, mas pela força política antagônica. Nesse cenário de tensão e contradição é que nos deparamos com o fim da pesquisa, destacando a imanência material e a transcendência simbólica da luta de classes.

Os maiores avanços do deslocamento no espaço social das classes foram aqueles em que os contextos de socialização propiciados pelas políticas socioeducacionais serviram como objeto de *transição social e psíquica* para os filhos dos batalhadores, principalmente no Norte e Nordeste no país, causando choques biográficos para a mudança da estrutura subjetiva da ação, o que levou a uma mobilidade social para além da posição de classe da família. Por outro lado, o fechamento social também é grande, em oposição aos avanços dos que vêm de baixo, principalmente em relação à raça. Constatamos, com isso, que as barreiras do racismo continuam operando em pleno século XXI, para além da classe – embora um estudo detalhado dessas dinâmicas tenha de ser deixado para outro trabalho. E constatamos, por fim, que as contrarreformas conservadoras do ciclo político que sucedeu a pesquisa promoveram a redução de muitos desses avanços sociais da cidadania, em relação à redução das desigualdades sociais, regionais e históricas. A luta de classes está, nos dias de hoje, aberta – uma margem da liberdade - na disputa pelo "sentido" da "realidade social brasileira": "é sobre tal margem de liberdade que se escora a autonomia das lutas a respeito do sentido do mundo social (...) um dos maiores móveis da luta simbólica" (Bourdieu, 2007.p.288), que são uma expressão da luta de classes, da luta pela oficialização e reconhecimento social, da perspectiva que deixa de ser percebida *como* perspectiva (invisível), recebendo, com isso, uma validação sociosimbólica que ganha força de lei, fica universal (visível), forma as visões legítimas das divisões do mundo e das classificações (tidas como verdadeiras).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. BH: Ed. UFMG, 2002.

ALEXANDER, Jeffrey C. O Novo Movimento Teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.2 , n.4. p. 5-28, jun. 1987.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Contraponto Editora: RJ, 1996.

ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan. Marx e Freud**. – RJ: Edições Graal, 1985.

ALVES, Ana e ROCHA, Maria E. Classe, Raça e a Distinção: Bourdieu e o debate mais recente sobre a estrutura social no Brasil. In: ROCHA, M. **Bourdieu à brasileira**. – RJ: Confraria do Vento, 2022.

ALVES, Ana. **Com o suor do trabalho**: uma análise do *ethos* dos batalhadores manifesto no âmbito do consumo. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2018.

ANTUNES, Ricardo **O privilégio da servidão** [recurso eletrônico] : o novo proletariado de serviços na era digital / Ricardo Antunes. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?. In: ANTUNES, R. e BRAGA, R**. Infoproletários** : degradação real do trabalho virtual. - São Paulo : Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Tania B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. In: SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma / Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

ARENARI, Brand; e TORRES, Roberto. Os Batalhadores e o Pentecostalismo: um encontro entre classe e religião. In: SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? / - BH: Ed UFMG, 2010.

ARISTÓTELES. **Categorias**. Trad. Maria J. Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

BALIBAR, Étienne**. A Filosofia de Marx**.- RJ: Jorge Zahar Ed,1995.

BARBOSA, Maria L. **Desigualdade e desempenho**: uma introdução à sociologia da escola brasileira. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

BARROS, Ricardo. CARVALHO, Mirela. FRANCO, Samuel. MENDONÇA, Rosane (2010), Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil. IPEA. Texto para discussão nº 1460.

BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. In: **Rev. Econ. Contemp**., núm. esp., 2017

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. - Disponível em: https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf

BENTO, Cida. **PACTO DA BRANQUITUDE.-**Companhia das letras: SP, 2022 .

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. – Campinas, SP: Pontes, 1995.

BERG, Tábata. O Batalhador e a sua Família. In: SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? / - BH: Ed UFMG, 2010.

BERGER, P. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis Rj: vozes, 2009.

BERTONCELO, Edison. As classes na teoria sociológica contemporânea. **BIB.** – SP, n 67, 1ºsemestre, 2009.pp.25-49.

BONETTI, Maria e ABREU, Aparecida. **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil** / organizadoras: Alinne de Lima Bonetti, Maria Aparecida A. Abreu. – Brasília: Ipea, 2011.

BOYER, Robert. A arte do judoca. In: ENCREVE, P e LAGRAVE, R. **Trabalhar com Bourdieu**. RJ: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. -RJ: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In. ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Contraponto Editora: RJ, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia Geral**. Vol 1: Lutas de Classificação.- Petrópoles, RJ: Vozes, 2020.

BOURDIEU, P. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009b.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: critica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008.

Bourdieu, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**: O que Falar Quer Dizer. -São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

BOURDIEU, Pierre. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. – Florianópoles: Ed da UFSC, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. – Campinas, SP: Papirus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d´une théorie de la pratique**: précédé de trois études d´éthnologie kabyle. – Éditions du Seuil, février 2000, pour l´édition française.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. – RJ: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU,P. **A economia das trocas linguísticas**. -SP: Edusp, 2008b.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado.** – SP: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. SP: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais.in: **NOVOS ESTUDOS 96**, julho, 2013

BOURDIEU, Pierre. **Ofício do sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia.7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

BOURDIEU, .. **O Poder Simbólico**. -RJ: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O Desencantamento do Mundo**: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais. – SP: Editora Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. 2ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 17-18, novembre 1977a. pp. 2-5. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1977_num_17_1_2572

BRAGA, R. **A Política do Precariado**. [recurso eletrônico].- SP: Boitempo, 2012.

BRANDÃO, Z. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. **Educação e Pesquisa**,São Paulo,v.36,n.1,p.227-241,jan./a br.2010

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**.: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CARDOSO, Lourenço "Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco antirracista". Localización: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Manizales, v. 8, n. 1, pp. 607-30, 2010.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAUÍ, Marilena: Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma / Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013

CHAUÍ, M. Marilena Chaui, Marcio Pochmann, Emir Sader e Lula: **"10 anos de governos pós neoliberais no Brasil"**. Video on line, 2013b. – Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FeP4rWe0zdw

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes: A integração do negro na sociedade de classes. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil**: Um banquete no trópico, Vol. 2. São Paulo: Editora SENAC, 2002. p. 385-402.

CORBUCCI, Paulo R. Evolução do Acesso de Jovens à Educação Superior no Brasil. **Texto para Discussão 1950**. – Brasília: IPEA, 2014. – Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1950.pdf

CORTESE, J. Leibniz e o Paradigma da Perspectiva. In: **Cadernos Espinosanos**.- São Paulo n.34 jan-jun 2016. p. 137 – 162.

COSTA, D; Alves, A; PORTELA JR, A ; SOARES, E.; SILVA, L.; MUTZENBERG, R.. Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro. In: VERAS, Eliane. Et Al. **Florestan**

Fernandes [livro eletrônico] : trajetória, memórias e dilemas do Brasil — Chapecó, SC : Marxismo 21, 2021.

DAVIS, K e MOORE, W. Alguns princípios de estratificação, In: VELHO, Otavio. **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. - RJ: Zahar, 1979.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. –SP: Perspectiva, 1995.

DESCARTES, R. **Meditações**.- São Paulo: Abril Cultural, 1983. .
DUARTE, L.F.D. GOMES, E. C. Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

DUBAR, Claude. **A Socialização**. A Construção das Identidades Sociais e Profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, É. e MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação. In: DURKHEIM,E. **Sociologia.** – SP: Editora Ática, 2000.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. SP: Martins Fontes, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. – SP: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **L´évolution pédagogique em France**. Cours pour les candidats à l'Agrégation prononcé en 1904-1905, - Paris, 1938.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. SP: Martins Fontes,1996.

DURKHEIM, Émile. **Le Sens Commum**: elements d´une théorie sociale. Paris: Minuit,1975.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. - Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Au-delà de Freud**: sociologie, psychologie, psychanalyse. Paris, La Découverte, 2010.

ERIKSON, R. GOLDTHORPE, J. H. PORTOCARERO, L. "Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies". **British journal of Sociology**, n. 30, 1979, p. 415-441

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro/RJ: Editora da UFJF, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1: O legado da "raça branca". São Paulo: Globo, [1965] 2008a.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 2. São Paulo: Globo, 2008b.

FERNANDES, F . Florestan Fernandes, história e histórias. In: COHN, Amélia (org.). **Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008c. p. 94-147.

FERNANDES, Florestan. A reconstrução da Realidade nas Ciências Sociais. In: - **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. SP: Companhia Editorial, 1959.

FERNANDES, Florestan. Luta de raças e de classes. In: **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, [1988] 2017.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Globo, [1975] 2006

FERNANDES, F. **O desafio educacional**. – SP: Cortez editora/Editora Autores associados, 1989.

FERNANDES, F. **A natureza sociológica da sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

FERNANDES, F. **Ensaios de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Globo, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Ensaios de sociologia geral e aplicada**. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, [1946] 1971.

FEUERBACH, L. **A Essência do Cristianismo**. – RJ: Vozes, 2012.

FLEURY, Sonia. A Fabricação da Classe Média: projeto político para nova sociabilidade. In:BARTELT, D.(Org). **A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político**.- RJ: Fundação Heinrich Boll, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** Aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. – São Paulo: Ed Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**, vol. III. – RJ: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. **"Entretien avec Madeleine Chapsal",** La Quinzaine litéraire 15, 05, 1966

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 42ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis/, RJ: Editora Vozes, 2014.

FREUD. Sigmund. **O mal-estar na cultura**. – Porto Alegre, RS: LePM, 2010.

FREUD. Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. RJ: imago, 2001.

FREUD, S. (1925). **A negação**. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

FREUD. Sigmund. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**. RJ: Imago, 2004.

FREUD, Sigmund. **Fetichismo** .– Obras completas: 1927.

FREUD, S. Totem e Tabu. In: **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. -RJ: Imago, 1974

FREUD, S. Moises e o Monoteísmo. In: **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. -RJ: Imago, 1990.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal [Livro on line] / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. [1961] In: BIELSHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2000.

GARFINKEL, Harold. **Studies in ethnomethodology**. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1967.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 2001.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da sociedade**.- São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOLDTHORPE, John; MARSHALL, Gordon. "The promising future of class analysis. In: MARSHALL, G. **Repositioning** Class. Social inequality in industrial societies. – Londres: Sage, [1992] 1997.

GOMES, Darcilene e SÓRIA, Sidartha. Política De Recursos Humanos Do Governo Federal: A Experiência Dos Governos Lula E Dilma Rousseff. In: **Revista da ABET**, v. 13, n. 2, Julho a Dezembro de 2014

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Ed. 14 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GUIMARÃES, Antônio. **Classes, raças e democracia**. – SP: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed 34,2002.

HABERMAS, Iurgem. **Teoria do Agir Comunicativo**. SP: Ed WMF Martins Fontes, 2012.

HAYEK,F. Entrevista. **El Mercurio,** Santiago do Chile, 12 abril 1981.

HEGEL, G. **Fenomenologia do Espírito**. – RJ: Vozes, 1992.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. RJ, Petrópolis: vozes, 1988.

HEIDEGGER, Martin. **Cartas sobre o humanismo**. – SP: Centauro, 2005.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G**. Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil**: grandes regiões e unidades da federação (de 1970 a 2008). [S.l.]: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição ? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Org). T**eoria Crítica no Século XXI.** – SP: Annablume, 2007.

HUME, David. **Ensaios morais, políticos e literários**. Rio de Janeiro, RJ: Topbooks, 2004.

HUME, David. **Tratado da natureza humana**: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. - São Paulo, Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas** - Informação Demográfica e Socioeconômica • n.41, 2019.

IPEA. **Radiografia do Brasil Contemporâneo**. – Agenda presidencial 2015/2016. - Disponível em: http://www.Ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26217

IPEA. Classes Sociais, Estado E Desigualdades. **Boletim de Análise Político-Institucional** n.1 - . Brasília : Ipea, 2020.

IPEA. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. **Comunicados do IPEA**, n.155, 2012.

IPEA . **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros** / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília : IPEA, 2015a.

IPEA . **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras** / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília : IPEA, 2015b.

IPEA. **Equidade Fiscal No Brasil**: Impactos Distributivos Da Tributação E Do Gasto Social. Comunidado Ipea, n 92, 19 de maio de 2011.

HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson do Valle. **Relações raciais n Brasil contemporâneo**. Rio de janeiro: Rio Fundo Editora; Iuperj, 1992

HASENBALG, Carlos. Entrevista com Carlos. In: **Tempo Social**, n.º 2, 2006, v. 18 , p. 259-286

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1997.

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**, trad. Valério Rohden e Antônio Marques, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

KERSTENETZKY, Celia e UCHÔA, Christiane. Moradia inadequada, escolaridade insuficiente, crédito limitado: em busca da nova classe média. In:BARTELT, D.(Org). **A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político**.- RJ: Fundação Heinrich Boll, 2013.

KIERKEGAARD, Søren **O conceito de angústia** : uma simples reflexão psicológico-demonstrativa direcionada ao problema dogmático do pecado hereditário. – Petrópolis, RJ: Vozes ; 2017.

KOPPER, Moisés; e DAMO, Arlei Sander. A emergência e evanescência da nova classe média brasileira. **Horiz. antropol.,** Porto Alegre, ano 24, n. 50, p. 335-376, jan./abr. 2018

LABOV, William. **Padrões sociolingüístic**os. – SP: Parábola Editorial, 2008.

LACAN, Jacques. **Escritos**. RJ: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **Nomes do Pai**. – RJ: Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. **O mito individual do neurótico**. – RJ: Zahar, 2008b.

LACAN, J. **O Seminário.** Livro 1: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986

LACAN, J. **O seminário**, livro 2: O Eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise. – RJ: Jorge Zahar Ed, 2010

LACAN, J. **O seminário**, livro 5: As formações do inconsciente. – RJ: Jorge Zahar Ed, 1995.

LACAN, Jacques. **O seminário**, livro 6: O desejo e a sua interpretação. – RJ: Jorge Zahar Ed, 2016.

LACAN, Jacques. (1959-60) **Seminário,** livro 7: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2008.

Lacan, J. **Seminário,** Livro 10: A Angustia.- RJ- Jorge Zahar Editor, 2005.

LACAN, Jacques. **O seminário**, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. RJ: Jorge Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. **O Seminário**, livro 17 - *o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, Jacques. **R.S.I.** - Le séminaire 22: (texto online), 1975.

LACAN, Jacques. **O seminário**, livro 23: O sinthoma. – RJ: Jorge Zahar Ed, 2007.

LACAN, J. **A lógica do fantasma**, Seminário 1966-1967. – Recife: Centro de Estudos Freudianos, 2008b.

LACAN, Jacques. **O seminário**, livro 16: de um outro ao outro/Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; [tradução Vera Ribeiro; preparação de textos André Telles; versão final Angelina Harari e Jésus Santiago]. - Rio de Janeiro: Zahar, 2008c

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y Estratégia Socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LAHIRE, Bernard. **O homem plural**. Os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou Prolongamentos Críticos. In: **Educação e Sociedade**, ano XXIII, n 78, Abril, 2002b.

LAHIRE, B. Por uma sociologia disposicionalista e contextualista da ação. In: JUNQUEIRA, Lília. **Cultura e classes sociais na perspectiva disposicionalista**.- Recife: Ed Universitária da UFPE, 2010.

LAZERSFELD, P. "A conceptual introduction to Latent Structure Analysis. In: **Mathematical Thinking in the Social Sciences.** – Nova York: The Free Press, 1954.

LEAL, Vítor. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1975.

LÉVI – STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. – SP: Cosacnaify, 2008.

LÉVI – STRAUSS, Claude. "Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss", in MAUSS, M. **Sociologie et anthropologie**. Paris: PUF,1950.

LOPES, Juarez R.B. - **Desenvolvimento e Mudança Social**: Formação da Sociedade Urbano-Industrial no Brasil. São Paulo, Ed. Nacional, 1971.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise Marxista. -SP: Cortez, 1988.

LUKÁCS, G. Consciência de Classe. In: VELHO, Otavio et al. **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. -RJ: Zahar Editores, 1979.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. – RJ: Zahar Ed, 1986.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. SP: círculo do livro,1956.

MARX, Karl e ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. – SP: Boitempo, [1848],2010.

MARX, Karl e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. – SP: Boitempo, [1846], 2007)

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**, 1843 / Karl Marx ; tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus ; [supervisão e notas Marcelo Backes]. - [2.ed revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010b.

Marx,K. **Teses sobre Feuerbach**. Texto on line [domínio público], 1988. – Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000081.pdf

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I- o processo de produção do capital. – SP: Boitempo, [1867], 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro II.- SP: Boitempo, [1885]2014.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. – SP: Boitempo, [1985], 2011b.

MARX, K. Capital fixo e o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade [Grundrisse]. In: Antunes, R.; BRAGA, R. **Infoproletários** : degradação real do trabalho virtual - São Paulo : Boitempo, 2009.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MBEMBE, Achille. "Necropolíticas". Tradução de Renata Santini. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 128, dez. 2016.

MEDEIROS, Maria. Populismo ou Medo da Maioria ? Como transformar em tolice as razões da massa. In: SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? / - BH: Ed UFMG, 2010.

MELO ,Patricia ; e ARAÚJO, Nathielly. DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE: sucesso escolar e qualidade de vida de jovens de classe popular. **Revista de Ciências Sociais**, nº 50, Janeiro/Junho de 2019, p. 58-82

MENEZES, Vitor. Perfis Educativos e Repertórios de Acesso a Empregos. In: IPEA. Classes Sociais, Estado E Desigualdades. **Boletim de Análise Político-Institucional** n.1 (2011) - . Brasília : Ipea, 2020.

MENEZES, V. Família e posição de classe: a socialização familiar pela privação e a socialização familiar protetiva. Brasília: Ipea, 2018. (**Texto para Discussão**, n. 2379).

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. SP: Livraria Freitas Bastos AS, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **O Visível e o Invisível**. Ed Perspectiva: - SP, [1964] 2003

MERLEAU-PONTY, M. **O Olho e o Espírito**. -SP: Cosac e Naify, 2013.

MICELI, Sergio. PREFÁCIO: MATERIALISMO DO SIMBÓLICO. In: BOURDIEU, P. **SOBRE O ESTADO**. – SP: Companhia das Letras, 2014.

MILLER, A. **Silet:** os paradoxos da pulsão. .- RJ: Jorge Zahar Ed, 2005.

MILLS, C. W. **White Collar**. - New York: Oxford University Press, 1951.

MILLS, C, Wright. **Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios**. – RJ: Jorge Zahar Ed, 2009

MIRALDI, Juliana. **Pierre Bourdieu e a Teoria Materialista Do Simbólico**. – Dissertação de Mestrado. – Campinas. – SP: UNICAMP, 2015.

MUEL-DREYFUS, Francine. Uma atenção sociológica a psicanálise. In: ENCREVE, P e LAGRAVE, R. **Trabalhar com Bourdieu**. RJ: Bertrand Brasil, 2005.

NASIO, Juan – David. **Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan**. – RJ: Zahar, 1993.

NATALINO, Marco e LOPEZ, Feliz. Introdução à Edição Temática Classes Sociais, Estado e Desigualdades. In: IPEA. Classes Sociais, Estado e Desigualdades. **Boletim de Análise Político-Institucional** n.1 - . Brasília : Ipea, 2011.

NERI, M. **A nova classe média**: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **A gaia ciência**. Trad. Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. – SP: Edusp, (1998[1955])

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista** – o ornitorrinco. SP: Boitempo, 2003

ORTIZ, Renato. Introdução. In: **Sociologia -** Pierre Bourdieu –. – SP: Ática, 1994.

OSORIO, Rafael. **A Desigualdade Racial No Brasil Nas Três Últimas Décadas** . Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2021

PARKER, Ian. Teoria social lacaniana e prática clinica. **Psicologia e Sociedade**; vol 14, no.2. 2002.

PARKIN, Frank. **Class inequality and political order**: social stratification in capitalista and communist societies. -Londres: Paladin, 1975.

PARSONS, T**. The social system**. London: Routledge, 1991.

PASTORE, Jose; SILVA, Nelson do Valle. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

PAULA, Marilene. A Nova Classe Trabalhadora e o Neopentecostalismo . In:BARTELT, D.(Org). **A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político**.- RJ: Fundação Heinrich Boll, 2013.

PERRUSI, Artur. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos. In: **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 27, n. 1, 2015.

PERRUSI, Artur. "O vazio eternamente a ser preenchido: uma discussão sobre a identidade". **Revista Política & Trabalho**, 19: 91-114, 2003.

PETERS, Gabriel. **A ordem social como problema psíquico**: Do existencialismo sociológico à epistemologia insana. – SP: Annablume, 2017.

PETERS, Gabriel. Configurações e reconfigurações na teoria do habitus: um percurso. **XIV SBS**, 2009.

PETERS, Gabriel. Humano, demasiado mundano: a teoria do habitus em retrospecto. **Teoria e Sociedade**.n,18.1 – janeiro – junho, 2010.

PETERS, Gabriel. Ordem Social E (In)Segurança Ontológica: esboços de existencialismo sociológico em Peter Berger, Anthony Giddens e Pierre Bourdieu. In: **Revista de Ciências Sociais**, n. 40, Abril de 2014, pp. 117-150

PINHEIRO, L. et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3. ed. Brasília: Ipea/SPM/Unifem, 2008. POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

PINTO, L. **Pierre Bourdieu et la théorie du monde social**. Paris: Albin Michel, 1998.

PLATÃO. **Teeto e Crátilo**. Editora Universitária – Universidade Federal do Pará: Belém, 1973.

POCHMANN, Marcio, 1962- **O mito da grande classe média** [recurso eletrônico] : capitalismo e estrutura social. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2015

POCHMANN, Marcio. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. In: **Serv. Soc. Soc** – SP,n.104.p.637-649.out/dez, 2010

PONTES, Thiago. **"Crescer na vida"**: trajetórias de micromobilidade nos meios populares. Tese de Doutorado na UERJ, 2015.

PORTELA JR, Aristeu. Tempo passado, dilemas do presente: ditadura civil-militar e revolução burguesa no Brasil. In: SOARES, Eliane; COSTA, D. ; Et Al. **Florestan Fernandes** [livro eletrônico] : trajetória, memórias e dilemas do Brasil — Chapecó, SC : Marxismo 21, 2021.

PULICI, Carolina. **O charme (in) discreto do gosto burguês paulista**: estudo sociológico da distinção social em São Paulo. Tese de Doutorado em Sociologia na Universidade de SP, 2010.

QUADROS, W; Gimenez. D e Antunes, J. Afinal, somos um país de classe média? Mercado de trabalho, renda e transformações sociais no Brasil dos anos 2000 . In:BARTELT, D.(Org). **A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político**.- RJ: Fundação Heinrich Boll, 2013.

QUADROS, W. A evolução recente na estrutura social brasileira. **Texto para discussão**, IE/Unicamp, n.148, nov. 2008

QUADROS, Waldir. Melhorias sociais no período 2004-2008. **Texto para discussão**, IE/Unicamp, n.176, maio 2010.

QUADROS, W. "PNAD 2015: O retrocesso se explicita", **Texto para Discussão**, Instituto de Economia da Unicamp, n. 286, fev. 2017. Disponível em: . Acesso em: 27 fev. 2018.

QUINET , Antonio. O olhar como um objeto. In: FELDSTEIN, R; FINK, B Et al. **Para ler o Seminário 11 de Lacan**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.- RJ: Jorge Zahar Ed, 1997.

RIBEIRO, Carlos. Dois estudos de mobilidade social no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** V. 15, n. 44, São Paulo, out. 2000.

RIBEIRO, C. A Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional. In: IPEA, Nota técnica. **Mercado de trabalho**. n. 62. Abril, 2017.

RIBEIRO, C. Quatro décadas de mobilidade social no Brasil. In: **Dados.** Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, 2012.

ROCHA, Emerson; e VISSER, Ricardo. Práticas econômicas e classes sociais: uma avaliação empírica e uma proposta analítica. **Sociedade e Estado**, *37*(03), 909–929., 2022.

ROCHA, Emerson. Espaço Social e Estrutura de Classes em Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: : IPEA. Classes Sociais, Estado E Desigualdades**. Boletim de Análise Político-Institucional** n.1 (2011) - . Brasília : Ipea, 2020.

ROCHA, Maria E. **Bourdieu à brasileira**. – RJ: Confraria do Vento, 2022.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Jacques Lacan:** esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento. SP: companhia das letras,2008.

ROUSEFF, Dilma. In: Marcos Piccin e Valter Pomar, "Entrevista exclusiva: Dilma Rousseff sem censura, ou quase". **Esquerda Petista**, 12 jun. 2017, p. 9..

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: Safatle, V; JUNIOR, N; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. – SP: Autêntica, 2020.

SAFATLE, V. **A paixão do negativo**: Lacan e a dialética [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SALATA , André. Identidades e Classificações: um Estudo Sobre A Classe Média No Brasil**. - 38º Encontro Anual da Anpocs**, 2014.

SALES JR., Ronaldo L. **Raça e justiça**: o mito da democracia racial e racismo institucional no fluxo de justiça. – Tese de Doutorado. – Recife: UFPE, 2006.

SALLUM JR, Brasílio. Classes, cultura e ação coletiva. In: **Lua Nova,** 65: 11-42,SP,2005.

SANTOS, José. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. – BH: Ed UFMG; RJ: IUPERJ, 2002.

SANTOS, José. Posições de classe destituídas no Brasil; Os números dos destituídos no Brasil. In: SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira:** quem é e como vive. – BH: Ed UFMG, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. – SP: Cultrix, 2006.

SCALON, Celi e SALATA, André. Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012

SCALON, Celi. **Mobilidade Social no Brasil**: Padrões E Tendências. Tese de Doutorado. – RJ: IUPERJ – 1997.

SCHUTZ, Alfred. **Sobre a fenomenologia e relações sociais**. – Petrópolis, RJ: vozes, 2012.

SILVA, Danilo. A reestruturação do habitus: Bourdieu com Lacan. **ANPOCS**, 2013. Disponivel em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8685&Itemid=429

SEVERINO, Antônio. A busca do sentido na formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. In**: Educação e Pesquisa**, SP, v. 32, n.3 , p. 619-634, set/dez. 2006 – Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n3/a13v32n3

SILVA, Danilo. Educação Integral e Mobilidade Social: a reestruturação do habitus na formação de novos sentidos no Programa Mais Educação em Jaboatão dos Guararapes-PE. In: ALENCAR, Ana; RODRIGUES, Cibele; e OLIVEIRA, Cleide. **Educação em Tempo Integral**: ampliação de tempos, espaços e horizontes. – Recife: Editora UFPE, 2018.

SILVA, Danilo. **A Reestruturação do *habitus* na formação de novos sentidos:** Bourdieu com Lacan. **–** Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia da UNICAMP. – SP: Campinas, 2016.

SILVA, Danilo. A reestruturação do habitus. **ANPOCS**, 2013. Disponivel em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8685&Itemid=429

SILVA, Luís I. Lula. O necessário, o possível e o impossível (entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili). In: SADER, Emir. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma / Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. – RJ: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

SOARES, Eliane; COSTA, Diogo; e BRAGA, Maria. O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. In: **Sociedade e Cultura**,v.5, n.1, Jan/Jun, 2002,p.35-52

SOARES, Eliane; COSTA, Diogo; Et Al. **Florestan Fernandes** [livro eletrônico] : trajetória, memórias e dilemas do Brasil — Chapecó, SC : Marxismo 21, 2021.

SOARES, S. et al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Eds.). **Bolsa Família 2003-2010**: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010. v. 2p. 366.

SÓRIA, Sidartha e GOMES, Darcilene. Notas Sobre A Política De Educação Superior Dos Governos Da Década De 2000. In: **Estudos de Sociologia**, Vol. 1 n. 24, Recife, 2018

SOROKIN, Pitirim A. **- Social Mobility**. Harper, New York, 1927.

SOUZA, Amaury e LAMOUNIER, Bolivar. **A Classe Média Brasileira**. Ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro:Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

SOUZA, Jessé. **A Modernização Seletiva**. – Brasília: Editora UNB, 2000

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania** – Para uma sociologia política da modernidade periférica.- BH: Ed UFMG; RJ: IUPERJ, 2003.

SOUZA, Jessé. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira:** quem é e como vive. – BH: Ed UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? / - BH: Ed UFMG, 2010.

SOUZA, Jessé. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In:BARTELT, D.(Org). **A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político**.- RJ: Fundação Heinrich Boll, 2013.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. – SP: Leya, 2015.

SOUZA, Jessé. Prefácio – "Classes Sociais, Estado e Desigualdade". In: IPEA. Classes Sociais, Estado e Desigualdades. **Boletim de Análise Político-Institucional** n.1 - . Brasília : Ipea, 2011.

SOUZA, Pedro. **A desigualdade vista do topo**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. Tese de Doutorado. – Brasília: UNB, 2016.

SPRANDEL, M. A. **A pobreza no paraíso tropical**: interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

STAVENHAGEM, Rodolfo. Estratificação Social e Estrutura de Classe. In: VELHO, Otavio et al. **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. -RJ: Zahar Editores, 1979.

STEINMETZ, George. Bourdieu's Disavowal of Lacan: Psychoanalytic Theory and the Concepts of "Habitus" and "Symbolic Capital". **Constellations.** volume 13, number 4, 2006. Disponivel em: http://www-personal.umich.edu/~geostein/docs/Steinmetz%20Bourdieu%20and%20Lacan%20Constellations%202006.pdf

TAYLOR, Charles. **As fontes do self** - a construção da identidade moderna. SP: Ed Loyola, 1997.

TELLES, Vera. Pobreza e cidadania Dilemas do Brasil contemporâneo. In: **Caderno CRH 19**, Salvador, 1993

UNGER, Roberto M. Os Batalhadores e a Transformação do Brasil. In: SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora ? / - BH: Ed UFMG, 2010.

VANDENBERGHE, Frédéric. **Teoria Social Realista**: um diálogo franco-britânico. BH: Editora UFMG; RJ: IUPERJ, 2010.

VANDENBERGHE, Frédéric. **Uma História Filosófica da Sociologia Alemã**: alienação e reificação. Vol1: Marx, Simmel, Weber e Lukács. -SP: Annablume, 2012.

VIANNA, Werneck. Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva Brasileira. **Dados** 39 (3), 1996. – Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/zRmh5j4csLtfRQvRJhrXg3R/?lang=pt#

VICENTE, Eliana Nova classe média: um delírio coletivo?. In: BARTELT, D.(Org). **A "nova classe média" no Brasil como conceito e projeto político**.- RJ: Fundação Heinrich Boll, 2013.

VISSER, Ricardo. A Formalidade Precária: os batalhadores do telemarketing. In: SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? / - BH: Ed UFMG, 2010.

WACQUANT, Loic. "*Habitus*". In: **Internacional Enciclopedia Of Economic Sociology**. – Londres: Routledge, 2004. [Tradução: Esclarecer o *habitus*. *Educação e Linguagem*, 10, 16, 63-71, 2007].

WACQUANT, Loïc. Introdução e Notas - "Capital Simbólico e Classes Sociais". IN: BOURDIEU, Pierre. Capital simbólico e classes sociais.in: **NOVOS ESTUDOS 96,** Julho, 2013

WEBER, MAX. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1999.

WEBER, Max. Classe, "Status" e Partido. In: VELHO, Otavio et al. **Estrutura de Classes e Estratificação Social.** -RJ: Zahar Editores, 1979.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**.— São Paulo : Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais***: parte 1*. São Paulo/Campinas, Cortez/Unicamp, 2001.

WEININGER, Elliot. Fundamentos de uma Análise de Classe de Pierre Bourdieu. In: WRIGHT, Erik. **Análise de Classe**. -RJ: Vozes, 2015.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. - SP: Vozes,1994.

ZAFIROPOULOS, M. **Nossa arqueologia crítica da obra de Lacan**: Lacan e as ciências sociais - Lacan e Lévi-Strauss. Texto on line pepsic. Acessado em 01/08/2023-, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v2n3/v2n3a04.pdf

ZAFIROPOULOS, M. **Lacan e Lévi-Strauss:** ou O Retorno a Freud. -RJ : Civilização Brasileira, 2018.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Contraponto Editora: RJ, 1996.

ZIZEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. – Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

ZIZEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. SP: Boitempo, 2008.

APÊNDICE A

ESCALA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

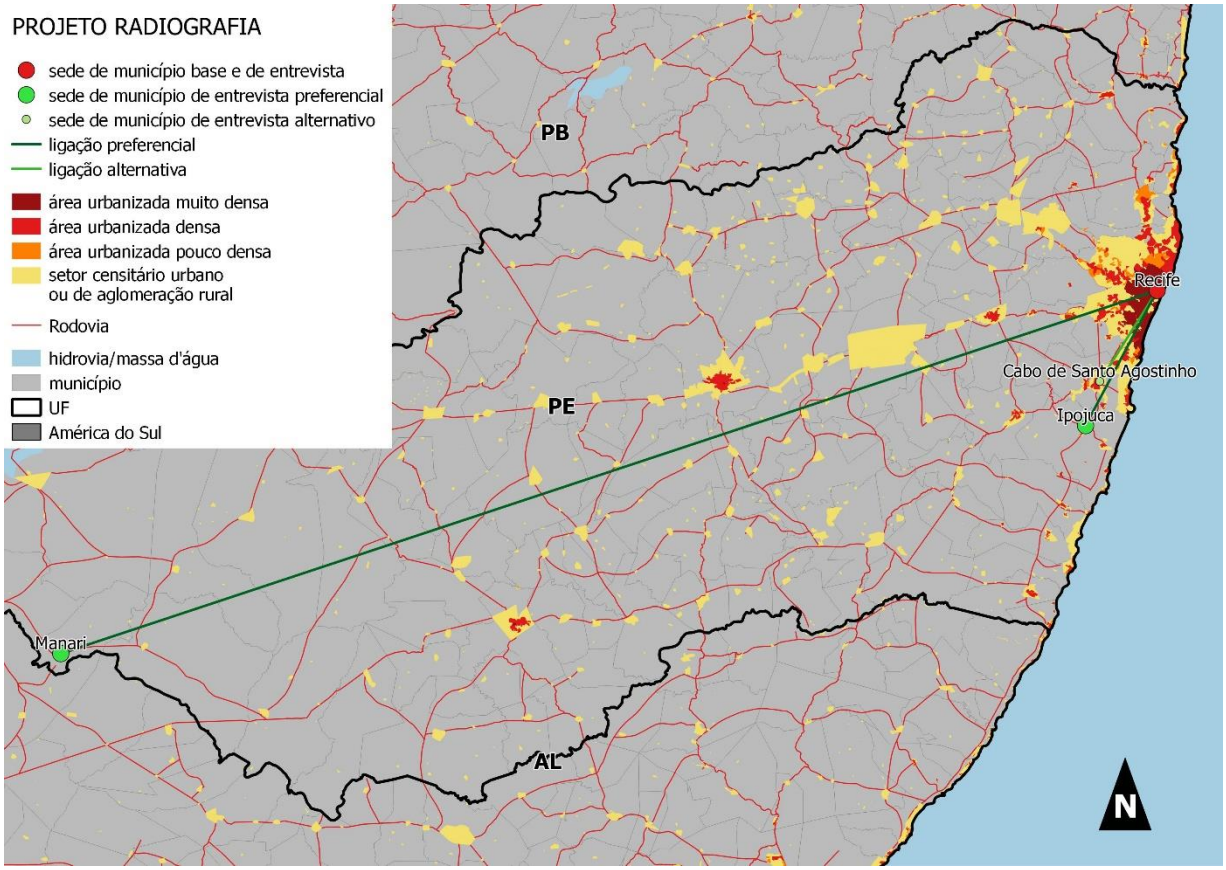
Classe atual	Renda Bruta	Escolaridade	Idade	Sexo	Cor_raça (autodeclarada)	Situação Ocupacional	Nome da ocupação
Batalhadores	R$ 2.000,00	Médio completo	35	Feminino	Preto	Desempregado	Doméstica
Batalhadores		Superior Incompleto	22	Masculino	Pardo	Desempregado	Estudante
Batalhadores	R$ 835,00	Médio completo	53	Feminino	Preto	Empregado com Carteira de Trabalho Assinada	Auxiliar de serviços gerais/Trabadores de Limpeza
Batalhadores	R$ 2.200,00	Superior completo	29	Feminino	Preto	Desempregado	Assistente Social
Ralé Estrutural	R$ 1.200,00	Médio completo	27	Masculino	Preto	Empregado sem Carteira de Trabalho Assinada	Músico
Classe Média	R$ 20.000,00	Superior Incompleto	51	Masculino	Branco	Empregador	Gerente e Dono de Empresa
Batalhadores	R$ 6.000,00	Superior Incompleto	40	Masculino	Preto	Empregador	Arte Gráfica
Classe Média	R$ 10.000,00	Superior completo	44	Masculino	Branco	Empregado pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos	Professor Universitári
Batalhadores	R$ 2.000,00	Médio completo	41	Masculino	Preto	Empregado com Carteira de Trabalho Assinada	Trabalhador de Bibliotec
Batalhadores	R$ 3.000,00	Superior completo	28	Feminino	Pardo	Empregado pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos	Policial Militar
Batalhadores	R$ 5.000,00	Médio completo	33	Masculino	Preto	Conta Própria	Tatuador/Desenhista
Classe Média	R$ 6.000,00	Superior completo	31	Masculino	Branco	Empregador	Gerente de uma sorveteria
Batalhadores	R$ 5.000,00	Fundamental Completo	56	Feminino	Amarelo	Empregador	Gerente de Comércio
Batalhadores	R$ 2.000,00	Superior completo	44	Feminino	Pardo	Conta Própria	Gerente de Comércio

Classe Média	R$ 11.000,00	Superior completo	49	Feminino	Branco	Conta Própria	Artesã
Batalhadores	R$ 1.400,00	Superior completo	26	Masculino	Preto	Empregado sem Carteira de Trabalho Assinada	Educador social por intermédio d arte e do grafite
Ralé Estrutural	R$ 788,00	Fundamental Incompleto	57	Feminino	Pardo	Conta Própria	Pensionista do falecido/ não trabalha
Ralé Estrutural	R$ 2.364,00	Médio completo	24	Masculino	Pardo	Conta Própria	Desenhista/C afiteiro
Ralé Estrutural	R$ 1.500,00	Médio completo	26	Masculino	Pardo	Conta Própria	Desenhista/C afiteiro/Tatu dor
Classe Média	R$ 6.000,00	Superior completo	62	Feminino	Preto	Empregado pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos	Técnica em Educação
Batalhadores	R$ 3.000,00	Superior completo	26	Masculino	Branco	Desempregad o	Estudante de Antropologi Mestrado
Batalhadore	R$ 3.000,00	Superior completo	29	Feminino	Branco	Empregado sem Carteira de Trabalho Assinada	Professora(E AD)
Classe Média	R$ 4.500,00	Superior completo	51	Feminino	Branco	Empregado pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos	Professora
Classe Média	R$ 800,00	Superior completo	29	Masculino	Branco	Conta Própria	Doutor em Oceanografi estudando para concurs o; mesada.
Batalhadores	R$ 2.000,00	Superior completo	28	Feminino	Branco	Empregado com Carteira de Trabalho Assinada	Profissional de Tecnolog da Informação Comunicaçã Produção de Videos
Classe Média	R$ 20.000,00	Superior completo	30	Masculino	Pardo	Empregador	Diretor e Gerente Ger de Franquias
Classe Média	R$ 5.000,00	Superior Incompleto	30	Masculino	Preto	Empregador	Fotógrafo
Batalhadores	R$ 350,00	Superior completo	30	Feminino	Pardo	Desempregad o	Formada em História mas está trabalhando/ lanejamento

							funcional de carreira
Batalhadores	R$ 1.600,00	Superior completo	28	Feminino	Branco	Empregado com Carteira de Trabalho Assinada	Técnica em Informática/ ede de Computador s
Classe Média	R$ 12.000,00	Superior completo	52	Masculino	Branco	Empregado pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos	Professor Universitári
Batalhadores	R$ 5.500,00	Superior completo	38	Feminino	Preto	Empregado com Carteira de Trabalho Assinada	Psicóloga

ANEXO A

MAPA REGIONALIZADO DAS ENTREVISTAS



ANEXO B

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Características básicas

1 - Em que ano você nasceu? Em que mês desse ano?

2 - Olhe para o entrevistado e o classifique, marcando com um X, uma das categorias étnico-raciais abaixo:

(a) Branco
(b) Pardo
(c) Preto
(d) Amarelo
(e) Indígena

3 - Agora pergunte ao entrevistado e marque com um X.

O senhor se considera:

(a) Branco
(b) Pardo
(c) Preto
(d) Amarelo
(e) Indígena

Você é beneficiário de algum desses programas sociais abaixo?

( ) PBF

( ) BPC

( ) PROUNI

( ) FIES

( ) COTAS

( ) Minha Casa, Minha vida

( ) Pronatec

( ) Cisternas

( ) Ater/Fomento

( ) Bolsa Verde

( ) Não/Nenhum

5 – Você frequentou ou frequenta escola?

Se FREQUENTA:

6 - Qual é o nível de ensino que frequenta?

7 - Qual a série que frequenta?

8 - Em instituição pública ou privada?

9 - Qual o nome da instituição?

10 - No caso de curso superior, qual o curso? (ANOTAR CÓDIGO DO CURSO)

11 - Já concluiu outro curso? Qual?

Se FREQUENTOU:

12 - Qual foi o nível de ensino mais elevado que frequentou?

13 - Em instituição pública ou privada?

14 - Qual o nome da instituição?

15 - Concluiu esse nível de ensino?

16 - No caso de curso superior, qual o curso? (ANOTAR CÓDIGO DO CURSO)

17 - Atualmente, tem algum trabalho remunerado?

18 - Quantos trabalhos tem?

19- Normalmente, a qual desses trabalhos dedica o maior número de horas por semana?

20 - Nesse trabalho ao qual dedica o maior número de horas, quantas horas por semana trabalha normalmente?

21 - Nesse trabalho ao qual dedica o maior número de horas, qual é a ocupação que exerce? (ANOTAR CÓDIGO DA OCUPAÇÃO)

22 - Nesse trabalho é:

(a) Empregado com carteira de trabalho assinada
(b) Militar do exército, marinha, aeronáutica, polícia militar ou corpo de bombeiros
(c) Empregado pelo regime jurídico dos funcionários públicos
(d) Empregado sem carteira de trabalho assinada
(e) Conta própria
(f) Empregador

23 - Caso seja empregador, quantas pessoas emprega nesse trabalho?

24 - Qual o seu rendimento pessoal bruto nesse trabalho? Caso o rendimento não seja fixo, qual o habitual?

25 - Qual o seu rendimento pessoal líquido? Caso o rendimento não seja fixo, qual o habitual?

26 – A qual classe social você pertence?

(A) Classe alta
(B) Classe média alta
(C) Classe média
(D) Classe média baixa
(E) Classe baixa

ROTEIRO

Família

Qual era a profissão dos seus pais? Como eles conciliavam trabalho e família? Como era a vida de vocês: muito apertada, mais ou menos, ou viviam com folga? Fale mais sobre isso. Seus pais estudaram até que série? Quem cuidava de você? Como cuidava?? O ambiente na sua casa era tranquilo ou era mais conturbado? Quem mais morava na mesma casa? Como era a divisão do espaço e das tarefas? Descreva um dia típico da sua infância? Quando você fazia algo de errado, como você era punido? Como era a vida de vocês: muito apertada, mais ou menos, ou viviam com folga? Por quê? Quais eram as preocupações centrais em termos financeiros? Faltava alguma coisa em casa? Nós sabemos que todas as famílias têm coisas boas e também têm muitos problemas. Quais eram as melhores coisas na sua família? E quais eram as piores? A gente sempre herda muitas coisas dos nossos pais. O que você herdou do seu pai? O que você herdou da sua mãe? O que você tentou fazer diferente do seu pai? O que você tentou fazer diferente da sua mãe? Olhando para a sua família hoje e para o tempo em que você vivia com seus pais, quais as grandes diferenças que você vê na maneira de criar os filhos? E na maneira de conviver com o companheiro? E na sua condição social?

Escola

Descreva um dia típico na sua escola quando você estava no primário. Teve algum professor do qual você gostou muito? Você estudava em casa? Como era isso? Você fazia alguma atividade além da escola? Como era isso? Você se considerava inteligente na escola? Fale mais sobre isso. E seus pais e professores, em geral, eles te achavam inteligente? O que você mais gostava de fazer na escola? E o que você não gostava de fazer? E quando você ficou

adolescente, o que mudou na sua vida escolar? Quando você começou a pensar em uma profissão? No que a escola te influenciou nisso?

Trabalho e vida econômica

Quando você começou a trabalhar? Por quê? Quantos trabalhos diferentes você teve? Conte essa história. Descreva um dia típico no seu trabalho atual. Como é a sua relação com seus superiores e colegas? Qual era o trabalho dos seus sonhos? Ele tem a ver com seu trabalho atual? Que tipo de competências ou habilidades o seu trabalho exige? Como você desenvolveu essas habilidades? Você está contente com o seu trabalho ou você pretende mudar? Você tem uma renda estável? Qual é a frequência de seus rendimentos (semanal, mensal, trimestral...)? Como você usa seu dinheiro? Despesas mensais? Poupança? Investimento? Como você organiza esses gastos? Alguma forma de controle escrito? Com qual antecedência?

Vida Comunitária e Religião

Você tem muitos amigos? Como você os conheceu? Algum amigo ou conhecido já te deu algum tipo de ajuda que foi importante para sua vida profissional? Que lugares você frequenta com seus amigos? O que vocês fazem juntos? Você tem alguma religião? Com que frequência você vai aos cultos? Com que frequência você faz orações fora do culto? E outras atividades religiosas? Que atividades você faz na igreja? Com quem você vai à igreja? A que tipo de pessoa Deus ajuda? Como Deus tem atuado na sua vida? Que coisas você pede a Deus? Como Deus age nesse mundo?

Lazer e Consumo

Geralmente, o que você faz para se divertir ou se distrair? Quando tem tempo livre, prefere ficar em casa ou gosta de sair? E o que faz nesse tempo? E onde você geralmente vai? Esses lugares que você frequenta, conte-me mais sobre eles. O que você mais gosta de comprar? Com que frequência? Como você se veste? De que tipo de música você gosta? Cite exemplos? Quais os últimos filmes que você assistiu e gostou? Por quê gostou? Quais os últimos livros que você leu e gostou? Por quê gostou? Você gosta de cozinhar? Fale mais sobre isso. Você considera

a sua alimentação saudável? Por quê? O que você faz para cuidar do seu corpo? Malha? Pratica esportes? Você bebe? O que costuma beber? Cite uma marca?

Relações de gênero.

As mulheres estão se libertando muito rapidamente. Quais são os aspectos negativos e positivos disso? Você acha que homens e mulheres são iguais ou diferentes? Por quê? Quem você acha que tem mais satisfação sexual, o homem ou a mulher? Por quê? O que é um parceiro ideal? Qual a diferença entre sexo e amor? É possível manter a paixão num casamento? O que leva a conflitos em um casal?

Política Públicas

Como você se enxerga na sociedade? Como você percebe as classes imediatamente acima da sua? E as classes imediatamente abaixo? Como você acha que as políticas públicas tratam as pessoas mais pobres? O que é ter uma vida boa no Brasil? O que seria mais importante e menos importante em uma vida boa? Como se pode alcançar essa vida boa? Qual é o papel das políticas públicas para alcançar essa vida boa? Você pode alcançar essa vida boa? Qual o papel da educação para assegurar essa vida boa? E o papel das COTAS? E o do Pronatec? Como é sua relação com o SUS? Como você o avalia? E o dos Mais Médicos? E do bolsa família? E o da Minha Casa, Minha vida? E você foi ou é beneficiado por algum desses programas? E como foi é essa experiência? Você foi bem tratado pelos funcionários desse programa? E você já tentou ser beneficiado e não conseguiu? E como foi essa experiência de não conseguir? O que seria bem estar para você? Pensando no bem estar da sociedade, como você vê o papel das políticas sociais? O que seria para você progresso? E o que você acha que dificulta a melhora da vida das pessoas? Você tem algum sonho ou projeto futuro que quer alcançar? Como você acha que poderia alcançar esse sonho? Para você, qual é o principal problema do Brasil? Por quê? O que podemos fazer para superá-lo? Você acha que o preconceito é um problema no Brasil? Você já sofreu algum preconceito? Se sim, poderia contar como foi? Você acha que há preconceito entre as classes? Por exemplo, entre ricos e pobres? Por que? E você acha que as políticas públicas tratam as pessoas de forma humilhante? Por quê?

Choque biográfico e Histerese

Quem lhe influenciou a fazer faculdade ?O que você quis fazer de diferente em relação aos seus pais ? Quem é a maior influência na sua profissão ? Teve uma pessoa que fez diferencial na sua formação ? Quem ? Qual foi a influência/ajuda dela ? Quais escolhas você fez diferente dos seus pais ? Por quê ? Quais mudanças você percebe na sua vida, hoje em dia, em relação ao da sua infância ? O que lhe levou a querer fazer faculdade ?Qual o curso ? Por que escolheu esse curso ? O que você sentiu de diferente na universidade (socialização) em relação a escola? E como era a relação com seus amigos ? Sua família ajudou/apoiou ? Como foi ?Sentiu alguma situação incômoda ou de discriminação na universidade ? Fale sobre isso. O que você conseguiu fazer de diferente, em relação a sua família ? O que fez você querer fazer isso ?Quais as mudanças que você sentiu na sua vida, depois de formada ? Como conseguiu se inserir no mercado de trabalho ? Foi fácil, como foi ? O que faz hoje em dia ? Tem a ver com o seu curso de formação ?

Trajetória

Como foi a sua trajetória universitária ? Qual foi a faculdade, pública ou privada ? Conseguia se manter na universidade ? Como era ? Quais os desafios ? Quando entrou na faculdade se sentiu acolhida pela sua turma ? E pelos professores ? Sentiu algum déficit em relação aos estudos ? E as aulas eram fáceis ou difíceis ? Algum professor lhe ajudou ? Como foi ? Alguma situação já lhe desmotivou ?

Como é a trajetória de alguém que passou por uma ascensão social ? Você é da primeira geração de pessoa formada ? Tem mais alguém da sua família que fez faculdade ? Como foi a ascensão na sua vida ? A sua jornada influenciou a trajetória de algum outro familiar ?Quais os maiores desafios dessa ascensão ? Quais as maiores diferenças em relação a vida, da dos seus pais ? E na sua comunidade, eles enxergam com bons olhos o que você faz hoje em dia ? E nos espaços que você frequenta, como é a relação com seus colegas que não precisaram passar por ascensão social ?

Relações Raciais

Já presenciou alguma situação de Racismo faculdade? E no trabalho ? Já passou por algo ? Sentiu alguma cobrança maior devido a cor da sua pele? Ou pela sua origem social ? Já sentiu que alguém estava dificultando o seu acesso a algum espaço ? Por quê ? Como foi ? Presenciou alguma diferença de tratamento em ralação aos seus colegas ? Você acha que foi pelo que ?

Mídia

De todas as fontes de informação, em qual você mais confia? Por quê? E em qual você menos confia? Por quê? O Brasil é um país muito desigual. Quais são as causas disso? Você é a favor ou contra a maioridade penal? Por quê? Você acha que drogas mais leves, como a maconha, deveriam ser descriminalizadas? E drogas mais pesadas? Por quê? Como é que o governo deveria lidar com os usuários de crack? O que você acha do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso? E do ex-presidente Lula? Por quê ?